

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Bruno Azambuja Silveira

ILHA DO PRESÍDIO: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA
NO RIO GRANDE DO SUL (1964-1973)

Porto Alegre

2020

**ILHA DO PRESÍDIO: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA
NO RIO GRANDE DO SUL (1964-1973)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História, da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre

2020

Bruno de Azambuja Silveira

Ilha do Presídio: repressão e resistência no Rio Grande do Sul (1964-1973)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História

Aprovado com indicação para publicação em 10 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Nilo Pianna de Castro (CAP) - Conceito A

Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad (UFSM) - Conceito A

Prof. Dr. Carlos Artur Gallo Cabrera (UFPEL) - Conceito A

CIP - Catalogação na Publicação

Silveira, Bruno de Azambuja
Ilha do Presídio: repressão e resistência no Rio Grande do Sul (1964-1973) / Bruno de Azambuja Silveira. -- 2020.
255 f.
Orientador: Enrique Serra Padrós.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Ilha do Presídio. 2. Repressão. 3. Resistência. 4. Ditadura. 5. História; Memória. I. Padrós, Enrique Serra, orient. II. Título.

Dedicamos este trabalho a Manoel Raymundo Soares, Edmur Péricles Camargo e Vera Maria Idiart, como também a todos e todas que mesmo enfrentando dificuldades e riscos, não se resignaram à dureza dos “anos de chumbo”.

AGRADECIMENTOS

A meu pai Nilo e mãe Darcylla por toda base material, afetiva e ética que me deram para me constituir no que sou hoje. A Denise, companheira de todas horas, amiga, amante e mãe das obras mais valiosas que fizemos nessa jornada, Sofia e Caetano. Além dos vínculos afetivos, colaborou muito no processo da pesquisa e na diagramação da dissertação.

Aos amigos que contribuíram, de um modo ou outro, no amadurecimento do tema e na construção desse trabalho, Valmir Michelin, Eduardo Raguse, Felipe Schenkel, Guilherme Bica, Almiro Brzezinski, Alfredo Ranzan, Bruna Moreira, Liane Tonelotto, Rodrigo Warzak meus sinceros agradecimentos por acompanhar alguma fase do percurso da pesquisa. Aos colegas professores e aos estudantes das três escolas públicas que lecionei nesse período. Certamente foram afetados, positiva ou negativamente, pelos efeitos da elaboração da pesquisa. A Suzana Lisboa por ter-me apresentado as fontes que foram a espinha dorsal da pesquisa. Aos funcionários do Arquivo Público do Rio Grande do Sul que tão bem me assessoraram na etapa de coleta das fontes.

A todos que de algum modo fizeram com que a Ilha do Presídio se tornasse um passeio pedagógico, multiplicando as descobertas sobre a pesquisa. Em especial aos relatos propiciados por João Carlos Bona Garcia e Paulo de Tarso numa dessas saídas de campo.

Aos professores do mestrado, em especial Enrique, Sílvia Petersen e Carla Rodeghero. Aos colegas que conheci por compartilhar mesmo professor orientador, com os quais aprendi muito nos eventos acadêmicos que participei durante a pesquisa, Débora, Janaína, Patrícia, Stella, Amanda, Letícia, Marla e Cristiane Ávila. Agradeço muito também a Guilherme Fraga que, assim como eu, além de ser professor-pesquisador, tem duas crianças para cuidar, ajudou e dividiu as dificuldades nas horas tranquilas e turbulentas. Guardarei tua parceria para sempre ao lembrar da pesquisa.

Ao professor Dr. Enrique Serra Padrós pela oportunidade e confiança que me deu em ser teu mestrando, permitindo estreitar nossa amizade e trocas intelectuais. Que continue sendo a pessoa generosa e multiplicadora que é. Professor no sentido pleno da palavra, que além de História ensina para vida. Que consiga manter por longo tempo a disposição de semear conhecimento na busca por tempos mais justos e solidários. Muito obrigado!

*Há sangue
quando pontes pontos ponteiros
tecem e destecem a pressa.
Sangue
nos automóveis e estampidos
Sob tetos aterrorizados.
Sobre o cemitério da praça.*

*Há sangue
nos gritos e gemidos mortos
entre as paredes do calabouço.
Sangue
debaixo do capuz de chumbo.
Sangue e suor dissimulando
a humilhação dos membros nus.*

*Há sangue
espalhado com fios, alicates
e macabros instrumentos.
Sangue
tingindo fimbrias da resistência:
absorvendo onírico recurso,
forçando refúgio em outro reino.*

*Escuta como a cascata canta
e os pássaros revoam em direção
aos penhascos por onde passearemos.
Mais longe se agitam florestas,
mais longe moram ventos e murmúrios
e rios e animais e os mil mistérios
que junto nós iremos desvendar.*

*Não vou aceitar o sangue no cimento
nem o planeta pendurado
em ganchos de açougueiro.
Se há o terror da tortura permanente,
inda vicejam embarcações e constelações.
Parecem impermeáveis as paredes que me prendem,
irremovíveis as chaves que fecham minha visão.*

*Todavia, na vasta vigilância da História,
o silêncio chora, a certeza quer cantar.
A aurora amadurece e as mudas esperanças
vislumbram aves que atravessam
a estreita faixa do firmamento.¹*

¹ “A prisão”. Antônio Pinheiro Salles, escrito no DOPS, Porto Alegre, em 1970. In: APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6072-1200/98-6, assunto: Indenizações. fls. 14-15.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fotografia atual das ruínas do Presídio. Escadaria central. Denise Silveira.....	32
Figura 2: Fotografia atual das ruínas do Presídio. Colunas do lado leste. Denise Silveira.....	32
Figura 3: Fotografia atual da Ilha com as ruínas do Presídio. Lucas Pedruzzi.....	33
Figura 4: Do livro “O Sargento, o Marechal e o Faquir”. GUIMARAENS, Rafael.....	59
Figura 5: Presídio na Ilha. Em “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.....	123
Figura6: Castelo Branco em POA. Do livro “Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul”. PADRÓS, Enrique.....	225
Figura7: Protestos em POA. Do livro “Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul”. PADRÓS, Enrique.....	225
Figura8: Carta redigida por Manoel. Do livro “O Sargento, o Marechal e o Faquir”. GUIMARAENS, Rafael.....	226
Figura 9: Enterro Manoel Soares Do livro “O Sargento, o Marechal e o Faquir”. GUIMARAENS, Rafael.....	226
Figura 10: Carta redigida por Manoel. Do livro “O Sargento, o Marechal e o Faquir”. GUIMARAENS, Rafael.....	227
Figura 11: Fotografia 3x4 de Manoel Soares. Do livro “O Sargento, o Marechal e o Faquir”. GUIMARAENS, Rafael.....	227
Figura 12: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.....	228
Figura 13: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.....	228
Figura 14: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.....	229
Figura 15: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.....	229
Figura 16: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.....	230
Figura 17: Procurados e ficha das organizações de luta armada. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.....	230
Figura 18: Panfleto do comando do movimento revolucionário. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.....	231
Figura 19: Cônsul Curtis Carly Cutter. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.....	231
Figura 20: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.....	232
Figura 21: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.....	232
Figura 22: Material apreendido pelo DOPS. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.....	233
Figura 23: Vista aérea da Ilha do Presídio. www.almanaquenilomoraes.blogspot.com . Acesso em: 17/12/2019.....	233
Figura 24: Ficha. Do livro “Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul”. PADRÓS, Enrique.....	234
Figura 25: Banco expropriado. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.....	234
Figura 26: “Martinha”. Do livro “Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul”. PADRÓS, Enrique.....	235
Figura 27: 3x4 Edmur. Do livro “Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul”. PADRÓS, Enrique.....	235

Figura 28: Desaparecidos. Do livro “Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul”. PADRÓS, Enrique.....	236
Figura 29: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.....	237
Figura 30: Fotografia de jornal. Retirado de APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5180-1200/98-3, assunto: Indenizações.....	237
Figura 31: Croqui José Fidelis Augusto Sarno. APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5180-1200/98-3, assunto: Indenizações.....	238
Figura 32: Carta Manoel. APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2345-1200/98-4, assunto: Indenizações, de 31/03/1998.....	239
Figura 33: Carta Manoel APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2345-1200/98-4, assunto: Indenizações, de 31/03/1998.....	239
Figura 34: Presos do sequestro frustrado do Cônsul estadunidense. APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5493-1200/98-8, assunto: Indenizações.....	240
Figura 35: Presos do sequestro frustrado do Cônsul estadunidense. APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5493-1200/98-8, assunto: Indenizações.....	240
Figura 36: Reportagem sobre relatório sigiloso acerca do conhecimento do governo estadunidense sobre a repressão na ditadura brasileira. Revista Isto É, 19 de agosto de 1987. In: APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5493-1200/98-8, assunto: Indenizações..	241
Figura 37: Reportagem sobre relatório sigiloso acerca do conhecimento do governo estadunidense sobre a repressão na ditadura brasileira. Revista Isto É, 19 de agosto de 1987. In: APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5493-1200/98-8, assunto: Indenizações..	241
Figura 38: Notícia sobre a tentativa de sequestro do cônsul estadunidense. Jornal Correio do Povo, 14 de abril de 1970. In: APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5493-1200/98-8, assunto: Indenizações.....	241
Figura 39: Fotografia atual da Ilha com as ruínas do Presídio. Guarita sul. Lucas Pedruzzi.....	242
Figura 40: Fotografia atual da Ilha com as ruínas do Presídio. Janela pavilhão. Lucas Pedruzzi.....	242
Figura 41: Fotografia atual da Ilha com as ruínas do Presídio. Guarita sul. Lucas Pedruzzi.....	243
Figura 42: Fotografia atual da Ilha com as ruínas do Presídio. Arcos prédio central. Lucas Pedruzzi.....	243
Figura 43: Fotografia atual da Ilha com as ruínas do Presídio. Arcos platô leste. Lucas Pedruzzi.....	244
Figura 44: Fotografia atual da Ilha com as ruínas do Presídio. Lado norte e morros de Porto Alegre. Lucas Pedruzzi.....	244
Figura 45: Fotografia atual da Ilha com as ruínas. Daniela Villar.....	245
Figura 46: Fotografia atual da Ilha com vista para a Lagoa dos Patos. Daniela Villar.....	245

LISTA DE PRESOS POLÍTICOS

1. **Alfredo Filisbino**
2. **Álvaro Eugênio Schunck**
3. **Alípio Charaão Dias**
4. **Lairton Galaschi Ripoll**
5. **Vera Maria Idiart Schimitt**
6. **Jomil Domingos Oltramari**
7. **Luiz Renato Pires de Almeida**
8. **Manoel Raymundo Soares**
9. **Afrânio Francisco Costa**
10. **Airton Joel Frigieri**
11. **Airton Müller Rodrigues**
12. **Alcir Benedito Quadros Brito**
13. **Artur Paulo de Souza**
14. **Athaídes da Silva Teixeira**
15. **Calino Ferreira Pacheco Filho**
16. **Carlos Alberto Tejera de Ré**
17. **Carlos Alberto Telles Franck**
18. **Carlos Roberto Barbosa de Souza**
19. **Claoni Boeira Garcia**
20. **Dario Viana dos Reis**
21. **Djalma Alves de Oliveira**
22. **Edelson Palmeira de Castro**
23. **Ernani Conter**
24. **Félix Silveira da Rosa Neto**
25. **Fernando Damata Pimentel**
26. **Hélio Minuto**
27. **Inácio da Silva Mafra**
28. **Índio Vargas**
29. **Irgeu João Menegon**
30. **João Batista Costa**
31. **João Batista Lopes**
32. **João Carlos Bona Garcia**
33. **José Clóvis Alencastro Fagundes**
34. **José Ruaro**
35. **Julio Cesar Senra Barros**
36. **Lúcio Borges Barcelos**
37. **Luiz Carlos Pinto**

38. **Luiz Ernesto Reis Quaresma**
39. **Noé Campos Carvalho**
40. **Paulo de Tarso Carneiro**
41. **Paulo Roberto Telles Franck**
42. **Renato Felipe Pereira Rocha**
43. **Sylvio Nogueira Pinto Júnior**
44. **Valdir Izidoro Silveira**
45. **Vanoli Carvalho**
46. **Vito Antonio Letizia**
47. **Antônio Carlos de Araújo Chagas**
48. **Antônio Constâncio de Souza**
49. **Antonio Pinheiro Salles**
50. **César Augusto Tejera de Ré**
51. **Delfino José Pereira Lobo**
52. **Edemar Meimes**
53. **Eloy Martins**
54. **Flávio Gil Reis**
55. **Francisco Martinez Torres**
56. **Isko Germer**
57. **Jorge Sobrosa de Souza**
58. **José Angeli Sobrinho**
59. **José Clayton da Silva Vanini**
60. **Luiz Carlos Dametto**
61. **Miguel Viustou Golobiescki Maslak**
62. **Nelson Danilevicz**
63. **Raul Jorge Anglada Pont**
64. **Sílvio Einloft Pereira**
65. **Wladymir Netto Ungaretti**
66. **Airton Antônio Castagna**
67. **Antônio Osmar Carvalho de Assis**
68. **Antônio Ramos Gomes**
69. **Carlos Franklin Paixão Araújo**
70. **Diógenes Sobrosa de Souza**
71. **Jorge Fischer Nunes**
72. **José Fidelis Augusto Sarno**
73. **Pitágoras José Boursheidt**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALN - Ação Libertadora Nacional

ALERS - Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

AMFNB - Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil

AP - Ação Popular

APERS -Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

BM - Brigada Militar

CEI - Comissão Especial de indenizações

CEMDP - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIE - Centro de Informações do Exército

CNV - Comissão Nacional da Verdade

COLINA - Comando de Libertação Nacional

DOI - Destacamento de Operações de Informações do Exército

DOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social

ELN - Exército de Libertação Nacional

ESG - Escola Superior de Guerra

FBTda QI - Fração Bolchevique Trotskysta da Quarta Internacional

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IML - Instituto Médico-Legal

IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais.

IPM - Inquérito Policial Militar

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MCR - Movimento Comunista Revolucionário

M3G - Marx Mao Marighella e Guevara

MR8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MR26 - Movimento Revolucionário 26 de Março

MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário

OBAN - Operação Bandeirante (SP)

ONU - Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

POC - Partido Operário Comunista

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PSD -Partido Social Democrático

SFICI - Serviço Federal de Informações e Contra-informações

SNI - Serviço Nacional de Informações

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STM- Superior Tribunal Militar

TRF - Tribunal Regional Federal

UDN - União Democrática Nacional

UNE - União Nacional dos Estudantes

UGES - União Gaúcha dos estudantes Secundaristas

VPR -Vanguarda Popular Revolucionária

VAR Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. DESCAMINHOS DE UMA ILHA.....	36
1.1. Considerações geográficas	38
1.2. Ilhas prisões na história.....	42
1.3. Ilha do Presídio entre memória e história	51
2. ESCONDERIJO REPRESSIVO NO GUAÍBA (1964-1967).....	62
2.1. Da bipolaridade mundial à Ilha do Presídio	63
2.2. Percursos repressivos e de resistência.....	71
2.3. Caso “mãos amarradas” e o Terrorismo de Estado	100
3. REPRESSÃO E RESISTÊNCIA APRESENTAM SUAS ARMAS (1968-1973)	125
3.1. Estrutura repressiva e luta armada no Rio Grande do Sul.....	126
3.2. A Ilha no itinerário dos presos políticos	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
REFERÊNCIAS	220
ANEXOS	236

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar a Ilha do Presídio, no contexto da repressão desencadeada pela ditadura de Segurança Nacional no período de 1964, ano do golpe de Estado, estendendo-se cronologicamente até 1973, quando se encerraram as atividades de confinamento carcerário no local. A pesquisa se propõe a compreender a dinâmica da repressão na Ilha articulada com as dinâmicas regional e nacional da ditadura no país. Com isso, pretende-se depurar o papel desempenhado pela repressão e o perfil dos militantes que estiveram na resistência, tornados prisioneiros na Ilha do Presídio. A dialética integrada à dinâmica da luta de classes permitiu verificar o crescimento da repressão e a radicalização da luta armada na oposição à ditadura. Na compreensão da violência do Estado sob a forma ditatorial e à resistência da sociedade frente a esta (como cada uma se configurou dialeticamente em suas contradições) foi possível periodizar fases de uso do cárcere político integrada na tática repressiva e de resistência do contexto.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência; Repressão; Ditadura; Memória; História, Ilha do Presídio.

ABSTRACT

This work aims to investigate Ilha do Presídio in the context of the repression sparked by the national security dictatorship in the period 1964, the year of the coup, which chronologically extends until 1973 when the prison activities on the construction site have ended. The research aims to understand the dynamics of oppression on the island linked to the regional and national dynamics of dictatorship in the country. This is to clear the role of oppression and the profile of the militants in the resistance who were captured in Ilha do Presídio. The dialectic integrated into the dynamics of the class struggle made it possible to verify the growth of oppression and the radicalization of the armed struggle against the dictatorship. By capturing the violence of the state in dictatorial form and the resistance of society against it (each dialectically configured in its contradictions) it was possible to

periodize the phases of use of the political prison integrated into the state, repressive and resistance tactics of the context.

Keywords: Resistance; Repression; Dictatorship; Memory; History, Ilha do Presídio.

ABSTRACTO

Esta disertación tiene como objetivo investigar Ilha do Presídio, en el contexto de la represión desatada por la dictadura de la Seguridad Nacional en el período de 1964, año del golpe de Estado, extendiéndose cronológicamente hasta 1973, cuando terminaron las actividades de reclusión en el lugar. La investigación se propone comprender la dinámica de la represión en la Isla en conjunto con la dinámica regional y nacional de la dictadura en el país. Con ello, se pretende depurar el papel jugado por la represión y el perfil de los militantes que estaban en la resistencia, que fueron hechos prisioneros en Ilha do Presídio. La dialéctica integrada con la dinámica de la lucha de clases permitió constatar el crecimiento de la represión y la radicalización de la lucha armada en oposición a la dictadura. Al comprender la violencia del Estado bajo la forma dictatorial y la resistencia de la sociedad a ella (pues cada una se configuraba dialécticamente en sus contradicciones) fue posible periodizar fases de uso de la prisión política integradas en las tácticas represivas y de resistencia del contexto.

PALABRAS CLAVE: Resistencia; Represión; Dictadura; Memoria; Historia, Ilha do Presídio.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação desenvolve uma investigação histórica sobre a Ilha do Presídio, no contexto da repressão desencadeada pela ditadura no período de 1964, ano do golpe de Estado, estendendo-se cronologicamente até 1973, quando encerraram as atividades de confinamento carcerário no local. A Ilha voltaria a ser presídio – não mais político – por um curto espaço de tempo, entre 1980 e 1983. Posteriormente deixou de exercer, definitivamente, tal função.

A pequena Ilha das Pedras Brancas possui 4,5 mil metros quadrados de área localizada em uma posição privilegiada no Lago Guaíba, no Rio Grande do Sul (RS). Equidistante das cidades de Porto Alegre e Guaíba, durante o período da ditadura, Pedras Brancas teve seu nome substituído, passando a ser conhecida como “Ilha do Presídio”, já que o local foi escolhido para receber os presos políticos da época. Em 2014, ao se completar 50 anos do início da ditadura, ocorreu o tombamento da Ilha pelo IPHAE, transformando-a em Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico do RS. Ao longo dos últimos 30 anos de completo descaso, as ruínas do presídio foram gradualmente sendo abraçadas pela natureza que, cada vez mais, vai tomando contada paisagem.

Nesta pesquisa consideram-se, dentro do recorte cronológico proposto, três acontecimentos do contexto nacional que balizam a dialética entre as dinâmicas repressivas do Brasil e do Rio Grande do Sul – o golpe de Estado de 1964, o Ato Institucional nº 5 (1968) e o fim do “milagre econômico” (1973) – que tiveram impactos fundamentais sobre o uso e o funcionamento da Ilha do Presídio. A escolha do desfecho em 1973 se dá pelo fato de que depois deste ano não há mais presos políticos no lugar. Houve um desmantelando da maioria das organizações de guerrilha urbana. Posteriormente em 1974 iniciou-se o processo de distensão com a proposta de “abertura lenta, gradual e segura”, designado pelos grupos militares, apoiadores de Ernesto Geisel na presidência. Em realidade, tal objetivo não passava ainda, de intenções. No governo Geisel, o aparato repressivo foi responsável pelas mortes sob torturas, de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, como também se travou a batalha final contra a guerrilha do Araguaia.

A Ilha do Presídio fez parte da estratégia repressiva inserida no conjunto de instituições e órgãos do Estado de Segurança Nacional, ao combate dos movimentos de oposição ao novo regime na região metropolitana de Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. No transcurso dos

nove anos de funcionamento (1964-1973) destacamos a existência de dois momentos distintos de uso e organização do cárcere político.

O primeiro se vincula ao período imediato do golpe de Estado e à deflagração da “operação limpeza” acarretando a perseguição de diversos setores – militares, estudantes, políticos, trabalhadores e camponeses – defensores do governo Jango. Nesta fase, que ocorreu de 1964 até 1967, a Ilha do Presídio foi utilizada para confinamento de presos políticos de modo clandestino, improvisado e sem condições humanas mínimas para cumprir tal objetivo, tendo baixa visibilidade burocrática. À época, o uso da Ilha enquanto presídio comum era conhecido; no entanto, seu uso político não. Os presos que foram parar na Ilha neste período estavam escondidos e incomunicáveis. Nessa fase houve reduzida quantidade de presos. Entretanto ficou marcado pela prisão do sargento Manoel Raymundo Soares, opositor da ditadura que foi encontrado morto no lago Guaíba boiando com as “mãos amarradas²”; por isso, tal fato ficou conhecido como “caso das mãos amarradas”.

Entre 1968 e 1969, a Ilha suspendeu as prisões políticas em função das transformações sucedidas no governo do país. Castelo Branco passava o comando político ao general Costa e Silva, representante de uma facção muito mais dura, o que significava o endurecimento do regime e, por conseguinte, a reformulação do aparato repressivo em suas práticas, ocorrendo maior centralização e coordenação metódica no combate aos opositores da ditadura. Este segundo momento se caracterizou pelas mudanças impostas pelo Ato Institucional nº5 (AI-5). Verificou-se assim maior racionalidade nos órgãos e instituições da repressão, com uma nova utilização da Ilha do Presídio, no contexto de maior perseguição, espionagem, volume de prisões, torturas e desaparecimentos da ditadura para com seus opositores. Estes possuíam perfil diferente dos presos da fase anterior, pois eram militantes de organizações armadas, em sua maioria, com táticas de vanguardas revolucionárias devido a o recuo da luta de massas. Dessa maneira, entre 1970 e 1973, as práticas de perseguição política e a detenção na Ilha estiveram relacionados à crescente organização da estrutura repressiva para dissuadir os movimentos a potencialidade da guerrilha urbana. No período, a Ilha do Presídio teve uma

² O sargento Manoel Raimundo Soares foi um dos líderes do movimento dos sargentos que desafiou a hierarquia do Exército no período anterior ao Golpe de 1964. Sua militância causou seu expurgo da instituição, passando então a organizar a resistência de militares nacionalistas vinculados a Leonel Brizola. Seu assassinato e o modo como foi encontrado morto repercutiu muito na imprensa e no Legislativo estadual, sendo aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o caso, tendo projeção nacional. Em nosso estudo seu caso é símbolo da primeira fase. Sua história será analisada em detalhes no terceiro item do capítulo dois.

funcionalidade no combate à resistência, apresentando maior quantidade e rotatividade de presos.

Com isso, busca-se nesta pesquisa elucidar questões significativas quanto ao uso da Ilha do Presídio no contexto de crescimento da repressão na ditadura. Quais eram os objetivos do Estado de Segurança Nacional em confinar, esconder e isolar os opositores ao regime na Ilha do Presídio? De que modo o caso “mãos amarradas”, fato emblemático da primeira fase de 1964 a 1967, influenciou na fase seguinte da utilização da Ilha pela repressão? Neste contexto, em nível nacional, crescia o combate às organizações de esquerda ligadas a luta armada, verificada na institucionalização do DOI CODIS e na criação de grupos policiais clandestinos como os esquadrões da morte. Considerando isso, a tortura foi uma prática repressiva marcada somente por agressões físicas, ou existiram outras formas, como a psicológica, por exemplo?

Pretende-se com essas indagações depurar o papel desempenhado pela repressão e o perfil dos militantes que estiveram na resistência, tornados prisioneiros na Ilha do Presídio. A dialética integrada à dinâmica da luta de classes permitiu verificar o crescimento da repressão do Estado de Segurança Nacional e a radicalização da luta armada na oposição à ditadura. A tendência geral válida para o plano nacional – endurecimento e maior repressão da ditadura na segunda fase – não encontrou correspondência direta na Ilha do Presídio, ocorrendo questões particulares da dinâmica local que resultaram num funcionamento próprio e contraditório com o contexto geral da repressão entre 1970 e 1973 especificamente. Embora não ocorresse tortura física na Ilha, os presos do período, em sua maioria eram retirados para serem torturados sistematicamente nos órgãos repressivos, sobretudo no DOPS. Com isso, a tortura continuava fazendo parte do cotidiano dos detentos.

A hipótese da dissertação considera que entre as fases descritas, na Ilha do Presídio houve um movimento contrário à tendência geral do endurecimento da ditadura a nível nacional. Durante os anos de 1964 a 1967, configurou-se o combate na intenção de eliminar os setores vinculados ao trabalhismo e ao governo Jango tendo, com o passar dos anos, o descumprimento gradativo dos preceitos jurídicos que vigoravam na democracia. Postura perceptível em litígios ocorridos entre o Superior Tribunal Militar e o Supremo Tribunal Federal concernente a autorização de *habeas corpus* aos atingidos pela repressão no período. Vale destacar também, que nesse momento a imprensa tinha relativa liberdade de expressão em suas notícias. Todavia, foi justamente nesse contexto que a Ilha do Presídio foi palco de brutal repressão contra os presos existentes; escondidos da sociedade, sofriam

torturas improvisadas, como afogamentos, por exemplo, e não a tortura tecnicista da fase subsequente. Com isso, a hipótese norteadora da pesquisa reside em apontar que nas duas fases de institucionalização da repressão, em âmbito nacional, houve o endurecimento da primeira à segunda. Já na Ilha do Presídio, em âmbito local, se efetivou o contrário. Essa inversão aconteceu devido ao alcance que o caso “mãos amarradas” tivera na imprensa, no Legislativo e Judiciário estadual (fato sucedido antes do AI-5, período em que a censura ainda era moderada). O evento e seus desdobramentos tornaram-se decisivos para “suavizar” a repressão e o confinamento concentracionário durante os anos de 1968 a 1973 na Ilha. Portanto, nela configurou-se uma exceção em relação ao RS (afinado com a lógica nacional). A morte do sargento Manuel Raymundo Soares revelou o uso da Ilha enquanto presídio político e, a partir de então, o espaço passou a ter maior visibilidade. Por esta razão o cárcere político na ilha foi institucionalizado sendo alvo de maior fiscalização.

A pesquisa tem por objetivo geral compreender a dinâmica da repressão na Ilha do Presídio articulada com as dinâmicas regional e nacional da ditadura no Brasil. Especificamente almeja-se estabelecer uma periodização da dinâmica repressiva na Ilha do Presídio; comparar as fases com intuito de evidenciar permanências e mudanças entre elas e identificar a relação da dinâmica local (RS) com a dinâmica nacional e apontar suas similitudes e contradições.

A investigação visa contribuir à compreensão da Ilha do Presídio como um espaço de repressão política na ditadura pautada em análise de fontes de arquivos e centros de documentação e não somente em depoimentos e literatura memorialística; identificar os perfis dos presos e as organizações políticas de resistência a ditadura de Segurança Nacional (SN) que estiveram confinados no local; compreender como o mesmo serviu de cárcere para membros da resistência, especialmente as organizações VAR-Palmares e VPR, que tiveram grande quantidade de militantes detidos na segunda fase da repressão, entre 1968 e 1973; entender a relação da polícia civil e militar do RS, subordinadas às Forças Armadas, conforme os princípios da Doutrina de Segurança Nacional na administração penitenciária da Ilha do Presídio; e subsidiar informações sobre o uso da Ilha do Presídio em projetos patrimoniais de valorização do espaço como um lugar de memória da repressão e resistência durante a ditadura no Rio Grande do Sul.

A pesquisa se coloca dentro do campo da História das Relações de Poder Político-Institucionais envolvendo fatores sociais e econômicos. O diálogo com a sociologia política é um ponto central da perspectiva teórica analisada. Dar-se-á atenção à violência do Estado sob

a forma ditatorial, à resistência da sociedade frente a esta, e como cada uma vai se forjando dialeticamente em suas contradições. Na pesquisa ora proposta repressão e resistência são conceitos orientadores quanto à organização explicativa. Desta maneira, o Estado para alguns autores aqui considerados é o instrumento da classe dominante; logo, sua violência repressiva é a materialização da dominação de classe. Esta forma de análise visualiza na luta de classes o fator primordial do entendimento da dinâmica repressiva em sua relação dialética com a resistência. A referida luta de classes, pela mesma perspectiva, se desenvolve na compreensão das ideologias de segurança nacional assim como das vanguardas da resistência com suas táticas para atingir a revolução e superação do capitalismo. Portanto, são conceitos e perspectivas de análise envolvendo história da ditadura e economia política.

Os estudos que balizam essa posição teórica estão contidos nas obras de Maria Helena Moreira Alves, “Estado e Oposição no Brasil”, que reporta que o Estado de Segurança Nacional, mesmo com um projeto desenvolvido pela Escola Superior de Guerra (ESG), teve de adaptar-se à realidade como essa se apresentou e não como era imaginada por seus adeptos, moldando-se diante às vicissitudes dos desafios que a oposição, armada ou não, desenrolou no transcurso da ditadura. Como a autora sentencia

A permanente necessidade de alterar ou reconstruir as estruturas de coerção originou quatro graves contradições que se tornaram características da organização do Estado de Segurança Nacional. A primeira é a tendência a perder o controle do crescimento burocrático, em especial do aparato repressivo que pode constituir sua própria base de poder, independente do Executivo. Em segundo lugar, o Estado de Segurança Nacional é incapaz de eliminar completamente a oposição; cada campanha repressiva contra determinado setor da oposição leva ao embate setores até então não envolvidos, que protestam contra o uso da força. Em terceiro lugar, a tentativa de eliminar a oposição pela força ignora as injustiças reais que estão na raiz do conflito; a dissensão não é, assim, eliminada, mas simplesmente transferida de um para outro setor da sociedade civil. Por esta razão, finalmente, o Estado de Segurança Nacional é intrinsecamente instável, tendendo a um crescente isolamento. [...] Incapaz de eliminar as causas da dissensão e, portanto, de controlar e conter a oposição, o Estado de Segurança Nacional vê-se assaltado por diferentes contradições que originam uma situação de permanente crise institucional³.

³ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 33.

Alinhada a essa visão tem-se o seminal trabalho de René Armand Dreifuss “1964: A conquista do Estado”⁴ que analisa a construção da campanha de desestabilização do governo Jango como preparação ao golpe de classe que faz parte de sua interpretação do golpe de Estado ocorrido em 1964. Somado a esta, há o artigo de João Quartim de Moraes, contido no livro “O que resta da Transição”, cunhado em “A natureza de classe do Estado Brasileiro” redigido no contexto da ditadura no qual faz uma análise muito pertinente. Segundo ele:

O papel extramilitar das Forças Armadas no Brasil tornou-se historicamente uma militarização do aparelho do Estado. A burocracia militar participa, enquanto tal, no poder do Estado. Contrariamente ao totalitarismo nazifascista, no qual a direção do partido controla a polícia política, quem controla o partido é o Exército e é o comando dele que controla a polícia política (cujo organismo superior era o Serviço Nacional de Informação, que não era outra coisa senão a polícia secreta do Exército; o ditador Garrastazu Médici, por exemplo, foi durante um longo tempo chefe do SNI).⁵

No artigo “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”, Nilson Borges, esmiúça a utilização no Brasil dessa doutrina, inserida num contexto mundial de Guerra Fria, onde predominou a lógica da guerra interna e da luta antissubversiva. Adiante, tem-se o artigo “Esquerdas revolucionárias e luta armada”, de Denise Rollemberg, no qual a autora constrói um mapeamento das obras que se dedicaram às organizações de resistência à ditadura; e por fim, o artigo “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão” de Carlos Fico, onde destaca a conquista do projeto golpista de 1964, na direção do crescimento da burocracia do aparato repressivo como um todo⁶.

Quanto aos grupos de resistência que defendiam posições de luta armada seja no campo ou na cidade, estão os estudos de Jean Rodrigues Alves, “A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana”⁷, e Marcelo Ridenti, “O fantasma da revolução brasileira”; as teses de doutorado de Fábio Chagas sobre a “Luta

⁴ DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁵ MORAES, João Quartim de. A natureza de classe do Estado brasileiro. (p.91) In: PINHEIRO, Milton [et al]. O que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

⁶ Os três artigos citados estão em: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Brasil Republicano. Vol.4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

⁷ SALES, Jean Rodrigues. A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos 1960 e 1970⁸” e de Claudinei Rezende “Suicídio Revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas⁹”; e por fim o artigo de Carla Silva sobre os “Sequestros e terrorismo de Estado no Brasil: casos de resistência revolucionária¹⁰” que permitirão compreender as organizações de resistência que se constituíram contrárias ao projeto de modernização conservadora da ditadura brasileira, passível de análise como se vê a seguir:

A chamada luta armada constitui-se efetivamente no pólo mais extremado da resistência à ditadura no final da década de 60. Resistência no sentido libertário e não necessariamente institucional subversivo por excelência numa sociedade como a brasileira, com classes dominantes de tradição autoritária secular. Uma resistência armada contra aqueles que impunham uma ordem que recusava um lugar para a expressão libertária dos movimentos sociais; resistência não necessariamente enquadrável pelo sistema, ou cabível nos mecanismos tradicionais de contestação à ordem, como o PCB. Tratava-se de uma resistência marcada, sim, pela herança politizadora anterior ao golpe, como também pela agitação social e pela efervescência cultural mundial de 1968, pela crise das esquerdas no período, pela busca de novos modelos revolucionários internacionais – como de Cuba e os da guerra do Vietnã – que inspirassem soluções para os problemas vividos pela sociedade de classes no Brasil. Uma resistência também contra a ‘modernização conservadora’ da sociedade brasileira imposta pelo regime, como o arrocho salarial, o desemprego e outras medidas econômica e politicamente excludentes da maioria da população. Uma resistência armada que não implicava necessariamente a ideia de redemocratização, mas, sobretudo, a de revolução.¹¹

Outro plano de análise da pesquisa reside na institucionalização, crescimento e organização da repressão da ditadura brasileira. Entende-se, desse modo, a formação da burocracia e por outro lado, o aprofundamento à compreensão dos modelos gerais das ações dos agentes no funcionamento das estruturas repressivas. Aqui é possível verificar um diálogo da história com a sociologia compreensiva. burocracia, tipos ideais, subjetividade e por último a noção de que o Estado é a instituição que possui o direito exclusivo do uso legítimo da violência física e simbólica. Tais estudos analisam a polícia, a justiça e os agentes da

⁸ CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70. Rio de Janeiro: UFF, 2007. (Tese de doutorado)

⁹ REZENDE, Claudinei C. Suicídio Revolucionário: a Luta Armada e herança da quimérica revolução em etapas. – Marília, SP: 2010.

¹⁰ SILVA, Carla Luciana. Sequestros e terrorismo de Estado no Brasil: casos de resistência revolucionária. (*Izquierdas*), 49, outubro 2019. p. 1646-1669.

¹¹ RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Ed. Unesp, 1993. p. 64-65.

burocracia repressiva por sua racionalidade subjetiva de ação social, ou para ações políticas com objetivo de produzir efeitos decorrentes delas. Em nosso ponto de vista, tal perspectiva teórica colabora na compreensão da repressão ditatorial, entretanto percebe-se limites, pois acreditamos que a dinâmica repressiva está relacionada com fatores econômicos marcada pela etapa da luta de classes existente na formação social brasileira.

No que tange ao aparato repressivo consideram-se os dados levantados pelo livro de Carlos Fico, “Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política” onde demonstra a burocratização e racionalidade das instituições e do sistema repressivo brasileiro. A formação do setor das Forças Armadas que se configuraria na *linha dura* como força autônoma é objeto de sua análise, transformando-se em grupo de pressão sobre o primeiro governo militar, que no discurso, não pretendia ser uma ditadura longa, mas que acabou colaborando para

[...] aprovar uma Lei de Segurança Nacional, tipificando os crimes previstos na Constituição de 1967 [...]. O próprio Castelo colaborou com a definição de “segurança interna”, “guerra psicológica” e “guerra revolucionária”, dando forma final ao texto que foi expedido através de decreto-lei, em 13 de março de 1967 (antevéspera da posse de Costa e Silva). Portanto, coube a Castelo Branco tornar legal a noção de “guerra interna” e permitir que brasileiros civis fossem indiscriminadamente acusados de “subversivos” – base jurídica e conceitual indispensável para que a linha dura passasse da simples condição de grupo de pressão para a perigosa posição de “sistema de segurança, com a permissão para investigar, prender e interrogar, erigindo-se em polícia política.¹²

A participação das polícias como fator essencial na repressão é analisada no trabalho de Martha Huggins, em “Polícia e Política – relações EUA e América Latina”, onde aborda a influência e o treinamento que as polícias da América receberam das agências estadunidenses para atuar, sob o signo de cooperação. Representando, em última instância, os interesses *yankees* no continente e de seus aliados locais. No prefácio da referida obra Paulo Sérgio Pinheiro constata a existência de:

[...] assessores policiais americanos monitorando a operação inicial limpeza promovida pelos IPMs logo depois do golpe militar de 1964 no Brasil [...] essa presença direta de assessores policiais será intensificada depois do AI-5 [...] uma das mais importantes contribuições do livro é o exame da

¹² FICO, Carlos. Como eles agiam. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 55-56.

progressão de formas ilegais de práticas policiais, como a evolução do esquadrão da morte como parte da instituição policial para esquadrões da morte menos controlados diretamente. [...] apesar da suspensão da assistência econômica ao Brasil, por causa do AI-5, em 1969, após esse novo recrudescimento da repressão o número de policiais levados aos Estados Unidos para treino foi quase três vezes maior do que no ano anterior. A assistência americana a formas arbitrárias da violência de Estado, como a Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo, organização policial clandestina, paralela às policiais, financiada por empresários paulistas, fica também comprovada: a Office of Public Safety, que coordenava nos EUA a cooperação policial, encorajou autoridades brasileiras a montar a organização, e apoiou-a, depois que a OBAN estava envolvida em torturas e assassinatos. O EUA teve, portanto envolvimento no treinamento, tecnologia e no apoio político a uma polícia e a governos envolvidos em tortura, desaparecimentos e assassinatos.¹³

Também de Martha Huggins, o livro “Operários da Violência - policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras” desenvolve noções importantes sobre a tortura institucionalizada, como seus agentes as explicam e de que modo a estrutura repressiva os moldava enquanto operários da engrenagem de violência. Interessa problematizar a tortura desencadeada pela repressão e, particularmente, aferir sua existência na Ilha. Para tanto, algumas chaves interpretativas de Huggins podem ser úteis como se vê a seguir:

Por que homens comuns torturam e assassinam em nome do Estado? Como os perpetradores da violência explicam e justificam sua ação? Qual o resultado de seus atos criminosos – para as vítimas, para eles próprios e para a sociedade? Que lembranças de suas atrocidades admitem e quais delas se tornam história pública? [...] Em 1993, foram realizadas entrevistas sistemáticas, com 23 policiais brasileiros, catorze dos quais foram identificados como torturadores e/ou assassinos oficiais ou semioficiais agindo em nome do Estado – homens a que nos referimos como os ‘perpetradores diretos’ da violência, em nossos ‘operários da violência’. Por meio de relatos desses perpetradores diretos da violência e, às vezes, comparando-os com os nove outros entrevistados que rotulamos de ‘facilitadores da atrocidade’ – por terem participado indiretamente da violência – podemos aprender algo sobre a violência sancionada pelo Estado no Brasil, para em seguida reconstruir a memória social a respeito dela.¹⁴

¹³ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio à edição brasileira In: HUGGINS, Martha. Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998. p.XV.

¹⁴ HUGGINS, Martha K. Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: Ed. UnB, 2006. p. 37.

Ao reportar-se sobre a violência estatal, o conceito de Terror de Estado (TDE) adotado pelos países do Conesul da América, frente à ameaça subversiva, assume relevância. Desse modo, nos apoiaremos no que desenvolveu Enrique Padrós, autor que destaca que a estratégia do TDE serviu à necessidade do capital internacional e as elites locais em promover novos padrões de acumulação com intuito de enfrentar as tensões provocadas pela radicalização social na América Latina, especialmente depois da Revolução Cubana.

Nas experiências de TDE, a combinação da violência direta (ativa) com a violência irradiada (potencial), mecanismo componente da “pedagogia do medo” visa produzir terror e temor pelo exemplo “educar” na atividade passiva, submissa, indiferente e, se for possível, cooptar para o colaboracionismo. Separar a análise da repressão dos interesses econômicos, em nosso ver, revela-se insuficiente à compreensão do processo de dominação política que utiliza a violência do Estado, como um recurso para garantir interesses de classe e geopolíticos dominantes. Em todas as ditaduras de SN da América Latina, a DSN servira de matriz ideológica para manter e enquadrar economias dependentes no sistema capitalista mundial, logo a interferência da potência estadunidense nas ditaduras do continente é central. Como diz Padrós:

[...] deve-se avaliar a introjeção das diretrizes estadunidenses sobre a Guerra Fria e a implementação de medidas que, dentro dos marcos gerais da DSN, legitimaram a organização da superestrutura estatal, a qual cumpriu exigências necessárias para satisfazer dois objetivos fundamentais atribuídos pelos EUA. O primeiro, a liquidação dos projetos de mudança social existentes antes dos golpes de Estado. O segundo, a criação de condições necessárias para disciplinar a força de trabalho, em particular, e a sociedade, em geral, como fator de atração de capital internacional. [...] Diante dos primeiros sinais de resistência contra esse quadro, a DSN legitimou, em nome do capital internacional e dos seus aliados locais, o uso do terror de Estado. [...] A essência da análise do TDE não está na comprovação da discriminação da tortura ou da censura, por exemplo, e sim na compreensão da abrangência da multiplicidade e da complementação das iniciativas repressivas que, sob hipótese alguma, podem ser reduzidas à violência física é que compõe esse quadro opressivo “cinzento”, resultado da dinâmica de aplicação do Terror de Estado. [...] o TDE foi uma variante da violência de classe, que nele a imposição da força coercitiva, punitiva ou de “ação pedagógica” do poder do Estado se orientou, fundamentalmente e sistematicamente a provocar o medo dissuasivo, o que de fato ocorreu, através de meios variados e eficientes como coerção física, psicológica e econômica. [...] Confluindo com os objetivos de despolitização e desmobilização, é pertinente ressaltar que as ditaduras de SN procuravam

esconder, com seus discursos patrióticos, moralistas e tecnocráticos, a conformação de políticas de TDE e que estas se constituíram em estratégias contextualizadas de luta de classes.¹⁵

No que tange ao aspecto jurídico, deve-se analisar a problemática que a ditadura assumiu, com o livro “Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, Chile e Argentina”, de Anthony Pereira¹⁶, para depreender o tipo de relação estabelecida entre as Forças Armadas e o Judiciário em chave comparativa com as experiências do Chile e da Argentina. O autor revela que o grau de legalidade existente em cada país esteve diretamente relacionado à possibilidade de punição dos agentes da repressão no período democrático desses países. A aparência de legalidade que a ditadura teve no Brasil é apontada como uma das razões de não ter ocorrido punição acerca da repressão efetivada. Desse modo, a legalidade autoritária da Ditadura de Segurança Nacional produziu significativa documentação, configurando-se, de fato, num “verniz” judicial burocratizado maquiando a face repressiva. Ou seja, encobria mais do que esclarecia transparecendo sensação de pleno funcionamento institucional.

Alguns estudos realizados dedicaram-se a compreender a Ilha do Presídio abordando seus aspectos geográficos e socio-históricos. Outros desenvolveram sobre a temática da repressão e a resistência inseridas no contexto regional, nacional e mesmo internacional, pois o Rio Grande do Sul foi um território fundamental na rota de exílio de militantes perseguidos pelo Estado de Segurança Nacional em todo o Brasil. Na presente dissertação, a Ilha do Presídio, a repressão e a resistência, constituem-se nos campos conceituais que balizam o problema histórico dialético entre as dinâmicas estadual e nacional estabelecidas.

Sobre a Ilha do Presídio iniciaremos considerando três obras. Uma delas reside no TCC em História/UFRGS defendida em 2016 por Liziê Vargas, com título “A Ilha do Presídio em Cena: o espetáculo Viúvas – performance sobre a ausência”, que analisa o uso do teatro pelo grupo de atores Oi Nós Aqui Traveis, na construção da memória da repressão evocando a necessidade de lembrar-se de experiências traumáticas violadoras de direitos humanos. O

¹⁵ PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. (História & Luta de classes). p. 48-49.

¹⁶ PEREIRA, Anthony W. Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

trabalho tem importante contribuição por historicizar a Ilha do Presídio em seus percursos como se vê abaixo referente à primeira fase de nossa pesquisa:

[...] a partir da instauração da Ditadura, em 1964, começa a ser orientado seguindo a lógica das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e se torna uma das ferramentas principais do aparato repressivo do Estado. O Presídio da Ilha, portanto, se insere nesse cenário de repressão política servindo de espaço para a implantação das medidas de privação da liberdade para quem fosse considerado contrário ao regime. Nesse contexto, como aponta o Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (IARGS), em relatório protocolado na Assembleia Legislativa do RS em 1967, a Ilha seria usada pelas autoridades para ‘esconder as vítimas de suas atrocidades’, já que as prisões arbitrárias não possuem registros oficiais ou acusações formais que legalizassem as referidas prisões. Da mesma forma, o relatório se refere aos casos em que os presos passavam por interrogatórios e torturas antes de serem encaminhados para o presídio, chegando ao local com as marcas corporais ou psicológicas consequentes das atrocidades cometidas na sede do DOPS.¹⁷

Outra obra chama-se “Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias” organizada por Christa Berger e Beatriz Marocco¹⁸. Sua validade na pesquisa deve-se prioritariamente, pelos depoimentos e fragmentos de testemunhos que ex-presos da Ilha relataram a estudantes de jornalismo da Unisinos. Entre os relatos constam presos que aparecem na documentação dos processos de indenização do APERS e outros que neles não constam.

Analisando na perspectiva arqueológica há a dissertação de Jocyane Baretta denominada “Arqueologia e a construção de memórias materiais da ditadura militar em Porto Alegre/RS”. Trata-se de um estudo valioso a nossa pesquisa, por debruçar-se na análise nas memórias de quem vivenciou as ações repressivas relacionadas com a cultura material da repressão. Baretta desenvolveu uma arqueologia da repressão e da resistência, investigando dois espaços utilizados pela ditadura em Porto Alegre, o Dopinha e a Ilha do Presídio. Sobre o último catalogou-o como sítio arqueológico RS.JA-84, sendo significativo para dar justificativa ao IPHAE no tombamento do patrimônio.

Além destes, há o significativo estudo da ditadura em âmbito regional nomeado “A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)” dividido em quatro volumes, contendo vários artigos, sob a coordenação de Enrique Serra Padrós, Vânia M.

¹⁷ VARGAS, Liziê. A Ilha do presídio em cena: o espetáculo Viúvas – performance sobre a ausência. Porto Alegre: 2016. TCC História/UFRGS.

¹⁸ BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias. Porto Alegre: Libretos, 2008.

Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez e Ananda Simões Fernandes. No volume dois dedicado a ‘repressão e resistência nos anos de chumbo’, o artigo introdutório constata que:

Um mecanismo fundamental da repressão utilizado pela ditadura foi a polícia política de cada estado brasileiro, no nosso caso, o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul, localizado em Porto Alegre, com sede no Palácio da Polícia. [...] Porém, cabe citar outros órgãos responsáveis pela repressão, tais como o III Exército, com sede em Porto Alegre, e a polícia militar. Suas instalações funcionariam como localidades de detenção, bem como a Ilha do Presídio, o presídio Central, o Presídio Madre Pelletier.¹⁹

No referido artigo podemos ver também a resistência existente no Rio Grande do Sul, descrevendo as principais organizações de guerrilha urbana:

[...] vários foram os grupos armados – embalados pelo êxito da Revolução Cubana – que atuaram no nosso estado, realizando, muitas vezes, ações conjuntas. O Rio Grande do Sul teve, até mesmo, o grupo Marx, Mao, Marighela e Guevara (M3G), que se restringiu à região da Grande Porto Alegre. [...] Em algumas vezes, a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) participava das ações juntamente com o M3G. Em abril de 1970, após a tentativa fracassada do sequestro do cônsul norte americano em Porto Alegre, realizado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), grande parte das organizações da luta armada foi desbaratada pela repressão²⁰

A relevância do DOPS no funcionamento da repressão foi desenvolvida por Caroline Bauer na dissertação “Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação da polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)²¹”. Nesta, há um diálogo com nossa pesquisa pela existência de evidências que demonstram a conexão entre o DOPS e a Ilha do Presídio, já que em muitas trajetórias de confinamento verificadas nos processos de indenização do APERS, foi possível verificar presos que estiveram nos dois lugares. A análise dessa relação do DOPS com a Ilha do Presídio é uma questão importante de elucidar na pesquisa.

¹⁹ PADRÓS, Enrique Serra; SIMÕES, Ananda Fernandes. *Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os ‘anos de chumbo’ no Rio Grande do Sul.V.2 Repressão e resistência nos anos de chumbo*. In: PADRÓS [et al] *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. 3ªed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014.

²⁰ Op. cit. p 43.

²¹ BAUER, Caroline. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Porto Alegre: 2006. p 255-256. (Dissertação de Mestrado – História/UFRGS).

O livro “Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História recente”, especificamente o artigo “Ditadura civil militar e historiografia: repressão e resistência no Rio Grande do Sul” – assinado por Diorge Alceno Konrad, Rafael Fantinel Lameira e Matheus da Fonseca Capssa Lima – tornou-se fundamental por apresentar posições teóricas e conceituais relativo ao Golpe de Estado de 1964 que circulam no debate historiográfico brasileiro. Juntamente a isso se desenvolve, neste artigo ainda, uma narrativa sobre os fatos da dinâmica da repressão e resistência no Rio Grande do Sul, valiosos à pesquisa. Nesse mesmo livro há diálogos com outros artigos como “A UNE no contexto da ilegalidade e da luta armada”, ilustrando a opção pela luta armada no RS. Ademais sobre a dimensão regional existem possibilidades comparativas, circunscrita ao recorte cronológico e temático parecido ao desta dissertação, embora não ao mesmo espaço, sendo eles: “A coordenação repressiva entre a ditadura civil militar brasileira e o Uruguai”, de Ananda Simões Fernandes e o artigo de Marla Barbosa Assumpção “A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: o estado gaúcho como um espaço-chave no mapa da mobilidade da repressão e da resistência”²².

Mais duas referências discorrem com enfoques diferentes: a questão do terrorismo de Estado e a prática da tortura pela repressão no Rio Grande do Sul. O primeiro deve-se ao trabalho de conclusão em Ciência Política, de Carlos Artur Gallo “A Política na balança e o caso das mãos amarradas” no qual o autor analisa dentro do espectro da legislação internacional dos Direitos Humanos o caso do assassinato, sob custódia da Brigada Militar, do sargento Manoel Raymundo Soares, bastante noticiado na época, que acabou gerando forte pressão social sobre a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) para abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Esta, para apurar o episódio defrontou-se com obstáculos burocráticos, policiais e jurídicos, em suas investigações para conseguir apontar os responsáveis. Como afirma Gallo:

Jamais se saberá ao certo o que aconteceu no período compreendido entre os dias 13 e 24 de agosto de 1966, contudo, embora inicialmente o DOPS tenha tentado afastar sua responsabilidade pela morte de Manoel Raymundo Soares (cujas descobertas do cadáver inicialmente ganhara às páginas dos jornais sem que se soubesse de quem tratava), devido à repercussão do caso na sociedade, ensejou-se a realização de uma Comissão Parlamentar de

²² PADRÓS, Enrique Serra (org). CONE SUL em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História recente. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013.

Inquérito (CPI) pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, e, além disto, foi designado o promotor Paulo Cláudio Tovo para proceder à realização de uma investigação sobre o caso (cujos resultados foram narrados em relatório por ele corajosamente elaborado) para instruir o Inquérito Policial, ficando evidenciado, em ambas as averiguações, que as alegações dos órgãos militares eram falsas e, o que é mais grave, que a morte do preso político era de responsabilidade dos agentes da repressão, mais precisamente, do Major Luiz Carlos Menna Barreto, do Delegado José Morsch e demais integrantes de suas equipes [...]. No que se refere às circunstâncias do crime, foi constatado que Manoel morrera entre os dias 13 e 20 de agosto devido à realização de uma sequência de “caldos” ou “afogamentos” por parte dos agentes do DOPS, e, mesmo em estado de decomposição, verificou-se, ainda, que o cadáver apresentava sinais prováveis resultantes de tortura física, conforme conclusões apresentadas pelo promotor Paulo Cláudio Tovo²³.

Outra referência é o artigo de autoria de Mário Maestri e Helen Ortiz, denominado “Por mais terra que eu percorra...”²⁴ onde descreve-se a trajetória do sargento Manoel Raymundo Soares, cuja morte foi o centro de suas atenções, junto de uma avaliação da realidade socioeconômica do contexto político brasileiro nos primeiros anos da década de 1960. Desdobra ainda, a importância de Soares na liderança do movimento da suboficialidade do Exército (os sargentos) que optara pela defesa do projeto nacional-desenvolvimentista do governo Jango. A eliminação do militante representou o fim da primeira forma de resistência dos grupos aliados com o golpe de Estado de 1964.

Na utilização de arquivos oriundos de órgãos repressivos em períodos ditatoriais tem-se o livro, em espanhol, “Los archivos de La represión: documentos, memória y verdad”, organizado por Ludmila Catela e Elizabeth Jelin²⁵, composto de vários artigos. O primeiro artigo, “Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión”, assinado por Elizabeth Jelin, a autora desdobra-se sobre os sentidos que a documentação apresenta na relação do passado/presente, pode ser acionada por diferentes motivos sejam de reparações econômicas, administrativas, mas também por interesses comunitários, simbólicos e na formação de identidades coletivas.

²³ GALLO, Carlos Arthur. A política na balança e o caso das mãos amarradas: um estudo de caso sobre política e justiça no Brasil pós Ditadura civil militar (1964-1985). Porto Alegre: 2010. (TCC Bacharelado em Ciências Sociais/UFRGS). p. 51-52.

²⁴ MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen. Por mais terras que eu percorra... In: O Direito na História / Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Coordenadoria de Documentação. – N. 1, (mar./out. 2008) – Porto Alegre: TRF 4ª Região, 2008.

²⁵ CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (comps.). Los archivos de La represión: documentos, memória y verdad. Madrid: Siglo XXI España Editores, 2002.

O segundo artigo destacado é “Territorios de la memoria política, Los archivos de La represión en Brasil”, assinado por Ludmila da Silva Catela²⁶. A autora compara os processos de transferência, de transposição à esfera pública dos acervos documentais da repressão brasileira, analisando as ambiguidades de um Estado repressivo, no tratamento da tortura e a formalidade judicial documentada; nas perdas e ausências documentais possibilitadas pela Lei da Anistia e por fim, a relação dos arquivos e os espaços públicos, dos usos da memória e da história, bem como nas lutas simbólicas, pensando os arquivos como territórios de memória.

Em termos metodológicos iniciaremos elencando os presos políticos que tiveram passagem pela Ilha do Presídio. Foram encontrados 73 casos no catálogo da Comissão Especial de Indenizações do APERS²⁷. A partir desses militantes, foi possível coletar dados²⁸ dos processos indenizatórios/fontes, verificando as organizações de pertencimento e período de prisão. Tais informações contribuem para delimitar as fases da Ilha²⁹ como estrutura de confinamento. A partir da análise quantitativa foi possível tecer correlações, analogias e comparativos, para depois, analisar cada trajetória dos militantes presos e os documentos existentes em seus respectivos processos. Essa documentação permite avaliar o perfil e dinâmica de atuação da repressão bem como a exposição dos fatos sofridos que comprovam prisões, maus tratos e sevícias. Nesse ponto em particular, cabe comentar que nas informações dos processos, os requerentes relatam os danos físicos e psicológicos sofridos e, também, mencionam os nomes de agentes responsáveis pela mesma violência sofrida. Sendo assim, através das alegações dos requerentes, serão confrontados documentos repressivos oficiais, demandados aos órgãos pela CEI/RS na intenção de corroborar ou negar a procedência do pedido dos mesmos.

Desenvolver uma pesquisa sobre a repressão e a resistência na ditadura brasileira (1964-1973) tem valor para compreender a fragilidade democrática e os mecanismos de blindagem

²⁶ Há também outro artigo. CATELA, Ludmila da Silva. Do segredo à verdade... processos sociais e políticos da repressão no Brasil e na Argentina. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida. (org.) – São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. p. 444-471.

²⁷ RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil. Porto Alegre: CORAG, 2014. A Comissão Especial de Indenização foi criada pela Lei Estadual 11.042/1997 e fixando novo prazo na Lei Estadual 11.815/2002.

²⁸ Armazenados por meio de fotografias digitais, sendo depositados em pastas de arquivo de cada preso em nosso computador.

²⁹ A primeira fase consistiu em 8 presos (1964 – 1967), tendo como evento símbolo: a morte do sargento Raymundo Soares, conhecido o caso das mãos amarradas; já na segunda fase existiram 65 presos (1968 – 1973) com grande quantidade de presos na Ilha. As organizações com maior presença de presos foram VAR PALMARES e VPR, que estiveram entre os anos 1970 e 1972, predominantemente.

às liberdades que se manifestaram mais nitidamente, em nosso país e no mundo, depois da crise econômica de 2008, mas eram latentes considerando a forma democrática estabelecida no pós-ditadura. Com isso, conhecer o período repressivo e os conflitos entre oposição e Estado de Segurança Nacional na última ditadura brasileira, serve para refletir sobre como sucedeu a repressão contra quem defendia as liberdades democráticas, a quem adotava posições reformistas na redução das desigualdades e/ou aqueles que desejavam a superação do capitalismo.

Nas últimas décadas houve um crescimento de pesquisas sobre as ditaduras da América do Sul, principalmente pelo maior acesso a documentos e processos de justiça de transição desenrolados em muitos países, como também pelo acesso à documentação da presença e cooperação dos Estados Unidos nos golpes de Estado e com as ditaduras. Houve também um crescimento de pesquisas mais localizadas tratando das especificidades de cada região para compreensão da relação da totalidade do processo histórico com experiências mais pontuais/locais. A atual pesquisa se coloca nessa intencionalidade, qual seja, de compreender a particularidade da repressão da Ilha do Presídio articulada com o conjunto do aparato repressivo em âmbito regional, nacional e até mesmo internacional, já que o Rio Grande do Sul teve importante papel na fuga para o exílio ao Uruguai, por exemplo.

Em síntese, a pertinência de pesquisar a repressão na Ilha do Presídio, seus mecanismos de controle e dominação bem como o perfil dos presos e suas organizações se coloca na tentativa de auxiliar a compreensão desse processo histórico, com base nas fontes de arquivo. Temos a preocupação de sistematizar o funcionamento da Ilha do Presídio no contexto geral do aparato repressivo do Estado de Segurança Nacional. Com isso, a pesquisa dialogará teórica e metodologicamente com a produção científica que pesquisadores já tem desenvolvido³⁰. A originalidade da proposta se dá em dois aspectos: um concernente ao tratamento sistemático da função da Ilha como local de repressão vinculado ao contexto geral de estágio repressivo na sociedade brasileira sob a forma de ditadura. Assim como periodizar suas fases de controle e dominação dos agentes opositores a ela. E um segundo aspecto por debruçar-se sobre fontes disponíveis, como os processos de indenização a ex-presos políticos alojadas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

³⁰ BARETTA, Jocylene Ricelly. Arqueologia e construção de memórias materiais da Ditadura militar em Porto Alegre/RS (1964/1985). Campinas, SP: [s.n.], 2015.

A dissertação está organizada em três capítulos para analisar a partir da Ilha do Presídio, a repressão e a resistência no Rio Grande do Sul. No primeiro capítulo “Descaminhos de uma Ilha” se desenvolverá, inicialmente, considerações geográficas sobre o lugar na sua formação geológica inserida no contexto hidrográfico do Delta do Jacuí, Lago Guaíba e Lagoa dos Patos. Em seguida traçaremos um panorama sobre a existência de ilhas presídio na história, verificando a recorrência do uso destes espaços no mundo e no Brasil. Por último, teceremos definições conceituais sobre a identidade da Ilha do Presídio e a construção das fontes analisadas no que se refere aos campos da Memória e da História. Entre os estudos produzidos nas universidades brasileiras, ainda há poucos voltados para as experiências de presos políticos nos cárceres do país, especialmente os de fora do eixo Rio – São Paulo.

No segundo capítulo, “Um esconderijo repressivo no Guaíba (1964-1967)” desenvolveremos uma retomada histórica para situar os processos sociais, políticos e econômicos, em diferentes escalas de espaço, a fim de localizar as motivações do governo estadual que transformaram a Ilha em presídio. Na sequência, destacaremos os percursos repressivos e de resistência relacionados aos presos políticos da Ilha no período. Descreveremos o perfil dos militantes entre 1964 e 1967, analisando detalhadamente oito casos e outros que remetam destaque no convívio destes, encontrados nos processos de indenização alojados no APERS. Destacaremos os documentos comprobatórios e suas origens institucionais, mapeando a ação de repressão e resistência, bem como, localizando a temporalidade dos acontecimentos. Por último analisaremos detalhadamente o caso “mãos amarradas”, fato emblemático desta primeira fase na tentativa de enquadrar o fato como uma situação de TDE.

No terceiro capítulo, denominado “Repressão e resistência apresentam suas armas (1968-1973)” será analisado inicialmente, as mudanças da estrutura repressiva no Brasil e no Rio Grande do Sul, provocadas no contexto do biênio de 1968/69 e na formação das organizações de luta armada no estado. Mais adiante verificaremos a Ilha do Presídio³¹ no itinerário dos presos políticos, destacando caso por caso, os sessenta e cinco confinados nesse

³¹ Da totalidade de 73 presos políticos que estiveram na Ilha entre os anos 1964 a 1973, encontramos nos processos da CEI/RS as respectivas organizações: VAR-Palmares (29), VPR (14), PCB (9), POC (6), MR 26 (6), PCdoB (6), Sem partido/organização (3), FBT da QI (3), MCR (3), AP (2), M3G (2), PTB (2), MDB (1), FARP (1), MR 8(1), Grupo dos Onze (1), UNE (1).

período. Por fim, teceremos algumas considerações relativas ao cotidiano dos presos na dinâmica da segunda fase da ilha como cárcere político. Fonte sensível da história recente, o conjunto documental produzido pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas possui uma especificidade característica, os documentos que compõem os acervos provenientes das forças repressivas servem no presente para atividades opostas à sua origem – produzidas para coordenar ações repressivas, agora podem ser usadas para compensar as vítimas pelas arbitrariedades e violações dos direitos humanos.



Figura 1: Fotografia atual das ruínas do Presídio. Colunas do lado leste. Denise Silveira



Figura 2: Fotografia atual das ruínas do Presídio. Escadaria central. Denise Silveira

1. DESCAMINHOS DE UMA ILHA

*“Havia uma dolorosa contradição entre os caprichos da natureza que generalizou a beleza para todos e os homens que a usavam para atemorizar, transformando-a em grilhões para o próprio homem”.*³²

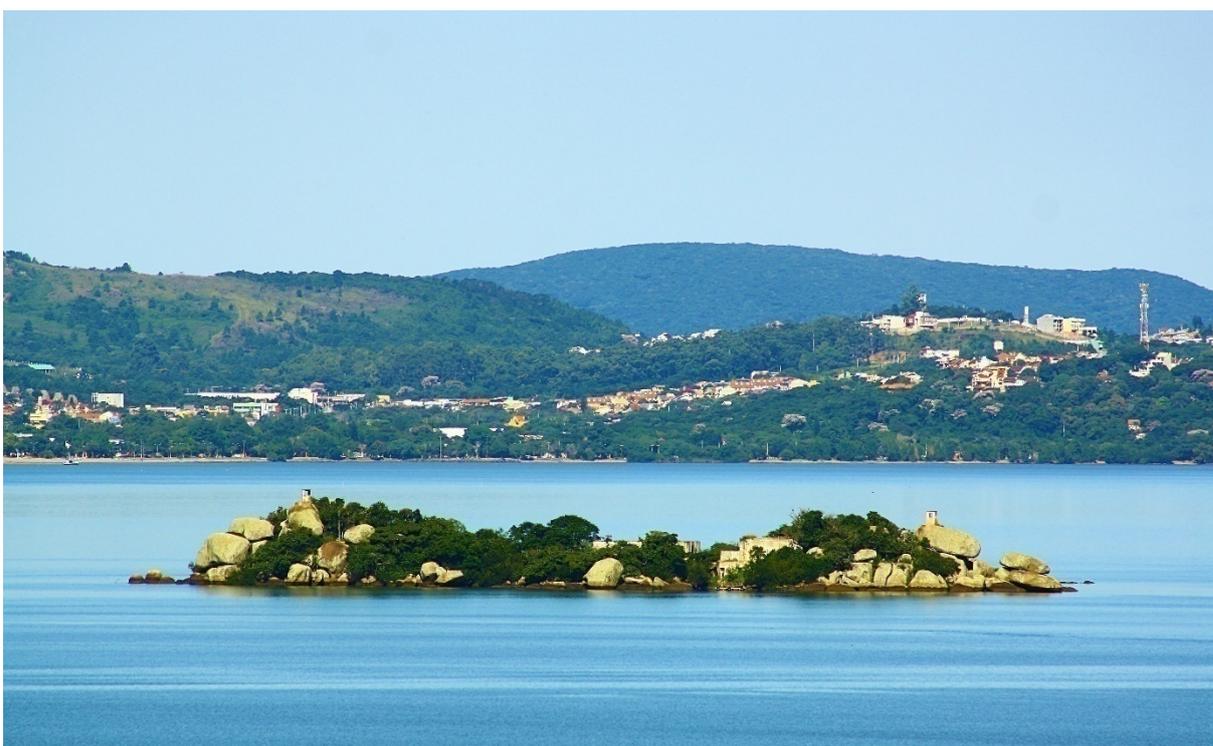


Figura 3: Fotografia atual da Ilha com as ruínas do Presídio. Lucas Pedruzzi

Ilhas são territórios geográficos com particularidades que lhes permitem muitas vezes desenvolver um ecossistema próprio e que permitem aos seres humanos usá-las como pontes que interligam um território a outro, ou ainda, como forma de proteção e isolamento. A relação das ilhas com a História muitas vezes foi profícua. Através das ilhas descobertas científicas puderam ser realizadas, como por exemplo, a importância das Ilhas Galápagos na teoria da evolução de Charles Darwin, sobretudo quanto ao isolamento geográfico possibilitador de mutações genéticas que geram os processos de especiação. No que tange ao

³² MARTINS, Eloy. Tempo de Cárcere: memórias. Porto Alegre: Editora Movimento, 1981. p. 158.

conhecimento da adaptação ao meio, o processo de especiação se fortaleceu como hipótese em Darwin a partir da observação do isolamento dos animais nas Ilhas Galápagos, o que foi fundamental na sua construção teórica da adaptabilidade biogeográfica.

Na seara histórica das contribuições insulares ao conhecimento do passado, também temos as Ilhas Aleutas, na travessia dos povos pré-históricos pelo Estreito de Bering, que é uma das possibilidades de povoamento da América, bem como as ilhas do Atlântico, no período de glaciação do planeta, que podem ter permitido a travessia por rotas no oceano, reforçando a ideia de outros caminhos de povoamento pré-histórico do continente americano, como os destacados na teoria da arqueóloga franco-brasileira Niède Guidon. Esta pesquisadora coordena o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, local onde se encontraram os registros mais antigos de pinturas rupestres da América, com datação de 30 mil anos antes do presente. Somado a isto, o fóssil de Luzia descoberto em Lagoa Santa, em Minas Gerais no ano de 1975, sustenta um biotipo diferente de habitantes pré-históricos no continente. A partir disto, podemos verificar que ilhas possuem papel de extrema relevância nas explicações das origens das espécies e dos seres humanos no povoamento pré-histórico do continente americano.

Para criar relações entre a nossa Ilha e seu uso enquanto presídio, objeto de investigação desta pesquisa, iremos discorrer brevemente sobre outras ilhas que foram usadas como presídios e que possuem valor para a história política ocidental. Deste modo, buscamos situar as especificidades da Ilha do Presídio no contexto histórico, cultural e geopolítico. Portanto, no universo da teoria da História, faz-se necessário reportar ao pensamento de Fernand Braudel, principal expoente da segunda geração da escola dos *Annales*, onde afirma que o tempo e espaço, dois elementos intrínsecos da pesquisa histórica, se entrecruzam e geram três dimensões de temporalidade numa conformação geo-histórica, como verificamos abaixo em seu livro:

O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo... recolhe o espírito dos *Annales*, afastando-se definitivamente da “história historicizante”: o personagem central não é Filipe II, o soberano e estadista em cujo império “o sol nunca se punha”, mas o Mediterrâneo, um espaço marítimo. Inspirado pela forte tradição francesa da geografia humana com a qual os historiadores dos *Annales* mantinham diálogo, Braudel tenta construir nesse livro uma geo-história, cujo programa define: “Colocar os problemas humanos tal como os vê divididos no espaço e se possível, cartografá-los, uma geografia humana inteligente [...] colocá-los no passado tendo em conta o tempo”. Ao refletir sobre as relações entre espaço e tempo, Braudel chega à concepção da diversidade das durações antes referida: “Assim chegamos a uma

decomposição da história em planos desdobrados. Ou, se preferir, à distinção de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual”³³

Dentro dessa intencionalidade de duração longa esboçada por Fernand Braudel³⁴, o subcapítulo desenvolvido a seguir se dedica a explicar a formação do espaço, nos aspectos geológicos e hidrográficos que engendraram a Ilha do Presídio e o contexto natural no qual ela se insere. Das ilhas existentes no Delta do Jacuí (em torno de 17), a Ilha do Presídio possui uma característica peculiar, pois é a única com formação rochosa de origem magmática, enquanto as demais são originárias dos processos de sedimentação arenosa muito comum em bacias hidrográficas em forma de delta. A partir desta singularidade, em uma escala de tempo em que a espécie humana ainda estava por surgir, começaremos a traçar as características da Ilha do Presídio em nossa dissertação.

O nome Ilha Pedras Brancas deve-se aos enormes blocos de rocha granítica, esbranquiçadas por líquens. Do presídio, restam apenas as ruínas entre uma vegetação deslumbrante, com uma fauna e flora características. No final de 2014, a Ilha passou a fazer parte dos bens tombados³⁵ pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAE) do Rio Grande do Sul. Situada no Lago Guaíba, numa posição equidistante entre a cidade de Guaíba, a oeste, e a zona sul de Porto Alegre (Bairro Tristeza), a leste, a Ilha do Presídio apresenta uma forma levemente elíptica com seu eixo maior orientado seguindo a direção norte.

1.1. Considerações geográficas

A grande peculiaridade desta pequena ilha são as rochas que a compõem. Diferentemente de todas as demais ilhas do lago que integram o Delta do Rio Jacuí e que são formadas por sedimentos de origem fluvial recente (areia, silte e argila), a Ilha do Presídio é formada por um conjunto de afloramentos em forma de lajeados e matacões de rocha ígnea plutônica

³³ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz & LOVATO, Bárbara Hartung. Introdução ao estudo de História: temas e textos. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

³⁴ Ver também BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

³⁵ Portaria do IPHAE nº 96/2014.

formada a partir do lento resfriamento do magma em grandes profundidades. Esses afloramentos foram moldados, ao longo do tempo, pela ação do intemperismo (conjunto de processos físicos, químicos e biológicos que causam a desagregação das rochas) e pelas várias transgressões e regressões do mar ocorridas na costa do Rio Grande do Sul. Suas rochas são muito antigas, remontando a épocas geológicas em que o homem não habitava o planeta, em torno de 500 milhões de anos, muito anteriores inclusive a formação do próprio lago Guaíba.

O Lago Guaíba está localizado na região metropolitana de Porto Alegre. Em sua história, o Guaíba foi classificado como "rio", "estuário", "lago" e, por algum tempo, apenas como "Guaíba", sem nenhuma designação. Atualmente conceituado por especialistas como um lago, embora comumente chamado de rio, Guaíba é comparável em tamanho e importância à paisagem das grandes baías do litoral brasileiro.³⁶

Na cartografia dos séculos XVII, XVIII e início do século XIX, o Lago Guaíba e a Lagoa dos Patos foram denominados conjuntamente "Rio Grande", daí o nome do estado do Rio Grande do Sul³⁷. O nome Guahyba vem do tupi-guarani (idioma dos povos originais, primeiros habitantes da região) e pode ser traduzido como "encontro das águas", "baía de todas as águas" ou "ponto de encontro", o que designa, em todos os casos, a grande convergência de seus afluentes.

Até o século XIX, o lago Guaíba foi a principal via de acesso a Porto Alegre e região. Alguns viajantes registraram suas impressões em diários de viagem como o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), em seu diário *Viagem ao Rio Grande do Sul*, publicado originalmente em 1887. Quando Saint-Hilaire avistou o Guaíba pela primeira vez, não teve dúvidas em anotar em seu diário que se tratava de um lago. Os moradores da época o chamavam de Lago Viamão (ou Lago Porto Alegre), denominações existentes desde o século XVIII. As análises dos mapas históricos da região costeira do Rio Grande do Sul mostram que durante o século XVIII e início do XIX, Rio Guaíba, era a designação do segmento final do Rio Jacuí, compreendido desde a foz do Taquarí e as ilhas que formam o Delta. Se Guaíba, em tupi-guarani, significa o encontro das águas, de fato é para esse segmento que as águas de seis rios afluem e convergem.

³⁶ MENEGAT, Rualdo; CARRARO, Clovis Carlos; PRESTES, Antônio João Dias. 2014. In: Andrade, Leonardo Capeleto de; et. Al. Lago Guaíba: uma análise histórico-cultural da poluição hídrica em Porto Alegre, RS, Brasil. Revista de Engenharia Sanitária e Ambiental. v. 24 n.2 / mar/abr 209/229-237.

³⁷ SPALDING, W. O Guaíba, a Lagoa dos Patos e a Barra do Rio Grande. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 11, 1961.

Outro naturalista francês, Arsene Isabelle (1807-1888), também anotou suas observações durante visita a Porto Alegre em 1834, na época, "uma cidade muito nova", com "cerca de 12.000 a 15.000 habitantes"³⁸. Em seus relatórios, Isabelle descreve o Lago Guaíba: "Cinco rios, que trazem o tributo de suas águas fecundas e se reúnem ali para formar o Rio Grande do Sul"³⁹. Segundo Isabelle, Guaíba foi descrito como uma mão cujos cinco dedos seriam formados pelos rios Jacuí (polegar), Caí, Sinos, Gravataí e Arroio Dilúvio. Essa visão teria dado nome ao município vizinho, Viamão. O naturalista também descreve o Delta do Jacuí e a enseada coberta de navios (nacionais e estrangeiros), em uma economia fortemente dependente do Lago Guaíba.

A partir de pesquisa no Atlas Ambiental de Porto Alegre⁴⁰ sabemos que as rochas mais antigas formaram-se no Ciclo Brasileiro há cerca de 700 milhões de anos. A evolução geológica e hidrográfica do Guaíba remonta aos processos ocorridos há milhões de anos atrás. A leitura dos registros destes eventos gravados nas rochas e sedimentos expostos na região permite aos estudiosos reconstruir a evolução geológica do espaço/território da região de Porto Alegre, assim como da formação do Lago Guaíba e da Lagoa dos Patos. Essas rochas foram originadas nas raízes de um antigo cinturão de montanhas conhecido como Don Feliciano. No final da formação das montanhas a região passou por intensas erosões que ao longo de 200 milhões de anos expuseram na superfície as rochas graníticas posicionadas originalmente em profundidades maiores do que 20 km.

A formação das rochas graníticas dos morros de Porto Alegre e Guaíba, assim como da Ilha do Presídio, foram geradas durante os diversos estágios de evolução do cinturão Don Feliciano. Esse cinturão foi originado pela colisão dos antigos continentes sul americano e africano durante a formação de Gondwana⁴¹. Os remanescentes destes antigos continentes, são hoje os crátons⁴² do Rio de la Plata no Uruguai e o cráton do Kalahari na África do Sul.

³⁸ ISABELLE, A. Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul (1833-1834). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. v. 61. 2006.

³⁹ Idem.

⁴⁰ MENEGAT, Rualdo. Atlas Ambiental de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

⁴¹ Continente ancestral formado por terras emersas que hoje configuram-se nos continentes América do Sul, Antártida, África, Índia e Oceania. No mesmo tempo geológico (800 milhões de anos) havia outro supercontinente chamado de Laurásia.

⁴² Estrutura litosférica composta pela crosta continental do manto superior, caracterizadas por raízes antigas e espessas que se estendem por centenas de quilômetros no manto terrestre.

No período cretáceo, a cerca de 132 milhões de anos, a imensa massa continental da Pangeia, formada pela união de Gondwana e Laurásia, começou a fragmentar-se. E com o alongamento das fissuras, formou-se o Oceano Atlântico. Na região correspondente a atual costa sul-riograndense, formou-se uma bacia sedimentar, a Bacia de Pelotas. A morfologia atual da costa, entretanto, foi modelada por sucessivos eventos de subida e descida do nível do mar ocorridos desde 500 mil anos atrás. Nessa época, quatro grandes flutuações formaram em um longo processo sedimentar, o Lago Guaíba e a Lagoa dos Patos. Na região de Porto Alegre, os morros possuíam vertentes desnudas e os vales eram muito mais profundos. No local ocupado hoje pelo Guaíba existiam canais fluviais por onde escoavam estes sedimentos em direção à costa.

Há 400 mil anos houve a primeira grande transgressão marinha. Devido à elevação das temperaturas no planeta, ocorreu o degelo da neve acumulada nas regiões polares e montanhosas durante o período glacial, fazendo o mar invadir amplas áreas da região costeira do Rio Grande do Sul. O vale do Guaíba foi submerso, enquanto as terras altas de Porto Alegre configuraram-se como uma Ilha, eventualmente ligada ao continente por restingas arenosas. Os cordões arenosos que formavam essas restingas constituem hoje as elevações que chamamos de coxilhas. Os topos dos morros emersos foram cobertos por gramíneas originárias das regiões da Patagônia e do Pampa.

Há 325 mil anos, houve outra transgressão marinha, mas a área ocupada pelo mar era consideravelmente menor do que a da transgressão anterior. Por isso a região de Porto Alegre ficou ligada ao continente por cordões arenosos e áreas alagadiças, o que favoreceu a ocupação dos terrenos pela vegetação que posteriormente deu origem às turfeiras encontradas hoje no município de Viamão. O vale do Guaíba era banhado pelas águas salgadas do Oceano Atlântico Sul, configurando-se como uma Baía cujas margens já possuíam um desenho semelhante ao atual.

Na terceira transgressão marinha, ocorrida há 120 mil anos, houve a formação das barreiras e das restingas que fecharam a Lagoa dos Patos. O Guaíba que tinha ligação com o mar no estágio anterior transformou-se em lago. Além disso, houve o desenvolvimento dos terraços fluviais em que se situam as calhas dos arroios e rios que compõem a rede hidrográfica atual como as dos rios Jacuí, Gravataí, Sinos e Caí e do Arroio Dilúvio, por exemplo.

A última transgressão marinha ocorreu há cinco mil anos. As restingas que haviam fechado a Lagoa dos Patos na regressão anterior tornaram-se mais largas e passaram a alojar um rosário de pequenas lagoas isoladas. No Rio Grande do Sul, hoje, pode-se delimitar três grandes regiões hidrográficas. No norte e oeste, a bacia do Uruguai, cujas águas desembocam no Rio da Prata. No sul e sudeste, as bacias litorâneas, que desembocam em maioria na Lagoa dos Patos (maior lagoa do mundo) sendo o Rio Camaquã o mais expressivo. No centro e nordeste a bacia do Guaíba, onde o Rio Jacuí é o canal principal de escoamento.

Na região hidrográfica da bacia do Guaíba, foram reconhecidas oito bacias. Os rios das bacias do Vacacaí e do Taquari desembocam no principal rio da região: o Jacuí. Os rios das bacias hidrográficas do Caí, Sinos e Gravataí, desembocam diretamente no Lago Guaíba e, junto com o Jacuí contribuem com uma vazão média de 38.000 m³/s, o suficiente para abastecer cada habitante do planeta com um litro de água a cada três horas. Quando estes rios desembocam no lago, formam o Delta do Jacuí, com uma área de 47,18 Km². Por fim, os arroios que desembocam diretamente no Guaíba, como o Dilúvio por exemplo, formam a oitava e última bacia hidrográfica do RS.

O Lago Guaíba possui importância histórica, econômica e cultural para Porto Alegre e região metropolitana. Os primeiros colonos que adentraram o estado utilizaram largamente suas vias navegáveis, fixando residência nas margens dos rios que fazem parte da Bacia do Guaíba. Com grande região hidrográfica, o lago sofre diversos impactos ambientais e, ao mesmo tempo, possui múltiplos usos para suas águas. É um canal de ligação navegável entre o interior do estado e o mar, pois conecta os rios (ao norte) à Lagoa dos Patos (ao sul). É no meio do Lago Guaíba que se encontra a Ilha que abrigou o Presídio do qual tratamos nesta pesquisa.

1.2. Ilhas prisões na história

Ao longo da história mundial existiram diversas ilhas que foram transformadas em prisões servindo para confinar presos políticos ou criminosos, geralmente de alta periculosidade. Tal prática ocorreu em diferentes lugares do mundo e do Brasil. Num primeiro momento, faremos uma breve exposição sobre algumas ilhas-prisões como a Ilha de Alcatraz nos EUA; a Ilha Robben na África do Sul; e as ilhas de Pianosa e Asinara, ambas na Itália.

Num segundo momento, apresentaremos ilhas-prisões brasileiras, como a Ilha de Fernando de Noronha e a Ilha de Itamaracá, em Pernambuco, assim como a Ilha das Cobras e a Ilha Grande, no Rio de Janeiro.

A Penitenciária Federal de Alcatraz⁴³, nos Estados Unidos, está localizada onde é hoje a Baía de São Francisco, Califórnia. Deve seu nome a um explorador espanhol que a apelidou de "Isla Alcatrazes" e se tornou temida prisão em 1934. De fato, a história de Alcatraz remonta a bem antes dos Estados Unidos da década de 1930. No século XIX, esta ilha fazia parte do estado da Califórnia ainda mexicana e foi cedida a Julian Workman, sob a condição de Farol. No mesmo ano de sua inauguração, em 1846, mexicanos e americanos se enfrentaram para por um fim aos conflitos hegemônicos da região. Com a vitória dos EUA, Alcatraz faria parte do projeto expansionista. Devido à forte valorização econômica, as autoridades estadunidenses usaram a Ilha de Alcatraz como um ponto de defesa estratégico para o território. Em 1853, uma fortificação militar foi construída para abrigar uma guarnição militar de cerca de 200 soldados. Décadas depois, com o avanço da tecnologia de guerra, o arsenal armazenado e a utilidade militar da Ilha acabariam perdendo sua validade. A pequena ilha, entre 1934 e 1963, passou a abrigar uma das prisões mais seguras do planeta. Era o cárcere de criminosos perigosos e incorrigíveis à época. Um total de 1.545 pessoas estiveram ali detidas, incluindo Al Capone por quase 30 anos. A Rocha, como também era chamada, ficava a cerca de 2,5 km de San Francisco e era cercada por águas geladas e correntes perigosas. Isto não impedia que alguns presos tentassem escapar, destes, a maioria morreu ou foi capturado. As atividades penitenciárias terminaram em 1963 devido aos altos custos operacionais. Em 1972, Alcatraz passou a fazer parte da Área de Recreação Nacional Golden Gate. Hoje, a ilha recebe mais de um milhão de visitantes por ano.

A Ilha Robben, na África do Sul, foi onde Nelson Mandela passou 18 anos na prisão por seu ativismo político e sua luta contra o apartheid, antes de se tornar o primeiro presidente da África do Sul em 1994. Parte da sentença total de 27 anos de Mandela foi cumprida nesta pequena Ilha, de cerca de cinco quilômetros quadrados na entrada de Mesa Bay, a pouco mais de dez quilômetros da Cidade do Cabo. A ilha começou a abrigar prisioneiros no final do século XVII e também foi usada como hospital para leprosos, doentes mentais e como base militar. A prisão de segurança máxima para presos políticos interrompeu as operações em

⁴³ Alcatraz: cinco pontos-chave. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120611_alcatraz_vale_esse_jp. Acesso em: 31/10/2019.

1991 e para criminosos de médio risco cinco anos depois. Em 1999, a Ilha Robben foi declarada Patrimônio Mundial pela UNESCO e agora serve como museu e santuário natural.

A Ilha Pianosa, Itália, fica localizada no Mar Mediterrâneo, no arquipélago da Toscana. Pianosa serviu como prisão de segurança máxima entre 1858 e 1998 e recebeu vários líderes da máfia em seus últimos anos de atividade, embora o local não tenha quebrado completamente seus laços com o sistema penitenciário italiano na ressocialização de presos em que prestam serviços. Hoje, a ilha é uma área ambientalmente protegida e recebe apenas um número limitado de 100 visitantes por dia. Além disso, existe um programa de reintegração social no qual 200 prisioneiros da prisão de Elbe, uma das ilhas do arquipélago, trabalham em um hotel construído em Pianosa. Para serem escolhidos, os detidos devem ter cumprido pelo menos dois terços de sua sentença além de levar uma conduta exemplar.

Asinara é outra ilha italiana que fica no extremo noroeste da Sardenha, com 51 km² de área e terreno acidentado. Administrativamente está ligada à cidade sardenha de Porto Torres. É um dos parques nacionais italianos e é conhecida por ter uma população de albinos, daí o seu nome. Albergou um campo de prisioneiros austro-húngaros durante a Primeira Guerra Mundial. Cinco mil pessoas morreram durante a prisão que também serviu de cárcere para a nobreza etíope durante a ocupação italiana daquele país entre 1936 e 1941. Na década de 1970, a prisão foi transformada em presídio de alta segurança. Para conter membros da máfia e indivíduos considerados terroristas. A ilha tem 17,4 km de comprimento e 110 km de costa, seu ponto mais alto é Punta della Scomunica, que atinge 402 metros. A ilha é composta por quatro seções montanhosas conectadas por uma estreita faixa costeira. A costa oeste é ventosa, íngreme e rochosa. Ao sul, a pequena ilha de Piana a separa da península de Stintino, a noroeste da Sardenha. O complexo fecha a Baía de Asinara, a oeste, aberta apenas por duas passagens rasas e estreitas entre Piana e península e Piana e Asinara, a cerca de 600 metros.

No Brasil, a Ilha de Fernando de Noronha⁴⁴ tornou-se Colônia Penal Agrícola desde a década de 30 do século XIX, sendo utilizada para confinar presos entre 1833 e 1889. Entretanto, no período colonial a ilha já possuía seu uso como prisão sendo cárcere para degredados e galés de escravos. No

⁴⁴ Sobre a ilha de Fernando de Noronha e seu uso como presídio existem os seguintes estudos: PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. *Fernando de Noronha: uma ilha-presídio nos trópicos (1833-1894)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014; ALBUQUERQUE, Marcos. *Fernando de Noronha: uma ilha de defesa e a defesa da ilha*. *Revista da Cultura*, ano XII, nº 21, p. 34-48; NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues do. *Geopolítica do Atlântico: o caso do arquipélago de Fernando de Noronha-Brasil*. IN: XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: ANPUH, 2013.

século XX a colônia penal agrícola foi transferida para a Ilha Grande no Rio de Janeiro. Em 1938 Getúlio Vargas fundou o Presídio Político da União de Fernando de Noronha. Durante esse período foram confinados ali presos políticos, em sua maioria oponentes do Estado Novo, que notadamente ficavam isolados, como o militante Carlos Marighella, por exemplo. Frei Betto, em seu livro *Batismo de Sangue*, menciona num trecho da narrativa, a estada do revolucionário na ilha e sob quais condições encontrava-se, dizendo que “transferido para a Ilha de Fernando de Noronha, presídio político improvisado para acolher comunistas e integralistas, Marighella dividia o seu tempo entre a educação cultural e política de seus companheiros presos e o cuidado de uma horta que supria a alimentação deficiente com legumes e verduras frescos⁴⁵”. O presídio político foi utilizado até 1942, quando a ditadura de Vargas entrou na 2ª Guerra Mundial apoiando os Aliados. Deste modo, entre acordos, o governo estadunidense solicitou o lugar para servir de base naval e aérea (precisava de uma base no Oceano Atlântico próximo ao continente africano para abastecer os aviões). Foi criado então, devido a sua posição estratégica, o Território Federal Militar de Fernando de Noronha, com um destacamento misto entre militares dos dois países. Com essa nova utilização, os presos políticos foram transferidos para a Ilha Grande no Rio de Janeiro, caso sucedido com Carlos Marighella quem, portanto, esteve preso nas duas ilhas. Posteriormente no contexto da Guerra Fria, Fernando de Noronha foi base para os EUA colocarem mísseis teleguiados. Conforme aponta Nascimento, durante o governo Juscelino Kubitschek se desenvolvia essa cooperação pois

[...] toda a conjuntura política desenvolvida no governo juscelinista imbricava-se com o cotidiano da ilha quando essa é tida como “elo importante” no combate ao comunismo. Os discursos de combate a essa ameaça, fazia da soberania brasileira, bem como a salvaguarda da democracia do mundo livre, temas constantes nas preocupações de quem a dirigia. Transformada numa base de projéteis teleguiados intercontinentais, o americano mudava a feição da ilha, que aos poucos ia se tornando a “11ª base do sistema de controle dos moderníssimos ‘missiles’ norte-americanos”, cuja tecnologia produzida a partir de testes com mísseis intercontinentais aproximava o arquipélago de Fernando de Noronha a um ambiente, em que disputa pela liderança na “corrida espacial”, consolidava ainda mais a permanência da divisão política internacional entre americanos e russos, tanto na liderança dessa tecnologia, como na geopolítica internacional. Neste sentido, Fernando de Noronha estava na mira da rota de colisão da Guerra Fria, como alvo irreversível de uma possível guerra nuclear, assim como as cidades nordestinas de Natal e Recife, ligadas militarmente à defesa do Oceano Atlântico⁴⁶.

⁴⁵ BETTO, Frei. *Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p 30.

⁴⁶ NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues do. *Op.cit.* p. 8.

Na década seguinte, durante a ditadura de Segurança Nacional, entre os anos de 1964 e 1967, Fernando de Noronha voltaria a ser presídio político, onde entre outros esteve confinado o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, expoente da resistência ao golpe de 1964.

A Ilha das Cobras possui estrutura administrativa da Marinha, força armada importante no Império Brasileiro e, depois, nos combates à Revolta da Armada de 1893, onde muitos membros da força militar foram presos por rebeldia. Na Revolta da Chibata de 1910, também foi utilizada para aprisionar os subalternos que haviam se rebelado no motim que desencadeou o movimento. João Cândido, líder da sedição foi detido na Ilha das Cobras junto de outros rebeldes em instalações com condições precárias de higiene, onde a maioria não conseguiu resistir, em função dos problemas respiratórios decorrentes. Ele e outro companheiro conseguiram resistir a essa situação, liderando a revolta. Já no período imediato ao golpe de 1964 muitos marinheiros e fuzileiros navais que faziam parte do movimento dos sargentos dentro das Forças Armadas foram confinados nas dependências do Presídio Naval da ilha⁴⁷, coagidos pelo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Muitos marinheiros foram torturados na Ilha das Cobras e passaram por dificuldades que podemos vislumbrar a seguir:

[...] Enviados para o Presídio Naval, na Ilha das Cobras, os quatro marinheiros (Antônio Geraldo da Costa, Avelino Capitani, Severino de Souza e Raul do Nascimento) dividiram uma cela, muito úmida, com mais de 8 presos. Frequentemente, os agentes do CENIMAR apareciam para levá-los para interrogatórios. Já sabiam: vai para a tortura. Será que volta? [...] Márcio Moreira Alves cita uma notícia no *Jornal do Brasil*, do dia de 13 de setembro, em que informa uma greve de fome dos quatro marinheiros contra os maus tratos por eles sofridos no Presídio Naval, por 40 dias sofrendo torturas e humilhações praticadas por elementos do CENIMAR na Ilha das Cobras [...].⁴⁸

Ainda no Rio de Janeiro outra ilha prisão tem importância, a Ilha Grande. Construída logo após a Proclamação da República em 1889, a instituição serviu primeiramente como Lazareto, hospital temporário para viajantes vindos da Europa com cólera. Como os navios de passageiros, o edifício paisagístico foi dividido em pavilhões de primeira, segunda e terceira classe. Lazareto foi reformada logo após sua inauguração, devido à rápida deterioração causada pela velocidade de sua construção. Nesta reforma, um aqueduto foi construído com

⁴⁷ CAPITANI, Avelino. *A Rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

⁴⁸ RODRIGUES, Flávio Luís. *Marinheiros contra a ditadura militar brasileira – AMFNB, prisão, guerrilha – nacionalismo e revolução?* São Paulo: USP, 2017. (Tese de Doutorado)

um fluxo de mil litros de água por hora. Em 1903, a Colônia Correccional de Dois Rios foi instalada e usada para abrigar prisioneiros comuns. Quando as atividades cessaram em 1913, as instalações permaneceram desocupadas até meados da década de 1930 quando os fuzileiros navais passaram a usá-la para manobras militares. Em 1940, Lazareto adotou nova forma e foi modificada, o antigo hospital tornou-se a colônia criminosa de Cândido Mendes e recebeu os presos que estavam na colônia de Dois Rios. Dois Rios, por sua vez, começou a receber presos políticos que estavam anteriormente em Fernando de Noronha, na época, cedida como base militar aos Estados Unidos, como parte dos esforços brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial. O escritor Graciliano Ramos, preso durante o Estado Novo, relata essa experiência no romance autobiográfico “Memórias do cárcere”.

Durante a Era Vargas (1930-1945) a Ilha Grande serviu de presídio político para os comunistas isolando-os no lugar após a instauração do Estado Novo. Giovanna de Abreu Antonaci, na dissertação⁴⁹ sobre o tema, analisou a dinâmica repressiva do governo Vargas e como a Ilha Grande funcionava nesse contexto repressivo que, abordando aspectos sobre o cotidiano desses presos e os testemunhos que deixaram como registro de suas experiências no cárcere.

Ao lado dessa pesquisa, sobre o uso do lugar na ditadura de Segurança Nacional, há também a dissertação de mestrado de Cátia Faria⁵⁰, desenvolvida para entender o papel do cárcere da Ilha Grande na estrutura repressiva e as relações cotidianas que presos políticos e comuns estabeleceram naquele espaço. Uma das intenções da ditadura ao colocar juntos presos comuns e políticos residia em mostrar a população que todo ato de resistência era esvaziado como também tratado como delito comum. Ou seja, ao misturá-los à ditadura pretendia convencer à opinião pública de que crimes como expropriação de bancos ou sequestro, eram tratados como casos comuns e não como luta política, evitando que a população em geral soubesse da existência desse tipo de ação política, muito menos de prisioneiros políticos no país. A imprensa desempenhou papel fundamental na disseminação dessa mensagem política cerceada de censura e manipulação da informação. Chamar de terrorista àqueles que travavam uma luta política contra a ditadura fazia parte da própria luta, no intuito de criminalizar pela lógica da Lei de Segurança Nacional (LSN) a todos que considerava inimigos internos pelo

⁴⁹ ANTONACI, Giovanna de Abreu. Os presos comunistas nos cárceres da Ilha Grande (1930-1945). Niterói, UFF: 2014. (Dissertação de mestrado)

⁵⁰ FARIA, Cátia. Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura militar. Niterói, UFF: 2005. (Dissertação de mestrado)

fato de discordar e se organizar contra o governo. Na Ilha Grande, no período ditatorial, houve de fato, convívio entre presos comuns e políticos sendo inclusive, para alguns estudiosos, lugar onde dera origem a facção criminosa “Comando Vermelho”, muito atuante nos anos 1980. A troca de experiência entre presos políticos e presos comuns permitiu certa “politização” desses últimos.

A decisão de remeter presos políticos para Ilha Grande deu-se a partir da fuga de nove presos (sindicalistas, sargentos, marinheiros e de três presos comuns⁵¹) da Penitenciária Lemos Brito no complexo prisional Frei Caneca, em 26 de maio de 1969. Com o acontecido, a Ilha foi o local escolhido para acabar com os riscos de novas fugas. Em 1971 e 1972, os marinheiros prisioneiros foram libertos pois não estavam sob a jurisdição da LSN e sim pela razão de quebra de hierarquia. Com a saída deles, diminuiu a quantidade de presos políticos, até pelo refluxo da luta armada, diante da sequência de quedas no contexto repressivo do governo Médici. Na Ilha Grande teve presos dessa natureza até 1976⁵².

Continuando o percurso de prisões em ilhas no território brasileiro, no estado de Pernambuco, de 1973 a 1979, funcionou a ilha de Itamaracá como ilha-presídio, ao receber os que haviam passado primeiramente pela Casa de Detenção do Recife antes de passar pela penitenciária Barreto Campelo na ilha. Trata-se de um caso que foi estudado na sua complexidade, pela historiadora Joana Cortes quem analisou testemunhos de presos que estiveram no local como detentos. Como escreve

Ao chegarem à Casa de Detenção do Recife ou, mais adiante, à Penitenciária Barreto Campelo, os presos políticos já haviam cumprido um percurso de experiências semelhantes que os unia e que seria trilhado por quase todos antes da chegada à prisão política. Essas trajetórias seguiam em paralelo e desalinho à consolidação da ilegalidade e repressão do Estado autoritário brasileiro. A maioria dos presos políticos da Barreto Campelo iniciou sua participação política no movimento estudantil ou nos movimentos sociais de base da Igreja Católica e, especificamente, em Pernambuco, nas Ligas Camponesas, no fim dos anos 1950 e início dos 60, e sentiram o peso do golpe civil-militar na virada de março para abril de 1964. Quase todos se reestruturaram ou se fortaleceram na resistência em organizações de

⁵¹ Entre os presos políticos estavam: Antônio Prestes de Paula (líder do levante dos sargentos em Brasília), os marinheiros Antônio José Duarte, Avelino Bioen Capitani, Marco Antônio da Silva Lima, José Adeildo Ramos e Benedito Alves de Campos. Entre os presos comuns: André Borges, José Michel Godoy e Roberto Cieto.

⁵² O Instituto Penal Cândido Mendes funcionou até 1994 quando os prédios foram implodidos, no governo Brizola. Na fase final, o presídio tornou-se inviável economicamente e já não havia mais condições de se manterem presidiários nas precárias condições dos prédios. A coleção do IPCM desde 2009 faz parte do Museu do Cárcere, localizado na cidade de Dois Rios e gerenciado pela UERJ.

esquerda, arregimentaram-se em grupos de guerrilha urbana ou rural e entraram na clandestinidade quando o cerco apertou com a promulgação do ato institucional nº 5, em dezembro de 1968.⁵³

Em sua narrativa envolve questões teórico metodológicas acerca dos usos da memória e história oral que o tema desperta. Na pesquisa que fez, pretendeu compreender a partir de entrevistas, fotos e prontuários dos arquivos aspectos do cotidiano da vida dos presos e do funcionamento do espaço como presídio, ou seja, num entrecruzamento de fontes estabeleceu dimensões da prisão política em mediações subjetivas e estruturais. A transferência dos presos da Casa de Detenção a Barreto Campelo provocou a perda de direitos que possuíam no anterior espaço prisional. A necessidade de organizar o coletivo, desfeito e que precisava ser refeito, era uma tarefa para conseguir recuperar um *modus vivendi*. Dessa forma, esses presos políticos conseguiram atuar politicamente no contexto das greves sindicais do ABC paulista bem como nas articulações das comissões de anistia. A utilização da greve de fome tornou-se uma arma política nesse contexto, obtendo resultados pela exposição à opinião pública que possibilitou conquistas internas e externas. Conseguia-se, assim, o fim do isolamento que sofriam em Barreto Campelo repercutindo fora da prisão os maus tratos e difíceis condições a que estavam submetidos, visto que

Gradativamente, a repressão aperta a mobilização do coletivo, por meio das greves de fome, extrapola os muros da prisão da ilha de Itamaracá. Nesse processo de construção do movimento de solidariedade e articulação com a sociedade, a presença dos familiares nas visitas de sábados desempenha papel estratégico e decisivo para que as denúncias sejam levadas para fora do presídio e as notícias em andamento e alcance das greves de fome cheguem às celas de Itamaracá. Isso fica claro em certas passagens dos depoimentos, como quando Marcelo Mário de Melo conta que “nós dois entramos em greve de fome e avisamos o pessoal. O pessoal segurou até sábado para poder passar o documento. Aí começa essa greve em protesto essa transferência injustificável”. E quando Carlos Alberto Soares observa: “Retomamos a greve três meses depois, e eu me lembro de que era outubro de 1975 porque teve a morte de Herzog [...]. Aí nós paramos essa greve porque houve uma censura total à imprensa, as famílias disseram que ela não estava mais sendo divulgada e a gente queria que fosse noticiado”.⁵⁴

⁵³ CÔRTEZ, Joana. Dossiê Itamaracá: cotidiano e repressão dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, Pernambuco (1973-1979). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. p. 42.

⁵⁴ CÔRTEZ, Joana. op. cit. p. 130.

Tal trecho mostra a necessidade de avaliação constante das ações de resistência e a intenção com interlocutores externos como forma de obter e aferir dados e impactos desconhecidos dentro do “ventre” prisional.

Ao observar que os espaços prisionais em ilhas não foram poucos na História mundial e brasileira, e de forma considerável no século XX, pode-se verificar que as intenções gerais giram em isolar criminosos comuns e presos políticos que oferecem “perigo” ou potencial perigo aos donos do poder ou ao projeto de sociedade vigente (portanto, de quem está no poder). Foi com intuito de dificultar as fugas e isolar os inimigos internos detidos que foi empregada a estratégia repressiva das ilhas-prisões no Brasil. No entanto, outras formas semelhantes também tiveram significado nessa estratégia. É o caso do emprego de navios-prisões como Raul Soares⁵⁵, em Santos; Canopus⁵⁶, em Rio Grande; Princesa Leopoldina e Custódio de Melo⁵⁷, no Rio de Janeiro. Todos se configuraram em espaços prisionais de uso provisório apresentando objetivos muito similares àqueles das ilhas-prisões. Da mesma forma, utilização de fortalezas e fortes como locais prisionais, pouco analisada nos estudos da repressão ditatorial, existiram com funcionalidade aproximada à das ilhas-prisões e dos navios de confinamento temporário. Nesse sentido, podemos destacar a Fortaleza São José de Macapá⁵⁸, no Amapá, como exemplo. Com isso queremos apontar possibilidades de pesquisa referente a compreensão das práticas repressivas de baixa visibilidade no campo, que se mostram como lacuna historiográfica a ser preenchida por análises mais sistemáticas sobre os usos e papéis que tais espaços não convencionais possuíram no interior do aparato repressivo em determinados contextos da ditadura.

⁵⁵ Programa Lugares de Memória. Navio Raul Soares. Memorial da Resistência de São Paulo: 2014.

⁵⁶ FRIEDRICHS, Lidiane Elizabete. Saindo dos trilhos: os ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970). Pelotas: UFPel, 2013. (Dissertação de mestrado)

⁵⁷ ALMEIDA, Anderson da Silva. Todo o leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à Anistia. Niterói: UFF, 2010. (Dissertação de mestrado)

⁵⁸ CANTO, Fernando Pimentel; SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. Literatura e memória: a fortaleza de São José de Macapá no contexto da ditadura militar em Macapá. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 49, n. 2, jul/out., 2018, p. 299-341.

1.3. Ilha do Presídio entre memória e história

O debate entre história e memória na Ilha do Presídio suscita questões que serão abordadas aqui e agora. Um primeiro aspecto que devemos considerar consiste na nomenclatura, havendo ao longo da história diferentes sentidos de sua utilização que se refletem na definição de sua identidade. O mesmo espaço apresenta três nomeações que reportam aos diferentes usos que tivera. O primeiro refere-se às rochas graníticas que compõem o lugar e que em virtude dos líquens de coloração esbranquiçada em sua superfície, especialmente com o reflexo do sol, dão um aspecto branco as pedras. Chamar o lugar de Ilha das Pedras Brancas tornou-se o mais habitual, em virtude da sua característica natural, diferente do contexto de todas as outras ilhas do Delta do Jacuí, como já mencionado anteriormente

A segunda denominação refere-se à Ilha da Pólvora, nome associado à utilização do lugar como paiol no século XIX. Na realidade, a ilha original que possuía esta função, acabou sofrendo com a umidade característica da região, obrigando a transferência do armazenamento de pólvora para a Ilha das Pedras Brancas. Este foi o seu primeiro uso, o que implicou na construção de um forte militar para salvaguardar a munição; este forte, mais tarde, foi transformado em presídio. A ilha teve ainda outro uso, depois que a munição novamente precisou ser realocada em outro lugar devido a umidade; assim, o instituto de pesquisas veterinárias a assumiu como local de estudos e fabricação de vacinas no combate da peste suína na década de 1940. Por fim, em terceiro lugar, destacamos a maneira pela qual escolhemos chamar o local: Ilha do Presídio, remetendo ao momento que foi usada como cárcere de presos comuns e políticos nas décadas de 1950 a 1980.

A partir destas três diferentes nomenclaturas utilizadas para designar o espaço, surgem reflexões sobre o papel da memória na constituição das identidades, pois a partir das representações coletivas configura-se a forma pela qual se lembra do passado da ilha. O que nos importa aqui é verificar os processos de composição, ou melhor, de enquadramento das memórias que possibilitaram que o espaço apresentasse essas identidades. Como observa Pollak, o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela

história. Esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro⁵⁹.

A subjetividade na construção da memória coloca mais um elemento na discussão dos sentidos de passado que o lugar apresenta. Ao destacar a sua variedade de usos, evidenciaram-se lembranças e esquecimentos que se articulam na identificação do lugar. Lembrar é ativar o passado no presente, processo que é realizado individualmente, mesmo que dialogando com a memória coletiva e inscrito dentro de um contexto histórico que o emoldura. O interesse que nos despertou a pesquisa para entender o funcionamento da ilha dentro do sistema repressivo partiu justamente das lembranças dos presos que narraram essa experiência em forma de cartas, livros, relatos e entrevistas, objetivando o resgate histórico das mesmas, também, carregando elementos do contexto e das tensões existentes; logo, sendo portadores da memória coletiva. Estas narrativas revelam os aspectos da prisão e como ela se deu na Ilha do Presídio. Entretanto, atentos às formas de tratamento que a memória pode ser desenvolvida, consideramos orientações dadas por Jelin,

[...] há duas possibilidades de trabalhar com esta categoria: como ferramenta teórico-metodológica, a partir de concepções de distintas disciplinas e áreas de trabalho, e outra, como categoria social a que se referem (ou omitem) os atores sociais, seu uso (abuso, ausência) social e político, e as concepções e crenças de sentido comum. [...] Abordar a memória envolve referir-se a lembranças e esquecimentos, narrativas e atos, silêncios e gestos. Existe um jogo de saberes, porém também há emoções. E também vazios (intervalos) e fraturas⁶⁰.

As lembranças do vivido por muitos presos⁶¹, registradas em livros-testemunhos são válidas para romper com o esquecimento e acionar o conhecimento que permite resgatar o lugar como cárcere político durante a ditadura de Segurança Nacional. Esses relatos são molas propulsoras que acionam outras lembranças, trazendo o passado ao presente, mediadas pela narrativa. Em nosso trabalho os aproveitaremos como fonte histórica ampliando a possibilidade de análise do espaço como centro repressivo e articulando com os documentos disponíveis no Arquivo Público do Rio Grande do Sul referentes aos Processos de Indenização estadual.

⁵⁹ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, 1989. p. 3-15.

⁶⁰ JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XXI, 2002.

⁶¹ RUSCHEL, Davi Arenhart. Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2011. (Dissertação de mestrado)

A diferenciação entre memória e história é debate corrente da historiografia, e sabemos que muitos pesquisadores adentram nessa seara. No entanto, nosso objetivo em relação ao campo da memória dá-se como ferramenta auxiliar na operação crítica que a história nos permite desenvolver. Com isso, acreditamos que a contribuição de nosso trabalho ao campo da história reside em utilizar de modo quantitativo as fontes que passaram por tratamento arquivístico, cruzando-as com as narrativas de memória escritas pelos presos.

Tentando demarcar o que é a memória, quais suas possibilidades e como a utilizamos na pesquisa (como fonte oral) recorreremos às observações de Pierre Nora:

[...] Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas distâncias e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. [...] A história, porque operação intelectual e laicizante demanda análise e discurso crítico⁶².

A ilha analisada criticamente sob o uso das fontes de arquivo é a meta de nossa pesquisa. Para tanto, consideramos que o campo que se debruça sobre as memórias individuais e coletivas, e sobre a maneira que o passado é resgatado através dos testemunhos, nos permite medir o peso da subjetividade para a construção da história. É evidente que a subjetividade é componente da pesquisa, no entanto o esforço de objetividade é questão central na abordagem que a história, enquanto processo crítico de conhecimento, pode estabelecer com a memória. Nesse sentido, caminhos e visões são traçados por Maria Delgado que considera ser

[...] possível estabelecerem-se duas possíveis formas de relação da História com a memória. Na primeira, a História pode ser identificada como alimento da memória, e, simultaneamente, a memória pode ser tomada como uma das fontes de informação para a construção do saber histórico. Na segunda, a História assume dimensão específica de cultura erudita, voltada para a

⁶² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, (10). dez. 1993. p. 9.

produção de evidências e, portanto, assume função destrutiva da memória espontânea⁶³

Consideramos como intenção metodológica, abordar as memórias espontâneas em segundo plano como fontes da construção histórica, colocando a memória a serviço da história, como alimento do saber histórico. Os processos de indenização requeridos por expressos políticos serão vistos aqui com as devidas críticas que a fonte e a sua natureza nos remetem. Aspectos externos da conjuntura de sua produção assumem relevância na compreensão das possibilidades heurísticas nelas contidas.

Em meados da década de 1990, surgiu a demanda da criação da Comissão Estadual de Indenizações para reparações pecuniárias por danos sofridos aos militantes perseguidos pela ditadura no RS. Seguiu o impulso da Comissão Especial de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos⁶⁴ (CFMDP) do governo Fernando Henrique Cardoso. Em escala estadual, a lei dialogava com a nacional sendo implementada pelo governo Antônio Britto. Tais governos atenderam a pressão do movimento dos familiares, tendo como elo comum na denúncia e pressão, em âmbitos nacional e estadual, a militante Suzana Lisboa, participando de ambas comissões com grande importância e protagonismo. A reparação pecuniária obrigava o Estado brasileiro e gaúcho a reconhecer violações de direitos humanos durante a ditadura. No entanto, o requerente deveria reunir os dados comprobatórios de suas prisões. Por outro lado, os órgãos do Estado deveriam fornecer as informações sobre a passagem dos presos pelas repartições burocráticas da repressão.

Desenvolvendo uma crítica externa das fontes (aspectos simbólicos, materiais e políticos de sua produção) verifica-se que, em primeiro lugar, o Estado democrático de direito tem um reconhecimento incompleto das práticas ditatoriais do passado e não foi a fundo na questão. Em segundo lugar, que o ônus da demonstração dos crimes cometidos pelo Estado seja de responsabilidade da vítima, exime o Estado de vasculhar profundamente os seus próprios arquivos. Tal situação impõe um paradoxo. Cabe a vítima demonstrar a culpa do

⁶³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006. p. 49.

⁶⁴ Pesquisas que abordam a referida Comissão e outras de justiça de transição no Brasil: GALLO, Carlos Arthur. *Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça: um estudo sobre o trabalho da Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. TELES, Janaína de Almeida. *Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil*. IN: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. (p 253-298)

Estado para o Estado, o que, por si, já é kafkiano⁶⁵. Na construção da fonte, mediada pela justiça, o preso da ditadura é o beneficiário da democracia. Ao mostrar suas lembranças nos relatos, exige que a comissão solicite a documentação repressiva do Estado. Esta prática acaba se tornando um confronto de representações, aquilo que Pollak atribui com os conceitos de memórias subterrâneas (relatos dos presos) e memória oficial (arquivos repressivos). Contudo, se esconde, nesse contraponto, que as denúncias da vítima passam por um fato concretamente ocorrido (a perseguição, prisão, tortura), portanto, histórico. Enquanto isso, o Estado reage com silêncio, omissão, lentidão, diversionismo e tergiversação, derivando na relativização daqueles mesmos fatos ou na sua negação.

Entretanto, a situação é bem pior, pois, cabe lembrar que, naquele momento, a maioria dos arquivos estatais sobre a repressão estava interditado. Logo, a dificuldade para obter fontes comprobatórias da experiência vivida era muito maior do que o espírito da lei supunha permitir. A sonegação de informações dos arquivos repressivos, durante tantos anos, foi um mecanismo perpetuador de traumas individuais e consolidou uma cultura do silêncio e de impunidade. Como expressão disso, os nomes dos perpetradores do terrorismo de Estado foram protegidos durante décadas e, passados tantos anos desde aqueles acontecimentos, a reversão desse fato é algo muito superficial, como demonstraram os próprios resultados do conjunto de Comissões da Verdade instaladas no país a partir de 2012. Independente destas constatações, a garantia da existência dessas fontes e sua disponibilização como base empírica em nossa pesquisa, é digna de mérito da instituição que as salvaguarda, o Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) que oferece plenas condições de pesquisa, para realização de investigações relacionadas ao tema.⁶⁶

Para compreender a relação entre memória, arquivos e história, consideramos o que diz Ludmila Catela:

[...] não devemos perder de vista que o uso do documento dentro de um arquivo público tem destino diferente do de sua origem de produção. Isso gera tensão entre as esferas do público e do privado em relação ao livre

⁶⁵ O termo refere-se a obra “O processo”, de Franz Kafka, onde o réu sente as engrenagens da burocracia excessiva da racionalidade do Estado num processo de que é acusado, sem que consiga entender qual crime cometeu. A tensão entre o sujeito-réu e o Estado-policial atravessa todo o livro. O autor destaca a racionalidade moderna dos códigos penais.

⁶⁶ Certamente muito do que esta pesquisa conseguirá alcançar deve-se a política arquivística e de atendimento ao público bem desenvolvida do APERS. A produção de um catálogo organizado e sistematizado para divulgação de tal acervo evidencia a clara visão que a instituição possui sobre o papel que um arquivo histórico e público deve desempenhar no fomento a projetos de pesquisa com seus acervos.

acesso em nome do interesse público, nacional, histórico, universal. Essa tensão é lida por Pomian (1997) nos termos da oposição história-memória. Para este autor, a livre consulta de um arquivo significa a passagem do registro da memória ao da história. Podemos acrescentar, com base nas ideias de Nora (1997), que estas categorias não são sinônimas e que sua diferença radica justamente em que a memória é a vida, sempre transportada por grupos e suscetível de latências e revitalizações, enquanto a história é a reconstrução, sempre problemática e incompleta do que já não é. Entre essa memória que é sempre atual-vivida e essa história como uma representação do passado, delinham-se, nas discussões sobre o acesso aos arquivos, as disputas por marcar os limites destas fronteiras⁶⁷.

Ao nos remeter sobre aspectos internos da fonte analisada, a fim de organizar a análise dos processos de indenização, pode-se encontrar dois grupos de documentos, de um lado, conjunto de documentos fixos, que constam em todos processos; e de outro lado, um conjunto de documentos variáveis, aparecendo conforme a trajetória de cada preso. Os processos funcionavam da seguinte forma: o requerente solicitava à Comissão especial avaliadora, formada por integrantes definidos por lei, que considerasse os danos físicos e psicológicos alegados para efeitos de obtenção de restituição pecuniária. A Comissão avaliava a procedência da requisição, se havia plausibilidade no pedido e, em caso positivo, calculava a gravidade das sevícias para valorar quanto o preso deveria receber de indenização. Os órgãos da repressão citados pelos requerentes eram acionados pela Comissão a se posicionar frente à narrativa do preso e verificar os registros de crimes políticos em seus arquivos. Aqui é importante observar que muitas informações burocráticas eram negligenciadas pelos próprios agentes que as coletavam e transmitiam durante a ditadura. Com isso, foi possível verificar que, em muitos processos, mesmo os órgãos negando as informações do requerente, a comissão avaliadora concedeu a restituição pecuniária por levar em conta a intenção de silenciar os fatos da repressão nos registros oficiais.

No *corpus* dos processos de documentos fixos há o formulário padrão de requerimento; a identificação e cadastro de pessoa física; os relatos das prisões escritos pelo próprio requerente ou por um familiar; os documentos protocolados dirigidos a Comissão Especial de Indenização (CEI/RS); e a suma da decisão definida pelo relator designado pela Comissão a

⁶⁷ CATELA, Ludmita da Silva. Do segredo à verdade... processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e Argentina. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Orgs.). Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil, volume II. – São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. p. 444-471.

sentenciar o pedido. No tocante aos documentos variáveis foi possível listar testemunhos de agentes da repressão; de outros militantes; de pessoas do convívio; recortes de jornal; trechos de citações em livros; documentos do DOPS; documentos do Exército das Auditorias de Justiça Militares; documentos com registros de fatos envolvendo os presos da Agência Brasileira de Inteligência (ex SNI); cartas dos presos; e pareceres psiquiátricos entre outros. Assim colocado, a natureza da fonte, por ser jurídica, reúne uma série de outros documentos anexados que acabam virando novas fontes que possibilitam perceber dados na análise dos processos e estabelecer conexões entre vários presos e órgãos repressivos. Portanto, tais fontes históricas representaram quantitativamente, considerável massa documental.⁶⁸ A partir dessa base empírica se viabiliza a investigação histórica.

A história depende da sua capacidade de oferecer verdades ou de se afirmar como verdade. Aqui nesta pesquisa a verdade é discutida politicamente em relação às histórias de violência sofridas pelos presos que passaram pela Ilha durante a ditadura. A importância política das suas narrativas está correlacionada com seus efeitos de verdade. Isso decorre da capacidade de desenvolver políticas que validam narrativas dentro do estado democrático de direito. Ser capaz de criar histórias sobre a violência e validá-las como verdade se torna uma luta política.

O esquecimento é o principal instrumento da perpetuação social da violência. Ele permite que a violência permaneça oculta nas práticas institucionais, contribuindo para sua reprodução. Ao normalizar a violência, o esquecimento se espalha como uma maneira natural de agir entre pessoas e instituições. As estratégias de esquecimento se tornaram técnicas políticas de estados e instituições autoritárias para esconder suas barbáries. No contexto latino-americano há exemplos em quase todos os países que experimentaram, durante a segunda metade do século XX, estados de exceção; em cada um deles, como no Brasil, foram adotadas com sucesso diverso, estratégias de esquecimento.

O Brasil tem uma longa tradição em implementar estratégias para esquecer os crimes cometidos pelo Estado, pois se constitui, enquanto sociedade, em cima de dois fatos fundamentais: o genocídio dos povos indígenas e a escravidão dos povos de ascendência africana. Essa dupla barbárie sempre esteve sujeita a estratégias sofisticadas de diluição de

⁶⁸ São 4.510 documentos que compõem os 73 processos coletados num período de cerca de três meses. Os 8 processos analisados dos presos da primeira fase (1964-1967) somam 720 documentos; já os 65 processos de presos da segunda fase (1970-1973) somam 3.790 documentos.

responsabilidades, ocultando a violência e suas vítimas. Políticas de esquecimento contribuíram para a violência institucional que se perpetua no coração do Estado e da cultura. Esta tese se corrobora se percebermos que a barbárie do estado de exceção vivida entre 1964 e 1988 apenas reproduziu parte da tradição de violência estrutural e histórica que persiste no Estado brasileiro ao longo das diferentes gerações na arena de poder, os repressores tem tido vantagem estratégica sobre as vítimas, pois possuem muitos instrumentos (bem poderosos, inclusive) para impor suas verdades. O DOPS, o DOI-CODI e outros órgãos repressivos foram instâncias nas quais seus agentes, tinham total arbítrio sobre o destino dos perseguidos políticos. É esta lógica que é colocada em risco pela memória das vítimas, ou seja, esta ameaça as táticas de esquecimento dos vencedores quando estimula manobras para o resgate e apropriação do significado destes eventos.

Por isso, nas memórias que encontramos em diversos relatos: cartas, livros e testemunhos; ressaltamos a preciosidade como fontes para compreender as experiências vividas no cárcere. Elas auxiliam na análise do isolamento repressivo e do desejo de comunicação, assim como contribuem na interlocução entre os documentos (livros, fotografias, matérias de jornal e os arquivos dos processos) como modo de romper com os silêncios e esquecimentos na construção da história da Ilha enquanto presídio. Assim, a dimensão particular da lembrança do preso político se inscreve na esfera pública da história. Como se verifica nas palavras de Índio Vargas:

Quando se fala em ilha, excluindo naturalmente a palavra presídio, tem-se a impressão de que se trata de um lugar paradisíaco. Esta, porém, era bem diferente. Quem a visse de fora tinha a impressão de uma construção antiga e forte. Sólidas paredes brancas, construção tosca, com um único portão de grades muito fortes. É um típico depósito de munição antigo, agora uma prisão política inexpugnável. Para se tomá-la só através de uma rebelião partindo lá de dentro. As paredes de pedra têm mais de um metro de espessura. Há um corredor com celas de ambos os lados, separadas por grossas paredes de pedra. A parte que dá acesso ao corredor é fechada por grades de ferro de três polegadas. Não há janelas. O ar circula precariamente através de pequenos orifícios no alto da parede, cujo pé direito tem cinco metros. Os orifícios destinavam-se a ventilação da munição estocada e pelos quais também entrava uma réstia de sol. Toda a cadeia está permanentemente envolta numa penumbra, sendo as pessoas e as coisas vistas de forma difusa. Para se ver bem do interior de uma cela, ou para ler, é necessário acender uma vela. O calor era insuportável; no verão passava dos 40 graus sem ventilação. O calor produzido por um dia inteiro de sol na laje de ferro e cimento que a cobria ficava parado. Implorávamos por buscar água no rio Guaíba para molharmos o corpo, só de cuecas ou calções. Uns despejavam água sobre os outros. Houve casos de hipotermia, diagnosticados e tratados pelo médico, que também era preso político, Dr.

João Hass sobrinho, mais tarde morto em combate com as forças do Exército no Araguaia. No inverno o frio intenso baixava de zero grau. O vento minuíano gelava tudo. A masmorra lúgubre totalmente úmida agravava mais o frio intenso. A Ilha tem a forma de uma gigantesca baleia, encalhada no meio do Guaíba. Em ambas as pontas da Ilha erguem-se enormes pedras que enormes pedras equilibram-se umas sobre as outras, apoiadas em pequenos pontos, dando a impressão de que qualquer movimento da água ou do vento a pusessem abaixo. No alto das enormes pedras que ficam na ponta norte e na ponta sul foram construídas duas guaritas, de onde, ao longo do tempo, os soldados guardavam a munição do exército.⁶⁹

Obras de ex-militantes como “O riso dos torturados” (de José Fischer)⁷⁰; “Tempos de Cárcere” (de Eloy Martins)⁷¹, “Verás que um filho teu não foge à luta” (de João Carlos Bona Garcia)⁷², “Guerra é guerra, dizia o torturador” e “A Guerrilheira”(ambos de Índio Vargas)⁷³, são de extrema valia pelo registro de percepções e vivências pessoais relacionadas com o convívio social entre os presos políticos, entre estes e os presos comuns e também entre os presos e os policiais, como observamos na passagem a seguir:

A prisão tinha um aspecto lúgubre. [...] o depósito de pólvora, construído em 1860, fora transformado num calabouço, onde eram jogados os presos comuns, marginais sem processo e sem defesa. Todos viciados em tóxicos. Viviam ali como bichos, amontoados uns sobre os outros, na mais absoluta promiscuidade. Era tal a desagregação psíquica e física que eles não defecavam nas latrinas. Faziam as necessidades nos cantos da própria cela, no piso de cimento. Foi assim, numa pocilga de homens, que os presos políticos foram confinados em abril de 1970, quando de lá foram retirados os marginais miseráveis. Eles tinham perdido a condição humana. Quem os visse encurvados, arrastando-se penosamente até chegar à barca que os conduziria ao Presídio Central, para onde foram transferidos, não acreditaria. [...] O portão de ferro foi aberto e começaram a sair os primeiros, passos lentos. Outros não tinham forças para andar e eram ajudados pelos guardas. Eram aproximadamente cem homens, um pouco mais, talvez, quase todos de raça negra, mulatos, um ou outro branco. Esquálidos, rostos encovados, a pele parecia que ia ser furada pelos ossos descarnados. As roupas eram farrapos imundos, verdadeiros molambos. Alguns vestiam apenas calção ou calça, sem camisa. Pés no chão, nenhum deles calçava sapato ou tamanco. Só vendo para acreditar que alguém pudesse chegar aquele estado, vivo. Um cheiro forte de animal bichado inundou a Ilha. O odor da putrefação

⁶⁹ VARGAS, Índio. A Guerrilheira. Porto Alegre: AGE, 2005. p. 20 e 21.

⁷⁰ NUNES, Jorge Fischer. O riso dos torturados: anedotário da guerrilha urbana. Porto Alegre: Proletra, 1982.

⁷¹ MARTINS, Eloy. Tempo de cárcere: memórias. Porto Alegre: Movimento, 1981.

⁷² GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. Verás que o filho teu não foge a luta. Porto Alegre: Editora Posenato Arte & Cultura, 1989.

⁷³ VARGAS, Índio. Guerra é guerra, já dizia o torturador. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

misturou-se com o perfume das madressilvas e o ar ficou insuportável [...]. Aqueles homens não tinham vontade, viviam em estado de abulia e não davam respostas aos estímulos. Pode-se dizer, sem exagerar, que nada os motivava. Muito desse estranho comportamento pode-se atribuir à desnutrição. Alimentavam-se somente uma vez ao dia, pois a comida vinha do presídio central, pela Barca. Chegava fria e era servida assim, mesmo no inverno. [...] Pareciam pessoas muito velhas cujas vidas iam se acabando pelo desgaste do tempo implacável. Nenhum deles tinha mais do que 30 anos de idade. No entanto, eram realmente pessoas envelhecidas, destruídas pela ação devastadora do tempo e da desnutrição [...] Amontoavam-se de frente ao portão de grade da prisão perto do qual havia um pé de figueira, cujas folhas secas caíam e eles juntavam para fazer cigarros. Substituíam o fumo. Fumavam tudo que lhes caísse nas mãos. Era a volúpia do tragar, numa compulsão incontrolável. Fumavam folhas, papel, pano, madeira: tudo que fizesse fumaça. A maioria deles era tuberculosa. Curioso é que os presos tinham a mesma cor de cobre esverdeado. Félix Silveira da Rosa Neto, estudante de arquitetura, preso político, perspicaz observador, tinha uma teoria sobre o fenômeno da cor dos presos. Sustentava Félix que, depois de um tempo os reclusos iam ficando da mesma cor esverdeada. Esta afirmação tem consistência científica, a deficiência de vitaminas, proteínas e a falta de sol vão afetando a células e o metabolismo da pessoa. Todas ficam iguais, iguais na cor e no plano da volição.⁷⁴

Testemunhara barbárie é um evento que transcende a simples objetividade do ato violento. A subjetividade do testemunho não diminui a densidade objetiva do relato; pelo contrário; a subjetividade dá à história da vítima uma verdade que não pode ser medida de outra maneira. As lembranças da vítima valida uma nova perspectiva epistemológica da verdade que só pode ser dita por aqueles que sofreram a violência por dentro. O testemunho revela a interioridade sombria da violência. O observador externo muitas vezes vê a violência como um fato neutro, facilmente reduzido a conceitos, categorias, números e estatísticas. Assim, a violência relatada pelo observador cai facilmente na banalidade. A abstração tende a banalizar a violência como se fosse um evento entre outros. Entretanto, o testemunho dos presos que habitaram estes espaços de tortura física e psicológica, desconstrói qualquer forma de naturalização da violência, mostrando a perversão em seu rosto oculto.

Os gritos que ecoaram, os corpos arrastados, o vazio dos desaparecidos, são marcas de uma memória individual e coletiva que vai além da racionalidade democrática. Os armazéns, os recintos, os espaços do DOPS, DOI-CODI, foram lugares em que a aplicação da tortura deixou de ser exceção e virou auspiciada pelo governo brasileiro.

⁷⁴ VARGAS, Índio. Op. cit. p. 23, 24 e 25.

As lembranças articuladas pelos presos políticos que estiveram na Ilha nos reportam aos objetivos da dissertação de abordar as memórias e suas possibilidades no campo das representações. No entanto, nossa perspectiva teórica considera que a memória serve como substrato ou fonte para o conhecimento da pesquisa histórica. Assim sendo, a figura dos presos políticos nos processos de indenização é constituída através do reconhecimento de seus prejuízos num regime ditatorial por um Estado democrático que se coloca no campo das reparações, embora não reconheça incisivamente a sua culpa. O que isso nos demonstra? Em nosso entendimento, que as forças políticas que atribuíam aos presos políticos a condição de terroristas ou subversivos estavam imbuídas de um arcabouço ideológico da segurança nacional que expressava as lutas materiais e políticas na sociedade brasileira dos anos 60 e 70. Desse modo, pensar as representações da memória, assim como o esquecimento induzido e imposto pela burocracia da ditadura, é válido, mas não significa que seja suficiente para compreender os motivos que levaram ao soerguimento de um Estado de Segurança Nacional, imerso na lógica da constituição de inimigos internos onde as fronteiras ideológicas eram mais perniciosas, segundo a ótica dos seus defensores, do que as fronteiras territoriais. Com isso, devemos considerar que as memórias enquanto fontes orais, não estão “soltas” da estrutura social e sim são reflexos, mesmo que difusos da luta de classes que se travam na mesma.

2. ESCONDERIJO REPRESSIVO NO GUAÍBA (1964-1967)

Digo aos amigos que tive o duvidoso privilégio de reinaugurar o presídio da Ilha. Que as pessoas chamavam de Ilha da Pólvora, hoje tem um nome mais bonito, das Pedras Brancas, mais poético. E quando cheguei naquele presídio, procurei assim por informações e ver se sabiam alguma coisa, mas a guarda civil, tomava conta e tinham um fiscal e seis soldados ou guardas. Passavam uma semana lá e depois eram substituídos por outro grupo, eram três grupos, então duas semanas de descanso e uma lá⁷⁵.

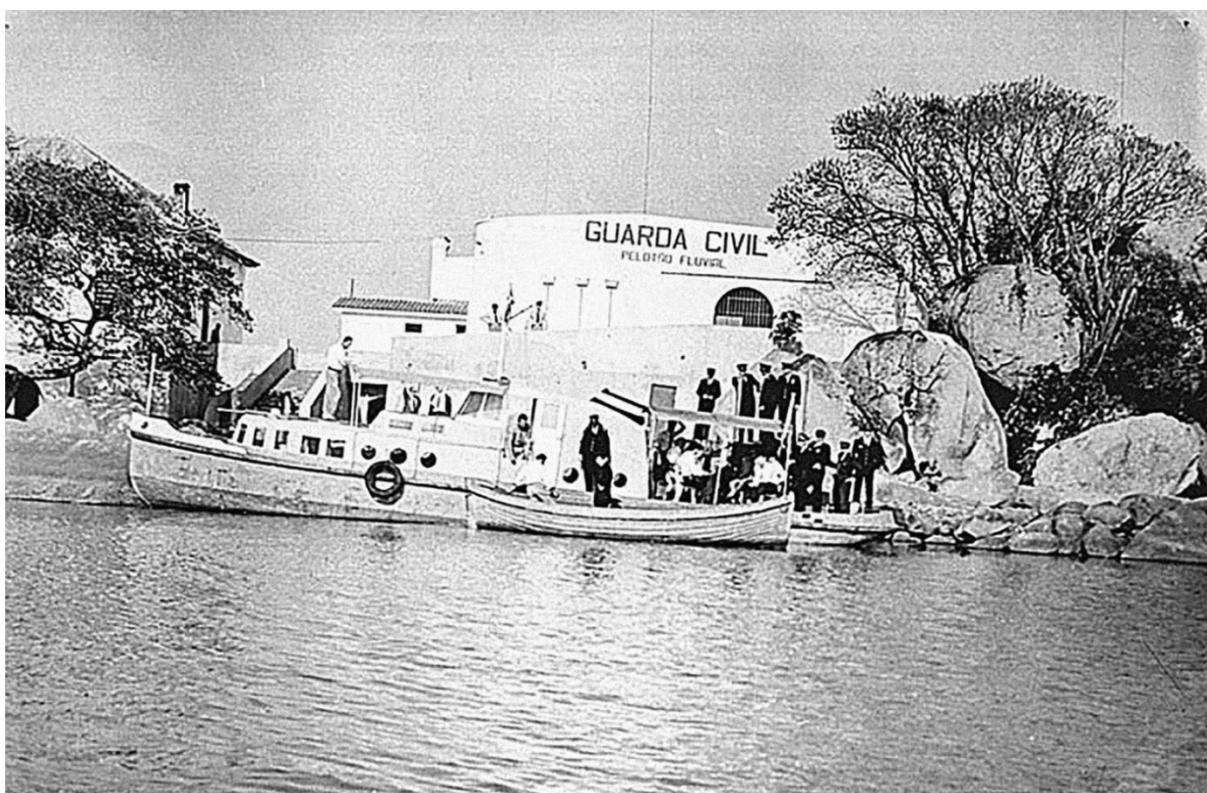


Figura 4: Do livro “O Sargento, o Marechal e o Faquir”, GUIMARAENS, Rafael.

No intuito de assinalar as questões que levaram a configurar a Ilha do Presídio como um esconderijo repressivo de presos políticos, destaca-se, neste capítulo, três momentos. O primeiro consiste numa retomada histórica a fim de contextualizar as dinâmicas internacional, nacional e regional que engendraram a ditadura no Brasil e como a Ilha do Presídio foi

⁷⁵ Testemunho de Araken Vaz Galvão, citado em RUIZ, Castor M. Bartolomé; VIOLA, Solon Eduardo Annes (org.). Testemunhas de uma barbárie: uma perspectiva da injustiça a partir das vítimas do estado de exceção, Brasil 1964-1988. São Leopoldo: Csa Leiria, 2016. p.523.

constituída como centro clandestino de detenção. Logo em seguida, se dará ênfase aos presos, caso por caso, conforme seleção das fontes analisadas, destinando-lhes descrição detalhada das ações políticas praticadas e a relação que travaram com os órgãos repressivos. Por último, examina-se especificamente a prisão e morte do sargento Manoel Raymundo Soares e as implicações que este caso teve no funcionamento da Ilha do Presídio.

2.1. Da bipolaridade mundial à Ilha do Presídio

Após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente a partir de 1947, ficou evidente a bipolaridade político-ideológica mundial estabelecida pela Guerra Fria. Em 1949, oficiais brasileiros que participaram da Segunda Guerra Mundial compoem a Força Expedicionária Brasileira, mantinham estreitas relações com o Exército estadunidense. Desse modo, a cooperação militar e estratégica resultante dessas relações se oficializou na formação da Escola Superior de Guerra, ambiente intelectual das elites militares e civis brasileiros, divulgadora dos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. Essa doutrina teve enorme influência nos rumos políticos da primeira experiência democrática brasileira, entre 1946 e 1964, concebendo uma nova configuração de guerra, onde a preocupação com a segurança nacional transferia-se aos concidadãos do mesmo país. O inimigo não era externo, mas vivia ao lado e era identificado por características políticas e ideológicas como oponente. Nas palavras de Maria Helena Moreira Alves:

[...] a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento contribui num corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, numa teoria de revolução e subversão interna, numa teoria do papel do Brasil na política mundial e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado [...] ela efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um controle do desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica” [...] segurança com desenvolvimento associava o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno” [...]. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror⁷⁶.

⁷⁶ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru, SP: Edusc, 2005. p.21.

Concomitantemente, durante esse período, alguns países da América Latina, tiveram projetos econômicos relativamente autônomos, resultado da conjuntura da grande guerra e da reconstrução imediata do sistema internacional. Tal condição promoveu um certo desenvolvimento industrial. Além de fortalecer os setores agrário-exportadores, também foram feitos, no caso brasileiro, desde os anos 1940, investimentos estatais para criar condições à indústria de base (energia e transportes) engendrando um nacionalismo que teve peso nas posições políticas do contexto. Em determinados setores das Forças Armadas, da burguesia voltada para o mercado interno e também da classe trabalhadora – cada vez mais participativa na disputa política – compreendeu-se que o nacionalismo econômico, liderado pelo Estado, tornou-se meta fundamental para o desenvolvimento do país. Evidentemente, havia visões contrárias a essa tendência e que até defendiam a entrada de capitais estrangeiros na economia brasileira. Podemos afirmar que o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) assumiu esse posicionamento, alinhando os interesses econômicos do país aos interesses dos EUA. No governo democrático de Getúlio Vargas, entre 1951 e 1954, a valorização do papel do Estado e medidas nacionalistas de proteção aos setores produtivos causaram tensões diante das pressões do mercado internacional. A campanha “o petróleo é nosso!”, a criação da Petrobrás e da Eletrobrás simbolizaram e resultaram da posição do Estado como indutor do desenvolvimento. Apesar do

[...] compromisso com a industrialização nacionalista e de defender o direito do Brasil de possuir e desenvolver seu petróleo e recursos minerais, Getúlio Vargas deixou claro em sua campanha que aceitaria de bom grado investimentos estrangeiros, mostrando assim certa continuidade com as suas atitudes passadas e manobrando de maneira a não entrar em atritos com interesses que se haviam fortalecido no regime de Marechal Eurico Dutra⁷⁷

Depois da instabilidade política decorrente da crescente polarização política e ideológica em torno de assuntos nacionalistas e trabalhistas, com o suicídio de Getúlio Vargas, a posição defensora do Estado como interventor na economia e promotor do bem-estar social, reformando o capitalismo brasileiro periférico dependente, deixou de prevalecer. Abriu-se espaço, a partir desse momento político, para a abertura do mercado nacional ao capital internacional.

⁷⁷ DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 30.

Os governos que substituíram Getúlio adotaram posições de maior abertura ao capital estrangeiro, predominantemente estadunidense. Sob ameaça de não tomar posse, com um governo provisório de Café Filho, o golpe preventivo do General Lott permitiu a Juscelino Kubitschek assumir a presidência, apesar dos setores militares contrários. Seu Plano de Metas – programa que buscava equilíbrio entre investimentos do Estado e setores privados – possibilitou a entrada de multinacionais produzindo bens de consumo duráveis, por exemplo. O capitalismo brasileiro passou para um modelo associado onde a crescente penetração do capital internacional, configurou uma aliança entre ele, o capital nacional associado-dependente e o capital de Estado⁷⁸.

Na década de 1960, o Brasil passava por uma intensa participação política da classe trabalhadora, alcançando um estágio de organização avançado em sindicatos, partidos e movimentos sociais, dentro dos marcos institucionais democráticos, com o legalizado Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e uma maior visibilidade do clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesse clima de mobilização, Jânio Quadros venceu as eleições derrotando o General Lott. Na disputa ao cargo de vice-presidente⁷⁹ deu-se a vitória de João Goulart, herdeiro político de Vargas e seu ex-ministro do Trabalho, muito rejeitado pela burguesia nacional associada ao capital internacional e pela maioria das Forças Armadas, desde o Memorial dos Coronéis⁸⁰.

A dupla Jânio Quadros e João Goulart (popularmente nominada “Jan-Jan”) tomou posse em 1961. Jânio Quadros em seus poucos meses de governo teve uma posição marcada por incertezas e ambiguidades em suas estratégias decisórias e acabou perdendo as rédeas do comando político, quando assumiu para seu governo uma política externa independente, deixando os setores da burguesia nacional associada descontentes. Ao renunciar à presidência não conseguiu obter o efeito que esperava qual fosse ganhar apoio político para fechar o

⁷⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru, SP: Edusc, 2005. p 21.

⁷⁹ Lembrando que segundo a Constituição então vigente, também havia eleições para vice, mas independentemente do resultado da eleição presidencial que, eventualmente, poderia resultar em uma eleição de signo cruzado (de partidos diferentes), como de fato ocorreu nesse momento.

⁸⁰ Documento (também conhecido por Manifesto) lançado em fevereiro de 1954, com a assinatura de 82 coronéis e tenente-coronéis do Exército dirigido ao ministro da Guerra (Ciro do Espírito Santo Cardoso) que demonstrava a insatisfação de setores da alta hierarquia militar com o descaso do governo populista de Getúlio Vargas ante as necessidades militares. O manifesto teve ampla repercussão nos meios políticos e militares, provocando a reação imediata do governo, que substituiu o ministro da Guerra, já citado, e do Trabalho, João Goulart. Os ministros substituídos foram, respectivamente, Zenóbio da Costa (Guerra) e Hugo de Faria (Trabalho). Fontes: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14 ed. – São Paulo: Edusp, 2013 e www.cpdoc.fgv.br/ Manifesto dos coronéis. Acesso em: 18/05/2018.

Congresso⁸¹. As elites aceitaram a desistência e Jânio, sem saber o que fazer com tal atitude “quixotesca”; saía de cena, evaporando no ar o fenômeno eleitoral de meses atrás. O acontecido gerou um clima de grande tensão. Sincronicamente, na escala continental, a América Latina, depois do sucesso da Revolução Cubana em 1959 virou preocupação central na política externa estadunidense, pois percebia ameaças na sua histórica zona de influência. Como afirmam Marçal e Padrós

O processo cubano virou paradigmático para as formações sociais periféricas, na perspectiva da libertação nacional contra a dominação neocolonial, ampliando significativamente a perspectiva da luta antiimperialista [...] verificável na experiência de *Sierra Maestra* [...]. A derrota norteamericana na invasão da Baía dos Porcos (*Playa Girón*) combinada com os efeitos da crise do populismo [...] fez aumentar a necessidade de controle do aparato político institucional, num cenário de acentuada pauperização dos setores médios e populares e de radicalização das mobilizações políticas. A “via cubana ao socialismo” passou a constituir uma alternativa concreta para grande parte da esquerda latinoamericana. A luta armada (*guerra de guerrilhas*) alastrou-se como um modelo de resistência pela região [...]. Todas as reações a essa (via cubana) foram sinais evidentes do acirramento da luta de classes [...] como na expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1962⁸².

Retornando ao plano nacional, a Carta Constitucional de 1946 não permitia dúvidas; quem deveria tomar posse, após a renúncia de Jânio Quadros era o vice-presidente João Goulart, político gaúcho vinculado ao PTB, com posições reformistas, mas que carregava o estigma de ser o herdeiro do populismo nacionalista de Getúlio Vargas. Os atritos de Jango com os setores conservadores da burguesia associada ao capital internacional e setores do Alto comando do Exército existiam desde o último governo Vargas, o que criava um impasse político. Esses setores queriam impedir sua posse, acreditando que instauraria uma república sindicalista suscetível a forte influência comunista. A situação provocou reações que partiram do governo do Estado do Rio Grande do Sul, sob a liderança de Leonel Brizola, exigindo o cumprimento da Constituição, ou seja, a posse de Goulart.

⁸¹ LABAKI, Amir. 1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

⁸² PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. Terror de Estado e Doutrina de Segurança Nacional: os "anos de chumbo" no Brasil e na América Latina. In: Ciências & Letras, n. 28 (jul/dez.2000), Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2000. p. 58-59.

A Campanha da Legalidade⁸³, como ficou conhecida tal reação, levantou palavras de ordem que conclamavam ao povo sair às ruas e resistir em defesa do cumprimento da Constituição, efetivando a legalidade prescrita para o caso. Ademais, Brizola mobilizou uma rede de radiodifusão para divulgar tais ideias, propagando discursos inflamados na intenção de estimular o maior número de possíveis simpatizantes a partir de Porto Alegre, mas visando o Brasil inteiro. Após momentos de incerteza, o III Exército, junto à Brigada Militar, garantiu tropas e armas à resistência antigolpe. A Legalidade conseguiu evitar o golpe. Contudo, tratou-se de uma vitória relativa diante da solução conciliadora que se impôs, por iniciativa do Congresso Nacional, transformando a forma de governo do país em parlamentarista. A “solução de compromisso” num país marcado fortemente pelo personalismo político teve como reais motivos manter a ordem constitucional sem entregar o poder a Jango, já que um primeiro-ministro desenvolveria as principais funções do antigo Poder Executivo. Jango aceitou, com o intuito de esfriar as tensões políticas. Todavia, as forças descontentes com a solução parlamentarista, favoráveis a posse imediata de Jango, se articularam fazendo mobilizações exigindo a antecipação do plebiscito no qual a população brasileira decidiria qual forma de governo seguir, ou seja, a manutenção do parlamentarismo ou o retorno ao presidencialismo. Em janeiro de 1963 o “Não ao parlamentarismo!” derrotou a saída conciliatória das elites, e após dois anos de presidência esvaziada, João Goulart de fato assumia o poder.

O governo de Goulart se caracterizou por uma constante instabilidade política, onde a oposição do governo se constituiu numa força decisiva para construir um ambiente tensionado. A construção do complexo de organizações da sociedade civil, conhecidos como Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) serviu de catalisador e organizador das táticas de desestabilização do governo. Campanhas publicitárias, articulações de setores empresariais e da Escola Superior de Guerra (ESG) provocaram uma resposta governamental, optando pelo enfrentamento mediante o apoio recebido das mobilizações dos setores subalternos do Exército (no caso dos sargentos), bem como usando a tática de comícios em prol das Reformas de Base que, de acordo com o governo, seria a solução dos problemas estruturais que a sociedade brasileira deparava-se.

⁸³ Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964) In: Revista Anos 90 do PPG História, v.18, jul. 2011. Artigo de Diorge Alceno Konrad e Rafael Fantiniel Lameira apresenta o processo histórico da construção do Golpe Civil Militar, vitorioso em 1964. A dinâmica estadual no período influenciou a dinâmica nacional, evitando o Golpe em 1961 e não oferecendo resistência ao Golpe de 1964. Essa relação dialética e contraditória entre a dinâmica nacional e estadual estabelecida nele é um objetivo central de nossa dissertação.

Setores conservadores, catapultados pela ação do complexo IPES/IBAD/ESG, montaram as condições para levar a efeito o golpe de Estado de 1964, um golpe de classe que retirou do poder um projeto político que enfatizava o compromisso social com a classe trabalhadora, embora não fosse revolucionário. A oposição acusava o governo Jango de ser o início de uma revolução e de estar sob esfera do comunismo internacional, portanto era imprescindível uma intervenção conservadora e contrarrevolucionária⁸⁴. Foi então que os militares saíram da caserna e vieram para o centro das decisões políticas.

No Rio Grande do Sul, em 1962, mudanças ocorreram com o resultado das eleições para o governo do estado. A vitória de Ildo Meneghetti, candidato do PSD, que seria pela segunda vez governador, mostrou posição contrária ao PTB de Leonel Brizola. Meneghetti teve forte apoio do IPESUL, sucursal regional do IPES em sua campanha. Em 1964, quando Jango se deslocou de Brasília a Porto Alegre para decidir se resistiria ou não ao golpe, acabou levando em conta o fato de que o governo estadual não era mais um aliado político e sim, um adversário, impedindo-o de reeditar a vitoriosa Campanha da Legalidade ocorrida três anos antes. O governador Meneghetti, nos dias em que se efetivou o golpe de Estado, transferiu a sede da administração estadual para Passo Fundo, temendo uma revolta em Porto Alegre, cidade cujo prefeito era Sereno Chaise, do PTB, e a favor de Jango. Meneghetti ordenou, ainda, o confisco dos equipamentos da Rádio Guaíba para evitar a repetição da Rede da Legalidade. O III Exército, por sua vez, estava dividido com tropas desobedecendo a ordens do Alto Comando e manifestando-se a favor do presidente. Ante tal situação, Jango decidiu refugiar-se no Uruguai, sem saber que, com este ato, nunca mais voltaria ao Brasil.

Porto Alegre foi palco de tentativas de resistência nos rumos de uma nova Legalidade; no entanto, desta vez, fracassou. Sem conseguir repetir 1961, viu o golpe de Estado instalar uma ditadura na condução política do país. Setores da sociedade como estudantes, sindicalistas e militares contrários ao golpe, procuraram organizar redes de articulação e

⁸⁴ Ver debate sobre a categoria em: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1998; FERNANDES, Florestan. *O que é revolução?* In: PRADO JR, Caio; FERNANDES, Florestan (orgs). *Clássicos sobre a revolução brasileira*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. KONRAD, Diorge Alcenio; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *Ditadura Civil- Militar e Historiografia: Repressão e Resistência no Rio Grande do Sul*. In: PADRÓS, Enrique Serra (org). *CONE SUL em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História recente*. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013; QUEIROZ, Fábio José. *1964: o dezoito brumário da burguesia brasileira*. São Paulo: Ed. Sundermann, 2015; FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 343-404. (Brasil Republicano; v.3); FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; MELO, Demian Bezerra. *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

resistência no Brasil e no Uruguai – o RS se tornou a principal rota de exílio nos primeiros anos da ditadura –, tentando esboçar um contragolpe cujo estopim seria detonado em Porto Alegre. Foi justamente nesse contexto, que a Ilha do Presídio teve importância vital como instituição no combate aos primeiros movimentos de resistência à nova ordem ditatorial. A repressão desempenhou suas atividades com base na legislação definida (e herdada) pela Constituição de 1946. Ao lado disso, mudanças relativas ao sistema penitenciário estavam sendo desenvolvidas pelas administrações estaduais desde a década de 1950. O destino da Ilha do Presídio estava sendo decidido nesse contexto.

No Rio Grande do Sul, cabe registrar, os governos de Ernesto Dornelles (1951-1955) e o primeiro mandato de Ildo Meneghetti (1955-1959) vinham organizando uma política de reestruturação do sistema prisional. De fato, no início década de 1950 foi elaborado um Plano de Cadeias e Foros e uma Comissão de Reparcelamento Penitenciário⁸⁵ (CRP) ficou encarregada disso. Em fins do primeiro mandato de Ildo Meneghetti⁸⁶, tal comissão, subordinada à Secretaria do Interior e Justiça, avaliou o andamento do mesmo. Os objetivos principais eram: elaborar e executar um Plano de Reparcelamento Penitenciário que abrangia os estabelecimentos de todo o estado, incluindo, também, aqueles locais destinados à observação e tratamento bem como prisões provisórias e instituições de internação de menores infratores. Em novembro de 1955 o Legislativo aprovou o Plano, sendo definidas as diretrizes gerais e os recursos financeiros disponíveis para o início dos trabalhos. Durante os anos seguintes a estrutura penitenciária foi reestruturada, segundo as previsões orçamentárias e pelo acompanhamento da CRP.

Dentre as obras que fizeram parte dessa recomposição estavam: a reconfiguração da Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho (na cidade de São Jerônimo), em 1956; a elaboração do projeto do edifício Casa de Prisão Provisória (de Porto Alegre), iniciada também em 1956; a instalação e organização da estrutura da Penitenciária Estadual em prédio próprio no bairro Partenon (Porto Alegre) no ano de 1959. A CRP atuou até o final da década de 1960 e neste período esteve vinculada à Secretaria de Negócios e Obras Públicas. As medidas foram implementadas sem a exigência expressa de submeter-se à Lei de Segurança Nacional. Desse modo, podemos verificar que os investimentos para a Ilha do Presídio

⁸⁵ Dados disponíveis em: arquivopublicors.worldopress.com. Acesso em: 18/5/2018.

⁸⁶ Ata Especial de entrega, pela Comissão de Reparcelamento Penitenciário no dia 28/01/1959. Disponível em: arquivopublicors.worldopress.com; Acesso em: 18/5/2018.

estavam previstos a partir de 1959, de acordo com a Secretaria do Interior e Justiça. Dessa forma, tornar-se-ia um presídio de máxima segurança, contemplando uma construção de 1380 metros quadrados, com celas para 72 presos, mesmo que na Ilha já funcionasse um cárcere, como visto em estudos referentes às origens do presídio⁸⁷ no lugar. Ou seja, fariam-se reformas em um local, que já era utilizado como presídio; logo, não seria construído, e sim remodelado. Desde 1956, segundo tais estudos, o lugar era usado como presídio em razão de uma crise de superlotação no Presídio Central. Os presos que foram transferidos à Ilha apresentavam maior periculosidade. O uso do presídio da Ilha como político será objeto posterior de análise, mas como bem afirmam Maestri e Ortiz:

A pequenina ilha do Presídio, com uns cento e cinquenta metros de comprimento por trinta a oitenta de largura, destaca-se por suas grandes pedras de granito, a pouco mais de dois quilômetros da costa de Guaíba. Conhecida inicialmente como ilha das Pedras Brancas, fora ponto estratégico de ataque-defesa de Porto Alegre na Guerra dos Farrapos. Passara a ser denominada de ilha da Pólvora, ao receber duas construções para armazenar munição, em 1857. De 1956 a 1973 e de 1980 a 1983, funcionara como presídio, o que lhe assegurou sua última denominação. A ilha do Presídio, caracterizada pela forte umidade, era local onde os prisioneiros políticos se encontravam relativamente protegidos das torturas policiais, devido à estreiteza das instalações, ao elevado número de detidos e às dificuldades dos inquisidores de se deslocarem até ela. Para serem interrogados, os prisioneiros eram habitualmente levados de volta a Porto Alegre, onde ficavam entregues à violência e ao arbítrio dos militares e policiais torturadores⁸⁸.

Os presos que estiveram ali, na primeira fase de 1964 a 1967, estariam mesmo “relativamente” protegidos das torturas policiais como descrito na citação acima? Como definir o sentido de relativamente livre de torturas? De qual tipo de tortura se reporta tal visão? As condições de aprisionamento dessa fase permitem concluir tal afirmação? Para depurar tais questões, torna-se imprescindível verificar as experiências daqueles que passaram pela Ilha do Presídio. É o que nos propomos a partir de agora, no subcapítulo a seguir que tratará caso a caso dos presos políticos da primeira fase.

⁸⁷ Sobre a origem de funcionamento ver: MÜLLER, Maurício. Ilha das Pedras Brancas – paisagem revisitada. 2014 (TCC de Arquitetura/UFRGS); BERGER, Christa [et al]. Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias. Porto Alegre: Libretos, 2008; VARGAS, Liziê. A Ilha do presídio em cena: o espetáculo Viúvas – performance sobre a ausência. Porto Alegre: 2016. (TCC História/UFRGS); Reportagem do jornal Diário de Notícias, do dia 17/01/1960 com a manchete “Moderno presídio (72 celas) este ano na Ilha das Pedras”.

⁸⁸ MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen. Por mais terras que eu percorra... In: O Direito na História / Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Coordenadoria de Documentação. – N. 1, (mar./out. 2008). Porto Alegre: TRF 4ª Região, 2008. p. 188.

2.2. Percursos repressivos e de resistência

A primeira fase (1964-1967) de uso da Ilha do Presídio como espaço de confinamento de presos políticos na ditadura se caracterizou por uma improvisada organização que em certa medida, sinalizava não ser um projeto sistemático de utilização das instalações existentes como cárcere para presos políticos. Nesse período, de 1964 a 1967, foi possível verificar a existência de oito presos segundo os documentos dos processos de indenização. A partir dos mesmos é realizada a descrição da trajetória militante desses oito presos, detalhando aspectos que abordam a resistência individual e a repressão institucional sofrida por cada um deles, apontando dados sobre o contexto da ditadura. Também se analisam aspectos dos processos, destacando os documentos de autoria dos órgãos repressivos e as alegações do requerente, que solicitou reparação por danos sofridos durante a ditadura no Rio Grande do Sul mediante a Lei Estadual 11.042⁸⁹.

A análise dos aspectos pessoais do militante produz, em alguns momentos, certo predomínio subjetivo; todavia, ressaltamos que um dos objetivos da pesquisa reside em contextualizar a ação subjetiva do requerente, e das estruturas repressivas com que se deparou. Corroborando a relevância das informações contidas nesses processos são claras as observações de Padrós:

Tornar conhecida a memória dos que resistiram e/ou foram vítimas desse regime repressivo é um passo essencial no desmonte das versões oficiais consolidadas pelos setores golpistas e pela atitude conciliatória dos que, em vez de verdade, preferiram o silêncio e o esquecimento induzido. Depoimentos, testemunhos e documentos que expressam as palavras daqueles protagonistas, suas percepções e vivências são, efetivamente, portadores de uma vitalidade incomparável para o resgate da história e a consolidação de uma cultura democrática. Nesse sentido, a documentação produzida pela Comissão Estadual de Indenização e resenhada no Catálogo Resistência em Arquivo, tem destaque substancial para o resgate desse passado ainda muito pouco conhecido, pois se trata de um conjunto de registros contados pelos próprios protagonistas (e vítimas) que sofreram violento arbítrio e coerção. O uso histórico e o acesso público desse rico acervo permitem resgatar experiências de luta e resistência da penumbra e do apagamento da desmemória. Revelar, preservar e tornar acessíveis fontes tão preciosas possibilita que seu conteúdo se transforme em matéria prima para

⁸⁹ Promulgada em 18 de novembro de 1997 pelo governo Antônio Britto. Em suas disposições gerais: reconhece a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizados.

o conhecimento histórico e, socializado com o conjunto da população, se torne parte do patrimônio coletivo da sociedade.⁹⁰

Não se trata exclusivamente, de verificar as razões que levaram o acusado ao confinamento na Ilha do Presídio, mas também de encontrar nexos da sua trajetória, acompanhando o uso desse espaço pela repressão no conjunto do sistema penitenciário e repressivo sob os ditames da Lei de Segurança Nacional.

Em termos explicativos cabe informar que na primeira fase de uso da Ilha como presídio político serão expostos os presos de acordo com o ano de suas reclusões. Sendo assim, no ano de 1964, foram encontrados nas fontes mencionadas, dois presos que tiveram passagem pelo local.

Em 1964, o militar baiano Araken Vaz Galvão foi o primeiro preso político da ditadura a ser confinado na Ilha das Pedras Brancas. Na prática ele, reinaugurou o local como prisão e esteve lá por quase um ano. Por mais de seis meses, foi o único preso na ilha. Na década anterior, o lugar havia servido de prisão de segurança máxima, pela dificuldade de fugas. Mais tarde, chegaram outros detentos. Segundo levantamento do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), pelo menos 82 pessoas foram presas no local durante a ditadura. Por ali passaram políticos como Raul Pont, e Carlos Araújo, ex-prefeitos de Porto Alegre.

O primeiro a constar nos processos foi **Alfredo Filisbino**⁹¹, nascido em dois de dezembro de 1931, na cidade de Muçum; era ambulante e sem vinculação partidária. Alegou, ao solicitar o pedido de indenização⁹², que no verão de 1964 foi preso na Praça da Alfândega, onde trabalhava como vendedor de cachorro-quente, por policiais civis. Foi levado em seguida para o DOPS, onde permaneceu por três dias, sem precisar as datas exatas. No DOPS foi agredido recebendo cacetadas. Alfredo destacou ainda, no seu relato, que dormia no chão e que viu o ex-presos Manoel Raymundo Soares, personagem bastante significativo no embate entre resistência e repressão no estado. Posteriormente, continua em sua alegação, foi remetido à Ilha do Presídio, onde ficou lá em torno de três meses, dormindo também no chão

⁹⁰ PADRÓS, Enrique Serra. A reparação em perspectiva pedagógica: o APERS e o Catálogo de Resistência em Arquivo. In: RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil. Porto Alegre: CORAG, 2014. p. 10.

⁹¹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1833-1200/02-6, assunto: Indenizações, 17/02/2002.

⁹² Lei de 26 de junho de 2002 encaminhada pelo governo Olívio Dutra estipulando novo prazo de 90 dias, a contar da publicação, para requerimentos que se enquadravam às determinações estabelecidas pela Lei 11.042.

e tendo, como colega de infortúnio um sujeito chamado Renato. Afirmou ter sofrido queimaduras na pele feitas com charutos pelos policiais; que teve agulhas colocadas na sola dos seus pés e que sofreu afogamentos. Nesse ponto, deve-se fazer a ressalva que o pedido do requerente bem como suas informações foram indeferidos pela Comissão Especial de Indenizações, não sendo contemplado por não se enquadrar nas definições previstas em lei⁹³.

A partir dessa resolução pode-se estabelecer algumas reflexões sobre as versões oficiais e a do requerente, que não se harmonizam, fato confirmado pelo indeferimento. Duas reflexões são cabíveis nesse processo. Em primeiro lugar, as lembranças de Alfredo – idoso e analfabeto quando fez o requerimento – são desconstruídas no sentido daquilo que relata de ações pessoais sofridas com a memória coletiva sobre acontecimentos que ocorreram. Quando esteve preso informa ter estado com o sargento Manoel Raymundo Soares; acontece, porém, que o último esteve preso a partir de março de 1966 e não em 1964, quando o requerente afirma ter sido recluso. De pronto, num segundo momento, se considerou as condições que o levaram a requerer a indenização, talvez dificuldades financeiras e, desse jeito, relacionar fatos conhecidos com sua experiência própria no intuito de obter algum valor monetário. Isso pode ser plausível ao insistir na petição. Pode ser que o dispositivo que acionou a memória de Alfredo tenha sido sua situação econômica no momento da expedição da Lei 11.042. Nesse sentido, pode ter tentado, de modo frustrado, inscrever sua memória pessoal com a memória coletiva, ao citar Raymundo Soares. Seja o que for, destarte, fica o alerta sobre a produção dessas fontes; o pesquisador que por elas se debruçar deve ter em conta os dois momentos históricos que elas possuem. O corte histórico do conteúdo dos fatos narrados, e junto a isso, o corte histórico da produção probatória que a lei define. Assim, os atores envolvidos – a vítima de um lado, a CEI/RS na mediação e os órgãos repressivos manifestando seus registros quando exigidos, conferem validade das informações alegadas pelos requerentes – com isso, verificam-se os limites e as relações de poder que a fonte possui representando um mecanismo incompleto de justiça de transição em nível estadual. Pensando na justiça de transição, Torelly conceitua afirmando que:

⁹³ Lei 11.042/97 em seu Art. 1º - O Estado do Rio Grande do Sul indenizará, nos termos desta Lei, as pessoas que, presas ou detidas, legal ou ilegalmente, por motivos políticos entre os dias 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, que tenham sofrido sevícias ou maus tratos, que acarretaram danos físicos ou psicológicos, quando se encontravam sob guarda e responsabilidade ou sob poder de coação de órgãos ou agentes públicos estaduais.

Justiça de Transição refere-se tanto a um conjunto de políticas públicas quanto a um campo de investigação científica, ambos os casos caracterizados pela intensa interdisciplinaridade e por uma abordagem especialmente preocupada com as vítimas e com a demanda social pró-direitos humanos de que “nunca mais” ocorram atrocidades. Na definição institucional da Organização das Nações Unidas, Justiça de Transição alude a um conjunto de processos e mecanismos políticos e judiciais, mobilizados por sociedades em conflito ou pós-conflito para esclarecer e lidar com legados de abusos em massa contra os direitos humanos, assegurando que os responsáveis prestem contas de seus atos, as vítimas sejam reparadas e novas violações, impedidas. O conceito de “Justiça de Transição” emerge da articulação de práticas inicialmente empreendidas de maneira independente em processos de democratização ao redor do mundo, articulando quatro dimensões fundamentais: memória e verdade, reparações, justiça e igualdade perante a lei, e reformas institucionais. Incidindo em cenários de conflito, a idéia de “reconciliação” comumente associa-se ao conceito⁹⁴.

Ampliando a questão probatória de Alfredo Filisbino pode-se depreender que a dinâmica repressiva no período imediato ao Golpe de Estado de 1964 apresentava um *modus operandi* indefinido, sem sistematização. A questão intrigante é o fato de um vendedor de cachorro-quente ser remetido a Ilha do Presídio sem nenhuma caracterização de crime político. Pode-se deduzir que o uso penitenciário da Ilha, no imediato pós-golpe, era de receber presos comuns, levados com regularidade para o cárcere. O perfil dos indivíduos deslocados à Ilha se referia aos desajustados, ou melhor, excluídos, dentro daquilo que a sociologia urbana define há algum tempo, como a limpeza das áreas centrais, concernente as classes perigosas⁹⁵ na perspectiva de uma “higienização social” desses espaços, visando reduzir toda forma de desordem.

No processo de indenização verifica-se que o requerente solicitou registros de antecedentes policiais nos órgãos da Polícia, aparecendo vários registros de sua pessoa. Apenas um deles correspondia a 1964; as demais ocorrências haviam ocorrido ao longo dos anos, o que significa dizer que a prisão referida por Alfredo pode ser duvidosa nos dados informados, mas não no registro oficial do Estado. Nos dados do aparato de segurança pública constatou-se várias diligências e pequenos crimes, como desacato à autoridade. Também foi

⁹⁴ TORELLY, Marcelo. Justiça de Transição: origens e conceito. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. 1ª ed. Brasília, DF: UnB, 2015. p. 146.

⁹⁵ Noção que se origina no século XIX para se referir tanto aos desvalidos e desajustados sociais sem dinheiro, quanto aos trabalhadores agrícolas e camponeses sem-terra que se viam forçados a se mudar para cidades e trabalhar nas fábricas. Sociólogos e criminólogos argumentam que as políticas de policiamento contemporâneo são ainda formadas por esse conceito. Tais políticas conteriam uma agenda que se destinaria tanto a identificar os “inimigos públicos” responsabilizados por vários problemas econômicos e sociais, quanto a eliminá-los. Tudo no interesse da ordem pública e de segurança. In: BERLATTO, Fábila. Sociologia do crime e da violência. Sociologia: 2º ano, vol. 1. Curitiba: Positivo, 2011.

solicitado ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) se constava algo de sua pessoa no Acervo de Luta contra a Ditadura⁹⁶ e na Justiça Militar, tendo nessas instituições o desconhecimento dos fatos alegados pelo requerente.

O segundo preso dos processos de 1964 que esteve na Ilha do Presídio foi **Álvaro Eugênio Schunck**⁹⁷, conhecido como Alemão. Nascido em três de julho de 1928 em Santo Antônio da Patrulha, atuava como vendedor de café no litoral e mencionou não ter vinculação partidária. Alegou, em seu requerimento, que foi preso quando voltava de um dia de trabalho na cidade de Mostardas, dirigindo seu “Jeep” em direção à cidade que morava, quando foi impedido de continuar por causa de uma barreira policial na estrada. Quando parou na mesma foi recolhido por policiais do DOPS e logo, em seguida, levado a Porto Alegre como afirma em seu relato:

[...] antes de ocorrer a minha prisão no Município de Mostardas, a minha casa tinha sido cercada por policiais, inclusive com a presença do Delegado de Polícia, Sr. Luiz Pacheco Martins, quando então minha esposa ficou sabendo que estavam a minha procura para prender-me, deixando a mesma aflita, apavorada, sendo informada no dia seguinte na Delegacia de Polícia, que eu tinha sido levado preso para Porto Alegre. [...] Quando cheguei em Porto Alegre fui deixado no DOPS, situado na Av. Ipiranga, sendo em seguida colocado em uma sala de reduzido tamanho, que possuía apenas um vaso sanitário, sem acento, e um lavatório, não possuindo iluminação elétrica e nem uma folha de jornal para deitar em cima. Passados alguns minutos, vieram rapazes sem farda e me mandaram que tirasse a roupa, tendo ficado apenas de cueca, sendo que até esse momento ainda não sabia do por que da minha prisão. Nesse local fiquei bastante tempo, não podendo precisar qual tempo, pois havia perdido a noção de tempo. Sei que de quando em vez alguém aparecia e acendia uma lâmpada e dava uma olhada, fechando imediatamente a porta e eu continuando a ficar no escuro. [...] num determinado dia abriram a porta e me mandaram sair, levando-me até a presença de um senhor muito forte, quando ele me fez sentar e me olhando com olhar raivoso, me disse: Agora você vai me contar uma história! Quando perguntei que história? Ele respondeu: “uma certa história de caminhão cheio de armas que vocês enterraram em Santo Antônio da Patrulha”. Respondi que não sabia de caminhão de armas nenhum. Desse momento em diante começou meu martírio, pois, o dito interrogante disse-me que “iria me refrescar minha ideia”, quando me agarrando pelo braço me levou até a porta da cela e em seguida me deu uma joelhada nos órgãos genitais, quando sentindo muita dor me abaixei, recebendo em seguida

⁹⁶ Acervo que se constituiu com material do DOPS organizado no APERS durante o governo Olívio Dutra (1999-2002), sendo posteriormente enviado ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Parte desse arquivo foi incorporado e organizado sob responsabilidade da Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, durante gestão da direção de Suzana Lisboa e João Carlos Bona Garcia.

⁹⁷ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2639-1200/02-3, assunto: Indenizações, de 23/09/2002.

várias cotoveladas na nuca e socos nos ouvidos e rosto, sendo em seguida jogado chão da cela.⁹⁸

Schunck esteve preso no DOPS durante um tempo no ano de 1964, sem precisar exatamente datas; e também foi levado à Ilha do Presídio, segundo consta no seu processo:

Após algum tempo, novamente vieram dois rapazes e me levaram até a beira do rio Guaíba, quando então me colocaram em barco que estava sendo ocupado por duas pessoas, sendo essas pessoas cumprimentadas pelos meus condutores, quando disseram: Trouxemos esse cara para uma “operação banho” afirmou: espera, se dirigindo a um galpão, quando retornou disse para seu colega: “Mandaram suspender a operação banho”, em seguida ligaram o motor do barco e partiram, quando passados alguns minutos avistou uma ilha, logo em seguida chegamos na dita ilha, e lá chegando me entregaram em mãos de policiais, sei que era de manhã, quando então os tais policiais me levaram para um galpão que possui vários quartos e com a presença de vários presos, entre esses presos um que me chamou a atenção pelo grande corte que possui em sua barriga, sendo em seguida chamado por esse preso que me disse: “eu sou o sargento Araken e aqui eu coordeno os colegas de cela, quero ordem e união”. Fomos obrigados a encher as caixas de água utilizando-se de uma bomba manual. [...] Em torno das nove horas da noite senti uma dor horrível na bexiga, gritei a noite toda até o outro dia de tarde sem parar. No dia seguinte urinei sangue, no outro dia me colocaram no barco, me levando de volta, quando então fui recebido pelos mesmos dois rapazes, me levando para o DOPS.⁹⁹

Na descrição acima dos fatos de sua prisão, Álvaro menciona o contato que teve com o sargento Araken Vaz Galvão¹⁰⁰. Deste episódio cabem algumas considerações. Schunck teve contato com o primeiro preso político da Ilha do Presídio. O sargento Araken pertencia ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que estava organizando um levante contra a ditadura, e do qual participavam em torno de 20 a 30 sargentos espalhados em “aparelhos” por Porto Alegre. Sua prisão ocorreu porque havia levado um tiro da mulher que morava com ele numa briga passional, o que o obrigou a buscar atendimento no Hospital Pronto Socorro. Este fato desmanchou todo o levante; companheiros sargentos conseguiram retirar as armas

⁹⁸ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2639-1200/02-3, assunto: Indenizações, fl. 32.

⁹⁹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2639-1200/02-3, assunto: Indenizações, fl. 33.

¹⁰⁰ Araken Vaz Galvão fazia parte do Comando Geral dos Sargentos, companheiro próximo de Manoel Raymundo Soares. Foi considerado o primeiro preso político da Ilha do Presídio, no entanto não está entre os requerentes de indenização possibilitada pela Lei Estadual 11.042/97. Em 1964, Araken era 2º sargento do Exército na Companhia Média de Manutenção, em Campo Grande, MS, tendo ingressado em 1955 no Exército. Logo após o Golpe de Estado abandonou o Exército com Manoel Raimundo Soares e outros colegas de farda e buscaram organizar a resistência aproximando-se de Brizola.

dos lugares onde estavam armazenadas. A experiência de ter inaugurado a Ilha como preso político, foi narrada pelo próprio Araken, numa crônica denominada “Ilha das Pedras Brancas”, publicada no livro organizado por Christa Berger, revelando que:

Quando tive o duvidoso privilégio de inaugurar a prisão da Ilha das Pedras Brancas como presídio de preso político, estava com a saúde muito debilitada. Tinha sido preso, depois de ter levado um tiro de uma mulher que morava comigo – episódio rumoroso, o qual já recebeu tantas versões, cada uma mais estúpida que a outra, inclusive de alguns que se dizem meus amigos, que não vale a pena explicar. Bem recebi o tiro – que atravessou o fígado, o estômago e se alojou na ponta do pulmão – desarme a agressora e fui em busca de socorro médico, sabendo que, mesmo portando documento falso, logo seria identificado. Coisa que logo ocorreu. Quando despertei da anestesia, estava cercado de guardas. Mais tarde, depois de receber a visita do Secretário de Segurança, fui transferido ao Hospital Militar, no alto de uma bela colina do Exército. Fiquei entre a vida e a morte por um prazo indefinido, para mim, meses. Era jovem, fui me recuperando até ficar em condições de ser interrogado. Quando já estava semicurado, fui transferido para a Cia de Guardas, próximo ao Parque da Redenção (ou Farroupilha). Terminado o IPM fui levado secretamente para a Ilha. [...] Tinha apenas a roupa do corpo, só mais tarde é que me entregaram uma valise com alguns pertences meus. Na ilha, sozinho, com a companhia apenas dos guardas (seis de cada turma), passei o pior inverno de minha vida. Jogaram-me em uma cela de um amplo pavilhão, onde o vento miniano entrava assoviando pelo portão principal (direção oeste) e assoviando saía pela grade dos fundos (direção leste). Tinha uns colchões de capim atirados no cimento do piso. Não tinha travesseiro nem roupa de cama. Cobertores nem se fala. Felizmente não havia pulgas nem percevejos. Não tinha estabelecido ainda um *modus vivendi* entre os guardas e eu, estudávamo-nos. A forma que encontrei para não morrer de frio foi colocar dois colchões e enfiar-me entre eles, como se enfia uma faca na bainha. A única dificuldade é que tinha que permanecer de costas ou de boca para cima e eu nunca consegui dormir nessas posições. Durante o dia, quando tinha oportunidade, fazia a sesta [...]. Passava praticamente as noites acordado, dormindo aos poucos, pensando: Eles (a ditadura militar) fazem isso para que eu morra. A única forma que tenho de vencê-los é permanecendo vivo. Para vencer-me eles terão que me matar. Repeti essa oração durante todo o tempo que estive preso.¹⁰¹

O sargento Araken foi um dos militares atingidos pela “Operação Limpeza” imediatamente à instalação da ditadura, abandonando a corporação em Mato Grosso, junto de outros sargentos, demonstrando que havia setores do Exército que não compactuavam com os militares golpistas. Essa postura política levou Galvão a reforçar a aproximação do Comando Geral dos sargentos com Brizola na tentativa de dar uma resposta ao Golpe de Estado 1964,

¹⁰¹ LINDEMANN, Cristiane. Biblioteca para o sargento das mãos amarradas. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias. Porto Alegre: Libretos, 2008. p 97-98.

relação essa que já existia antes mesmo da instauração da ditadura de Segurança Nacional. Nesse aspecto, César Daniel Rolim esclarece como o então governador estabelecia seus vínculos com setores subalternos do Exército:

Colocando-se como porta voz dos sargentos Brizola procurava ascender à liderança política do Movimento Nacionalista. A aproximação com militares subalternos, vistos como povo, era um dos objetivos de Brizola ainda enquanto governador. Araken Vaz Galvão aponta que a participação política efetiva dos sargentos “era vista, por parte da oficialidade, como um perigo, um perigoso precedente. O que aproximava Brizola dos sargentos era o nacionalismo político-econômico. Isso era o que tinha de mais próximo do patriotismo, para uns; e de uma posição mais à esquerda, para outros”. Assim, o nacionalismo defendido por Brizola era utilizado como uma das bandeiras dos militares subalternos que entendiam o ex-governador sul rio grandense como um ator político importante que se colocava junto a eles no campo político reformista.¹⁰²

Através dessas estreitas relações político-ideológicas entre setores subalternos do Exército e o ex-governador Brizola, pensava-se no contragolpe que deveria ser iniciado no Rio Grande do Sul, mas este não vingou passando-se, então, para outra estratégia, a criação de um foco guerrilheiro na Serra de Caparaó¹⁰³, no Pico da Neblina, ponto mais alto do relevo brasileiro conhecido na época. A região escolhida em agosto de 1966 fazia divisa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Desse modo, a intenção de Brizola era organizar uma resistência. Mesmo no exílio

[...] buscou manter contatos com grupos que permaneceram no Brasil e que estavam dispostos a um contragolpe. Tinha a intenção de organizar vários levantes, o que poderia influenciar outros grupos espalhados por todo o país a repetirem a ação, desorientando e minando o governo militar. Na verdade, alguns exilados já planejavam ações a partir do Rio Grande do Sul, antes mesmo que Brizola tivesse chegado ao Uruguai. Porém, com a sua presença no país, todos aqueles interessados numa reação armada contra os golpistas passaram a gravitar ao seu redor. Um dos grupos que Brizola contava para dar início a uma reação contra o governo militar era justamente o de sargentos coordenados por Amadeu Felipe da Luz Ferreira, Jelcy Rodrigues Corrêa e Araken Vaz Galvão, que vieram integrar o projeto guerrilheiro de Caparaó. Segundo José Wilson da Silva, ex-tenente do Exército e membro

¹⁰² ROLIM, César Daniel de Assis. Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras: 1961-1964. (Dissertação de Mestrado – História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 2009. p 185.

¹⁰³ Sobre a guerrilha do Caparaó ver COSTA, José da Costa. Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura. São Paulo: Boitempo, 2007. Também CAPITANI, Avelino Biden. A rebelião dos marinheiros. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1997.

do comando montado por Brizola no Uruguai, o grupo era formado por 21 militares, de baixa patente, cassados e que foram deslocados do Rio de Janeiro para Porto Alegre para tomarem parte da resistência. Amadeu confirma o envio de homens para o Sul, mas em número maior: entre 60 e 70 pessoas. Araken afirma que o grupo havia entrado em acordo com Brizola no sentido de participar do movimento pensado por este para o Rio Grande do Sul e, em troca, receberiam recursos para a montagem de uma frente guerrilheira. De acordo com Amadeu Felipe, os subalternos presos após o golpe já discutiam a possibilidade de uma guerrilha rural ainda dentro da prisão.¹⁰⁴

Retornando à situação de Álvaro Schunck, descrita no processo do APERS, resta saber as motivações de sua prisão. Tais razões decorrem pelas relações familiares que tinha com o prefeito de Santo Antônio da Patrulha na época. Na prisão Álvaro foi questionado sobre o esconderijo de armas que Jorge Pedro Nehme, pertencente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), guardava à espera de um levante contra a recém instalada ditadura. Nesse período muitos adversários locais de Jorge o acusavam de comunista por sua defesa do governo Jango.

O contexto repressivo imediato ao golpe criou um ambiente de acusações e denúncias; muitas vezes, as acusações não procediam, mesmo assim, produziam impacto em virtude das perseguições e delações desencadeadas pelas estruturas repressivas legais. O DOPS, o Exército e os setores conservadores da sociedade que haviam participado da queda de Jango, desempenharam um papel fundamental para acusar e retirar do jogo político, ativistas vinculados ao PTB, ao trabalhismo e apoiadores do governo Jango.

O PTB possuía, naquele momento, grande peso no interior do Rio Grande do Sul, evidenciado pela quantidade de diretórios e pelo tamanho da estrutura partidária. Esta era significativa, constituindo-se no estado desde a democratização pós-Segunda Guerra Mundial. A formação do PTB no Rio Grande do Sul havia resultado da “confluência de três vertentes distintas, respectivamente, a sindicalista, com lideranças forjadas no Estado Novo; a doutrinário-pasqualinista, tratando-se de um círculo de intelectuais progressistas e por fim, a pragmática-getulista, constituída de políticos profissionais oriundos do PSD submetidos à orientação de Vargas”¹⁰⁵.

¹⁰⁴ GUIMARÃES, Plínio Ferreira. Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar. (Dissertação de Mestrado – História) Universidade Federal de Juiz de Fora. 2006. 205f. p. 28-29.

¹⁰⁵ BODEA, Miguel. Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992. p. 20.

Jorge Pedro Nehme (PTB), prefeito de Santo Antônio da Patrulha – cidade com forte influência dos proprietários de terra na política local – teve um mandato que representou o crescimento local do trabalhismo, fato novo diante do que normalmente ocorria que era ter maior vitalidade nas grandes cidades. Alcançar o poder em cidades de menor porte demonstrava que a política trabalhista incomodava, mesmo depois do golpe, os interesses historicamente predominantes do interior. A vinculação partidária do prefeito com o presidente deposto fez crescer a oposição local, o que alimentou maior instabilidade sobre seu mandato. Em março de 1966, *Folha da Tarde* informava que Jorge Pedro Nehme estaria sendo alvo de cassação do mandato por ser suspeito de liderar movimentos subversivos e esconder armas, o que o enquadrava na Lei de Segurança Nacional. Dias depois, uma carta de Nehme era publicada no mesmo jornal. Defendendo-se das acusações, o prefeito dizia que as denúncias sobre ele partiam de pessoas pertencentes ao Partido Libertador. Na referida carta denunciava como se havia montado seu inquérito, pois

[...] a pedido do tenente José Marcelino José de Oliveira, que há três meses, aqui compareceram três oficiais da Brigada Militar e se instalaram num quarto de pensão assessorados pelo tenente Marcelino, meu inimigo figadal. Esperei, por vários dias, que a Comissão de Oficiais comparecessem à Prefeitura para fazer as sindicâncias que se propunham. Ao invés disso, no quarto de pensão só compareciam meus adversários e meus contumazes denunciantes. Certa tarde, lá compareci espontaneamente, sozinho, pois me intrigava a unilateralidade do inquérito, que marchava ao sabor de meus adversários e do tenente Marcelino. Fiz sentir, na ocasião que o inquérito, deveria ser aberto, sem qualquer eivo de parcialidade, tendo, inclusive, convidado os oficiais da Brigada para que comparecessem à Prefeitura e ficassem, in loco, as sindicâncias que desejassem. [...] Não aceitaram, porém, meu oferecimento. Agora, sou surpreendido com a notícia da Folha. Acredito, senhor Diretor que a Revolução de Março não foi feita para a satisfação das vinditas e dos apetites pessoais. Nesta contingência, em cima de minha pessoa, estão os interesses de minha comuna e de toda uma população ordeira e progressista, que necessita de tranquilidade para alcançar seus verdadeiros destinos. [...] A notícia da Folha reflete de forma negativa sobre a arrecadação municipal, acarretando à administração, avultados prejuízos. Tão pertinaz tem sido a campanha de alguns inconformados adversários, que não tenho outra alternativa senão solicitar garantias ao Sr. Governador do Estado e ao general Comandante do III Exército, a fim de que possa exercer o mandato que o povo conferiu, livre das ameaças e das coações dos que aqui se intitulam representantes do Governo Revolucionário e agentes do DOPS. Espero, pois, senhor Diretor, que V. S^a, com o mesmo destaque, publique esclarecimentos em seu

prestigioso jornal. Atenciosamente (a) Jorge Pedro Nehme, Prefeito Municipal.¹⁰⁶

A prisão de Álvaro Schunck (fica implícito que fazia o papel de pombo-correio), em 1964, esteve relacionada com as questões políticas que seu cunhado, o prefeito Jorge Nehme, vinha enfrentando dos seus adversários, que procuraram arranjar motivos para perturbar seu mandato. A situação dos filiados do PTB e, das lideranças do trabalhismo nos poderes Executivo e Legislativo em todos níveis, era de defender e garantir os direitos adquiridos nas eleições de 1962¹⁰⁷. Todavia a ofensiva dos órgãos repressivos – DOPS e Exército – tornou-se uma questão de ordem. Tal orientação nacional, aplicada em espaços locais, apresentava uma mistura de interesses de ordem ideológica com oportunismos, disputas pessoais e rivalidades locais.

O processo de Álvaro Schunck possibilita, ademais, vislumbrar em notícia do *Correio do Povo*, o encontro dos 12 prefeitos das cidades do Vale dos Sinos, através da Associação dos Municípios da região, que solicitava que o III Exército apurasse as acusações da Brigada Militar sobre subversão e corrupção da gestão de Nehme¹⁰⁸. Aprofundando a investigação a entidade decidiu expulsar o prefeito Nehme, aumentando a pressão sobre ele e exigindo o uso da Lei de Segurança Nacional.

No ano de 1965, segundo consta nos processos de indenização do APERS, outros quatro presos políticos foram detidos na Ilha do Presídio. São eles: Alípio Charaão Dias, Lairton Galasch Rippol, Vera Maria Idiart Schmitt e Jomil Domingos Oltramari.

Alípio Charaão Dias¹⁰⁹, nascido em 29 de junho de 1935 em São Sepé, pedreiro, filiado ao PTB, esteve preso de maio a junho de 1965 no Serviço Social do Menor (SESME) de Porto Alegre; posteriormente, entre novembro a dezembro do mesmo ano, passou pelo Presídio Estadual de São Sepé, no DOPS e na Ilha do Presídio. Os fatos que desencadearam a sua prisão tributam-se à participação no primeiro levante armado contra a ditadura no Rio Grande

¹⁰⁶ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2639-1200/02-3, assunto: Indenizações, fl. 40.

¹⁰⁷ O governo Castelo Branco, no discurso, pretendia ser provisório. Ao longo dos anos percebeu-se a mudança de rumo com a guinada que a “linha dura” das Forças Armadas foi obtendo no controle do Estado e da comunidade de informações como o Serviço Nacional de Informações SNI. Com isso quer-se dizer que nesse contexto, ainda se respiravam ares democráticos, mesmo que com muitas dificuldades; com o passar do tempo iria mostrar-se maiores dificuldades com a reforma administrativa de 1967 e com a instauração dos Atos Institucionais nº 2 e nº 5.

¹⁰⁸ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2639-1200/02-3, assunto: Indenizações, fl. 42.

¹⁰⁹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4095-1200/98-3, assunto: Indenizações, de 03/06/1998.

do Sul, a guerrilha de Três Passos. Organizada desde o Uruguai. “Em 20 de março de 1965, liderada pelo coronel do Exército Jefferson Cardim de Alencar Osório junto do sargento da Brigada Militar, Alberi Vieira dos Santos¹¹⁰ que ingressaram no Rio Grande do Sul para organizar uma coluna de pouco mais de vinte homens¹¹¹”. O objetivo consistia na tomada da cidade de Três Passos, conclamando a população e os militares simpáticos à luta contra a ditadura. Um manifesto, segundo acreditavam, seria a senha esperada pela população e pelos núcleos organizados de resistência desde o “Grupo dos Onze¹¹²” até unidades militares inteiras, em todo o Rio Grande do Sul¹¹³. Sobre os “Grupos dos Onze” havia certa expectativa de que pudessem ser sujeitos ativos da resistência.

Em 29 de novembro de 1963, divulgou-se a cartilha do “grupo dos onze companheiros” ou “comandos nacionalistas”. [...] No modelo proposto por Brizola, o movimento deveria agregar as forças populares em torno dos seguintes objetivos: defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das reformas de base (principalmente a reforma agrária) e a libertação de nossa pátria da espoliação internacional, conforme a denúncia que está na carta-testamento de Getúlio Vargas. Por que “grupo dos onze”? A analogia com um time de futebol facilitaria a compreensão pelo povo dos propósitos do movimento. Brizola explicava na cartilha: Todos sabem que um time de futebol é composto por onze integrantes, cada um com suas funções específicas e dentre eles um é escolhido para capitão, ou comandante da equipe; todos sabem que nesse caso deve haver uma ação coordenada entre todos e que a equipe pouco significa se cada um de seus integrantes age por si isoladamente, sem comando, sem unidade de conjunto, sem adequada combinação entre todos. Segundo o documento era fundamental fazer dos “grupos dos onze” o centro das articulações dos segmentos progressistas.¹¹⁴

Vê-se com isso que havia uma sensação de força para o confronto no estado devido aos sinais que provinham de Brizola. O planejamento da ação começou em Montevidéu onde se

¹¹⁰ Segundo informação da Dr. Cristiane Medianeira Ávila (História/UFRGS), Alberi foi um dos agentes da repressão infiltrados nas organizações de resistência a ditadura no período.

¹¹¹ MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen. Por mais terras que eu percorra... In: O Direito na História / Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Coordenadoria de Documentação. – N. 1, (mar./out. 2008) – Porto Alegre: TRF 4ª Região, 2008. p 183.

¹¹² O termo “Grupo dos Onze” refere-se aos grupos de pessoas que se organizavam sob a direção do então deputado federal, pelo Estado da Guanabara, Leonel Brizola, com a intenção de defender as Reformas de Base apregoadas por setores da esquerda nacionalista reformista. Cf. SZATKOVISKI, Elenice. Os grupos dos onze: política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS (1947-1968). Universidade de Passo Fundo, 2003. p. 19.

¹¹³ ALMEIDA, Marli de. “Excessos de patriotismo”: terrorismo de Estado e os grupos dos onze companheiros no Rio Grande do Sul – 1964/1965. Passo Fundo, 2018. (Tese de doutorado). Pesquisa na qual se utilizou das mesmas fontes (processos de indenização do APERS) que a presente dissertação.

¹¹⁴ MORAES, Dênis de. A esquerda e o golpe de 64. Terceira edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 159.

concentrava a maior parte dos exilados brasileiros¹¹⁵. Como se verificou na reportagem da revista *Saga*, o plano não foi traçado com unanimidade, pois

No pensamento dos articuladores bastaria alguém dar um sinal concreto para que, pelo menos, o Rio Grande do Sul se levantasse, a exemplo do que acontecera no Movimento da Legalidade em agosto de 1961. [...] O grande líder, em nome do qual se faziam as articulações era Leonel Brizola, que simbolizava, como até hoje para grande parte dos gaúchos, o condutor capaz de resgatar um Brasil livre, forte e independente. [...] Brizola, por todos os documentos colhidos da época, não autorizou a “operação”, que foi feita por iniciativa isolada de Jefferson e Alberi. [...] A organização do movimento no Brasil, dependia do apoio de militares em Porto Alegre (principalmente sargentos) que seriam arregimentados pelo sargento do Exército Firmo Chaves. [...] Não suportando mais a espera e com receio de que o passar do tempo enfraquecesse o ânimo dos que aguardavam o início da luta, Jefferson e Alberi definiram a data de retorno ao Brasil e os movimentos que seriam feitos. Tinha que ser antes do golpe militar completar um ano, e o objetivo inicial era ler um manifesto pelo rádio para levantar o povo.¹¹⁶

No processo de Alípio há mais documentos que descrevem os planos e os fatos que ocorreram junto ao levante, sendo eles: a revista *Saga*, analisando os fatos vinte e sete anos depois. Em entrevista a reportagem que o *Coojornal* realizara em 1978, e publicada na revista mencionada, da cidade de Santa Rosa, o Coronel Jefferson Cardim conta

que foi preso, torturado e levado de quartel em quartel, para servir de exemplo. Em julho de 1967 foi condenado a 8 anos de prisão pela 5ª Auditoria Militar, mas a promotoria recorreu e o Supremo Tribunal Militar agravou a pena de 10 anos. [...] Em meados de 1968, Jefferson conseguiu fugir, ajudado pelo Major Joaquim Pires Cerveira (que respondia a processo, em liberdade) [...] ficou evidente a confusão do levante, facilmente criticável entre a vontade, o desejo dos participantes, e a realidade concreta. Quando o Coronel Jefferson fala em adesões maciças do III Exército e da população, ele não mentia. Ele acreditava piamente que isso estava acontecendo. Na sua cabeça, bem como na dos demais que o acompanhavam, bastaria alguém ter coragem de tomar a iniciativa e o Rio Grande e o Brasil viriam atrás.¹¹⁷

¹¹⁵ Ver artigos de: FERNANDES, Ananda Simões. A coordenação repressiva entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973); e ASSUMPTÃO, Marla Barbosa. A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: o estado gaúcho como um espaço-chave no mapa da mobilidade da repressão e resistência. Ambos artigos In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). CONE SUL em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013.

¹¹⁶ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4095-1200/98-3, assunto: Indenizações, fl. 16.

¹¹⁷ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4095-1200/98-3, assunto: Indenizações, fl. 22.

A participação de Alípio Charaão na Guerrilha de Três Passos deu-se pela estratégia de entrada da coluna no Brasil, que vinha do Uruguai e passava pela Argentina. Acreditava-se que uma espécie de reedição da coluna Prestes poderia ser o detonador da resistência, e a cidade ao norte do Rio Grande do Sul localizava-se próximo a Santa Catarina e Paraná, podendo servir de estopim das guarnições dos três estados. Alípio residia em São Sepé, cidade próxima de Três Passos, e colocou-se entre os civis que ajudariam no levante.

Durante a tramitação de seu processo de indenização foram recolhidos documentos da Justiça Militar que mencionavam seu nome nos registros de ocorrências; no entanto, as mesmas não precisaram a época da prisão. Com isso a CEI/RS solicitou uma audiência para depurar mais detalhadamente os fatos e quando ocorreram para efetivar com mais exatidão a sentença. O pedido de diligência serviu em muitos processos para esclarecer imprecisões e dar fé sobre situações que não foram plenamente resolvidas com as documentações disponibilizadas ao CEI/RS. No caso de Alípio, a relatora do processo foi Suzana Lisboa que organizou a audiência e a diligência para precisar a data de prisão e soltura do requerente. Como relatado no termo de audiência¹¹⁸, o requerente afirmou que foi preso em 1965,

no mês de março, em data que não sabe precisar em Foz do Iguaçu/PR, com acusação de participação da Guerrilha de Três Passos, juntamente com outros vinte militantes. Foram todos conduzidos para o 1º Batalhão de Fronteiras, onde por diversas vezes foram interrogados e sofreu torturas. No mês de maio de 1965, foram todos trazidos para Porto Alegre/RS, viajando de avião, em dois grupos. Nessa data, houve a comunicação para o comandante do III Exército, General Justino Alves Bastos de que os presos teriam sido executados naquela noite, após terem se rebelado. O General disse que não acreditava que tivesse acontecido e deu um prazo de 24 horas para que os presos do Rio Grande do Sul fossem aqui apresentados são e salvos. Chegando em Porto Alegre/RS foram levados para o SESME. Por diversas vezes, foi interrogado, sempre durante a noite, por Policiais Civis, sendo espancados com socos e coices. Permaneceu no SESME de meados de maio, talvez por volta do dia 15 até o final de junho de 1965 quando foi liberado, após passar pelo DOPS. Em novembro do mesmo ano, encontrava-se em São Sepé/RS, onde morava, quando foi avisado, em seu trabalho, por um guarda municipal, de que havia, na delegacia local, ordem para prendê-lo e que se quisesse poderia fugir antes disso. O depoente (Alípio), após avisar a família do que ocorria, apresentou-se a delegacia, sendo levado para o Presídio de São Sepé/RS. Lá permaneceu entre uma ou duas semanas, até não mais aguentar os maus tratos contra seu filho, com apenas sete anos, que ao levar comida, era mau tratado e obrigado a fazer limpeza no chão. Requereu, então, que fosse transferido para outro lugar qualquer longe de sua cidade. Cerca de quatro dias depois foi trazido para Porto Alegre/RS

¹¹⁸ Realizado em 11 de maio de 1999 às 14 horas, nas dependências da Secretaria de Justiça e Segurança, em Porto Alegre.

para ser apresentado ao DOPS, juntamente com Manoel Aires. No DOPS ficaram durante um mês, tendo sido ali torturado com choques elétricos e recebido somente uma refeição nesse período. Volta e meia eram levados, sob o pressuposto que iriam receber alimentação, para a 2ª DP, onde permaneceriam alguns dias em local fétido, dormindo no chão até que sem qualquer alimento, retornavam ao DOPS. Em um desses deslocamentos, os policiais que os transportavam pararam em um local ermo dizendo que naquela noite, seriam para ali levados para um passeio sem fim, o que não ocorreu por terem sido vistos por um policial do exército que os conhecia de São Sepé/RS. Nessa ocasião, os policiais lhe ofereceram a opção de reconhecer que estaria preparando um novo movimento guerrilheiro, envolvendo diversas outras pessoas. Caso assinassem tal confissão, seria liberado e caso negativo, seria enviado para a Ilha das Pedras Brancas, o que de fato, ocorreu. Na ilha, foi constantemente espancado, sofrendo ameaças de todos os tipos, a si e a seus familiares. Obrigavam os policiais, a que entrassem em luta corporal com os presos comuns que lá se encontravam. Os que se recusavam, apanhavam. Em uma dessas ocasiões, teve seu braço deslocado, sendo que até hoje tem limitação de movimento. O carrasco da ilha, chamado Jaques, tentou certa vez interrogá-lo e tendo em vista sua recusa, resolveu que iria eliminá-lo. Quando era arrastado para um canto distante pelo referido Jaques e outros dois, interveio o fiscal da ilha, dizendo que o largassem, pois ali estava à disposição do Exército. Permaneceu na ilha até o dia 23 de dezembro de 1965, tendo nesse último período de prisão, emagrecido 21 quilos.¹¹⁹

No relato, Charaão sustenta que sofreu diferentes modos de violência sendo torturado fisicamente na Ilha, onde era forçado a brigar com os presos comuns. Também menciona formas de tortura psicológica que sofreu, primeiramente quando o filho ia levar comida e era forçado a realizar trabalhos de limpeza de celas da cadeia, o que o levou a pedir aos órgãos repressivos para trocar de prisão, sendo levado para Porto Alegre. Nesta cidade foi ameaçado de dar “um passeio sem volta” quando foi enviado do DOPS à Ilha do Presídio. Deste modo torna-se evidente a presença de mecanismo de coação psíquica sobre os presos com ameaças e imposição de falsos depoimentos que não correspondiam aos fatos.

O segundo preso de 1965 que esteve na Ilha do Presídio foi **Lairton Galaschi Ripoll**¹²⁰, nascido em dois de setembro de 1939, em Quaraí, estudante, simpatizante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Aprisionado entre oito de outubro e seis de dezembro de 1965, na sua trajetória carcerária passou pelo DOPS, pela Delegacia de Polícia do bairro Azenha, pela Ilha das Pedras – outra denominação da Ilha do Presídio –, pelo 18º Regimento de Infantaria e pelo Quartel da Polícia do Exército na Praça do Portão, em Porto Alegre. Consta

¹¹⁹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4095-1200/98-3, assunto: Indenizações, fls. 89-90.

¹²⁰ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5534-1200/98-8, assunto: Indenizações, de 21/07/1998.

também, no processo, que na década de 70 esteve preso em Curitiba e Goiânia, período que desconsideraremos nesta pesquisa. O Inquérito Policial Militar contra Lairton deveu-se, conforme documento da subsecretaria de Inteligência da Casa Militar¹²¹, por participação em movimento subversivo, mantendo ilegalmente, uma célula do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), bem como um campo de treinamento para guerrilha em Cedro Alto, no Estado de Santa Catarina.

Além disso, em documentação secreta do DOPS, disponível no processo da CEI/RS, foi possível vislumbrar acusações de pertencer ao Partido Comunista, de ter contatos com a prima, Dalila Ripoll¹²². No inquérito do DOPS investigava-se sua atuação como comerciante na região fronteira com o Uruguai, trazendo encomendas do país vizinho. Suspeitava-se que Lairton desempenhava a função de pombo-correio estabelecendo contatos com comunistas soviéticos, como o mencionado Aléxis, também, com uma mulher denominada Violeta, de nacionalidade cubana, com quem mantinha correspondências assinando pelo codinome de Rafael. De acordo com o documento secreto do DOPS as atividades do indiciado Lairton eram de

[...] pertencer ao partido comunista, tendo inclusive feito um curso de dialética marxista-leninista. [...] Ter realizado missões típicas das tarefas especiais como o caso do pichamento realizado na Avenida Borges de Medeiros. [...] Um dos fatores que mais pesou sobre a filiação política de Lairton ao Partido Comunista, foi o fato de, por duas vezes, ter pretendido cursar escolas do Exterior, chegando inclusive a escrever para embaixadores: o pedido de matrícula em Cuba e na própria Rússia.¹²³

Analisando o parecer psiquiátrico¹²⁴ existente em seu processo, relatam-se dados sobre tortura e perseguições sofridas e que o próprio Lairton cunha de “itinerário das prisões”, o percurso iniciado em oito de outubro de 1965 quando foi detido ao desembarcar de um ônibus procedente de Montevideu, por dois agentes do DOPS, sendo algemado e levado ao Palácio da Polícia onde lhe raspam a cabeça e lhe colocaram em cela isolada. Em seguida prestou

¹²¹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5534-1200/98-8, assunto: Indenizações, fl. 23.

¹²² Mais conhecida como Lila Rippol, poetisa, pianista e militante comunista, teve intensa atuação em Porto Alegre entre as décadas de 1920 e 1960. Após o Golpe de Estado de 1964 foi presa; no entanto, com situação frágil de saúde foi liberada, pois enfrentava um câncer em fase avançada.

¹²³ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5534-1200/98-8, assunto: Indenizações, fl. 40.

¹²⁴ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5534-1200/98-8, assunto: Indenizações, fl. 10.

depoimentos sobre sevícias sofridas do tipo espancamento e “telefone” – aplicação de golpes violentos com as mãos em concha em ambos ouvidos –. Nessa estada no DOPS teve contato com o preso Jomil Oltramari –voltaremos a falar dele – quem lhe forneceu roupas.

Lairton foi levado à Ilha, de manhã, num automóvel Fusca, por dois agentes do DOPS, passando pelo antigo porto das “barcas” para a cidade de Guaíba. Dali, algemado em uma lancha, atracou na “Ilha das Pedras”, onde ficou aproximadamente entre 10 a 13 de outubro de 1965, mas vivia acompanhado por um sargento do Exército ou da Brigada, que também estava na condição de preso (não recorda seu nome). Também, tal informação é importante, pois revela a presença de outro sargento, mais um membro dos oficiais rebeldes que esteve na Ilha e que, pelo relato, não é Araken Vaz Galvão, nem Manoel Raymundo Soares.

Em sua estadia na Ilha do Presídio sofreu sevícias e maus tratos que caracterizou como “afogamento” em uma espécie de tambor com óleo e outros detritos, onde mergulhavam sua cabeça encapuzada com um saco de linhagem. Segundo Lairton várias vezes fizeram isso, deixando-o uma tarde inteira sem tomar banho nem mesmo realizar qualquer higiene em seu corpo. O cheiro era insuportável afirma ele. Durante a noite foi obrigado a tomar banho frio, no rio Guaíba. No dia seguinte foi retirado da Ilha e enviado ao 18º Regime de Infantaria.

A situação de Lairton evidencia o contexto de perseguição que alimentava as práticas e discursos oficiais repressivos no início da ditadura. A passagem do preso por inúmeras dependências prisionais, bem como o longo processo investigativo, inclusive com acareação de pessoas que compravam seus produtos no Uruguai – pois alegava que vivia dessas vendas –, foi objeto de apuração do DOPS. A relação deste órgão com a Ilha do Presídio ficou destacada em muitos casos, principalmente com a declaração de um dos mais importantes agentes da repressão do país, Carlos Brilhante Ustra, quando aponta em seu livro “Rompendo o silêncio” que o Rio Grande do Sul teve um papel significativo no combate ao “terrorismo”, ficando somente atrás do Rio de Janeiro e de São Paulo quanto a sua estrutura repressiva. Num excerto deste livro, que consta no processo de Lairton, verifica-se o papel chave do estado, no capítulo “No Rio Grande do Sul: um outro modelo” onde afirma:

O trabalho no Rio Grande do Sul foi facilitado por uma grande harmonia entre o III Exército, os Secretários de Segurança, o Diretor da Divisão Central de Informações (DCI) e diretor do DOPS. [...] Tudo que se passava chegava, imediatamente, ao conhecimento do III Exército. No Setor de Operações, o delegado Pedro Carlos Seelig, responsável pelas prisões e pelos interrogatórios, chefiava uma equipe que trabalhava com grande eficiência, sempre em consonância com as diretrizes do III Exército.

Portanto, embora a DCI e o DOPS fossem, oficialmente, subordinados ao Secretário de Segurança, na prática eles o eram ao Comandante Militar de Área. [...] ¹²⁵

A terceira presa da Ilha do Presídio, em 1965, segundo informações contidas nos processos do APERS é muito significativa. Trata-se de **Vera Maria Idiart Schimitt**¹²⁶, nascida em quatorze de dezembro de 1929, em Porto Alegre. Foi funcionária pública e teve participação no Partido Comunista Brasileiro (PCB), no Partido Comunista do Brasil e no grupo guerrilheiro Paulo Melo como consta em seu processo. Foi presa em 1965, em Cedro Alto/SC, tendo sido encaminhada a Porto Alegre, onde esteve presa durante dois meses no Quartel da Guarda Civil, e por vários meses na Ilha do Presídio. Sua importância deve-se ao fato de ser a única mulher detida na Ilha, já que, no período posterior, as militantes mulheres envolvidas na resistência à ditadura foram alojadas no Presídio Feminino Madre Pelletier.

A presença de Vera na Ilha reforça o argumento de que a primeira fase do seu uso como cárcere, destacado em nossa hipótese, não seguia critérios rígidos de funcionamento (fato que se verá mais adiante, no período de crescimento da luta armada, na forma de guerrilha urbana). A Ilha do Presídio, nesse momento da repressão, anterior à instauração dos Destacamentos de Operações e Informações e Centro de Ordem e Defesa Interna (DOI-CODIs) foi uma prisão improvisada, portanto, de baixa racionalidade burocrática. Esta militante foi confinada num local onde os atingidos pela repressão, considerados de alta periculosidade, foram “escondidos” dos esquemas de segurança tradicionais. Verifica-se, nesta situação, a utilização da Ilha como centro clandestino de detenção e tortura, como bem reporta Jocyane Baretta no seu artigo “Centros clandestinos de repressão e tortura”¹²⁷. Ao retirá-los dos espaços convencionais de aprisionamento, as regras mínimas de respeito aos direitos humanos eram descumpridas. A existência de presos políticos em espaços clandestinos como a Ilha impedia o acompanhamento dos mesmos por familiares e advogados.

¹²⁵ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5534-1200/98-8, assunto: Indenizações.

¹²⁶ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6879-1200/98-0, assunto: Indenizações, de 28/08/1998.

¹²⁷ BARETTA, Jocyane Ricelly. A importância da materialidade dos centros clandestinos de detenção e Tortura para contar histórias da Ditadura no Brasil. Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS (*Aedos*), Porto Alegre, p.117-118, dez. 2017.

A militância de Vera Schimitt, conhecida pelo codinome de “Dedé”, perpassou as duas fases da dinâmica repressiva abordadas da dissertação. No entanto, por ora, será enfatizada a primeira fase. Nesta, fez parte de grupos armados que visavam uma resposta ao golpe e à ditadura. De acordo com documento¹²⁸ anexado no seu processo à CEI/RS, da Casa Militar, seu nome constou no rol dos indiciados no Inquérito Policial Militar (IPM) de 6 de julho de 1965, que apurava os fatos ocorridos na madrugada de 25 para 26 de março de 1965, nas cidades de Três Passos e Tenente Portela, no Rio Grande do Sul. Desse modo foi acusada de ter feito parte do levante armado organizado pelo Coronel Jefferson Cardim.

Nesse mesmo processo da CEI/RS, verifica-se a declaração do companheiro de militância Cláudio Antônio Weyne Gutierrez, sobre quando a conheceu e da militância que compartilhou com ela:

[...] Conheci Vera Maria Idiart, a Dedé, no ano de 1967. Começamos a militar num grupo que fazia oposição à ditadura militar junto com Luis Eurico Lisboa, Suzana Lisboa, Irgeu Menegon e outros companheiros. Dedé vinha de uma militância anterior e tinha contatos e laços de amizades com companheiros de outras organizações revolucionárias do Rio e de São Paulo, particularmente com o chamado “Grupo dos Sargentos” que viriam a constituir a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e com companheiros da Ação Libertadora Nacional (ALN). Dedé quando começou a militar conosco havia sido presa com um grupo de ex-sargentos em Cedro Alto, região serrana de Santa Catarina. Dedé foi encaminhada para a polícia civil na Mauá, onde funcionava o DOPS na ocasião e submetida a humilhações, maus tratos e rigorosos interrogatórios. Do DOPS foi transferida para a Ilha do Presídio, sendo na ocasião a única mulher presa no local, convivendo com diversos presos comuns. [...]¹²⁹

A participação de Vera Idiart Schimitt junto ao paraquedista e ex-sargento Onier Porto Alegre, na tentativa de instaurar um foco guerrilheiro em Cedro Alto, nas imediações de Criciúma, em Santa Catarina resultou na confecção de um relatório da delegacia de polícia da região, que investigou um grupo de pessoas interessadas em comprar uma fazenda na região denominada Montanha. Essa ação era parte das tentativas pelo país de organizar resistência armada e em zonas rurais; no qual o que efetivamente conseguiu se instalar foi na Serra de Caparaó.

¹²⁸ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6879-1200/98-0, assunto: Indenizações, fl. 10.

¹²⁹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6879-1200/98-0, assunto: Indenizações, fl. 22.

A presença de uma mulher acompanhada de desconhecidos trilhando pela mata da região despertou a atenção dos moradores, os quais acionaram a delegacia mais próxima, que começou a circundar a área para verificar o que ocorria. O delegado conseguiu apreender livros subversivos e interrogar os suspeitos, como se vê a seguir:

[...] sendo encontrados diversos livros subversivos, outros sobre guerrilhas, e outros materiais, constantes do termo que lhe foi apresentado neste momento pelo encarregado do IPM e lavrado na Delegacia Regional de Criciúma; que, em face do encontro dos livros acima citados, o Dr. Harlei dirigiu-se ao casal dizendo ser ele (casal) subversivo e nesta ocasião exata, o depoente notou na expressão do rapaz que o dito apresentava o jeito de querer confessar ser tal; que a mulher, nessa ocasião não teve nenhuma interferência; que durante o interrogatório feito, após pelo delegado Dr. Harlei, a mulher passou a demonstrar que só ela é que queria responder a todas as perguntas, chegando mesmo a mandar que o rapaz (Onier) se calasse; que, mesmo as perguntas que eram feitas pelo Dr. Harlei diretamente para Onier, Valquiria (Dedé) é que respondia, razão pela qual as autoridades resolveram separar os dois para melhor inquiri-los sem a interferência da mulher. [...] dizia ela que possuía um advogado que era muito bom e que ela teria mais dinheiro para comprar a polícia e a toda Montanha [...] que os livros achados pelos soldados no interior da casa e segundo parece ao depoente estavam dentro de uma mala, que, nessa ocasião, o Dr. Harlei pediu ao casal a apresentação dos documentos, tendo ambos mostrados as respectivas carteiras de trabalho; que o rapaz, durante essa ocasião, disse residir em Cascavel, no norte do Estado do Paraná e ela informou que era da cidade de Bagé [...].¹³⁰

Vera Idiart, por fim, relata sobre sua trajetória militante à Comissão Especial de Indenizações, que sofreu inúmeros constrangimentos e coações, por sua atuação nas organizações de resistência. Em documento escrito por ela endereçado a João Carlos Bona Garcia, presidente da CEI/RS destacou que:

Desde jovem pertenci ao Partido Comunista Brasileiro – PCB – depois, com a cisão ocorrida, passei para o Partido Comunista do Brasil – PCdoB. [...] Morava em Porto Alegre, de onde sou natural. Com o golpe militar de 64, eu era seguidamente detida e levada à Secretaria de Segurança (então situada ao lado da Praça da Matriz), onde era interrogada, sofrendo ameaças e pressões para incriminar outras pessoas. [...] Em 1965, fui presa em Cedro Alto, SC, na Serra do Mar, junto com o sargento paraquedista Onier Porto Alegre, natural do Rio de Janeiro, por suspeita de formação de guerrilha. De lá fui levada a Porto Alegre, ficando presa no quartel da Guarda Civil, onde, por dois meses fui interrogada, pressionada e espancada, passando fome e sede dias a fio. [...] Vendo que não conseguiriam nada, deram por encerrada a

¹³⁰ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6879-1200/98-0, assunto: Indenizações, fl. 19.

fase de interrogatório e, para ocultar meu estado de desnutrição e debilidade física e mental, quase sem poder mais andar e com ferimentos na cabeça, levaram-me para a Ilha do Presídio, no meio do Rio Guaíba. Na ilha fiquei presa por vários meses, cercada de baratas e outros insetos horripilantes. Era a única mulher entre outros presos comuns que ali eram escondidos dos juízes até se recuperarem das torturas sofridas¹³¹ [...]

O quarto preso político encontrado nos processos do APERS de 1965, que esteve na Ilha, foi **Jomil Domingos Oltramari**¹³², nascido em vinte e seis de junho de 1945, na cidade de Erechim. Era escriturário, não possuía vinculação partidária, mas declarava-se simpatizante das idéias socialistas. Foi preso de setembro de 1965 a novembro de 1967, respectivamente, no DOPS, na Ilha do Presídio, no 6º Batalhão de Engenharia e Combate, na Polícia do Exército e no 18º Regimento de Infantaria, todos sediados na cidade de Porto Alegre.

Jomil e outros companheiros¹³³, conforme a documentação pesquisada integrava uma célula do Partido Comunista do Brasil em Porto Alegre. Todos foram acusados e enquadrados na Lei 1802/53¹³⁴, com a alegação dos órgãos repressivos de participarem na instalação do já citado foco de Cedro Alto (montar uma grande serraria); os agentes do Estado e da segurança pública desconfiaram de tal empreendimento em uma região onde não havia eletricidade para fornecer energia para tal atividade econômica. Os três presos enunciados estiveram na Ilha do Presídio; seu caso foi desvendado sob sigilo e considerado “Secreto”. Nele foi possível perceber a rede de intercâmbio de documentação da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul com o Exército, seus tribunais e auditorias, tudo disponibilizado, posteriormente, à CEI/RS, quando esta solicitou registros para confirmar os dados fornecidos pelos requerentes.

Jomil Oltramari desempenhava funções de escriturário, como funcionário público, nas repartições da Secretaria de Segurança Pública, onde foi acusado de fornecer informações do sistema de registros e investigações policiais aos integrantes do Partido Comunista Brasileiro. Ele alegava tratar-se de perseguição política não havendo procedência nas acusações. No entanto, de acordo com os dados nos registros da SSP/RS nota-se:

¹³¹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6879-1200/98-0, assunto: Indenizações, fls. 5-6.

¹³² APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6848-1200/98-2, assunto: Indenizações, de 28/08/1998.

¹³³ Eram eles: Adroaldo Francisco Ferreira, Apolonio Canha, João Figueró.

¹³⁴ Lei esta que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social e outras providências. Seguiu as orientações da Doutrina de Segurança Nacional com a lógica de perseguição aos inimigos internos.

[...] que apesar de todas as contradições existentes em seus depoimentos, constata-se que os indiciados Adroaldo Francisco Ferreira, Apolonio Canha, João Figueró e Jomil Domingos Oltramari faziam parte de uma organização de base do Partido Comunista em funcionamento no Bar e Sorveteria da Avenida Assis Brasil nº 1299, agindo de forma clandestina em atividades ligadas ao setor de agitação e propaganda, em trabalhos de recrutamento, instruções sobre guerrilhas, fornecimento de munições, não podendo ser negada, salvo melhor juízo, a forma consciente com que os indiciados acima se envolviam em benefício do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), organização política de caráter internacional, acrescentando que, sob qualquer rótulo, quer para fundos de assistência social ou para pagamentos de impressos, originados do setor de finanças do citado partido político, contribuíram de forma irretorquível para os fundos do Partido Comunista Brasileiro. Agravando a sua incriminação nas atividades subversivas, atentatórias à Segurança Nacional, o indiciado Jomil Domingos Oltramari forneceu informações secretas do Serviço de Informações da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, do qual era funcionário¹³⁵ [...].

A passagem de Jomil no DOPS e na Ilha do Presídio ficou marcada pelas más condições em que se encontrava, sem roupas adequadas para vestir, como declarou seu companheiro de prisão, Lairton Ripoll no processo de indenização de Oltramari:

No dia 8 de outubro de 1965 fui preso e conduzido às dependências do DOPS/RS, onde fui colocado em cela isolada. Tinha numa outra cela, um jovem de nome Jomil Domingos Oltramari, preso político, que mais tarde soube que foi condenado pela Lei de Segurança Nacional (LSN) [...]. Este jovem estava há mais de 10 (dez) dias no DOPS/RS, encontrava-se com cabelo raspado a zero, maltrapilho, inclusive doei algumas peças de roupas para o mesmo se vestir, pois soube que o mesmo era funcionário da Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente no dia 11 de outubro de 1965, fui transferido para a Ilha das Pedras (Presídio), no Guaíba, onde após minha saída, soube que o jovem Jomil Domingos Oltramari permaneceu na mesma, aproximadamente por 30 dias.¹³⁶

Muitas situações pelas quais Jomil passou na Ilha do Presídio foram por ele descritas, como quando relata que o espaço insular carcerário apresentava aspectos de tortura física e psicológica com ameaças de serem jogados ao rio (lago) pelos agentes que os levavam até lá. Ademais, a alimentação era insalubre, provocava problemas de saúde que muitas vezes não se conseguia mensurar. Com isso quer-se dizer que os maus tratos realçavam a falta de

¹³⁵ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6848-1200/98-2, assunto: Indenizações, fl. 75.

¹³⁶ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6848-1200/98-2, assunto: Indenizações, fl. 86.

condições mínimas de dignidade humana que nem sempre os dados estatísticos podem alcançar. Jomil destacou sua prisão e o percurso até chegar à Ilha do Presídio:

Fui preso em setembro desse ano (1965), no Parque da Redenção, em frente à Igreja Santa Terezinha, colocado em uma viatura camuflada e levado para as dependências de uma repartição que eu não conhecia, nas imediações da Polícia do Exército. [...] Na chegada, havia alguns agentes que me levaram para uma sala totalmente fechada. Por várias vezes, um deles batia em meu estômago e fígado, além de desferir muitos pontapés nas costas e pernas. Fiquei neste local por dois dias sendo interrogado sem a formalização do depoimento, sem comida e recebendo somente água. Para ser transferido deste local, tive os olhos vendados e fui colocado em uma viatura, sendo encaminhado para as dependências do DOPS. Fiquei isolado em uma cela. Lá, podia ouvir gemidos de outro preso, da cela ao lado. Transferido no dia seguinte para esta cela, conheci o preso que ali estava também por motivos políticos. O mesmo chamava-se Ponciano. Encontrava-se com sua saúde em estado crítico, decorrente dos maus tratos e sevícias, inclusive tendo o saco escrotal totalmente inchado e preto por um hematoma. Ele comentou que aquilo era consequência de um pontapé que levava na região. No dia seguinte, tive a cabeça raspada e chegou outro preso Lairton Ripoll. Também lhe rasparam a cabeça. Neste dia puseram-nos a carregar livro de uma sala para outra e vice versa, numa demonstração de autoritarismo e intimidação, no sentido de inculcar medo e pavor. Estando preso já há dias, não tinha roupas para trocar ficando sempre com a mesma, sem fazer higiene e, por diversos dias sem tomar banho. Em duas noites seguidas fui removido das dependências do DOPS e, levado para uma Delegacia na Av. Azenha, colocado em uma cela com latrina e 12 presos comuns. Sem condições de deitar pela superlotação. Eram todos presos por crimes comuns que ali se encontravam e numa condição sub-humana. Tendo sido intimidado pelos outros presos com sinais visíveis de terem recebido instruções de me atemorizar e inculcar medo e pavor. No dia seguinte, antes das 8 horas, era levado ao DOPS. O preso Ripoll deu-me algumas peças de roupas, para poder trocar-me. Fiquei nas dependências do DOPS cerca de quinze dias, sendo transferido para a Ilha do Presídio. Nesse trajeto, os encarregados de fazer a remoção insinuavam que o preso político tinha que cair na água e morrer afogado, pois só assim não davam mais trabalho. Por diversas vezes, o referido comentário foi feito para intimidar e aterrorizar. A recepção na Ilha foi terrível. Novamente passei por seções de maus tratos, que eram aplicados aos que chegavam para a permanência no local, tendo inclusive a cabeça mergulhada por diversas vezes em um tonel com água fétida. A comida que era fornecida, por vezes vinha estragada, o que normalmente ocasionava-me mal estar, dor de barriga, diarreia e vômitos. Deixado na Ilha por um período, convivi com o Sargento Cavalheiro e alguns outros presos que não guardei os nomes, pois a movimentação era constante. O referido sargento havia sido baleado no abdômen e operado. Sua operação não cicatrizou a musculatura interna, sendo necessário que permanecesse sempre enfaixado, para a pele não romper expondo os intestinos. Na Ilha permaneci um período aproximado de trinta dias. No retorno a Porto Alegre, novas insinuações e simulação de jogar-me nas águas do rio Guaíba para simular afogamento. Tirado da Ilha, fui levado novamente para as dependências do

DOPS. Ali sofri novo interrogatório e após dois dias fui entregue para a Polícia do Exército. [...]¹³⁷

O penúltimo caso abordado é o de **Luiz Renato Pires de Almeida**¹³⁸, quem nasceu em dezoito de novembro de 1943 em São Sepé. Enquanto estudante participou da União Santamariense de Estudantes e da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ficou preso entre 10 de fevereiro e 30 de março de 1966 na Ilha do Presídio e no DOPS. A prisão de Luiz Renato não ficou muito explícita na documentação existente em seu processo de indenização, não havendo relato do requerente sobre sua trajetória prisional, pois quando da solicitação ele já havia falecido. A solicitação dos benefícios da Lei 11.042/97 deu-se por intermédio de sua mãe, Demi Pires de Almeida. Mesmo não havendo relato pessoal, pode-se verificar que a vítima, no depoimento que prestara para a Polícia Civil em 9 de março de 1966, afirmara que morou em São Sepé até os 18 anos, tendo se transferido para Santa Maria para cursar o ginásio no curso técnico de Agronomia. A partir daí começou a participar do movimento estudantil, tornando-se importante liderança da cidade. No final de 1963, licenciou-se da entidade para participar do III Congresso Nacional Agrotécnico, promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), ocorrido no estado da Paraíba em janeiro de 1964. Nessa ocasião, foi eleito presidente da União Agrotécnica Nacional (pertencendo à direção nacional da UNE), transferindo-se para o Rio de Janeiro e assumindo em 5 de março de 1964 na Universidade Rural do Brasil.

Com a eclosão do Golpe de 1964, dias depois de assumir a presidência da entidade, Luiz Renato retornou ao Rio Grande Sul, em virtude de dificuldades enfrentadas, o que ele evidenciou no depoimento prestado em 1966, ao encarregado do IPM, Coronel Geraldo Alvarenga Navarro:

Perguntado se durante a sua permanência no Rio participou de algum complô subversivo ou de alguma trama. Perguntado se se considerava comunista, respondeu que não, embora reconheça suas tendências esquerdistas e socialistas, assistiu a intervenção militar na Universidade Rural do Brasil (URB), respondeu que em fins de março e início de abril chegou a ver militares na área da URB, respondeu que viu alguns soldados na residência do professor Barreira; declarou ainda que ouviu comentários sobre prisões de universitários, determinadas pelo Coronel Comandante da Unidade Militar de Paracambaí. Perguntado por que fugiu da Escola

¹³⁷ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6848-1200/98-2, assunto: Indenizações, fls. 4-5.

¹³⁸ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6167-1200/98-6, assunto: Indenizações, de 12/08/1998.

Agrotécnica do Km 47, respondeu que no início de abril, temeroso de ser preso, abandonou a escola, regressando ao Rio Grande do Sul. Perguntado qual razão desse seu receio, respondeu que ouvira rumores e comentários de que seria preso, já que seu nome constava na lista de elementos a serem entregues às autoridades militares, devido a certa, digo, à sua atuação como presidente do Centro de Estudantes Agrotécnicos e sua participação no comício realizado em frente a URB. Viajou de ônibus para Porto Alegre, seguindo após para Santa Maria, de trem; uma vez em Santa Maria, viajou de ônibus para Livramento, passando antes por São Sepé, rumando logo em seguida para Rivera. Nesta cidade apresentou-se ao comissário de Polícia, onde alegou estar sendo perseguido pelas autoridades brasileiras, sendo-lhe então perguntado qual seu meio de vida, profissão, e se dispunha de recursos, tendo respondido que era apenas estudante, não dispondo de recurso financeiro. Na oportunidade, o comissário forneceu-lhe um documento que lhe permitia viajar até Montevideú, bem como, o apresentava à Chefatura de Polícia Uruguaia. Chegando em Montevideú, rumou imediatamente para a polícia, lá encontrando o asilado Juarez Prestes do Canto, que após perguntar-lhe quem era, o que fazia e porque fugira, prontificou-se a levá-lo à residência de Leonel Brizola, tendo inclusive fornecido ao depoente o endereço do ex-deputado, recomendando-lhe, que quando lá chegasse, procurasse Paulo Schilling ou Eliseu Gomes Torres, dizendo-lhes que fora recomendado por Juarez Prestes Torres. [...] À noite foi levado à residência de Leonel Brizola por Juarez sendo então apresentado ao mesmo. Perguntado se costumava ir seguidamente à casa de Leonel Brizola, respondeu que sim, estando quase sempre acompanhado por Jair Calixto, seu companheiro de quarto de no hotel Pinatti; que durante as ditas visitas, aproveitava para ouvir notícias de rádio, ler jornais do Brasil e ouvir comentários sobre a política do novo governo. Perguntado se fazia as refeições no hotel Pinatti, respondeu que não, que as mesmas eram feitas no hotel São Luiz e pagas por Leonel Brizola¹³⁹.

O depoimento prestado por Luiz ocorrera quando já se encontrava preso; os motivos da prisão, não explicitados, sugerem ter sido pelas relações que possuía com o movimento estudantil e, como visto anteriormente, por se aproximar da rede de asilados que buscava em Leonel Brizola alguma alternativa para responder ao golpe e à ditadura decorrente.

A prisão de Pires Almeida tomou destaque, ainda, por ter sido parceiro de prisão do sargento Manoel Raymundo Soares, tornando-se um informante precioso às investigações e à CPI pelos depoimentos que prestou tendo sido veiculados pela imprensa estadual. Assim, o jornal *Folha da Semana* noticiou que ele:

Numa das primeiras noites que estive preso junto do sargento Manoel Raymundo, dormimos encostados um ao outro, sobre os trapos que nos deram como colchão. Manoel Raymundo narrou, em pormenores, as sevícias que

¹³⁹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6167-1200/98-6, assunto: Indenizações, fls. 28-29.

havia sofrido. Os policiais puseram-no no pau-de-arara, depois de supliciá-lo barbaramente, e apagavam os cigarros sobre o seu corpo. Nessa mesma noite, nós dois conseguimos dormir até umas duas horas da madrugada, quando fomos despertados a pontapés pelo delegado José Morsch, que levou o sargento para uma sala e eu no corredor. Ali mesmo o delegado José Morsch fez uma inquirição:

- O que tu conversaste com esse arataca? Tu conheces ele de onde?

Como eu nada respondia, o delegado indagou-me por que estávamos juntos no mesmo colchão se não nos conhecíamos. Ante meu silêncio, o delegado advertiu:

– Ele agora vai falar. Se tu mentires, vai pagar.¹⁴⁰

Luiz Renato afirmava ainda que as torturas aplicadas no sargento Raymundo e a outros presos políticos no DOPS ocorriam com o som alto de músicas de Altemar Dutra, evidenciando estratégia para abafar os gritos de dor dos torturados e também o sadismo dos torturadores.

O processo de indenização de Luiz Renato permitia ainda, verificar mais informações sobre o contexto repressivo no Rio Grande do Sul, a partir das fotocópias das notícias nos jornais *Diário de Notícias* e *Última Hora*. Estas matérias destacam dois fatos espantosos. O primeiro referia-se ao caso de um corpo de outro preso político, referido na primeira página do jornal *Última Hora*, de 14 de outubro de 1966, com a seguinte manchete “Outro cadáver de preso político aparece boiando nos rios do Sul”. A notícia reporta que: “Apareceu boiando, ontem, nas águas do rio Camaquã, a 60 km de Encruzilhada do Sul, o cadáver de outro preso político. A vítima, um homem de meia-idade, branco, apresentava sinais de torturas. E tendo o delegado local revelado que havia ele pernoitado há uma semana do ocorrido, no hotel, escoltado por um cabo e três soldados”¹⁴¹. O segundo consiste no acontecimento ocorrido em 1965, mas só publicizado em virtude do caso “mãos amarradas”.

O segundo como foi relatado pelo Frei Odilon Tupinambá, quem juntamente com Luiz Renato, tornou-se testemunha importante na investigação do caso “mãos amarradas”, inclusive para elucidar o uso clandestino que o cárcere político na Ilha tivera. Sobre a repressão que o Frei passou destaca que:

¹⁴⁰ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6167-1200/98-6, assunto: Indenizações, fl. 45.

¹⁴¹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6167-1200/98-6, assunto: Indenizações, fl. 54.

No dia 19 de outubro de 1965, estive em Porto Alegre, a fim de tratar de problemas da escola que trabalho, o Ginásio São José, do município de Soledade. À noite havia a sessão de encerramento de um curso de dicção e declamação na sala 333 da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), ministrada pela minha ex-professora da matéria, D. Carmem Viana. Fui assistir à cerimônia, ficando na plateia como um cidadão qualquer, no entanto a professora me viu e convidou-me a declamar um poema. Recitei o poema “21 de abril”, que foi aplaudido com entusiasmo por quem assistia. Após o encerramento da sessão, o presidente da mesa me chamou. Era um militar, General Antônio Rocha de Almeida, que expressou desagrado pela poesia. Disse que era um ultraje à Bandeira e à Pátria. Disse a ele que o poema não tinha tal sentido e que lamentava a incapacidade dele em entender a mensagem do poema. O general insistiu em seu ponto de vista. A conversa acabou assim. Duas semanas depois, em 5 de novembro, voltei a Porto Alegre, ainda a serviço do ginásio, e quando almoçava com outros padres, o porteiro me preveniu que alguém queria falar comigo no locutório. Fui atender. Eram dois desconhecidos que se diziam de Soledade e portavam um recado. Perguntei a eles seus nomes pra ver se os conhecia. Um deles explicou: – Não somos propriamente de Soledade, mas aí está a pessoa que lhe quer transmitir informação. Saí e dirigi-me a tal sujeito, que me aguardava num carro.

O outro esclareceu: – Pode entrar padre, porque o rapaz do recado está com a perna dura e não pode sair do carro. Estranhei, mas entrei. Assim que fiz isso, fecharam as portas do carro e partiram.

Perguntei: – Afinal, pra onde me levam?

– Não se assuste padre. Nosso ofício é este. Somos agentes secretos e o senhor vai prestar esclarecimentos.

Eram 12h30, eu estava nas mãos de três desconhecidos, e meus colegas nada sabiam. Na região da Cavallhada, o carro freou na margem do Rio Guaíba.

– O capitão quer falar contigo e está aqui – disse o motorista, que desceu e foi procurar o oficial, ou fingiu que procurava. Não o achou. Fui levado para mais perto da margem. Tive o pressentimento de que iriam jogar-me no Rio Guaíba. Quis saber:

– Poderia saber qual intenção que os senhores alimentam? Não vai me acontecer nada de mal?

– Não se assuste padre. Sou católico e não faria mal ao senhor.

– Se jogássemos o senhor na água, já que sabe nadar, certamente se salvaria. Temos de ir à outra margem do rio, onde está o capitão que lhe quer falar.

Fui convidado a entrar numa lancha. Na outra margem, chegamos a uma ilhota desconhecida – a Ilha das Pedras Brancas, a Ilha do Presídio, que soube mais tarde. Quando cheguei vi a inscrição “Guarda Civil – Polícia”, mas ainda não percebia o que me esperava. Via “seres humanos de semblantes sofridos, cabeça raspada, roupas rasgadas”. Os guardas receberam ordens de me trancafiar numa determinada cela. Não poderia falar com os demais presos; estava incomunicável. Através das grades, um dos agentes secretos que me prenderam passou-me um rolo de papel higiênico e disse em tom de ironia:

– Agora escreve 10 poemas! É uma ordem expressa. O prazo é até amanhã.

Repliquei que precisava de um lápis e uma tábua.

O policial respondeu: – Não sei de nada. A ordem é essa!

Só depois disso que entendi e fiz a ligação da prisão com o incidente do General. No dia seguinte, os mesmos agentes secretos voltaram para buscar os poemas. Respondi que não havia escrito. Passei a tarde toda abalado e à noite não dormi. Não tinha ânimo para compô-los. Fiquei quatro dias, mofando naquela cova imunda. A prisão tinha uma abertura de cela grande abrangendo toda sua largura e formada de grossas grades de ferros. No alto da parede externa havia um orifício de mais ou menos dez metros de diâmetro. As camas, sobrepostas, não ofereciam o mínimo conforto. Ali não havia lençóis, nem cobertores, nem fronhas. O travesseiro que me alçaram através das grades era imundo e rasgado. Palhas grosseiras formavam seu recheio. Cobri-me somente com a batina. Só dispunha de uma ridícula mantinha para me abrigar do frio e do vento, que lá era contínuo, mas não tive coragem de usá-la, por motivos que se pode supor facilmente. No chão, de cimento, via-se um tipo de *boca-de-lobo*, um buraco tapado com uma grade. Aqui era nada mais nada menos do que o quarto de banho, o ar que circulava no cárcere era fétido e insuportável. Às noites, passava quase sem dormir. A alimentação constituía-se de café preto, servido num caneco equívoco, e pão, pela manhã; feijão, arroz e água, ao meio-dia. [...] Às 13h do dia 9 de novembro, uma lancha me buscou. Uma hora depois estava na sede da Interpol, na Praça do Portão. Iam me interrogar. Esperei até às 15h, fechado num gabinete, até que chegou um homem empunhando um gravador e um dossiê. O homem revelou que era médico e sem religião [...].¹⁴²

O relato de Frei Odilon Tupinambá serve para ilustrar a intransigência e os recursos que o aparato repressivo despendia para questões que geravam rugas individuais, ora o não agrado da poesia e a suposta atitude de atrevimento fez com que toda uma rede de agentes fosse acionada para provocar terror. De acordo com Bauer, Frei Odilon fora em outra situação “espancado e torturado no DOPS/RS, em razão de ter escrito um poema considerado subversivo pelo órgão, sobre a lomba do cemitério.”¹⁴³ Esse caso reporta-se a uma prisão que não teve processo de solicitação de indenização, mas que fez parte dos depoimentos na Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do RS – que será analisado depois – logo, consideramos aquilo que mostrou das condições da Ilha do Presídio e da arbitrariedade do sistema repressivo no contexto.

Retornando ao caso de Luiz Renato, este esteve presente nos primeiros dias da estadia do sargento Manoel Raymundo na Ilha do Presídio. Estiveram juntos no DOPS e na Ilha. Sobre as relações de convívio entre eles se falará mais adiante. De acordo as informações

¹⁴² APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6167-1200/98-6, assunto: Indenizações, fl.41.

¹⁴³ BAUER, Caroline. Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Porto Alegre: 2006. p 145. (Dissertação de Mestrado – História/UFRGS).

obtidas com Caroline Bauer, o percurso de preso político de Luiz Renato Pires se dera inicialmente:

Estudava na Faculdade Agronomia, em Santa Maria. Após o Golpe de 1964, quando alguns estudantes foram presos e outros fugiram e se tornaram clandestinos, Luiz Renato foi preso e permaneceu encarcerado por 8 meses na Ilha do Presídio, em Porto Alegre. Foi preso novamente em fevereiro de 1966, logo depois do carnaval. Ficou 19 dias sem ver a luz, sem tomar banho e sem se alimentar direito, numa das salas escuras do DOPS/RS, uma vez que a alimentação era repugnante. Nos três primeiros dias em que esteve preso no DOPS/RS, não foi lhe fornecido qualquer tipo de alimentação. Ao final de dois meses de prisão, passara a pesar 52 quilos, 13 quilos a menos de quando fora preso. Nesse mesmo ano, depôs na CPI da Assembléia Legislativa do Estado, denunciando as torturas a que seu colega de cela assassinado, Manoel Raymundo Soares, fora submetido. Após a fuga para o Rio de Janeiro, ainda no mesmo ano, foi para Moscou, lá se ligando a um grupo de estudantes latino-americanos com ideais guevaristas. Foi, então, para a Bolívia, onde foi executado, junto com seus companheiros de guerrilha, pelas tropas bolivianas, em outubro de 1970. Até hoje, o paradeiro e seu corpo é desconhecido. Em junho de 1970, o SNI, através do “Pedido de Busca n. 154/SNI/ACT/70”, solicitava à agência central e demais regionais informações sobre Luiz Renato. Dizia o Pedido que Luiz Renato fazia parte do Exército de Libertação Nacional da Bolívia.¹⁴⁴

A imprensa brasileira e gaúcha noticiara o trágico fim de Luiz Renato. O *Diário de Notícias*, de 22 de julho de 1970¹⁴⁵ colocava o seguinte na manchete sobre a guerrilha na Bolívia: “Terror quer 10 livres em troca de dois reféns”, onde discorria os fatos apontando que terroristas da Bolívia, usando o nome do Exército de Libertação Nacional (ELN) exigiam a libertação de 10 companheiros presos em troca dos dois alemães aprisionados na localidade de Teoponte. Deram um prazo de 48 horas. Os jornais da Bolívia deram enorme destaque ao novo foco guerrilheiro, considera melhor preparado que o liderado por Che Guevara três anos atrás. Luiz Renato estava no ELN, com o codinome de “Eugênio” detalha a notícia nas páginas internas da edição. Com destaque pequeno via-se a manchete “Um brasileiro é voluntário do ELN”.

Seu nome voltaria a aparecer nos jornais brasileiros quando anunciaram sua morte em combate com as forças armadas da Bolívia. A *Folha da Tarde* de 22 de outubro de 1970¹⁴⁶

¹⁴⁴ Op. cit. p.255-256.

¹⁴⁵ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6167-1200/98-6, assunto: Indenizações, fls. 62-63.

¹⁴⁶ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6167-1200/98-6, assunto: Indenizações, fl. 70.

estampou: “Bolívia prende e mata chefes da guerrilha”, a reportagem indicava que o chefe das guerrilhas bolivianas, Osvaldo “Chato” Peredo, fora preso pelas forças armadas em uma operação na qual haviam sido mortos o guerrilheiro Luiz Renato Pires “Eugênio” e outros companheiros. Obviamente que esta situação retratada, refere-se à segunda fase da cronologia estabelecida pela presente dissertação; no entanto, por ser a trajetória de um militante que teve significativa participação na primeira fase, auxiliando na compreensão da Ilha do Presídio, não podíamos deixar de abordar o desfecho de seu percurso, após ter optado pela luta armada foquista. Luiz Renato se destaca, também, como uma das principais testemunhas das investigações do caso “mãos amarradas”, pelo seu convívio prisional com o sargento Manoel Raymundo Soares, que será examinado na próxima seção.

2.3. Caso “mãos amarradas” e o Terrorismo de Estado

Os acontecimentos pelos quais passou **Manoel Raymundo Soares**¹⁴⁷ expressam sua trajetória pessoal, resultado de opções que o cidadão paraense fizera em termos profissionais e ideológicos, mas também retratam a vida social, econômica e política que o país atravessava desde o suicídio de Getúlio Vargas. O caso paradigmático de preso político – na dissertação o reconhecemos como o segundo preso de 1966, e como oitavo preso da primeira fase – conforme indicam os processos do APERS –, tem o seu destaque, por assumir importância fundamental na estruturação da nossa hipótese. Este subcapítulo tem o intuito objetivo de aprofundar o caso “mãos amarradas”, verificando impactos e desdobramentos que tal caso apresentou – caracterizando-o como uma ação de Terrorismo de Estado – ajudando na compreensão das mudanças na dinâmica de funcionamento da Ilha do Presídio na fase posterior.

Nascido em quinze de março de 1936, em Belém do Pará, Raymundo Soares tornou-se militar em 1955. Esse ano foi muito significativo para sua vida, pois conheceu e casou com Elisabeth Chalupp. A partir do casamento passaram os primeiros anos de muita felicidade e companheirismo. Aquilo que remetia à vida do casal, inversamente, não encontrava paralelo

¹⁴⁷ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2345-1200/98-4, assunto: Indenizações, de 31/03/1998.

na vida profissional e política do sargento¹⁴⁸. “Os anos dourados” do governo JK, o confuso governo Jânio e o instável tempo de João Goulart, foram períodos de muita tensão no interior das Forças Armadas e em especial no Exército. O crescimento profissional de Manoel Raymundo na carreira militar respirava essa atmosfera. Nesse sentido, acabou mergulhando fundo, tornando-se um dos principais líderes do movimento dos sargentos¹⁴⁹, pertencendo ao Comando Geral da categoria. Manoel percebia os recorrentes descontentamentos do Exército com o populismo e o trabalhismo de Jango, numa realidade que se apresentava mais radicalizada que a de Vargas, em virtude das transformações sociais ocorridas no Brasil. A urbanização da população brasileira na primeira experiência democrática do país, possibilitara um incremento de participação das massas na vida política que, neste contexto, demonstravam querer sair da tutela do Estado, principal virtude de Vargas em sua estratégia política.

Assumindo protagonismo nas lutas democráticas contra a hierarquia militar, com a organização da campanha eleitoral de candidatos que representavam os sargentos, Raymundo Soares foi o autor da propaganda abaixo:

“Colegas Sargentos, chegou a hora de sargento ter também seu deputado. O Brasil está exigindo uma Câmara de Deputados do Povo. O Sargento também é Povo. Elegendo os nossos próprios deputados estaremos fortalecendo a Democracia; contribuindo com a nossa parcela na constituição de uma CÂMARA DEMOCRÁTICA DE DEPUTADOS, onde estejam representados não só o banqueiro mas também o bancário, não só o fazendeiro, mas também o camponês, não só o patrão mas também o operário, não só o General mas também o Sargento. [...] Basta de deputados que protelam as REFORMAS DE BASE que o Povo Exige. [...] Só o Deputado-Sargento defenderá com segurança a nossa estabilidade, a humanização dos regulamentos, e pugnará pela solução definitiva do problema do Casamento. Para a defesa da Democracia; Para a defesa da Legalidade; Por uma CÂMARA DEMOCRÁTICA e NACIONALISTA, elejamos para DEPUTADO FEDERAL o Sargento ANTONIO GARCIA FILHO; Para DEPUTADO ESTADUAL o Sargento ANTONIO SENNA PIRES” [...].¹⁵⁰

A partir do bom resultado eleitoral dos candidatos dos sargentos, Soares, um dos principais líderes do grupo, sofreu represálias, sendo transferido, por questões políticas, em

¹⁴⁸ GUIMARAENS, Rafael. O Sargento, o Marechal e o Faquir. Porto Alegre: Libretos, 2016.

¹⁴⁹ PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (196 -1964) e Revolta dos Sargentos de Brasília. 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

¹⁵⁰ GUIMARAENS, Rafael. O Sargento, o Marechal e o Faquir. Porto Alegre: Libretos, 2016. p 55.

1963, para Campo Grande, no Mato Grosso. O objetivo era retirá-lo do centro das articulações da suboficialidade do Exército. Podemos interpretar que a transferência de Soares já indicava o profundo mal-estar entre a instituição militar com o governo.

Em 1964, dias após o Golpe de Estado, o sargento teve sua prisão decretada. Temeroso, desertou com outros companheiros; Araken Vaz Galvão¹⁵¹ foi um deles. Sabia que seria expulso da corporação, fato confirmado em junho do mesmo ano. Na prática vinha sofrendo perseguição dos órgãos internos do Exército por ter sido membro do Comando Geral dos Sargentos. Manoel Raymundo mudou-se para Juiz de Fora, depois para o Rio de Janeiro e, por fim, Porto Alegre. Na capital gaúcha, chegou em 29 de setembro de 1964, com a promessa de amigos em conseguir emprego. Junto dele viriam cerca de vinte outros sargentos para formarem uma rede de resistência contra a ditadura recém instalada.

Depois da Guerrilha dos Três Passos em março de 1965, Manoel Raymundo Soares junto do Comando Geral dos Sargentos tentou organizar dois levantes, a partir de Porto Alegre que, contudo, acabaram mal sucedidos. Conforme Maestri e Ortiz:

Em Porto Alegre, desde começos de 1965, o sargento Manoel Raymundo, companheiros seus do Comando Geral dos Sargentos e outros resistentes locais participaram ativamente da organização de dois levantes de quartéis da Brigada e do Exército da capital. O primeiro contaria com “entre 40 e 70 pessoas prontas para fazer a insurreição”, “espalhadas por aparelhos em Porto Alegre”, e mais outros suboficiais que chegariam do Rio de Janeiro. O plano teria desandado devido à prisão de Arakén Vaz Galvão [...] Em fevereiro-março de 1966, após o fracasso da chamada “guerrilha de Três Passos”, um segundo projeto de levante em Porto Alegre não prosperou devido à denúncia do plano ao comandante Osvino Ferreira Alves, um dia antes da sua eclosão, por capitão da Brigada Militar envolvido no movimento, com a prisão de oficiais, suboficiais, trabalhadores, estudantes etc. O fracasso do segundo levante fortaleceu a proposta da organização da luta antiditatorial, através de focos armados rurais, desejada pelos suboficiais do exército e da marinha à qual Leonel Brizola resistia.¹⁵²

¹⁵¹ Fazia parte do Comando Geral dos Sargentos, companheiro próximo do sargento Manoel Raymundo Soares. Foi considerado o primeiro preso político da Ilha do Presídio, onde depois estava Raymundo Soares até seus últimos dias. Em 1964, Araken era 2º sargento do Exército na Companhia Média de Manutenção, em Campo Grande, MS, tendo ingressado em 1955 no Exército. Após o Golpe de Estado abandonou o Exército e junto com Manoel e buscaram organizar a resistência aproximando-se de Brizola.

¹⁵² MAESTRI, Mario e ORTIZ, Helen. Por mais terras que eu percorra In: Direito na História/Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Coordenadoria de Documentação. – n.1, (mar./out. 2008) Porto Alegre: TRF 4ª Região, 2008. p. 184.

A afirmação de Maestri e Ortiz corrobora a afirmação de Moniz Bandeira em sua obra “Brizola e o Trabalhismo”, quando aponta que o líder gaúcho exilado no Uruguai, de fato, não apoiava a guerrilha de Três Passos:

[...] a tentativa do coronel Jeferson Cardim de Alencar Osório, em março de 1965, no sentido de desencadear a luta armada contra o regime, não contou, porém, com a sua colaboração. O coronel Cardim, que estava a margem de qualquer plano, surpreendeu a todos quando, sigilosa e repentinamente, saiu do Uruguai e entrou no Rio Grande do Sul, onde usando o nome de Brizola, procurou conseguir algumas adesões. Brizola, quando soube da sua iniciativa, tratou de impedir que ele arrastasse outros companheiros à aventura.¹⁵³

Essa etapa da resistência no Rio Grande do Sul e definida por Fábio Chagas como primeira vaga da luta armada gaúcha caracterizou-se por um nacionalismo revolucionário¹⁵⁴. Manoel Raymundo não desistiu de investir contra a ditadura. Quando soube que em início de março o presidente ditador Castelo Branco visitaria Porto Alegre desfilando em carro aberto, começou a preparar uma ação produzindo panfletos com palavras de ordem contra a ditadura. A reprodução manual dos panfletos realizou-se nos vários quartos de pensão por onde o sargento estava “pipocando” pela cidade, ciente era vigiado pelos agentes repressivos.

Em 11 de março de 1966, ao combinar com Edu Rodrigues, pessoa fora do circuito dos sargentos – Manoel não quis envolver companheiros na ação –, a entrega de uma mala com os panfletos, foi preso nas imediações do auditório Araújo Viana, no Parque da Redenção em Porto Alegre. Dois sargentos do Exército o prenderam como descrito por Maestri e Ortiz:

Às 17h35min da tarde de 11 de março, Manoel Raymundo foi preso ao entregar entre quinhentos e dois mil panfletos, possivelmente por ele escritos, com os dizeres “Abaixo a ditadura militar”, contra a chegada, naquele dia, a Porto Alegre, do general-ditador Castelo Branco, a Edu Rodrigues, um civil alcagüete, em frente do auditório Araújo Viana. Na distribuição dos manifestos, estariam envolvidos funcionários da Carris, empresa pública com antiga tradição de luta sindical e política. Conhecido pelo serviço de informação do Exército como uma das principais lideranças do movimento dos sargentos e possivelmente por seu envolvimento nos

¹⁵³ BANDEIRA, Moniz. Brizola e o Trabalhismo. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 102.

¹⁵⁴ CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70. Rio de Janeiro: UFF, 2007.

movimentos de resistência em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, Manoel Raymundo era uma presa valiosa para a repressão, já que, se vergado, causaria baixas duríssimas entre seus companheiros de luta e no movimento de resistência à ditadura.¹⁵⁵

Colocado num automóvel DKW de cor verde, foi levado pelos militares à paisana, Carlos Otto Bock e Nilton Aguadias, da 6ª Companhia de Polícia do Exército. No mesmo dia sofreu espancamentos por ex-colegas de Exército. Na mesma noite foi levado para o DOPS, na Avenida João Pessoa, passando oito dias sob torturas. Entre os dias 11 e 19 de março sofreu novas sessões de tortura, que visavam “quebrá-lo” para que entregasse companheiros e os planos dos grupos de resistência em que atuava. Não revelou nada, motivo de admiração de presos que conviveram com ele na prisão, especialmente diante do estado lamentável que ficava depois das torturas. Mesmo assim, não forneceu informações que possuía. O estudante Luiz Renato, segundo Bauer, declarava que:

[...] o ex-sargento Manoel Raymundo Soares estava praticamente cego do olho esquerdo, proveniente de um golpe de cassetete pelo tenente Luiz Alberto Nunes de Souza (Nunes). O então estudante de Medicina Vitor Enio Bertolete, que era funcionário do DOPS, também declarou que medicou o ex-sargento para evitar que este viesse a falecer devido aos ferimentos recebidos.¹⁵⁶ [...]

A violência desferida contra o sargento Manoel devia-se, em grande medida, ao ódio que muitos colegas possuíam em função da posição de liderança no Comando Geral dos Sargentos. Com isso, pode-se verificar que a prática de tortura não era ainda uma prática tecnicista/metódica como ocorreria na segunda fase repressiva. A capacidade do sargento em suportar a dor nas sessões de tortura, deve ter provocado o aumento da “dose” das sevícias a que vinha sendo submetido. Analisando a resistência de Soares em não delatar ninguém, mesmo que seu corpo passasse por inúmeros suplícios, Maestri e Ortiz destacaram que:

Em depoimento publicado em Jornal *Zero Hora*, de 17 de setembro de 1966, Antônio Giudice, detido no DOPS, de 10 a 15 de março de 1966, relatou que “conversou com Manoel Raymundo, vendo os hematomas e cicatrizes” “das torturas que vinha sofrendo”, pois era diariamente, torturado, colocado várias

¹⁵⁵ MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen. Op. cit. p 184.

¹⁵⁶ BAUER, Caroline. Op. cit. p 167.

vezes no pau-de-arara, sofrendo choques elétricos, espancado e queimado por pontas de cigarros. O pau-de-arara é haste de um pau ou ferro, para suspender o prisioneiro durante a tortura, com as mãos e os pés amarrados para trás, de cabeça para baixo. [...] Aldo Alves Oliveira, funcionário da Companhia da Carris, preso no DOPS desde 10 de março, testemunhou ter conhecido Manoel Raymundo, que “mostrava vários sinais de sevícias”. Na ocasião, viu quando o ex-sargento “estava no corredor” de “acesso à cela”, “sem camisa”, “as marcas de queimaduras” e sinais de violência. Tão forte fora o espancamento que ele “não podia engolir alimentos sólidos, razão pela qual” Aldo e outros presos forneciam-lhe “alguma porção” do “leite que lhes era enviado por familiares”.¹⁵⁷

Em 19 de março de 1966, Manoel foi transferido para a Ilha do Presídio para evitar que fosse visto por autoridades judiciais em condições físicas debilitadas. Ao não entregar companheiros a seus torturadores, apanhara mais do que o praticado habitualmente, dessa maneira a polícia política do DOPS o encaminhara para a Ilha. Chegando lá ficou um período isolado do convívio social sem informações do que se passava no mundo. Por outro lado, serviu para recompor a saúde debilitada, apesar das difíceis condições de aprisionamento enfrentadas. Ao chegar

[...] às 9h30 do dia 19 de março, Soares e Luíz Renato foram levados numa radiopatrulha para a Vila Assunção, de onde partiriam para a Ilha-Presídio. O estudante pela primeira vez via o sargento vestido; até então só o encontrava de cuecas. Soares estava com uma calça de lã escura e uma camisa de nylon amarela, mas que fora branca, quando limpa. Na Vila Assunção foram entregues ao fiscal Luís Delany Godoy Pereira e ali aguardaram a baleeira que os levaria, sob escolta de quatro guardas, às Ilhas das Pedras Brancas – nome poético da Ilha-Presídio, encravada a três quilômetros de cada margem do Rio Guaíba. [...] Quando a barca começou a circundar o ancoradouro, já se via, a destacar-se entre outras, uma imensa pedra com uma guarita, e nesta um guarda. [...] Pouco depois via-se um casarão com a inscrição “Polícia – Guarda Civil”. Uns dez metros adiante estava o presídio, com suas barras de ferro tão grossas que não cabem na mão. Os dois presos contemplavam o cenário e se entreolhavam. Soares, ainda abatido pelas torturas, deixa escapar uma expressão de espanto, quase sussurrada:

- Parece uma prisão medieval.
- Quem veio do DOPS?

O fiscal da guarda fez a pergunta e logo Soares e Luíz Renato foram apresentados como procedentes do DOPS. O fiscal anotou o nome dos dois num livro e os conduziu a seu destino. E explicou:

¹⁵⁷ MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen. Op. cit. p. 186-187.

– Vocês vão ficar em cela separada dos presos comuns¹⁵⁸

Em 30 de março Luiz Renato foi embora da Ilha do Presídio. Ao se despedir Renato levava a impressão de que aquele “era o homem mais valente que havia conhecido”, afirmação que reforçaria nos jornais tempos depois¹⁵⁹. A partir do momento em que ficou como o único preso político da Ilha, Manoel estabeleceu contatos com os guardas estreitando laços com alguns deles, ao ponto de conseguir um mensageiro às cartas clandestinas que começou a escrever.

Naquela solidão prisional, Manoel encontrou um meio de avisar que precisava de apoio e interferência de sua esposa, Elizabeth Chalupp, ou como ele carinhosamente a chamava, Betinha, para obter um *habeas corpus* no Superior Tribunal Militar (STM). As cartas eram enviadas através de algum agente carcerário cuja identidade o sargento Soares nunca revelou; talvez esteja aí, uma das razões da violência desferida contra ele em sua morte. A partir da conquista desse aliado mensageiro, conseguiu repassar relatos valiosos, de importância para nossa dissertação, tratando-se de fontes primárias elaboradas *in loco* do objeto histórico analisado. No processo do APERS relativo à sua indenização, constam as quatro cartas enviadas a sua esposa, com a singeleza de terem sido feitas manualmente em condições mínimas de recursos e com pouca disponibilidade de papel e caneta, fato respeitável, já que denunciava a inexistência de cobertores e até mesmo de utensílios básicos como sapatos.

As quatro cartas foram remetidas ao longo dos cinco meses que estive na Ilha; percebe-se uma visão mais esperançosa nas primeiras e um lamento pela ausência da amada companheira nas últimas¹⁶⁰. A primeira dizia o seguinte:

Ilha Presídio, P. Alegre, 15 Abr. 66

Querida Betinha:

Finalmente acabei sendo preso. Caí em uma cilada de um ‘dedo-duro’ chamado EDU e vim parar nessa ilha-presídio. Fui preso às 16:50 hrs do dia 11 de março, sexta-feira, em frente ao Auditório Araújo Viana. Fui levado

¹⁵⁸ D’ORNELLAS, Jacques. (deputado) Tortura e morte do sargento Manoel Raimundo Soares. Discurso pronunciado em 28/05/1984. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1984. p.19.

¹⁵⁹ Terceiro exército sabia das torturas do Sargento. *Jornal Última Hora*, de 12/09/1966.

¹⁶⁰ As cartas remetidas pelo sargento Raymundo Soares serão citadas, na íntegra, devido ao valor heurístico com o objeto de estudo desta dissertação. Sabe-se que ele escreveu quase uma dezena delas, mas tendo chegado somente quatro à sua esposa. Em algumas, ele por não saber o se o destino tinha sido atingido repetiu informações para garantir o que transmitia.

para o Quartel da P.E. onde fui ‘interrogado’ durante duas horas e depois fui levado para o DOPS. Estou bem. Nesta ilha me recuperei do ‘tratamento’ policial. Até o dia em que fui preso estava dormindo em Hotéis e pensões variadas. Não sei como me arranjar no dia em que for solto, pois o LEO único amigo que eu tinha em P. Alegre, perdi o contato com ele e eu não sei seu endereço. Espero que você esteja bem e que se mantenha calma. Isto passa. Nos dias seguintes ao que eu for solto teremos uma nova lua de mel em uma cidade bonita qualquer. Agora eis algumas instruções:

- a) Procure o advogado Dr. Bento no Escritório do Dr. Sobral Pinto, à rua Debret nº 39 na cidade.
- b) Peça a ele Bento entrar com um Pedido de *Habeas-Corpus* no Superior Tribunal Militar em meu favor. Eu estou preso à disposição do III Exército.
- c) Pede à Dona Mira para te acompanhar, ela já tem alguma experiência nisso
- d) Você NÃO deve vir aqui. Isso não ajudará NADA e você NÃO conseguirá visitar-me.

Se houver dificuldades em matéria de dinheiro, fale aí com o vizinho, ou com a Dona Gilene em Realengo, ou ainda venda as coisas. Depois arranjaremos tudo de novo.

Esta é a quarta tentativa de te mandar notícias minhas. Esta carta só foi possível graças aos amigos de prisão.

Se for possível, manda SE PUDERES, depositar algum dinheiro no Banco Nacional de Minas Gerais, aqui em P. Alegre. Eu tenho uma conta lá. Na verdade estou precisando de algumas coisas tal como: aparelho de barba, um sapato 38, escova de dente, roupa de frio e coisas de comer. Eu deixei na gaveta da mesa de cabeceira do Hotel onde dormi a última noite antes da prisão, todo o dinheiro que eu tinha. Tu não deves escrever mais para a ‘Posta-Restante’. Eu não poderei ir ao correio receber as cartas, o que é óbvio.

Estou absolutamente calmo e tranqüilo até hoje 15 Abr. não sei como vão as coisas aí pelo mundo.

Mantém a calma, pois nestas horas só a calma ajuda. Se quiseres e poderes vai passar uns meses em Minas com os parentes.

Recebe um carinhoso e bem apertado abraço e um montão de beijos deste que é até morrer, o teu Manoel.¹⁶¹

Pouco mais de duas semanas depois, Manoel remeteria outra carta para sua esposa, onde repetiria algumas informações, pois não tinha certeza do recebimento da anterior. No lado esquerdo da carta manuscrita, em letras pequenas, colocou uma observação “PS – Estas cartas

¹⁶¹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2345-1200/98-4, assunto: Indenizações, fls. 10-11.

não estão sendo controladas. Elas são ilegais¹⁶². Mas ainda manteve disposição de relatar os acontecimentos que vinha passando. Como se vê na segunda carta:

Ilha Presídio P. Alegre, 2 de maio de 1966

Querida Betinha

Eis aqui mais uma tentativa de te mandar notícias minhas. Esta é a 5ª carta. Não sei se as outras chegaram até aí. Fui preso às 16hs mais ou menos (do dia 11 de março), em frente ao Auditório Araújo Viana. Eu fui 'entregue' à DOPS por um patife chamado EDU. No instante da prisão eu portava uma bolsa preta, na qual estavam recortes de jornais com inscrições de caráter político. Fui conduzido ao Quartel da P.E. e lá, debaixo de um 'tratamento' fui interrogado durante duas horas. A seguir fui levado para o DOPS na Avenida João Pessoa onde fui 'tratado' durante uma semana. No dia 19 de março fui conduzido para esta ilha, onde estou até hoje. Eu estava dormindo em pensões e hotéis de 3ª classe. O único amigo que eu tenho em P. Alegre, o ex-Sgt LEO, não sei o endereço dele. Por isto, estando com dificuldades em matéria de dinheiro não sei como vou me arranjar.

Até a presente data estou sob o regime de incomunicabilidade e, infelizmente, não sei o que está acontecendo aí pela 'civilização'.

Em meu corpo ficaram gravadas algumas das medalhas com o que me agraciaram. Aqui estou sem sapatos, sem roupas de frio, sem cobertas, usando unicamente uma camisa de nylon e uma calça de lã preta. Não há dúvidas que o meu passadio por aqui não é nada comparável ao de 'Mar Del Plata'. Felizmente já me retiraram a barba; ela estava bonita. Não sei bem, mas creio que estou preso à disposição do III Exército. Por isto, só um *Habeas-Corpus* do Superior Tribunal Militar poderá liberar-me. Agora eis aqui algumas sugestões:

- a) Você não precisa vir aqui. Isto não ajudará NADA e você não conseguirá ver-me. Não permitirão.
- b) Mantenha a calma. Afinal eu estou vivo e estou calmo. Nestas horas só a calma ajuda.
- c) Procure o Dr. Sobral Pinto, à rua Debret nº 39 (é no centro) e providencie com ele um pedido de *habeas* junto ao STM. Depois disso, e se houver dinheiro, vá dar um passeio de meses lá em Minas. A Dona Mira pode te auxiliar nisto, de advogado, Tribunais, etc. Ela já não é neófito. Se houver advogado, dificuldade em matéria de dinheiro vende as coisas. Raciocina como se eu tivesse morrido.

E aí como vão as coisas? Você está bem? Houve alguma novidade? Tão logo eu seja posto em liberdade, e isto ainda vai demorar, iremos ter uma nova lua de mel em uma cidade que tu ainda não conheces apesar de ser próxima a tua terra natal. Como vês, o papel está acabando, por isto aproveito para lembrar-te que meu pensamento é só para ti; durante todas as horas destes últimos dias não saís do meu pensamento. O banquinho da cozinha, os beijos

¹⁶² APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2345-1200/98-4, assunto: Indenizações, fl. 14.

nos olhos, tudo aquilo que liga meu corpo à tua alma (ou espírito que é mais certo). Recebe mil beijos e um caminhão de abraços do teu Manoel¹⁶³

Em 10 de julho de 1966, Manoel escreveu as duas últimas cartas que chegaram até Betinha. Estava faltando pouco mais de um mês para sua “saída” da Ilha do Presídio. Na terceira carta, mantinha a esperança em conseguir reverter a situação. Nas palavras do sargento, pode-se constatar essa perspectiva:

Ilha das Pedras-Brancas (Ilha Presídio), Porto Alegre, 10 de julho de 1966.

Minha querida Betinha:

Ainda estou vivo. Espero de todo o coração que você tenha recebido as cartas que remeti anteriormente. Esta é a oitava. Nunca pensei que o sentimento que me une a você chegasse aos limites de uma necessidade. Nestes últimos dias, tenho sido torturado pela idéia de que estou impedido de ver teu rosto ou de beijar teus lábios. Todas torturas físicas a que fui submetido na P.E. e no D.O.P.S. não me abateram. No entanto, como verdadeiras punhaladas, tortura-me, machuca, amarga, este impedimento ilegal de receber uma carta da mulher, que hoje, mais do que nunca, é a única razão de minha vida.

Dentro de um plano de coleta de informações, algumas coisas já me foram proporcionadas pelos carcereiros. Com efeito, já tenho escova de dente, pasta, sabonete; e até roupa e sapato, fizeram chegar até aqui. Mas, nada disso pode aliviar a dor que me causa, o fato de não poder receber cartas de minha Beta. Acredito que minha situação não mudou muito. Até hoje (amanhã completam-se quatro meses), não fui ouvido em IPMs e desde que mandaram-me para esta ilha não mais saí.

– Qual a maneira de libertar-me? – um pedido de *habeas corpus* ao Superior Tribunal Militar. A Dona Mira poderia te ajudar neste sentido.

Apesar do sofrimento espiritual a que estou submetido, ainda assim recomendo que você mantenha a calma. Nestas horas só a calma pode trazer alguma ajuda.

Acredito que agora, você já poderia tentar visitar-me aqui em Porto Alegre.
– O que acha você disto?

Espero que você não tenha estado em dificuldades em matéria de dinheiro. Isto seria para mim pior do que a pior coisa que pudesse me acontecer.

Não podendo abraçá-la com a força do bem que te desejo, deixa que em forma espiritual, te beije ardentemente, este que é até morrer, o teu Manoel.¹⁶⁴

¹⁶³ Acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. In: O Direito na História / Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Coordenadoria de Documentação. – N. 1, (mar./out. 2008). Porto Alegre: TRF 4ª Região, 2008. p. 93-94.

¹⁶⁴ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2345-1200/98-4, assunto: Indenizações, fls. 16-17.

A quarta e última carta que chegou “nas mãos” de Elizabeth Challup, também foi produzida no mesmo dia que a terceira, em que faz uma reflexão existencial sobre sua trajetória afirmando o seguinte:

Ilha das Pedras Brancas (Ilha do Presídio), Porto Alegre, 10 de julho de 1966.

Minha querida Betinha:

Ainda estou vivo. A saúde que havia chegado ao meu corpo, partiu, deixando a normalidade que você tão bem conhece. Fígado, intestinos, estômago. Espero de todo coração que você tenha recebido as cartas anteriores.

Esta é a número nove. Penso que a estas horas você esteja chorando. Não quero isso. A jovem senhora, valente, das respostas desconcertantes, deve agora, substituir a moça ingênua e humilde com quem tive a felicidade de casar.

Nunca pensei que o amor que tenho pelo ‘meu reboque’ pudesse chegar aos limites de uma necessidade. Nestes últimos dias tenho sido torturado pela realidade de estar impedido de ver o rosto da mulher que amo. Eu trocaria se possível fosse, a comida de oito dias, por oito minutos junto ao meu amor, ainda que fosse só para ver.

Tenho fé inabalável de que, os adversários não conseguirão destruir nosso amor. Sei hoje, que você tinha razão, em muitas de nossas discussões sobre nosso tipo de vida. Você ganhou.

Espero que, no dia em que me ver livre deste cárcere em que me encontro, uma pessoa pelo menos me esperará lá fora. Que o mundo inteiro me volte as costas, mas um rosto e um sorriso amigo eu tenha: o de minha querida e idolatrada Betinha.

Tenho procurado cumprir o meu dever (apesar de preso) e tenho tanto quanto possível correspondido à confiança com que me honraram. Mas, aprendi na prisão, que o homem é demasiadamente ingrato para compreender sentimentos nobres.

Tudo passará. A política, a cadeia, os amigos; só uma coisa irá durar até a morte: o amor que tenho por essa mulherzinha que é hoje, a única razão de querer viver, deste presidiário.

Foi bom que isto acontecesse. Eu precisava afeiçoar-me a um outro tipo de necessidade. Só agora avalio, o que é estar junto da mulher amada.

Com a tranqüilidade da certeza de que apesar de tudo ainda mereço o teu amor remeto um caminhão de beijos, com o calor dos dias mais felizes de nossa vida. Do sempre teu Manoel.¹⁶⁵

¹⁶⁵ Acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. In: O Direito na História / Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Coordenadoria de Documentação. – N. 1, (mar./out. 2008). Porto Alegre: TRF 4ª Região, 2008. p 95-96.

Além destas quatro cartas destinadas à esposa, foi encontrada outra, escrita no dia 25 de junho, enviada da cela 10 da Ilha do Presídio, e que foi publicada no *Jornal do Brasil* em 4 de setembro de 1966:

A quem interessar possa – Eu, abaixo assinado, brasileiro com 30 anos de idade, residente na Rua Coelho Lisboa, n° 30, AP. 102, Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, casado com a Sra. Elizabeth Chalupp Soares, conhecida afetivamente por Betinha, ex sargento do Exército, de cujas fileiras fui expurgado (para minha honra) após o golpe de estado ocorrido a 1° de abril de 1964, declaro:

1. Paradoxalmente, recuperei a saúde nesta Ilha Presídio onde me encontro hoje, depois de ter sido selvagemmente seviciado e massacrado durante oito dias no Quartel da 6ª Companhia de Polícia do Exército e nas salas do Dops no “Palácio da Polícia Civil”, à avenida João Pessoa. Minha vista esquerda, porém, infelizmente creio tê-la perdido parcialmente após uma borrachada no supercílio correspondente, aplicada pelo 1° tenente Nunez, da PE.

2. Moralmente encontro-me no mesmo estado de sempre, apesar de tudo. As pessoas que me conhecem bem sabem qual é. Na verdade, amargura-me somente o fato de haver sido entregue às autoridades pelo indivíduo Edu Rodrigues no qual depusitei alguma confiança que liquidou minha liberdade.

3. Desconheço totalmente os nomes e apelidos referidos por escrito. Não sei de quem se tratam e muito menos das atividades destas pessoas, se é que elas existem mesmo. Minha condição de preso e a verdade obrigam-me a desconfiar de tudo e de todos. Meus companheiros, como já declarei nos interrogatórios, perfazem 75 milhões de brasileiros. Deles não sei os nomes e morrerei por eles se for preciso.

4. Estou ainda no pleno gozo da saúde mental, não perdi a calma nem a razão que meu temperamento determina.

5. Ouvi dizer no Dops que eu fui o detido mais “tratado” até hoje dos que lá passaram. Que mais posso temer? Temor servil, pois, não tenho. Ainda não foi necessário mostrar que não temo nem a morte. Talvez, em breve, isso venha a acontecer. O tempo dirá.

6. Não fui ouvido em nenhum IPM. Mandaram-me para esta Ilha-presídio na manhã do dia 19 de março e não mais me ouviram até hoje, apesar de estarem as autoridades, sempre e sempre tentando obter informações que não tenho, por meio dos mais sutis e insidiosos artifícios.

7. Estou preso e incomunicável em meio de delinqüentes comuns (ladrões, criminosos, viciados em tóxico etc.). Negam-me o direito de ter contato com a minha família, bem como o de ser visitado por um oculista ou advogado.

8. Mais uma vez repito aqui, agora, as linhas gerais das respostas que dei nos interrogatórios, bem como as circunstâncias de minha opinião:

– Fui preso às 17h35 do dia 11 de março de 1966, sexta-feira, em frente ao auditório Araújo Viana, depois de ter tido contato pessoal com o indivíduo Edu Rodrigues. Eu portava, na ocasião, uma bolsa preta de vulcuro e fecho eclair, a qual continha cerca de 2.000 recortes de jornais com inscrições de caráter político. Dois policiais a paisana seguraram o meu braço, enfiaram-me em um taxi DKW verde com tampo creme e conduziram-me para o

quartel da 6ª Cia. de Polícia do Exército. Ali, debaixo de cruel massacre no qual se destacaram o 1º tenente Nunez e o 2º sargento Pedroso iniciaram o interrogatório cujas respostas mantenho agora, novamente:

– Eu estava em Porto Alegre afim de conseguir emprego e normalizar a vida destruída pela revolução a 1º de abril; cheguei a Porto Alegre no dia 26 de janeiro de 1965 e regressei ao Rio de Janeiro no dia 6 de março; no dia 29 de setembro de 1965 fui procurado em minha residência na Guanabara pelo colega Leonir Lopes, que me conduziu até Porto Alegre com promessa de trabalho, desde então, até dezembro, residi à Avenida Berlim, nº 400. A partir de janeiro de 1966 até o dia da prisão eu pernoitava em hotéis e pensões da capital; passava os dias na rua.

– Que além dos recortes de jornais nada mais havia que eu tivesse conhecimento; que o que foi dito é tudo.

9. Fiquei na PE durante duas horas e depois fui conduzido para o DOPS, onde fiquei até o dia 19, quando trouxeram-me para a Ilha. Até hoje, desde então, não me ouviram mais.

10. Estou em paz com minha consciência e ainda mantenho o desejo de merecer a confiança dos brasileiros que por uma ou outra maneira depositem em mim.

11. Qualquer pessoa que quiser me prestar alguma ajuda deve tomar as seguintes providências:

a) impetrar um pedido de *habeas corpus* no Supremo Tribunal Militar a meu favor.

b) confortar moralmente e materialmente a minha esposa. (eu ficaria imensamente grato se pudesse receber. Já remeti oito. Não sei se chegaram)

c) mandar-me algum dinheiro, um par de sapatos nº 38 (estou descalço) e coisas de comer; e os livros *Memórias do Cárcere*, ou *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, ou ainda, *O Governo Invisível*, da [editora] Civilização Brasileira. Entre as utilidades que agora fazem falta: um espelho de bolso, creme de barbear (sabão serve), lâminas de barbear.

12. Aqui nestes escritos está tudo que já declarei ou tinha a declarar.

13. Espero poder algum dia agradecer pessoalmente aquilo que meus anônimos amigos fizeram por mim hoje. Só me resta agora repetir as palavras que direi enquanto tiver vida:

Abaixo a Ditadura.

Viva a Liberdade.

O Povo Vencerá.

Passadas algumas semanas dessas últimas cartas, Manoel Raymundo Soares, no dia 13 de agosto de 1966, foi recolhido pela lancha que realizava o transporte de presos à Ilha, sendo levado ao DOPS para prestar depoimentos. Não voltaria mais à Ilha do Presídio. Chegando ao DOPS passara pelo suplício que havia enfrentado cinco meses antes. Dessa vez, a violência dos agentes nos interrogatórios (tenentes coronéis Átila Rohrsetzer e Luiz Carlos Menna

Barreto) visava descobrir quais agentes haviam facilitado a saída de suas cartas clandestinas. Além das cartas à esposa, também havia sido enviada por Manoel Soares, uma carta ao STM contando os acontecimentos que passara na prisão. Por isso, foi duramente torturado e levado às margens do rio Jacuí, no inverno, período de muito frio na região.

Sua morte foi revelada pela imprensa, inicialmente como um caso inusitado para depois ser visto como um crime político. Com a descoberta ficou visível a brutal violência utilizada pela ditadura através de seus órgãos repressivos. A maneira como o corpo foi encontrado gerou comoção popular, perceptível no dia de seu enterro, como é narrado por Índio Vargas em “Guerra é guerra, dizia o torturador”:

Lembro-me, ainda, do enterro de Manoel Raymundo Soares, militante do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), ao qual eu também estava ligado. O corpo fora encontrado boiando nas águas do Guaíba e levado para o necrotério, de onde o povo tirou o caixão de tábuas baratas, para levar à sepultura. Havia muita gente, estudantes, militares expurgados, trabalhadores, e um forte aparato policial. O povo tomou o caixão nas mãos e seguiu pela Avenida João Pessoa, a pé, para o cemitério da Azenha. Quando o cortejo, em silêncio, se aproximou da Pira da Pátria, no Parque Farroupilha, um grito no meio da pequena multidão: Vamos parar aqui! Era o corajoso Major Pedro Alvarez. O caixão foi posto no chão, defronte a Pira. Num instante, operários, que trabalhavam numa obra próxima, trouxeram dois cavaletes e eles mesmos ergueram o caixão. Major Alvarez fez um breve e inflamado discurso responsabilizando a ditadura pelo assassinato covarde de Raymundo Soares. Percebia no olhar de cada um a indignação de todos. Foi um dos poucos enterros, em Porto Alegre, no qual o povo levou, a pé, o caixão até o cemitério da Azenha.¹⁶⁶

O relatório da CPI da Assembleia Legislativa do RS que apurou a morte do sargento, em suas conclusões, aventou as seguintes hipóteses:

[...] a vítima teria sido submetida a um “banho” ou “caldo”, por parte dos agentes do DOPS, processo que consiste em arrancar do paciente a confissão, mergulhando-o na água até quase a asfíxia. Ocorreria um “acidente no trabalho”, tendo os pés da vítima escapado da corda que a prendia na lancha e desaparecido nas profundezas das águas do Guaíba, que, a época, estava cheio. [...] hipótese menos aventada: a vítima teria sido submetida a torturas às margens do Rio Jacuí, teria sido arrastada (bolsos com carrapicho); em certo instante, conseguindo desvencilhar-se, no desespero,

¹⁶⁶ VARGAS, Índio. Guerra é guerra, dizia o torturador: depoimento. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. p. 130-131.

teria se arremessado as margens do rio, desaparecendo nas suas profundezas. [...] Concluiu o relator a respeito da culpabilidade dos policiais: não teriam a intenção direta de matar mas assumiram o risco de fazê-lo, dolo eventual.¹⁶⁷

Essas versões são as principais hipóteses da causa de sua morte. Seu corpo seria encontrado no dia 24 de agosto de 1966, na Ilha das Flores, às margens do Rio Jacuí, boiando, com as mãos amarradas nas costas pela camiseta que vestia e muitas marcas de violência e tortura. Os exames dos peritos do Instituto Médico Legal (IML) verificaram depois, que havia sido alcoolizado (não bebia). Qual objetivo de embriagá-lo? Forçá-lo a “soltar a língua” para revelar o que tanto escondeu em condições normais?

A partir do desfecho trágico começou uma guerra de versões nas averiguações do DOPS contra a investigação realizada pelo promotor encarregado do caso, Paulo Cláudio Tovo. O DOPS emitira documento de soltura no dia 13 de agosto às 13h30. O promotor em suas conclusões refutava a versão oficial do DOPS, denunciando que o depoimento de um dos guardas do dia, que estava em licença-saúde quando foi prestar depoimento, lembrava ter visto o sargento nas dependências do DOPS naquela noite. Contrariamente a versão oficial de soltura do sargento veiculado pelo DOPS, o promotor Tovo, ironicamente questionava:

O sargento Manoel, por sua vez, não iria, logo que libertado, telegrafar à sua esposa, transmitindo-lhe a boa nova? E ninguém viu Manoel, depois do dia 13 de agosto, fora das dependências do DOPS, nem mesmo um proprietário (onde poderia ter se embriagado) ou restaurante (onde poderia ter se alimentado, pois possuía dinheiro, segundo o Livro do DOPS) – como bem acentua o relatório policial, é porque MANOEL nunca foi posto em liberdade. Tanto isso é verdade que o Guarda-civil GABRIEL MEDEIROS DE ALBUQUERQUE FILHO, em 3/11/66, quando ouvido na Delegacia de Segurança Pessoal, esclareceu que, à noite de 13/8/1966 – quando prestava serviço ao DOPS – viu ainda o ex-sargento MANOEL ali recolhido a uma cela. Note-se um importante detalhe: o mencionado guarda-civil encontrava-se em licença para tratamento de saúde, em sua residência, quando foi convidado a depor e foi até a Delegacia de Segurança Pessoal, diretamente, sem ter passado pelo Quartel de Guarda. Até então, não tivera oportunidade de ser “amaciado” como os demais... Porém, em 24/11/66, quando acareado com LAURO CAMARGO DE BORBA, retratou-se do que afirmara, retratação essa, inaceitável por inverossímil, o que se percebe, inclusive, do confronto de suas afirmações com as de LAURO CAMARGO DE BORBA. Com efeito, afirmava inicialmente GABRIEL: “Que o declarante se recorda de que em data de treze de agosto último esteve prestando serviços no

¹⁶⁷ Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Relatório Final CPI caso “mãos amarradas”. Deputado Rosa Flores, de 19/07/1967.

referido Departamento de Ordem Política e Social... no horário compreendido das dezoito às vinte e três horas... que nessa data o declarante se recorda de que seu companheiro de serviço era o guarda-civil nº 973 cujo sobrenome do mesmo é CAMARGO... Que o setor de serviço do declarante bem como do seu companheiro na referida data de treze de agosto último, no Departamento de Ordem Política e Social, era a vigilância da carceragem do referido Departamento, em cujo xadrez o declarante se recorda que se encontrava o sargento MANOEL RAYMUNDO SOARES, sendo que o mesmo se encontrava no xadrez incomunicável... o declarante e seu companheiro CAMARGO vinham a observar que o mesmo ali se encontrava pelo fato de terem recebido o mesmo de outra dupla de colegas da guarda que estavam de serviço... no quarto de escala anterior... Que, na ocasião em que o declarante e CAMARGO largara o serviço em horário entre vinte e três e vinte e meia noite, MANOEL RAYMUNDO SOARES ainda se encontrava no xadrez e na oportunidade era o mesmo entregue aos guardas que entravam de serviço para substituir o declarante e seu colega CAMARGO.[...]¹⁶⁸

As contradições vistas na investigação demonstram que a versão do DOPS possuía lacunas e imprecisões, colocando muitos óbices ao trabalho do promotor Cláudio Tovo. Neste processo, ficaram evidentes os labirintos jurídicos que a burocracia repressiva da ditadura desenvolveu propositalmente. Em outros processos se daria na omissão e no não-reconhecimento das práticas de violência perpetrada pelos agentes do Estado, não havendo nem mesmo registros das ocorrências, optando-se pela repressão clandestina. Mesmo enfrentando as dificuldades e impedimentos burocráticos que os agentes do Estado e suas estruturas de comando lhe impingiam, o promotor Tovo, corajosamente, apontou, no seu Relatório, muitas contradições da versão do DOPS, mas não conseguiu romper o bloqueio das forças repressivas à apuração e condenação dos culpados na morte do sargento.

O caso foi noticiado em muitos jornais¹⁶⁹ de circulação regional e nacional. No Rio Grande do Sul, a imprensa veiculou esses desdobramentos, pois mesmo sob ditadura, gozava de certa liberdade de expressão podendo alcançar a “opinião pública”, ainda em temas políticos. A brutalidade do caso das “mãos amarradas” desnudava a face repressiva da ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul, mostrando requintes de violência e crueldade feitas pelos agentes policiais e militares. De acordo com as informações levantadas

¹⁶⁸ Relatório Tovo. In: O Direito na História / Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Coordenadoria de Documentação. – N. 1, (mar./out. 2008). Porto Alegre: TRF 4ª Região, 2008. p. 54-55.

¹⁶⁹ O caso das “mãos amarradas” foi noticiado em jornais como: Diário de Notícias, Correio do Povo, Zero Hora e a famosa publicação no Jornal do Brasil de 4 de setembro de 1966, dois dias após o enterro do sargento em Porto Alegre, com partes dos textos de suas cartas a Elizabeth Chalupp. Esta última publicação projetaria o caso na imprensa nacional.

por Chagas o labirinto repressivo evidenciava uma aparência legalista e uma ação clandestina de seus órgãos, como se vê:

Durante dias, vários telefonemas anônimos a redações de jornais diziam que o corpo encontrado era de Manoel Raymundo Soares. Dilamar Machado, repórter de um desses jornais, foi procurado por Elizabeth. Dilamar confirmou o boato sobre os telefonemas e a partir disso decidiu acompanhar a viúva ao Instituto Médico Legal [...] Até mesmo a Delegacia de Segurança Pessoal desconhecia o fato de Manoel Raymundo estar preso na Ilha do Presídio e no DOPS gaúcho. Foi por meio de Elizabeth que a nominada Delegacia soubera do silêncio que o DOPS mantinha acerca do caso mãos amarradas. O livro de registro de presos da Ilha do Presídio dava conta de que Manoel Raymundo fora recolhido da Ilha no dia 18 ou 19 de março de 1966. Viera do DOPS e fora devolvido por volta das 10h30min do dia 13 de agosto a dois funcionários do DOPS pelo fiscal da Guarda Civil. Uma vez reconhecido o corpo pela companheira, restava ainda enterrar o ex-sargento opositor ao regime instalado em março-abril de 1964.¹⁷⁰

Tamanha projeção obteve o caso que no ano seguinte, a Assembléia Legislativa instalava uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a morte do ex-sargento, bem como o tratamento dispensado a presos políticos no estado. Essa comissão focou no caso “mãos amarradas” e, por conseguinte, nos espaços de aprisionamento em que Soares estivera detido.

Ao fim das vinte sessões realizadas pela CPI, entre 7 de abril e 16 de junho de 1967, foram apontadas conclusões significativas, embora não ocorresse nenhuma punição aos envolvidos. O Relatório Final¹⁷¹, de 31 de junho informou que a Comissão realizara uma inspeção na ilha onde Soares passara os dias que precederam a sua execução. Representantes do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (IARGS) e da Ordem de Advogados do Brasil (OAB), pertencentes à seção do Rio Grande do Sul também foram convidados. A mesma CPI que apurou as causas da morte, identificou as tentativas do ex-sargento de conseguir *habeas corpus*, citando inclusive o nome do advogado Sobral Pinto em suas investigações. Sobre a possibilidade de obter tal recurso jurídico Carlos Gallo avaliou que

¹⁷⁰ CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70. Rio de Janeiro: UFF, 2007. p.163. (Tese de doutorado)

¹⁷¹ Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Diretoria Legislativa. Projeto de resolução nº 16-67. Deputado Airton Barnasque, de 30/06/1967.

[...] no que se refere às tentativas de libertação do preso político via *habeas corpus*, é importante salientar que, embora juridicamente possibilitado o seu uso, que somente viria a ser suspenso pelo AI-5, de dezembro de 1968, ocorre que, nas duas oportunidades em que o STM negou provimento à soltura de Manoel, o fez com base em informações incompletas fornecidas propositadamente pela PE, que, tendo-o detido e, em seguida, repassado ao DOPS (que o levaria para o presídio instalado na Ilha do Presídio), encaminhava ao órgão judicial militar documentação comprovando não possuir o prisioneiro requisitado em suas dependências¹⁷² [...].

Nas apurações da CPI instaurada pela ALERS, os advogados do IARGS encaminharam um relatório elaborado por seus representantes a partir da vistoria na Ilha do Presídio e das celas existentes no DOPS.

A CPI produziu uma extensa documentação descrevendo o fato e a identificação problemática do cadáver. Elencou, ainda, algumas razões para entender o silêncio do DOPS na apuração do caso bem como as torturas sofridas por Manoel na Polícia do Exército (PE) e no DOPS. Assim, a CPI aproveitou para expandir sua compreensão sobre a ação repressiva dada a outros presos, buscando conhecer mais situações de sevícias e maus tratos, especialmente nas dependências do DOPS. Nas conclusões a CPI aprofundou a descrição das torturas sofridas por Soares através de depoimentos de testemunhas que apontaram as precárias condições da Ilha do Presídio, onde não havia roupas para distribuir aos presos e nem médico permanente. Nas resoluções a CPI da ALERS denunciou as condições que os presos políticos estavam submetidos na Ilha e no DOPS. Aqui cabe uma reflexão válida para todos os casos de presos analisados: a relação da ilha com o DOPS nesta fase foi umbilical, ou seja, não houve situação de preso enviado à Ilha que não tivesse anteriormente passado pelo DOPS. As investigações do caso “mãos amarradas” levaram à descoberta do centro clandestino de detenção conhecido por Dopinha, como nos mostra Baretta:

O Dopinha era um órgão clandestino que servia para coleta de informações, detenção e provavelmente de tortura dos opositores ao regime militar [...] tinha atuação secreta como uma espécie de ‘filial’ do DOPS/RS. Estava localizado num casarão, na Rua Santo Antônio nº 600, no tradicional bairro Bom Fim em Porto Alegre. Acredita-se que esteve em funcionamento entre os anos 1964 e setembro de 1966. A existência do Dopinha foi descoberto com o “Caso Mãos Amarradas” em 1966, e foi retomado publicamente pela mídia em 1987, e, no ano 2000, com o “Caso Savi (funcionário da Polícia

¹⁷² GALLO, Carlos Arthur. A política na balança e o caso das mãos amarradas: um estudo de caso sobre política e justiça no Brasil pós Ditadura civil militar (1964-1985). Porto Alegre: 2010. (TCC Bacharelado em Ciências Sociais/UFRGS). p.50-51.

Civil que trabalhou como informante, décadas depois requereu para fins de aposentadoria, o tempo de serviço que atuou no centro clandestino entre 1964 e 1966)”¹⁷³

A Ilha do Presídio, em realidade constituía-se como um espaço que fazia parte da infraestrutura repressiva existente no Rio Grande do Sul, estando articulado a alguns locais com os quais tinha contato fixo, como o DOPS/RS. Portanto, a Ilha pertencia ao conjunto de órgãos por onde os presos políticos eram obrigados a circular. O que se quer dizer com isso é que a ilha fez parte do itinerário de muitos presos, durante a ditadura, que, necessariamente, passavam também pelo DOPS.

Nas atas nº 8 (20 de abril de 1967), nº 9 (25 de abril de 1967) e nº 10 (17 de maio de 1967) da CPI se relatam o parecer do IARGS, elaborado pelo advogado Eloar Guazzeli, quem em seus encaminhamentos solicitou os seguintes propósitos: extinção e fechamento da Ilha do Presídio; extinção das celas escuras do DOPS/RS; confirmação de crime de responsabilidade e lesões corporais praticados em presos políticos; e, por último, caracterizar a morte do ex-sargento e ciência dos resultados do inquérito parlamentar. No Relatório final da CPI pode-se ver contempladas tais solicitações:

[...] Com efeito, na Ilha do Presídio, onde não se cumpre, nem, aliás, pode-se executar, qualquer das normas gerais do regime penitenciário, seres humanos esqueléticos, quase desnudos, concentram-se promíscuos, carentes das mais elementares condições de higiene, expulsos da ordem jurídica, como se tivessem perdido a condição da pessoa humana, ao estilo de épocas políticas e sociais que a humanidade amaldiçoou.

A Ilha do Presídio não se encontra em condições de cumprir o objetivo de ressocialização ou regeneração do criminoso ou indiciado. Degrada-lhes o corpo e o espírito, ao invés de promover-lhe “a educação moral, intelectual, física e profissional” [...].

Fora da lei, portanto, a Ilha do Presídio, assim como se encontra, não pode subsistir porque sem as características de reformatório penal, visto não ter existência de direito, define-se ela como cárcere clandestino e proibido, que ao Ministério Público cumpre interditar, no exercício de seu encargo de inspeção de presídio [...].

Mais grave, talvez, do que a existência ilegal desse depósito para presos é o fato de, nele, ocultar-se o fruto da violência à liberdade humana porquanto inexistente culpa formada, a detenção não decorre de mandado judicial, nem de

¹⁷³ BARETTA, Jocyane Ricelly. A importância da materialidade dos centros clandestinos de detenção e Tortura para contar histórias da Ditadura no Brasil. Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS (Aedos), Porto Alegre, v.9, n.21, p.117-118, dez. 2017.

flagrante delito, em desafio ao Art. 141, parágrafo 20, da Constituição da República: (Ninguém será preso, se não em flagrante delito ou, por ordem escrita da autoridade competente, nos casos expressos em lei...) [...].

[...] Nas condições em que foram encontrados, Ilha do Presídio e as celas da Divisão de Ordem Política e Social, representam flagrante insulto à legalidade penitenciária, insuportável negação das leis do país... [...].

[...] Para essas prisões clandestinas, verdadeiros depósitos em que o Poder Público escondia, e provavelmente esconde as vítimas de suas atrocidades, eram também recolhidas pessoas diplomadas em cursos superiores e Ministros de confissão religiosa, como foi o caso do Dr. Nery Pereira da Silva, funcionário desta Casa e do Frei Tupinambá.

[...] Nos campos de concentração da Alemanha Nazista matava-se com mais humanidade os judeus que eram remetidos às Câmaras de Gás de que o infeliz sargento que foi jogado às águas encapeladas e frias do Rio Guaíba, do sombrio agosto de 1966. A este foi primeiro ministrado o “tratamento prévio” que durou de março, data da prisão, a agosto, data de sua morte¹⁷⁴ [...].

Com tais resoluções contidas em seu Relatório Final, a CPI reprovou o uso da Ilha do Presídio. O impacto imediato foi a suspensão de sua utilização como cárcere político. As prisões ilegais, a tortura e repressão colocavam o DOPS na mira de todas as acusações. Certamente o caso “mãos amarradas” e o corolário que trouxe (denúncias na imprensa e no legislativo estadual por operadores do Direito) contribuiu significativamente para o fechamento do presídio político na Ilha.

Na conjuntura nacional ocorriam mudanças importantes, como a tomada do poder pelos setores da “linha dura” das Forças Armadas, com a posse do general Costa e Silva. Os impactos nacionais atingiriam a escala regional do Rio Grande do Sul, com a remodelação do papel das polícias, subordinadas agora às Forças Armadas, no combate aos movimentos contrários à ditadura bem como na reafirmação de espaços e confinamento, como ocorreu com a Ilha enquanto presídio político. Entre 1967 e 1969, a Ilha ficou em desuso, mas não ausente do reordenamento das estratégias do aparato repressivo gaúcho e brasileiro. Com a dialética entre repressão e resistência se acirrando e o crescimento de organizações armadas, sobretudo após o AI-5, a Ilha seria colocada, novamente, no mapa da repressão.

O caso “mãos amarradas” suscita reflexões sobre a repressão que se estabeleceu no Rio Grande do Sul e no país. A tortura e a sua engrenagem permissiva, visíveis no desfecho

¹⁷⁴ Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Relatório Final CPI caso “mãos amarradas”. Deputado Rosa Flores, de 19/07/1967.

do caso “mãos amarradas” são passíveis de enquadramento como terrorismo de Estado (TDE).

Janaína Teles¹⁷⁵ ao analisar comparativamente modalidades repressivas do Brasil e da Argentina, utiliza o conceito de Pilar Calveiro (o poder desaparecedor) como fator singular. No caso da Argentina diz ela, os denominados “subversivos” deveriam ser submetidos em campos de concentração e extermínio, sem chances de retorno. A execução em massa fez da Argentina uma ditadura com altíssimo número de desaparecimentos forçados. Ao adequar a análise de Pilar Calveiro ao Brasil, Telles reconhece que a modalidade repressiva mais utilizada foi a tortura, caracterizada pela ação seletiva da polícia política dentro de uma estrutura complexa que tinha por finalidade “esvaziar as responsabilidades” dos agentes envolvidos na repressão. Para isso, ela reconhecerá que, no Brasil, a diretriz principal da repressão cabe ao poder torturador.

A composição da burocracia repressiva brasileira revestiu-se de uma legalidade ditatorial que transmitia uma aparência de normalidade jurídica frente aos crimes contra a Lei de Segurança Nacional. Para Teles, em dadas situações ocorria um *hibridismo repressivo* entre as duas modalidades (poder desaparecedor e poder torturador). No que tange às alegações sobre as mortes das vítimas de tortura que se dava por “excessos” dos torturadores, passava-se a ideia de ser um “erro” individual. Em realidade, o que ocorria era o contrário, operações organizadas pelo sistema repressivo, nos desaparecimentos de presos políticos com identidades alteradas em valas clandestinas de cemitérios públicos, evidenciavam a intencionalidade do sistema em esconder a violência do Estado. A construção de versões falsas (supostos tiroteios, atropelamentos, acidentes e suicídios) foram maneiras da violência estatal disfarçar a ação coordenadora no combate ao inimigo interno. Tanto no Brasil como na Argentina o panorama alinhava-se com a máxima: o poder esconde-se e revela-se naquilo que exhibe e oculta.

Na lógica da formulação do poder torturador, de Janaína Teles, o caso “mãos amarradas” configurou-se como modelo de *hibridização* repressiva. Por um lado, confirma a utilização do poder torturador, o que ficou clarividente com as informações obtidas nas investigações do crime. Por outro lado, houve intenção dos agentes repressivos em

¹⁷⁵ TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e Repressão. Paralelos e distinções entre Brasil e Argentina. In: Taller (Segunda época). Revista de Sociedade, Cultura y Política em América Latina. Vol. 3, Nº 4, 2014.

desaparecer com o corpo fisicamente, basta ver que a revelação da sua trágica morte acabou sendo uma contingência, ou seja, pescadores encontraram um corpo boiando nas águas do Rio Jacuí, evidenciando a incompletude do “plano” de desaparecer com o corpo, bem como na eliminação das responsabilidades jurídicas, que a burocracia do DOPS tentou apagar ao apontar que, entre os dias 13 a 24 de agosto, não estava com a custódia do preso. A intencionalidade de realizar o desaparecimento e as marcas da violência no corpo, fez com que o caso ganhasse projeção na imprensa, na Justiça e no Legislativo rompendo com o mecanismo desaparecedor da estrutura repressiva que ainda era inexperiente. O elemento torturador ganhou primazia nas investigações, no entanto, não existiria se o modelo desaparecedor tivesse conseguido êxito. Ainda cabe uma última reflexão: o caso “mãos amarradas” pode ser considerado um modelo híbrido de repressão se um dos fatores se sobrepõe ao outro? Acreditamos que a sobreposição não descarta o objetivo que, na tentativa de desaparecer com o corpo, visava negar a existência do caso. Não ocorrendo o planejado, o efeito multiplicador da denúncia do crime ampliou o conhecimento sobre a estrutura repressiva existente entre DOPS-Ilha.

No Brasil o sistema repressivo funcionou, em geral, em locais públicos, combinados com atividades clandestinas validadas por uma legalidade de exceção. A sobrevivência foi tão arbitrária quanto à lógica do poder concentracionário, onde os presos resistiam com enorme esforço tentando evitar suas “quebras”¹⁷⁶. Aqueles que conseguiam resistir procuravam burlar a lógica prisional. Os testemunhos dos sobreviventes revelam a preocupação em sobreviver para denunciar o terror. Com o tempo, a partir da sobrevivência, seria possível consolidar uma memória que seria colocada em contraposição à história oficial do período e ao silenciamento estatal.

A tortura na Ilha do Presídio nessa primeira fase teve um caráter significativo, pois evidenciou que tal prática existira no seu aspecto psicológico e físico. O presídio da Ilha nesse momento apresentava características de centro clandestino de detenção e tortura, haja vista que os prisioneiros ali confinados estavam invisíveis à sociedade. Através das fontes consultadas, percebeu-se que certos prisioneiros da fase foram alvos de violência na própria Ilha, como a aplicação de “afogamentos” que causaram problemas respiratórios.

¹⁷⁶ TELES, Janaína de Almeida. Op. cit. p. 116.

A partir das situações carcerárias expostas até aqui, no que é concernente à Ilha do Presídio, cabem algumas reflexões tendo como eixo a perspectiva do Terrorismo de Estado (TDE). Para tanto nos apoiaremos nas orientações de Padrós:

As diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) orientaram para uma atuação decidida dos setores dominantes ao TDE como sistema global ou apelaram para algumas das suas modalidades pontuais. Enquanto sistema global, O TDE implementou uma variada gama de mecanismos propagandísticos, administrativos, psicológicos e jurídicos que deram suporte às atividades, clandestinas ou não, das unidades específicas de inteligência, informação e controle, assim como repressão física explícita. [...] A criação de uma estrutura clandestina paralela à estrutura legal e visível do Estado mediante a adoção de práticas como seqüestro, detenção ilegal, tortura e desaparecimento forçado engendrou efeitos psicológicos da repressão, onde a percepção do anonimato gerou nos atingidos a sensação de abandono diante da perda de solidariedade e do quadro de injustiça vigente.¹⁷⁷

Conforme o autor, o TDE se constitui de oito elementos primordiais: 1) a violência irradiada a partir da vítima direta, atingindo seus círculos de convivência; 2) a diluição das responsabilidades dos agentes da repressão envolvidos nos atos de violência do Estado; 3) o desenvolvimento de uma cultura/pedagogia do medo que se alastra pela sociedade; 4) a elasticidade que a noção de inimigo interno possui, (a repressão não podia ficar sem a existência de um oponente justificando suas ações), logo, sempre houve necessidade de se construir um inimigo real ou imaginário; 5) o caráter desorientador da dinâmica imprevisível do TDE, fazendo os atingidos perderem seus parâmetros de referência; 6) o isolamento dos atingidos, pois a população, em geral, desconhecia o que se passava com os que desafiavam a ordem vigente; 7) a política de controle racionalizada, com ações de vigilância seletiva e forte controle coercitivo (violação da privacidade, o descumprimento de direitos civis, controle das correspondências, telefonemas e rotinas); 8) ocultamento e sonegação de informações, complementados pela negação dos fatos e falseamento da realidade, condução evasiva importante para gerar efeito psicológico traumático.

A partir dos elementos citados tentaremos verificar quais são cabíveis na situação concreta da morte do sargento Manoel Raymundo Soares. Relativamente à violência

¹⁷⁷ PADRÓS, Enrique Serra. Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas ditaduras de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org). As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006. p.15-16.

irradiada, percebe-se que o caso “mãos amarradas” desnudou uma estrutura repressiva institucional e clandestina de órgãos ligados entre si, por uma legalidade aparente, disfarçada como na relação entre DOPS-Ilha. A violência irradiada estendeu-se à sua esposa (espionada por agentes da repressão), ao promotor Cláudio Tovo (ameaçado pelos resultados de suas investigações), e ao agente do DOPS (que depois de “pressionado” teve de rever o seu depoimento).

Relativo ao segundo elemento (diluição das responsabilidades dos agentes estatais) fica evidente que os funcionários dos órgãos repressivos mencionados não foram nominados como autores das cometidas contra o sargento. As investigações do IPM e da CPI da ALERS encontrou dificuldades de nominar os culpados dentro do jogo de versões das instituições envolvidas e de seus operadores, que se esconderam na impessoalidade dos atos administrativos. Ao fim foram apontados como culpados os agentes que ocupavam o topo da hierarquia policial militar, mas sem nenhum efeito de sanção ou punição a estes.

O terceiro elemento (imposição de uma cultura do medo) mostra-se como decorrência da repressão seletiva aos grupos de resistência, no imediato pós-golpe de 1964. A veiculação do episódio nos meios de comunicação divulgou práticas do terrorismo de Estado e teve como efeito, e propagação do medo, embutido em incertezas e inseguranças para todos aqueles que compartilhavam posição política próxima a do sargento.

O quarto elemento (elasticidade do inimigo interno) tornou-se evidente no fato dos militares contrários ao golpe de 1964 – junto de trabalhistas, sindicalistas, estudantes, marinheiros e trabalhadores rurais – terem sido os primeiros inimigos internos perseguidos sob as orientações da DSN. Os militares nacionalistas foram o primeiro alvo. Nesse aspecto, essa primeira vaga da luta armada gaúcha foi substituída, posteriormente, por mudanças na dialética da repressão e resistência, visando como alvo central aqueles que adotaram a guerrilha urbana.

O quinto elemento (caráter imprevisível da dinâmica do TDE) encontra-se na desorientação sofrida pelo sargento em seus últimos dias de liberdade. A alternância de lugares onde dormir, antes de ser detido, evidencia tal efeito. A vida clandestina que Raymundo Soares teve, mostrou a imprevisibilidade cotidiana na sua vida militante, descobrindo por si mesmo as regras de sobrevivência.

O sexto elemento (isolamento introjetado) verificou-se nos desdobramentos do caso sobre a população que ficou conhecendo o episódio. A divulgação das cartas de Manoel

transmitia essa condição. O sargento sofreu na pele e na mente tal isolamento quando esteve na Ilha do Presídio, sendo subtraído do contato com o mundo, de seus afetos pessoais. Tratou-se de uma espécie de “inxílio”, um sentir prisioneiro interno, ou seja, ser atingido pelo abandono, amputado daquilo que o poeta uruguaio Mário Benedetti sintetizou, da “liberdade e do contexto”. Sua prisão na Ilha parece anteciper a lógica dos desaparecimentos dado pelo caráter clandestino do lugar.

O sétimo elemento (política de controle) vislumbrou-se na vigilância que o sargento sofria por agentes infiltrados em suas redes de resistência (caso de Edu Rodrigues, colaborador do SNI). A atuação dos agentes da comunidade de informações engendrou um clima de perseguição as cartas que enviara clandestinamente para sua esposa, violando a privacidade.

Finalmente, o oitavo elemento (manipulação/ocultamento de informações) encontra-se no próprio desfecho do caso; apesar da divulgação na imprensa das investigações do promotor Cláudio Tovo e da CPI da ALERS descobrindo dados ocultos, ficando perceptível a lógica de diluir as responsabilidades dos envolvidos nas ações repressivas.

Portanto, a primeira fase repressiva da Ilha do Presídio ficou caracterizada pela sua utilização clandestina no contexto anterior ao AI-5, de acordo com as necessidades do DOPS e desempenhando um papel auxiliar com o objetivo de esconder presos, práticas repressivas e a existência de perseguição política no RS, em um período em que ainda havia certos resquícios de legalidade democrática no funcionamento das instituições que a ditadura ainda não havia enquadrado. O contraditório reside no fato que, nessa fase, ocorreram as maiores violências aos presos políticos na Ilha, o que foi possível descobrir a partir da morte do sargento Raymundo Soares. Depois desse caso emblemático o local deixou de ser invisível e virou alvo de investigações. As relações entre a estrutura repressiva, formada depois da edição do AI-5, e o surgimento da luta armada no RS, como nova forma de resistência, consequentemente com a identificação de novos inimigos internos da repressão na região, será o tema do próximo capítulo.

3. REPRESSÃO E RESISTÊNCIA APRESENTAM SUAS ARMAS (1968-1973)

O minuano soprava frio e forte naquele mês de agosto. Vencendo as ondas agitadas do Guaíba a lancha entrava na zona de segurança nacional demarcada por boias que formavam um círculo dentro do qual ficava a Ilha do Presídio. Ali não entrava ninguém, exceção da lancha que transportava os presos e os militares que tinham o controle da prisão.¹⁷⁸



Comissão de investigação organizada para apurar o assassinato de Manuel Raimundo Soares visita a Ilha do Presídio, em Porto Alegre, 2 de setembro de 1966. Fotógrafo Ricardo [assim informado pelo CDI].

Centro de Documentação e Imagem do Jornal Zero Hora

Figura 5: Presídio na Ilha. Retirada do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.

O presente capítulo se organizará em dois momentos. O primeiro reportando-se a uma análise da estrutura repressiva do Brasil e Rio Grande do Sul, tecendo comparativos entre estas esferas no biênio 1968-1969. E ainda sobre o desenvolvimento da luta armada no estado

¹⁷⁸ VARGAS, Índio. Guerra é guerra, dizia o torturador. – Rio de Janeiro: Codecri, 1981. p 130.

gaúcho e sobre as organizações envolvidas no processo, destacando ações no período de 1970 a 1973. No segundo momento, traçaremos uma descrição pormenorizada de cada preso desta fase, evidenciando seus itinerários prisionais e o papel que Ilha ocupou em suas trajetórias. Se na primeira fase definida pela pesquisa, o combate a oposição nacional-reformista foi o principal objetivo da repressão utilizando mecanismos clandestinos de terrorismo de Estado, na fase seguinte verificou-se novas formas de oposição e de organização repressiva. Estas mudanças serão abordadas a partir de agora, delineando as mais significativas na perspectiva regional.

No subcapítulo a seguir, iremos assinalar o crescimento e a atuação das organizações de luta armada no RS numa perspectiva cronológica dos fatos que levaram a retomada da Ilha enquanto presídio. Verificando a articulação da repressão entre as polícias e as Forças Armadas no estado, procuramos compreender a estrutura e a dinâmica de funcionamento da Ilha nesta fase, bem como as razões de confinamento dos presos políticos, as ligações da Ilha do Presídio com outros órgãos repressivos como DOPS, presídio feminino Madre Pelletier e Presídio Central. Por fim, descreveremos o perfil e objetivos das organizações no período de 1970 a 1973.

3.1. Estrutura repressiva e luta armada no Rio Grande do Sul

O contexto da repressão e resistência no Rio Grande do Sul de 1968 e 1973 esteve vinculado às dinâmicas brasileira e internacional, sobretudo em relação ao Cone Sul. O final da Segunda Guerra Mundial engendrou uma situação calcada na rivalidade política e econômica planetária. A bipolaridade da Guerra Fria entre os blocos socialista e capitalista exigiu dos lados maiores investimentos em segurança e espionagem, aperfeiçoando mecanismos de controle social das populações. Com efeito, o mundo capitalista sob liderança dos Estados Unidos aplicava em sua política externa, através de sua geopolítica, a ideia de que o planeta estava constituído por zonas de influência. Sob tal perspectiva, algumas zonas eram vitais para a manutenção da liderança do bloco capitalista, especialmente a América Latina. Os motivos poderiam ser explicados pela relação histórica desde os processos de independências do século XIX. No entanto, são fortemente relacionados com a necessidade de

evitar revoluções no continente como a de Cuba, garantindo vantagens econômicas com acesso barato aos recursos naturais e aos mercados consumidores de importações.

O Brasil, no conjunto dos países latino-americanos, detinha grande território e desenvolvido significativa industrialização, embora de construção recente. Essa condição geoeconômica soma-se também a posição estratégica do território brasileiro no controle do Atlântico Sul, fator presente no pensamento de Golbery do Couto e Silva. Mesmo com esses atributos, à época, o país apresentava-se na condição de dependência do sistema mundial. Tal posição evidenciava a complexidade existente entre os interesses de desenvolvimento do capitalismo local-periférico com a expansão do sistema em escala mundial. Os militares no poder acreditavam que por meio de relações clientelísticas – que desde o governo JK preponderavam – conseguiriam obter preferências entre os países do continente, alinhando-se aos interesses econômicos estadunidenses, do capital associado e do capital de Estado. A instabilidade política e econômica do país no início dos anos 60 – governos Jânio Quadros e João Goulart – incitou a construção de instituições de fachada (IPES/IBAD) que:

[...] vieram desempenhar um papel decisivo na criação e desenvolvimento de uma forma autoritária de capitalismo de Estado. E é nesse contexto que podemos compreender a ideologia de segurança nacional: um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente [...] A tomada do poder do Estado foi precedida de uma bem orquestrada política de desestabilização que envolveu corporações multinacionais, o capitalismo associado-dependente, o governo dos Estados Unidos e militares brasileiros – em especial um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG).¹⁷⁹

No início, a ditadura de SN instituiu modificações na estrutura burocrática da administração pública. Impregnada pela “modernização conservadora”, os militares após o Golpe de 1964 organizaram um sistema mais centralizado e articulado em diferentes instâncias. A coordenação dos órgãos do sistema repressivo se voltava à lógica de combate ao inimigo interno. As guerras não-convencionais delineadas pela Guerra Fria se cristalizavam na ideologia de segurança nacional. No Brasil, a partir de 1964 essa ideologia – que esteve muito presente nos currículos da ESG – assume, gradativa e crescentemente, espaço na legislação ditatorial. Entre 1964 e 1969 foram feitas alterações pelo poder militar nessa

¹⁷⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 27.

direção. Do golpe até a Emenda Constitucional de 1969 verificou-se transformações no funcionamento e no organograma administrativo estatal. A repressão, como parte da burocracia estatal, passou por mudanças justamente para dar resposta à dinâmica da oposição que conseguia desafiar a ditadura.

No período, foi possível detectar dois momentos de aplicação das mudanças burocráticas. No primeiro (golpe de 1964-1967) os processos de institucionalização do Estado de Segurança Nacional se concretizaram pela via dos Atos Institucionais, expedidas por um Poder Executivo hipertrofiado, impostas sobre os outros poderes e a sociedade, incorporando-se na legalidade ditatorial. O segundo (1968-1969) a oposição no Brasil estava se reorganizando depois da eliminação de apoiadores do governo João Goulart, especialmente setores ligados ao PTB, PCB e Forças Armadas contrários ao golpe de 1964. O movimento operário e estudantil, junto da classe artística, assumiu o papel de mobilizar as massas, realizando grandes passeatas durante 1968. Neste ano, o mundo passou por intensas manifestações em diferentes continentes, tanto no bloco capitalista quanto no socialista, em que as sociedades de consumo industrializadas traziam novas lutas – para além da questão de classes e somariam questões de gênero, étnico-raciais, ambientais e sexualidade – nas pautas das políticas públicas.

Na conjuntura brasileira, o retorno – promessa dos golpistas – ao Estado democrático de direito, acabou mostrando-se uma falácia. Cenário que ficou mais evidente com a ascensão das forças políticas apoiadoras de Arthur Costa e Silva à presidência. Durante esse governo, grupos da oposição tensionaram o ambiente de luta política, incentivando e realizando manifestações de massa que exigiam da ditadura um rigor no combate e na contenção das multidões nas ruas. A forte agitação de 68 provocou o “endurecimento” do regime culminando com a criação e aplicação do AI-5. Considerado como um “golpe dentro do golpe”, a partir deste ato, as restritas liberdades que ainda existiam foram eliminadas, sendo proibidas as manifestações nas ruas.

As polícias estaduais, prioritariamente, constituídas por corporações do sistema repressivo que atuaram na contenção “das ruas” agiram em cada estado a seu modo, combatendo manifestações, especialmente aquelas sucedidas em grandes centros urbanos. Locais que mostraram forte presença da oposição, conseguindo realizar enfrentamentos. No entanto, ficou evidente os limites da repressão, sendo necessário à ditadura aperfeiçoar sua estrutura no país.

As mudanças da estrutura repressiva – entendida como o conjunto de instituições e agentes que funcionaram articulados sob a ideologia da segurança nacional – orientaram-se pela centralização e coordenação dos órgãos estaduais subordinados à ingerência das Forças Armadas, estas, assumindo novo papel, pois também se encarregaria das questões internas, do planejamento e realização das políticas de segurança pública.

Atingindo um novo estágio da dialética Estado e oposição, os órgãos repressivos passaram a ter métodos mais “científicos” em suas operações, e, por outro lado, mais centralizadas para coibir a oposição. A noção de segurança nacional adentrava nas estruturas do Estado, revestida de legalidade, aplicando e deixando explícitos os princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

A ideologia de segurança nacional existente na DSN se configurou como instrumento fundamental para viabilizar o desenvolvimento do capitalismo associado-dependente, modelo que misturava elementos regulatórios da economia. Na perspectiva da economia política pode-se dizer que a DSN foi utilizada para modelar as estruturas da ditadura, pois esta não conseguia evitar o conflito entre a oposição e o Estado. Sendo incapaz de encerrar e controlar a resistência, o governo ditatorial deparou-se com contradições entre o planejamento e a prática concreta da repressão, colocando-a em permanente crise institucional. A DSN atuaria para atenuar os efeitos imprevisíveis da guerra revolucionária, tornando-se componente indispensável às decisões governamentais. Com isso, Nilson Borges destaca:

[...] de acordo com a Doutrina formulada pela Escola Superior de Guerra, a segurança interna comporta ações que desenvolveram em duas grandes áreas: a da defesa interna, que se ocupa dos antagonismos e pressões vinculadas ao processo subversivo; e a defesa pública, que está ligada ao setor de segurança pública, que integra o quadro de segurança interna, que se ocupa dos antagonismos e pressões de toda espécie que não contenham conotações ideológicas. [...] o conceito de segurança interna, para a Escola Superior de Guerra, é dotar o Estado, mediante seus aparelhos repressivos, de justificação para o controle da população e o exercício da violência física e simbólica para os opositores do regime. E o mais grave é o fato de que são próprios aparelhos repressivos e os serviços de informação que determinavam e ainda determinam, em última instância, quem é o inimigo interno.¹⁸⁰

¹⁸⁰ BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. p 13-42. In: Brasil Republicano. vol. 4: o tempo da ditadura, p. 37.

Na primeira fase do uso da Ilha do Presídio como cárcere político (do golpe de 1964 até o AI-5) percebeu-se o crescimento da aplicação dos preceitos da DSN na legislação ditatorial. As leis de segurança nacional (314/67; 898/69), a reforma administrativa e a incorporação de regras definidas nos atos institucionais são sinais de que os militares no poder estavam imbuídos de institucionalizar as orientações da DSN na legalidade constitucional. Sendo assim, a relação entre as dinâmicas nacional e estadual no contexto de 1967 até 1969 foram transformadoras na remodelagem do aparato repressivo. Vejamos como se compunham nas duas escalas de análise.

O sistema repressivo, de modo geral, se compunha de um binômio de informação e repressão¹⁸¹. No entanto, as origens dessa composição remetem ao período democrático anterior ao Golpe de 1964. Quanto a comunidade de informações, mostra-se relevante destacar a existência de um Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), criado no governo Juscelino Kubitschek por decreto em setembro de 1958. O objetivo desse órgão era suprir a ausência de uma instituição que recolhesse informações ideológicas sobre a população e que tivesse uma abrangência nacional, já que o contexto de Guerra Fria forçava os países a adotarem medidas dentro do espectro da ideologia de segurança nacional¹⁸². O governo JK levou a entidade com atenção, ocorre que os governos seguintes Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) não deram a atenção devida para esse órgão, o que levou setores do Exército a dizerem que um dos motivos da queda do governo se dera pela frágil comunidade de informações em seu mandato. Com o Golpe de 1964 os militares, especialmente o general Golbery do Couto e Silva, sabiam que era fundamental ter um órgão que pudesse reunir informações. O próprio general já vinha desenvolvendo isso no IPES. Quando assumiram o poder político, os militares assinalaram a insuficiência do SFICI em atuar no combate a oposição. Montaram uma nova estrutura que viria se constituir no Serviço Nacional de Informações (SNI), inaugurado em junho de 1964. Suas atribuições eram de superintender e coordenar as atividades de informação e contra informação no país, em particular as que interessassem à segurança nacional. A centralização das informações era resolvida já que os Departamentos de Ordem Política e Social atuavam em circunscrições

¹⁸¹ QUADRAT, Samantha Viz. *La violencia política en el Brasil dictatorial: Cadenas de comando y formas de actuación*. In *Procesos repressivos y actitudes sociales*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

¹⁸² COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Tradução: A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

estaduais, logo não havia uma articulação desses dados a nível nacional. O fracionamento das informações e contra informações realizadas pelos DOPS impedia uma coordenação de ações do governo federal mais intensa no combate aos “inimigos internos” e qualquer tipo de desestabilização da ordem.

O judiciário na constituição da legalidade da ditadura de SN tornou-se peça chave na burocracia repressiva. A ditadura brasileira ficou marcada pela presença de aparências institucionais onde a justiça militar desempenhou papel significativo. Analisando os processos de indenização dos presos políticos, verificamos a presença de documentação oriunda em sua maioria da circunscrição judiciária militar, que demonstrava o percurso jurídico da legalidade autoritária brasileira. O autoritarismo, conceito que incorpora a ideia da burocracia da racionalidade do Estado weberiana, segundo Anthony Pereira¹⁸³, desenvolve um corte sincrônico na estrutura jurídica militar, evidenciando as gradações nas relações entre as Forças Armadas e o Judiciário.

As leis de segurança nacional e seus decretos foram instrumentos dos setores da burocracia¹⁸⁴ que controlavam os IPMs, tendo um poder dentro da burocracia institucional da ditadura. A superestrutura estatal passou pelos ajustes desejados pelos militares para enquadrar a nova fase repressiva na tentativa de coibir a luta de massas que o movimento estudantil na sua vanguarda vinha realizando nos anos de 1967 e 1968. A comunidade de informações no SNI funcionava. Com a crise econômica e os efeitos do ajuste fiscal encabeçado por Campos-Bulhões, os salários em queda e restrições de crédito para combater a inflação provocou o empobrecimento da classe trabalhadora tensionando o contexto. A fase do ajuste fiscal que preparou o milagre econômico só conseguiu garantir o controle social quando utilizou do expediente do AI-5, mostrando articulação entre repressão e expansão dos interesses capitalistas. A internacionalização da economia e os ventos revolucionários geraram o período mais sombrio de nossa ditadura. A coordenação da modernização capitalista com a segurança interna foram alicerces da ditadura de SN brasileira. Repressão e liberalismo associado-dependente tornaram-se partes de um todo.

¹⁸³ PEREIRA, Anthony W. Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Tradução de Patrícia Queiroz Carvalho Zimbres. – São Paulo: Paz e Terra, 2010.

¹⁸⁴ FICO, Carlos. Como eles agiam. Rio de Janeiro: Record, 2001.

No RS, a Justiça Militar funcionava, como visto nos processos de indenização, em sintonia com órgãos repressivos estaduais, especialmente o DOPS, que no período teve protagonismo no combate a subversão, mesmo com a consolidação do sistema DOI-CODIs no centro do país. Aqui, tal sistema, foi instalado só depois de 1974. Nota-se, com isso, que o DOPS foi o principal órgão da repressão no estado, visível na presença dos itinerários dos presos. O órgão assumiu o papel de centralizador de uma rede que abrangia órgãos das Forças Armadas e policiais (segurança pública). Verifica-se assim, que uma das razões para militarizar as polícias no período consistia na busca da centralização das comunidades de informação e repressiva, integradas num sistema nacional. A variedade de funcionamento das polícias estaduais, herança do estado getulista, dificultava no combate a oposição numa escala territorial maior. Em terras gaúchas, o DOPS, mesmo sendo anterior a ditadura de SN, se adaptou ao novo quadro e desempenhou protagonismo na fase de nacionalização da repressão.

A política de segurança pública de subordinar as polícias estaduais ao controle das Forças Armadas, no RS, gerou uma estrutura policial-militar que na região de Porto Alegre se organizou entre espaços visíveis e legais da repressão como outros espaços clandestinos de uma repressão extralegal, como a Ilha do Presídio e o Dopinha, ambos de conhecimento da comunidade repressiva do estado. Entre 1964 e 1967, DOPS, Dopinha e Ilha do Presídio faziam parte de uma estrutura repressiva que demonstrava certa autonomia no combate aos opositores da ditadura. As razões para isso podem ser encontradas nos acúmulos das experiências do movimento da Legalidade e a importância na resistência que o estado possuía por questões políticas (região de lideranças da oposição como Brizola e Jango) e territoriais – “corredor” de exilados para o Uruguai –. O emprego de repressão clandestina antes do AI-5 no RS coloca diferenças com o que ocorria naquele período no plano federal, onde a estrutura repressiva começava a articular-se com formas clandestinas de combate a luta armada. A Operação Bandeirante (OBAN)¹⁸⁵ tornou-se o modelo da repressão. A partir dela as polícias tiveram papel central no combate a “guerra revolucionária”.

Antes do golpe de 1964 as polícias predominantes eram civis e cada estado tinha controle de suas forças da ordem. Com a necessidade de combater os inimigos internos conforme a lógica da segurança nacional, a ditadura de SN reestruturou seu organograma. No

¹⁸⁵ GODOY, Marcelo. A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime. São Paulo: Alameda, 2014.

entanto, ao lado disso, no trabalho de Martha Huggins “Polícia & Política”, a autora demonstra que as polícias da América Latina se modelaram condicionadas por uma política de “cooperação internacional” das agências de segurança estadunidenses com as forças de segurança desses países durante todo o século XX. Em nome da “cooperação internacional”, os Estados Unidos mostra, segundo ela, mais uma prática imperialista, que em nome da cooperação entre países, configurava-se em prática de combate a guerra revolucionária para controlar as estruturas de segurança, tanto ideológica – na formação dos agentes da repressão – como de acesso ao funcionamento das burocracias das polícias latino-americanas. No ano de 1968, Huggins afirmou que aparentemente o governo estadunidense condenava o AI-5, entretanto, formava a maior turma de instrutores brasileiros em cursos de segurança pública. A suposta ajuda internacional entre as polícias dos EUA e América Latina redundou em ter o controle imperialista no continente sobre os agentes da repressão¹⁸⁶.

A estrutura repressiva no RS se caracterizou por uma extensa participação de órgãos e instituições, sendo a Ilha do Presídio parte dessa engrenagem. Conforme dados recolhidos por Nilson Mariano, do Relatório Nacional da Comissão da Verdade, noticiada em *Zero Hora*, o estado “concentrou 39 locais de detenção e tortura durante a ditadura, convertendo-se na maior estrutura montada no país”¹⁸⁷. Na mesma notícia se verifica que “quartéis do Exército e da Brigada Militar, mais delegacias de Polícia Civil, foram adaptados para guardar e interrogar presos políticos, em 16 cidades”¹⁸⁸. Muitos desses lugares são citados pelos ex-presos políticos nos processos de indenização do APERS bem como no próximo subcapítulo sobre os itinerários que cada um teve.

Com a instauração do AI-5 e a suspensão dos direitos civis e políticos, houve um refluxo na mobilização das massas contrárias à ditadura. Desse modo, tornou-se senso comum das análises históricas do período remeter que as razões para a oposição na opção pela luta armada foram as restrições impostas pelo ato. Dois pontos devem ser considerados para compreender a relação de causa-efeito entre luta armada e AI-5. O primeiro consiste em observar que o contexto mundial (militarizado pela Guerra Fria) e latino-americano havia questionamentos de setores da oposição referente ao emprego da tática de frentes com as

¹⁸⁶ HUGGINS, Martha. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.

¹⁸⁷ MARIANO, Nilson. As prisões da ditadura. *Jornal Zero Hora*, dia 14/12/2014, p. 12.

¹⁸⁸ MARIANO, Nilson. As prisões da ditadura. *Jornal Zero Hora*, dia 14/12/2014, p. 12.

burguesias nacionais proposta pelos Partidos Comunistas sob influência soviética, fato que ocorria com o PCB. As posições críticas a formação de frentes, promoveram a via revolucionária pelo uso das armas. O exemplo de Cuba, com o desdobramento do êxito do foco guerrilheiro abriu novos horizontes à esquerda latino-americana. Como se observa a

[...] teoria do Foco Revolucionário (Foquismo) desenvolvida por Regis Debray e expressada por Che incendiou o cenário internacional continental influenciando inúmeras organizações revolucionárias. [...] A tática do foco visava uma ação expansiva que previa a organização de grupos móveis e colunas guerrilheiras constituídas por pequenas unidades flexíveis e ágeis capazes que deviam ganhar para o movimento a simpatia camponesa em troca de proteção, organização e colaboração nas suas necessidades imediatas. Nesta perspectiva de luta estava embutido o entendimento de que o foco guerrilheiro devia manter-se autônomo em relação aos partidos políticos. [...] A ênfase na guerrilha e não na condução dos partidos explica as conturbadas relações, entre os diversos grupos guerrilheiros e os partidos de esquerda, principalmente os PCs [...] ¹⁸⁹

Na historiografia do período pode-se verificar autores que mencionam a existência de grupos guerrilheiros no país, antes do AI-5, como as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião¹⁹⁰. Outros que independentemente de quem provocou quem (luta armada e AI-5) destacam que a relação entre repressão e resistência é o mais importante. A partir disso

[...] é certo que uma inter-relação estabeleceu-se entre repressão e luta armada: o AI-5 já mencionava a “guerra revolucionária”, e, por seu turno, diante do estabelecimento definitivo da ditadura que o ato significou, os setores da esquerda revolucionária que defendiam a luta armada viram “confirmada” a tese de que não havia saída no campo da luta política legal. Contudo, trata-se de uma interação – uma ação recíproca que não se explica pela noção de anterioridade – configurada a partir da grande complexidade e relativa autonomia dos fatores intervenientes. O Ato Institucional nº5, portanto, viria como decorrência do processo de maturação da linha dura, cada vez mais convencida de que não bastava sua existência como simples grupo de pressão. [...] ¹⁹¹

¹⁸⁹ PADRÓS, Enrique Serra. Op. cit. p. 62-63

¹⁹⁰ SALES, Jean Rodrigues. A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e influência da Revolução Cubana. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.

¹⁹¹ FICO, Carlos. Op. cit. p. 63-64.

Depois do AI-5 ocorreu um período mais abrangente e severo inaugurando o ciclo mais repressivo da ditadura de SN, que durou de 1969 a 1973 argumenta Maria Helena Alves¹⁹². Ao lado do crescimento da repressão, percebia-se que a “legitimação passou a incidir, sobretudo, na eficiência econômica, cuja imagem foi construída em torno das altas taxas de crescimento econômico durante o Milagre Econômico”¹⁹³. No Brasil a figura que exemplificou essa mudança de postura – da tática de frentes populares com setores da burguesia a adoção da luta armada – foi Carlos Marighella quando este rompe com o PCB quando este afirma na Carta ao Comitê Executivo do PCB que “a luta pelas reformas de base não é possível pacificamente, a não por meio da tomada do poder por via revolucionária”¹⁹⁴ que ao retornar do Congresso da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) em 1967¹⁹⁵. A partir daí começa a organizar a luta armada, utilizando-se da tática de guerrilhas, embora adaptando aquilo que o exemplo cubano apregoava, ou seja, para Marighella a guerrilha urbana seria o início da instabilidade que os revolucionários precisavam para montar e equipar as organizações para depois ocupar as fileiras da zona rural. Desse modo, a revolução seria detonada nas cidades para ganhar o campo numa fase mais madura. Como destaca Ridenti

[...] Seria necessário o surgimento de uma vanguarda de novo tipo para liderar a revolução, organizando, inicialmente, a guerrilha rural, num processo de luta armada relativamente logo que incluiria várias etapas, contando com a mobilização das massas trabalhadoras rurais e urbanas. Ações armadas nas cidades eram admitidas com o propósito de treinar guerrilheiros e de levantar fundos para iniciar a guerrilha rural. Com o tempo, as ações urbanas seriam teorizadas também como forma de propaganda armada da revolução e, implicitamente, como meio de sustentar o funcionamento clandestino das diversas organizações [...]¹⁹⁶.

A criação da Ação Libertadora Nacional por Marighella inaugurou uma nova fase da oposição frente ao endurecimento da ditadura. Com a consolidação dessa organização outras surgiram com objetivos similares e adotando táticas de sequestros de representantes

¹⁹² ALVES, Maria Helena. Op. cit. p. 380.

¹⁹³ KONRAD, Diorge; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. Ditadura civil-militar e historiografia: repressão e resistência no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.) CONE SUL em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente. p. 79.

¹⁹⁴ MARIGHELLA, Carlos. Carta ao Comitê Executivo do PCB. In: LÖWY, Michael (Org.) O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. p. 325.

¹⁹⁵ Idem. p. 327-338.

¹⁹⁶ RIDENTI, Marcelo. Op. cit. p. 56.

diplomáticos e por expropriações bancárias. Durante os anos de 1969-1970 as organizações de luta armada provocaram seguidas ações que exigiram respostas da repressão. O crescimento de organizações armadas e repressivas no centro do país (SP, RJ e MG) e as sucessivas quedas de militantes, principalmente depois do uso dos sequestros de diplomatas¹⁹⁷, fez com que grupos dispersassem da região para evitar riscos de novas prisões.

É nesse contexto que o RS entra no cenário da luta armada, especialmente com a chegada de Edmur Péricles de Camargo¹⁹⁸, companheiro de Marighella, que veio para o estado no intuito de organizar operações à luta armada, afastado do cerco montado na região Sudeste. A partir desse momento inicia-se a segunda vaga da luta armada gaúcha conforme nos mostra Fábio Chagas em sua tese

[...] A luta armada no estado do Rio Grande do Sul começa efetivamente no de 1969, mais particularmente no mês de junho, quando a organização revolucionária Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G) realiza uma ação de expropriação a uma agência bancária. Neste sentido, as ações no Sul começam quase um ano depois delas terem começado no Sudeste. [...] Outra dessemelhança entre RS e eixo Rio-São Paulo é que enquanto no Sudeste as ações foram realizadas por várias organizações, no Rio Grande do Sul, o que se observa é um movimento de ações dividido em dois tempos. O primeiro deles abarca as ações do M3G ao longo de 1969 e uma única em março de 1970 e o segundo comporta o protagonismo da VPR como organização que levou a efeito a quase totalidade das ações armadas no decurso de 1970. [...] organizações como o Grupo Armado do PTB, o POC e a VAR-Palmares participaram de algumas ações, porém, em todas elas foram dirigidas pelo M3G. É verdade também que o MCR participou de ações, todavia muito mais como apêndice da VPR. [...] ¹⁹⁹

É importante lembrar que Brizola, no imediato pós-golpe, foi a liderança que capturou o anseio daqueles que queriam um contragolpe, numa tentativa militarizada de restaurar a

¹⁹⁷ SILVA, Carla Luciana. Sequestros e terrorismo de Estado no Brasil: casos de resistência revolucionária. (Izquierdas), 49, outubro 2019. p. 1646-1669. No artigo, a historiadora desenvolve a ideia que os sequestros realizados no contexto brasileiro serviram como tática revolucionária defensiva utilizadas pelas organizações guerrilheiras. Compartilhamos de tal afirmação.

¹⁹⁸ Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). 2ª ed. Ver., ampl. e atual São Paulo: IEVER, 2009. Conforme trecho descrito na obra “com o golpe de Estado de 1964, refugiou-se no Uruguai. Voltou para o Brasil em 1967. Acompanhou Carlos Marighella, quando ocorreu a cisão do PC, constituindo o Agrupamento Comunista de São Paulo e, em seguida a ALN. Mais tarde em razão de divergências com Marighella, desligou-se da ALN. Em abril de 1969, Edmur foi para Porto Alegre, onde organizou o grupo clandestino M3G e manteve contatos com a VAR-Palmares. Foi preso e banido do país, em janeiro de 1971, após o sequestro do embaixador suíço (*quando saiu da Ilha do Presídio*). Foi para o Chile com demais banidos, onde permaneceu até o golpe que derrubou Allende. Refugiou-se na Argentina, de onde tentou voltar ao Brasil. E, desde então, não foi mais visto”. p. 524-525.

¹⁹⁹ CHAGAS, Fábio. Op. cit. p. 195.

democracia perdida. Durante o exílio no Uruguai, Brizola esteve a frente de organizar resistência armada, no entanto as tentativas foram frustradas (última da Guerrilha de Caparaó) levando-o a desistir dessa tática. Com isso, Brizola mostrava que seu ímpeto revolucionário, em realidade, era de um radical defensor da democracia, mesmo que para garanti-la fosse necessário o uso das armas, como visto na Campanha da Legalidade. Não era o que “Gauchão” – apelido de Edmur – se propunha, essas organizações se declaravam tributárias do marxismo e visavam à transformação revolucionária da realidade brasileira.

A presença de Edmur no RS²⁰⁰ gerou mudanças na oposição a ditadura, com o surgimento de organizações que criavam seus núcleos no estado, ligadas no país, caso da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), integrada por militares expurgados que optou pela via revolucionária, chefiada por Carlos Lamarca; da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) que possuiu núcleos espalhados pelo interior e capital e que mesmo sendo militarista, dava primazia ao trabalho com as massas também, divergindo da VPR em aspectos teóricos, surgindo de um “racha” dessa. Edmur, junto de Jorge Fischer, montaram a organização Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G) que se caracterizou por ter ação restrita ao RS. Essas três organizações eram aquelas consideradas “militaristas”. Marcelo Ridenti ao analisar as diferenças das organizações de luta armada no país destaca que

[...] os grupos guerrilheiros poderiam ser subdivididos em: os mais “militaristas”, que se destacaram pelo volume de ações armadas, as quais tiveram papel fundamental no seu projeto revolucionário (ALN, COLINA, FLN, FLNe, MAR, MCR, MNR, MOLIPO, MR-26, MRT, M3G, RAN, REDE e VPR), e os mais “massistas”, isto é, oscilantes, no decorrer de sua trajetória, entre as propostas tipicamente militaristas e a defesa da ideia de efetuar um trabalho mais profundo junto às massas, em paralelo ao desenvolvimento das ações armadas urbanas e rurais (ALA, MR-8, PCBR, POC, PRT e VAR) [...] ²⁰¹

Os “militaristas” apostavam que uma vanguarda de militantes, liderando ações de desestabilização (expropriações bancárias e sequestros de diplomatas) gerariam um clima de apoio contra a ditadura, para depois levar adiante a revolução socialista, questionando a

²⁰⁰ Edmur Péricles Camargo esteve na Ilha do Presídio, como evidenciam os livros de memórias “O Riso dos torturados” de Jorge Fischer e “Guerra é guerra, já dizia o torturador”, de Índio Vargas. Nenhum familiar dele solicitou pedido de indenização, não estando na lista de 73 presos. Algumas lembranças de sua prisão na Ilha serão mostradas no item 3.2. da dissertação.

²⁰¹ RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. p.59.

solução etapista para os problemas do povo brasileiro. De acordo com o historiador Claudinei Rezende, o etapismo não passou de uma combinação heterogênea que se tratou de uma herança negativa que a esquerda carregou para a luta armada, onde afirmou que

[...] Todas estavam descoladas da massa e do movimento operário e acreditavam dirigir uma vanguarda poderosa, por uma inapropriada alusão à conspiração bolchevique. [...] Todas rejeitavam a noção de que um partido pudesse guiar uma revolução naquele momento, sobretudo a partir do exemplo da Revolução Cubana. [...] essas esquerdas se isolaram das massas com uma imprecisa ideia de que estariam na vanguarda política da revolução – ignorando o fato de que a vanguarda política da revolução deveria ter como ponto fulcral o centro nervoso do trabalho [...] ²⁰².

Por outra tática, as organizações como: Partido Operário Comunista (POC), Ação Popular (AP) e Fração Bolchevique Trotskista da Quarta Internacional, colocavam em segundo plano a opção militarista e defendiam o trabalho de base nas massas para conseguir reverter a repressão e o fim da ditadura. A opção “massista” foi criticada pelas organizações “militaristas”, pois na visão desses não interferiria em curto prazo no contexto concreto dos trabalhadores. Já os “massistas” defendiam que era impossível enfrentar com êxito o aparato repressivo da ditadura com pequenos grupos armados. Mesmo com as diferenças e sem adesão à luta armada, o POC colaborou em ações tendo participado na retaguarda (cuidar dos horários, motoristas de veículos, hospedagem de militantes em aparelhos, pontos e organização e preparativos das ações).

Nos três anos que marcam a segunda fase da Ilha do Presídio, pode-se verificar que o ano de 1970 foi o mais intenso na prisão de militantes da VPR e VAR-Palmares, devido aos desdobramentos repressivos da tentativa frustrada de sequestro do cônsul estadunidense Curtis Carly Cutter, lideradas pela VPR e M3G, na noite de 4 para 5 de abril de 1970. Com o fato, instrutores da repressão do centro do país – Paulo Malhões do CIE e delegado Paulo Sérgio Paranhos Fleury – vieram para Porto Alegre, na busca de atingir essas organizações, o que reinseriu a Ilha do Presídio no contexto de combate a resistência contra a ditadura. Em 1970, a Ilha foi movimentada com o encarceramento de militantes dessas organizações “militaristas”, tendo o maior número de presos políticos de todo o período que serviu como prisão. Como se vê novamente na tese Fábio Chagas

²⁰² REZENDE, Claudinei. O significado histórico do destino trágico da esquerda brasileira dos anos 1960. (História & Luta de Classes), n. 17. Mar/2014. p. 32.

[...] a repressão gaúcha aponta para a situação das organizações antes de serem desbaratadas. Assim, o POC mantinha-se estruturado como Comando Regional. [...] Ao longo de 1971 não realizaram ações armadas, limitando-se às atividades de discussão e panfletagens, mas ainda assim dois quadros do Comando Nacional foram presos no estado. [...] A VPR, parcialmente desmantelada entre abril e dezembro de 1970, em janeiro de 1971 extinguiu-se em terras gaúchas quando caiu o Setor de Inteligência em conjunto com o Setor de Operações. [...] O MCR em fins de 1970 e início de 1971 perdeu vários militantes em decorrência do estouro de cinco aparelhos da VPR e da prisão de militantes que fracassaram numa ação expropriatória a um banco na cidade de Gramado. A VAR-Palmares, em vista das vigorosas derrotas sofridas para a repressão ao longo de 1970, praticamente não atuou no decurso de 1971. [...] ²⁰³

Em 1971, houve equilíbrio na quantidade de presos de organizações “militaristas” e “massistas”, ainda com presença de membros da VPR e VAR-Palmares, aqueles que ainda não haviam sido detidos, pois já estava em processo de desmantelamento pela ação das forças repressivas. Por outro lado, já se via que o alvo recaía sobre o movimento estudantil, na época clandestino, com lutas nas universidades, mobilizando atividades de mobilização de massas em comícios relâmpagos e panfletagens nas entradas de fábricas. Nesse ano a Ilha recebeu presos do POC, FBT da QI, MCR e AP.

Em 1972, basicamente prevaleceu os presos que tinham ligações com as organizações “massistas”, sendo, de maneira geral, reduzido o número de presos. Ficava visível que a luta armada estava se desarticulando pela ação do aparato repressivo no estado. No mesmo período, as forças repressivas já consideravam a guerrilha urbana derrotada, motivo pelo qual no ano seguinte foram encerradas as atividades de cárcere político da Ilha.

3.2. A Ilha no itinerário dos presos políticos

No subcapítulo anterior pode-se vislumbrar o quadro político no Rio Grande do Sul entre os anos de 1968 a 1973, elencado nas mudanças do aparato repressivo e das organizações envolvidas na luta armada. De agora em diante analisaremos os casos dos presos políticos que em algum momento de sua reclusão estiveram confinados na Ilha durante esse

²⁰³ CHAGAS, Fábio. Op. cit. p. 274.

período. A partir das análises poder-se-á ter um panorama da estrutura repressiva e dos itinerários prisionais pelos quais passaram.

Juntamente na descrição subjetiva dos casos poderá se perceber elementos da sociabilidade cotidiana dos presos durante a segunda. Algumas lembranças serão arroladas nas exposições dos presos que seguem. Entre elas, situações do relacionamento cotidiano dos presos políticos e presos comuns, destes com os guardas; a existência de cursos, cozinha e biblioteca na prisão da Ilha; dos problemas e regras advindas dos coletivos de presos que se formaram no local; os dias de visitas e as possibilidades comunicativas dos presos com familiares; conhecer as memórias sobre um preso marcante da Ilha, que não está na lista de presos dos processos da CEI/RS, Miguel KGB, entre outros temas como o ambiente, as condições de higiene, por exemplo.

Desse modo, a apresentação dos presos, caso por caso, será conforme a retomada da Ilha em suas atividades prisionais, ou seja, de 1970 a 1973, até ser encerrado o seu uso como cárcere político. Assim como fizemos em relação à primeira fase, serão arrolados aqueles detentos que estiveram na Ilha entre 1970 (ano com maior quantidade de presos - 38 - que corresponde a 53,5% dos casos do nosso *corpus* documental) e 1973 (totalizando 65 casos no período). A partir disso, serão organizados em ordem alfabética, com uma breve exposição, destacando os dados mais significativos da militância de cada um. Também faz-se mister observar que colocaremos somente a data de nascimento dos presos. Muitos deles já faleceram, no entanto, não conseguimos essas informações nas fontes analisadas.

Afrânio Francisco Costa, natural de Osório, nascido em 10 de setembro de 1942, militante da VAR-Palmares, esteve preso de abril a maio de 1970 no Presídio Central; de maio a julho de 1970 na Ilha do Presídio; de agosto de 1970 a fevereiro de 1972 em Cachoeira do Sul e por último, de março a abril de 1972, novamente na Ilha do Presídio. Os documentos existentes no processo de indenização relativo aos órgãos repressivos que atuaram em sua prisão foram, em âmbito federal, da Subsecretaria de Inteligência (ex SNI) e da Justiça Militar Federal (1ª auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar); e em nível estadual, da Polícia Civil (Departamento de informações policiais) e do DOPS.

Seu nome aparece nas obras literárias memorialísticas de Índio Vargas e Jorge Fisher, “Guerra é Guerra, dizia o torturador” e “O riso dos torturados”, respectivamente, cujas narrativas apresentam memórias das experiências vividas na Ilha do Presídio. Em seu processo consta a participação de Afrânio em ações da luta armada noticiados na imprensa,

como no Jornal *Folha da Tarde*, de 2 de maio de 1970, com a manchete: “Usaria um caminhão de mudança para assaltar Banco: Caxias”. A notícia informa que militantes da VAR-Palmares fracassaram na tentativa de assaltar o Banco do Brasil de Caxias do Sul, onde esperavam obter aproximadamente 700 mil cruzeiros. O Jornal *Correio do Povo*, de 8 de abril de 1970, traz a manchete: “Secretário da Segurança revela nomes dos terroristas presos e mostra seus planos”. A matéria informa que o grupo participou dos assaltos no bairro Tristeza, em Porto Alegre, e em Cachoeirinha. O nome de Afrânio é identificado como comprador de armas em Camaquã. Também fez parte da fracassada tentativa de sequestro do Cônsul estadunidense Curtis Carly Cutter.

Um documento da Subsecretaria de Inteligência, contém um relatório sobre suas atividades registrado nos arquivos do órgão:

Em Março de 1970, por ocasião de uma diligência realizada pela SSP/RS, na casa situada na Av. Salgado Filho, 6365 – parada 45, em Viamão RS, onde o requerente residiu de aluguel, foram recolhidos vários fragmentos de papel queimado que, analisados, concluiu tratar-se de material de cunho subversivo, destacando-se o seguinte: fragmentos dos opúsculos “A Marcha da História” e “Desenvolvimento do subdesenvolvimento” – Coleção Rebelde nº10; fragmentos do fac-símile de capa da revista “União Operária - 8”, órgão de divulgação da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares); [...] Ainda em março/abril de 1970, esteve envolvido num episódio de compra de armamento no município de Camaquã/RS. Em 24 de abril de 1970, foi preso pelo DOPS/RS por envolvimento em atos de terrorismo e subversão no Estado do Rio Grande do Sul, sendo recolhido na Ilha do Presídio. [...] Também em julho de 1970 foi citado pela antiga agência de Porto Alegre/RS do extinto Serviço Nacional de Informações (ex SNI), em um relatório versando sobre as atividades de Grupos subversivos no Rio Grande do Sul, como ex-funcionário da CNBB, vulgo “Alan”, “Sebastião” e “Tião”, militante da VAR-Palmares, atuando no Setor de Imprensa do Comando Territorial de Caxias do Sul/RS.²⁰⁴

Airton Joel Frigieri, natural de Caxias do Sul, nascido em 23 de agosto de 1953, militante da VAR-Palmares esteve preso de 9 de abril a 18 de maio de 1970, no DOPS/RS; e de 18 de maio a 26 de agosto de 1970 na Ilha do Presídio. Os documentos contidos no processo de indenização relativo aos órgãos que atuaram em sua prisão foram, em âmbito federal, da Subsecretaria de Inteligência e da Justiça Militar (1ª auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar); e em escala estadual do DOPS e do poder judiciário estadual.

²⁰⁴ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1112-1200/98-7 assunto: Indenizações, fls. 16-17.

As fontes citadas no seu processo são trechos do livro “Guerra é Guerra, dizia o torturador”, de índio Vargas; Notícia do Jornal *Pioneiro* de 2 de maio de 1970, com a manchete “Menores entre os terroristas descobertos em Caxias do Sul”. Foi preso na casa dos avós pela Brigada Militar, Polícia Civil e Exército; na época tinha 16 anos, sendo levado para Porto Alegre na mesma noite:

Fui algemado, encapuzado e levado para o segundo piso, onde funcionava o DOPS. Ao chegar levei um soco no queixo, ainda no corredor de acesso. Fui levado, então, para uma pequena sala de interrogatórios, conhecida como “fossa”, localizada à esquerda do corredor interno do DOPS, forrada em todas as paredes com pilhas de livros apreendidos e que serviam para diminuir os gritos dos torturados [...] As torturas consistiam de choques elétricos nas orelhas, mãos e pés, através de um telefone de campanha apelidado de “MARICOTA”). Com algemas nos braços, permaneci por longo tempo imobilizado. Além dos choques elétricos, havia a aplicação de golpes nas costas com o “PAPA LÉGUA”, que era um pedaço de madeira preso a uma tira com mais ou menos 40 centímetros de comprimento, por 4 centímetros de largura de pneu de automóvel. Tive rompimento das minúsculas veias embaixo da pele o que provocava o derrame de sangue internamente.²⁰⁵

No dia seguinte foi levado novamente para Caxias com objetivo de que entregasse um companheiro. Foi torturado na Delegacia Regional de Caxias e devolvido ao DOPS de Porto Alegre onde sofreu novas sessões de interrogatório e tortura. Depois de uns dias foi levado à Ilha como destaca abaixo:

Em meados de maio, fui levado à Ilha do Presídio, no Rio Guaíba. Lá permaneci noites de frio e fome, nos dividíamos em celas, na cela onde encontravam-se 8 companheiros entre eles Orlando Pedro Michelle, José Ruaro, Paulo de Tarso Carneiro, podíamos conversar e até escutar rádio. Estávamos isolados e sem possibilidade imediata de liberdade, mas os dias e as noites já não eram tão difíceis, apesar que durante o sequestro do embaixador alemão, que ocorreu em início de junho de 1970 e culminou com o banimento do país de companheiros no dia 15 do mesmo mês, ficamos totalmente incomunicáveis na ilha, os rádios foram apreendidos, ocasionando novamente um clima de medo e apreensão entre todos, voltando a ocorrer sessões de torturas. Na mesma Ilha, apesar de ser inverno não havia chuveiro elétrico, os banhos eram tomados em uma lata de tinta furada, de onde a água gelada escorria de um cano. Os banheiros eram abertos, sem paredes e com uma abertura gradeada, dando direto para o rio. As celas não possuíam janelas e as grades davam para um corredor [...] onde

²⁰⁵ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6432-1200/98-1, assunto: Indenizações, fls. 5.

o vento gelado do inverno gaúcho soprava diuturnamente. O piso da cela não havia revestimento térmico algum, era puro concreto o que tornava o local ainda mais frio.²⁰⁶

Airton Müller Rodrigues, de Encruzilhada do Sul, nascido em 10 de setembro de 1949, membro da juventude do MDB. Esteve preso de 22 de abril a 19 de agosto de 1970 no DOPS/RS e na Ilha do Presídio; e de 14 de maio de 1973 a 17 de julho de 1973 no Presídio Central. Os documentos do seu processo de indenização foram em escala federal, uma certidão da Justiça Militar (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar) e em escala estadual, um processo da Polícia Civil do RS.

A repressão agiu sobre Airton ainda em 1964 com a invasão da sua casa em busca de informações sobre o pai (Milton Serres Rodrigues), ex-prefeito do PTB de Encruzilhada do Sul entre 1960 e 1963. Foi “levado em uma das viaturas, andando pelos bairros da capital com a cabeça coberta por um saco de pano ouvindo ameaças.”²⁰⁷ Depois disso foi libertado no Palácio da Polícia com a ordem de voltar para casa e não comentar o que havia ocorrido. Meses depois, seu pai foi preso, mas conseguiu fugir para o Uruguai. Com estes acontecimentos, Airton passa a morar em Sapucaia do Sul no abatedouro de gado da família. Num determinado dia o DOPS apareceu e prendeu todos os funcionários e o veículo da propriedade.

Nos anos 1970 Airton participou da guerrilha urbana. Preso e processado pela Lei de Segurança Nacional sendo encarcerado “no DOPS, Ilha do Presídio e Presídio Central”. Afirma em seu processo que neste período constatou o nível de prepotência das investigações e dos interrogatórios desenvolvidos sobre os presos políticos. Depois de liberto, enfrentou dificuldades profissionais como jornalista, foi demitido dos jornais Zero Hora, Folha da Manhã e da Rádio Farroupilha.

Alcir Benedito Quadros Brito, natural de Tapes, nascido em 23 de maio de 1942, secundarista, militante da VAR-Palmares, esteve preso de 8 de maio a 8 de junho de 1970 no DOPS/RS e de 9 de junho a 9 de julho na Ilha do Presídio. Constam em seu processo de indenização, os seguintes documentos dos órgãos repressivos: em âmbito federal, certidão

²⁰⁶ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6432-1200/98-1, assunto: Indenizações, fls. 7.

²⁰⁷ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6053-1200/98-5, assunto: Indenizações, fls. 27.

1691/98 da Justiça Militar (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar); e na escala estadual, ficha do DOPS e um relatório minucioso sobre a organização a que pertencia.

Iniciou sua militância em 1969 no Movimento Estudantil, na cidade de Tapes. A partir disso, através do convite de Claudio Boeira Garcia, ex-seminarista e professor de história, foi convidado para participar dos quadros da VAR-Palmares. Em Tapes participou de uma célula conhecida como Grupo de Tapes. Em maio de 1970 o Dops infiltrou um policial na organização, o que provocou a detenção de Alcir por uma equipe comandada pelo delegado Pedro Seelig. Sofreu interrogatório e torturas (com um saco de lona na cabeça e choques elétricos). A sua casa foi invadida e documentos da organização foram recolhidos. Em decorrência ocorreram muitas prisões de companheiros em Tapes e Camaquã.

Nas precárias instalações do DOPS permanecemos com o Grupo de Tapes por aproximadamente 1 mês, onde seguindo rotinas carcerárias, ficamos sem poder nos barbear e tomar banho por um mês. Neste local em que nos amontoávamos ocorriam os mais flagrantes desrespeitos humanos que me lembro como o da sonegação de atendimento médico e o que era mais triste havia displicência pelas nossas agruras [...] Nossa remoção para a Ilha do Paiol ocorreu depois de aproximadamente 30 dias em que estávamos no DOPS. Na Ilha, onde chegamos em junho de 1970 as condições eram precárias mas melhoramos o que era possível. Lá no meio do Guaíba (rio) sentimos o isolamento vendo o Brasil festejar a conquista da Copa do Mundo de 1970. Em prosaicos e minúsculos rádios de pilha ouvimos os lances esportivos que a ditadura militar da época saberia explorar muito bem em próprio proveito [...] Os registros feitos por Índio Vargas e Jorge Fischer evocam lembrança dos companheiros de luta de Tapes e Camaquã no campo e na cidade, em seus respectivos livros “Guerra é Guerra” e o “Riso dos Torturados”. O Grupo de Tapes, passadas as agruras percorreu sendo mais conhecido como “Os Tapes” que teve notoriedade nacional e internacional.²⁰⁸

Artur Paulo de Souza, natural de Porto Alegre, nascido em 5 de novembro de 1940, militante do PCdoB e MR 26, esteve preso de abril de 1970 a fevereiro de 1971, passando pelo DOPS/RS, unidade do Exército não descrita qual, Ilha do Presídio e Presídio Central. Em seu processo de indenização, os documentos dos órgãos repressivos que atuaram em sua prisão foram, em âmbito federal, certidão nº 309/98 da Justiça Militar (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar); documento da Subsecretaria de Inteligência (Ex SNI), onde nesse mesmo é atribuído sua participação em diversos movimentos de resistência, como:

²⁰⁸ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5536-1200/98-3, assunto: Indenizações, fls. 12-13.

VPR, VAR-Palmares, FLN, MR 26, POC e RAN. Nos documentos da esfera estadual aparece sua ficha no DOPS/RS.

Artur Paulo é o caso mais contraditório dos presos políticos que constam nesta dissertação pela acusação de muitos militantes de que ele foi um delator, traindo companheiros e tornando-se, por fim, um torturador. Este caso revelou-se polêmico. A acusação dos militantes fez com que a comissão considerasse as acusações de “alcaguete” não reconhecendo o direito de restituição pecuniária. Conforme “O riso dos torturados” de Fischer, “Hélio Minuto era um funcionário do INPS com amplas relações nos setores de esquerda e íntimo amigo de Paulo Artur, delator que, mais tarde, se tornaria célebre pelo codinome de ‘Inspetor Eduardo’”.²⁰⁹

Conforme relato de Gregório de Mendonça (militante da resistência pela Legalidade, do PCdoB e mais tarde do MR-26, que fez parte da rede dos pombos correios de Brizola e que também participou da Guerrilha do Caparaó, preso na cidade de Juiz de Fora e libertado em 1969, quando passa para a VPR em 1970, sendo companheiro de Bona Garcia, um dos acusadores de Artur Paulo):

Ao ser retirado do pátio do DOI/CODI, de relance, eis que os torturadores caíram sobre mim, soqueando-me, chutando-me e dando-me cacetadas, enquanto era conduzido diretamente para uma das salas de tortura do Prédio da famigerada “OBAN-Operação Bandeirantes”, vi a figura do delegado Pedro Seelig (chefe de investigação do DOPS/RS), que falou-me: “viste como não é infalível?” [...] sob torturas as perguntas eram formuladas pelo alçoz do DOPS/RS, Pedro Seelig, que queria saber informações sobre a tentativa do sequestro do Cônsul Americano aqui em Porto Alegre, bem como a localização de “aparelhos” e de companheiros militantes revolucionários do Rio Grande do Sul. [...] o delegado Pedro Seelig, era secundado este pelo Inspetor Paulo Artur também do DOPS/RS.²¹⁰

Desta transformação de militante a delator e torturador, verificamos no trecho de “O riso dos torturados” onde um dos presos afirma:

Mas o pior de todos era um tal de inspetor Eduardo, chegava rindo, chamava a gente de maninho e começava a dar choques nos órgãos genitais [...] amarra os fios da Maricota no membro e fica torcendo a manivela, sempre

²⁰⁹ NUNES, Jorge Fischer. O riso dos torturados: anedotário da guerrilha urbana. – Porto Alegre: Proletra, 1982.p.34.

²¹⁰ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 58631200/98-5, assunto: Indenizações, fls. 33-34.

rindo, com aquele seu riso falso de boneco de pau. A comparação feita por Flavinho acendeu uma lâmpada na minha memória. Ninguém de nós conhecia o inspetor Eduardo, mas aquela história de riso de boneco de pau, pareceu-me bastante elucidativa [...] Era Paulo Artur.

De sua passagem pela Ilha, encontramos referência no livro de João Carlos Bona Garcia, “Verás que um filho teu não foge à luta”:

Um dos presos políticos, o Paulo Artur, tinha um radinho de pilhas. Um dia chegou a lancha com o pessoal do DOPS para fazer uma revista implacável. Antes que chegassem, escondi o rádio num buraco que existia na parede da cela. Naquele mesmo dia, nos transferiram de volta para o DOPS. Dias depois o Paulo Artur voltou a Ilha com o DOPS para mostrar onde o rádio estava escondido. Os outros presos queriam linchar aquele delator. Eu não sabia deste episódio, mas logo fiquei conhecendo qual o verdadeiro lado do Paulo Artur: havia no DOPS um policial antigo que chamávamos “tio Ênio”. Ele sempre se recusou a torturar, embora a pressão de outros policiais. Um dia, quando me trouxe comida, Ênio avisou: algo não está certo. Um companheiro de vocês, o Paulo Artur, está tomando um cafezinho na sala do delegado Pedro Seelig. [...] Na Ilha estávamos planejando uma fuga e Paulo Artur nos delatou [...] Nos denunciou espontaneamente. Na cadeia nada se sabia do futuro, quantos anos 5, 10? [...] Se a pessoa não tem uma formação sólida, se não tem companheirismo algum, se não tem dignidade, fraqueja e vira traidor. Trair é a pior degradação. Não manter a confiança daqueles com quem a gente se alia. Só resta para eles a solidão.²¹¹

Athaídes da Silva Teixeira, natural do estado de Santa Catarina, nascido em 8 de janeiro de 1926, militante do PCB e VAR-Palmares, esteve preso de abril de 1970 a abril de 1971 nas dependências do DOPS, Presídio Central e Ilha do Presídio. Do seu processo de indenização não consta nenhum documento dos órgãos repressivos, mas os relatos de companheiros de militância reforçaram o conjunto comprobatório de sua ação política na resistência à ditadura. Participou da tentativa de sequestro do cônsul americano no Rio Grande do Sul. Acobertou e deu abrigo ao militante Edmur Péricles Camargo. Conforme relato de Airton Muller Rodrigues estiveram juntos na Ilha de abril a agosto de 1970, quando a saúde de Athaídes se agravou. Paulo Roberto Franck relata no processo que Athaídes fazia parte do grupo de proa da VAR-Palmares. Quando preso na Ilha recebeu num determinado dia, a visita do Secretário de Segurança que lhe propôs um “convite ao desbunde”, que

²¹¹ GARCIA, João Carlos Bona. Verás que um filho teu não foge à luta. Editora Posenato Arte & Cultura, 3ª edição: Porto Alegre, 1989. p. 64-65.

significava renunciar a tudo o que se havia feito na resistência à ditadura (era a proposta para fazer parte da montagem do caso que ficou conhecido o dos “arrepêndidos”).²¹²

- Só permanecerá preso aqui quem quiser. É só assinar a carta e será solto. Os visitantes saíram e se formaram diversos grupos para comentar a proposta insólita. Era uma chantagem vulgar da qual o governo se valia, no Rio de Janeiro, em São Paulo e até em Porto Alegre, mas na Ilha não foi levada a sério – parecia uma piada. Ninguém deu a menor importância ao que propôs o secretário de segurança. Serviu apenas para gozação entre os presos [...] – Quem se habilita para o desbunde? – Dizia Athaídes da Silva Teixeira, grande gozador, que movimentava a cadeia com suas piadas, apesar das dificuldades com a família numerosa, pois seu pequeno armazém, na Vila Santa Izabel, em Viamão, fora destruído quando o DOPS o prendeu. Toda a família foi presa e o armazém saqueado. Tudo porque Athaídes abrigara Edmur Péricles de Camargo, o homem mais procurado naquele mês de maio de 1970.²¹³

Calino Ferreira Pacheco Filho, natural de Cachoeira do Sul, nascido em 7 de setembro de 1948, militante da VAR-Palmares, esteve preso de 8 de julho de 1970 a 28 de janeiro de 1972 no DOPS e na Ilha do Presídio, e de 8 a 13 de junho de 1972 de novo no DOPS. Os documentos existentes no processo de indenização relativo aos órgãos repressivos que agiram em suas prisões são: em nível federal, certidão nº 1797/98 da Justiça Militar (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar), e em nível estadual, registros no sistema de informações da Polícia Civil.

Calino esteve preso na Ilha entre 1970 e 1972, período em que constata, anos depois, conforme notícia do *Correio do Povo* de 28 de dezembro de 1994, que havia uma situação desconfortável entre a exuberância do pôr-do-sol com a condição de prisioneiro. Lembrou também que os presos liam a luz de velas livros como “Cem anos de solidão” de Gabriel Garcia Marquez, que passavam por sorteio para conseguir acesso a leitura dele. Na notícia de *Zero Hora* do mesmo dia, destacou que, na Ilha, junto dos presos políticos existiam cerca de 10 presos comuns que dividiam o espaço do cárcere. Situações inusitadas ocorriam, como visto no testemunho dado no livro de Berger acerca do local

²¹² Sobre o tema ver a pesquisa de: GASPAROTTO, Alessandra. “O Terror Renegado”: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organização de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). Porto Alegre: UFRGS, 2008 (Dissertação de mestrado)

²¹³ VARGAS, Índio. Guerra é guerra, dizia o torturador. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. p. 155.

[...] a relação entre os presos e os guardas da Brigada Militar e da Polícia Civil eram, em muitas vezes, boas. Certa vez, estava tomando banho de sol e um dos guardas, que estava bem vestido com um sobretudo da brigada, segurava um fuzil em uma das mãos, e na outra, por dentro do sobretudo, uma garrafa de cachaça. Ele apanhou o fuzil e foi segurar a garrafa de cachaça, e, meio atrapalhado, disse para Calino: “Pega aqui pra mim um pouquinho”, e alcançou o fuzil a Calino, que respondeu: “Tá louco! Imagina se o guarda que está na guarita me vê com o fuzil na mão e me metralha”. Então, o policial percebeu o que iria fazer, e disse: “Claro, não posso fazer isso”. Em geral a relação era boa, mas muitos policiais estavam lá para pescar informações e não eram tão cordiais.²¹⁴

Depois de sua prisão, Calino foi aprovado no concurso da Fundação de Economia e Estatística do governo estadual. Depois de ser admitido em 1975, foi exonerado por antecedentes políticos em 1977, mostrado na reportagem de *Zero Hora* com a manchete “Contestação à lista apontando comunistas: na relação nove funcionários públicos do RS”

Na lista de 97 funcionários públicos do país, que seriam subversivos, segundo critérios do ex-ministro do Exército Sylvio Frota, constam nove gaúchos. A relação dos gaúchos acompanhada de fatos que o general considerou válidos para acusá-los, é a seguinte: 1) Secretaria de Coordenação de Planejamento do RS a) Calino Ferreira Pacheco Filho em 1970 atuava no setor de comunicações da VAR-Palmares fazendo a ligação entre Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG. Em agosto de 1970 respondeu IPM/III Exército, tendo confessado suas ligações com a VAR Palmares. Teve prisão preventiva decretada pela 3ª CJM. Eleito para o conselho de representantes do MDB/Jovens do RS. Em 1976 atuava no Movimento estudantil/RS como aluno da UFRGS.²¹⁵

Carlos Alberto Tejera de Ré, natural de Jaguari, nascido em 16 de fevereiro de 1951, militante da VAR-Palmares e VPR, esteve preso de 11 de dezembro de 1970 a 7 de fevereiro de 1973 no DOPS, 18º Regime de Infantaria de Porto Alegre, 6º Regimento de Cavalaria de Alegrete, Ilha do Presídio e Presídio Central. Os documentos repressivos existentes no processo de indenização, em âmbito federal são a certidão nº 2051/98 concedida pela Justiça Militar (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar); cópia do IPM da época em que foi acusado (onde constam os nomes de outros presos da resistência à ditadura). E no plano estadual, a ficha do DOPS e um documento de registros da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE).

²¹⁴ BERGER, Christa [et al]. Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias. Porto Alegre: Libretos, 2008. p. 84.

²¹⁵ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5480-1200/98-8, assunto: Indenizações, fls.32.

Conforme os documentos repressivos tornou-se militante da VPR desde meados de 1970, participou de ação contra o banco Itaú América e Hospital Nossa Senhora da Conceição e de um roubo de armas que não se concretizou, na rua Riachuelo. Durante as suas prisões sofreu maus tratos e sevícias – conforme o relator do processo. Quando preso no DOPS foi barbaramente espancado na companhia de Carlos Chagas enquanto Flávio Gil Reis era levado à sala de torturas. Carlos Tejera de Ré foi colocado no pau de arara, recebendo choques elétricos nos dedos das mãos, dos pés, língua, testículos e ânus. Também sofreu a aplicação da palmatória (com pedaços de pneus) e afogamentos.²¹⁶ Detalhando mais a violência que passara, Carlos Tejera narra no seu texto da coletânea Ditadura de Segurança Nacional, no volume dois “Repressão e resistência nos anos de chumbo”

[...] Quando você está pendurado no pau-de-arara, o saco escrotal fica quase sobre o ânus e as nádegas. Aí batem em você com palmatórias de pneus [pirelli] na bunda e, volta e meia, pega no saco, nos testículos. Qual é o instinto natural de um homem que apanha no saco? É levar a mão para se proteger, o que torna impossível por estar amarrado. É uma dor lancinante e doída. Sua cabeça completamente para baixo. Eles molham panos e espremem no nariz do torturado, provocando a sensação de afogamento. Passa um tempo assim e aí vem o pior de tudo que é o choque elétrico. Ainda naquela posição, amarram os fios elétricos no dedo mingo do pé e no polegar da mão, dando o primeiro choque. A pessoa sente o corpo inteiro estraçalhar. Parece que você roda no pau-de-arara. O primeiro choque que levei foi uma sensação tão absurda que as dores que eu estava sentindo simplesmente desapareceram e a dor do choque sobressaiu-se a todas as outras. É tão forte que, depois, quando eu estava na cela, após a tortura, verifiquei que tinha um buraco no meu joelho. Foi quando me dei conta de que eu mesmo tinha provocado este ferimento mordendo-o. Aí começava. Choque, choque, choque, ponto e aparelho, ponto e aparelho. Esta era a primeira informação. Enquanto ela não fosse dita, não se pedia outra. Ponto, aparelho, ponto, aparelho [...].²¹⁷

A família sabendo das prisões ia ao DOPS seguidamente para pedir informações, fato que impediu que Carlos e o irmão Cezar fossem mortos. De Ré foi levado ao 18º RI lá permanecendo em uma solitária por um mês e meio. Na volta para o Dops foi transferido para Alegrete. Quanto a sua estadia na ilha comentava que “ali encontrou diversos companheiros e aprendeu que era uma prisão clandestina, e as pessoas eram presas clandestinamente por

²¹⁶ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4407-1200/98-5, assunto: Indenizações, fls.65.

²¹⁷ TEJERA DE RÉ, Carlos Alberto. “Você sabe bem o que está fazendo, filho?” In: PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia M; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. – 3ª ed. – Porto Alegre: ALRGS, 2014. (v.2. Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”). p 180-181.

ordem de um delegado ou por um inspetor de polícia e a pena quem determinava eram eles mesmos.”²¹⁸

Carlos Alberto Telles Franck, natural de Pelotas, nascido em 26 de junho de 1940, militante do PCB, Frente Armada Revolucionária Popular (FARP) MR 26, esteve preso por três momentos distintos, de 2 a 15 de abril de 1964 (3º Regimento de Artilharia 75 a cavalo de Bagé) de 24 de dezembro de 1969 a 24 de novembro de 1970 (no mesmo local); por último, de 7 de dezembro de 1970 a 22 de junho de 1972 (DOPS e na Ilha do Presídio). A documentação da repressão existente no processo de indenização, em nível federal é a certidão do Superior Tribunal de Justiça, na seção de processo judiciário; cópia de documento da Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul – com o código de SECRETO – e documentos do Ministério da Justiça, Polícia Federal, Superintendência Regional do RS. Em nível estadual, registros do Sistema de Informações Policiais (SIP) da Polícia Civil, subordinada a Secretaria de Justiça e Segurança e ficha do DOPS. Segundo Carlos Franck em seu relato:

Em 1959, incorporei no exército em Bagé para serviço militar obrigatório, engajando já como cabo, ao completar meu tempo de serviço, permaneci no exército até o dia 2 de abril sendo preso e expulso do exército brasileiro, entregue à polícia política. Combinei minha vida militar a uma intensa atividade política no PCB. [...] Estive preso até o dia 15 de abril de 1964, quando fui expulso do Exército e entregue à Polícia regional (DOPS), para ser qualificado como agitador e subversivo. Fui levado para o Presídio Municipal. Quando finalmente posto em liberdade, recebi um certificado de isenção do serviço militar com a observação: “Expulso do Exército”.²¹⁹

Carlos Franck foi preso nas duas fases de repressão, apresentando militância tanto nos grupos que apoiavam a resistência nacionalista, própria desse período, mas também em grupos que se colocaram a realizar a luta armada. Ou seja, Franck presos, daqueles que tentaram organizar resistência na tentativa de contragolpe, vinculados a Brizola. De 1964 a 1969 viveu clandestinamente, atuando no PCB e MR 26. Em 1969 foi novamente em Bagé, sendo levado no ano seguinte para o DOPS, onde ficou até julho de 1970. Depois disso e acabou transferido à Ilha, como descreve:

²¹⁸ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4407-1200/98-5, assunto: Indenizações, fls.7.

²¹⁹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3566-1200/98-4, assunto: Indenizações, fls. 20-21.

[...] Passado um tempo me levaram para a Ilha das Pedras, no rio Guaíba. Lá torturavam presos comuns, o que perturbava a todos. Negavam nossos pedidos de assistência médica e dentária especializada, embora atendessem em distintas ocasiões médicos do UGAPOCI. Nos preocupava um “caso de emergência”, pois os presos que ali estavam carregavam todas as marcas da tortura, suas sequelas imediatas: angústia, nervosismos, inclinação ao suicídio, traumas de todo o tipo; o tempo que levaria para trazer um médico à ilha, a lancha demorava muito em fazer a travessia. A qualquer pretexto nos encerravam nas celas, com novas ameaças, torturas psicológicas. Nunca nos foi permitido chegar-nos rádios ou jornais, qualquer meio que permitisse um vínculo com o que acontecia lá fora; cortavam-nos qualquer vínculo, por menor que fosse com a realidade do país! Não nos permitiam livros, senão aqueles passados por uma extrema censura. A cada vez que os agentes do DOPS vinham buscar ou trazer um prisioneiro, cresciam-nos preocupações, levando a muitos a uma grande aflição, esperando outra vez serem levados para a tortura. [...] Na ilha, uma policial fazia quase um exame ginecológico em algumas de nossas companheiras, quando elas faziam visita à ilha, para ver se traziam alguma coisa escondida na vagina ou no ânus. [...] ²²⁰

Carlos Roberto Barbosa de Souza, natural de Tapes, nascido em 18 de outubro de 1947, militante da VAR-Palmares, esteve preso de março a agosto de 1970 na Ilha do Presídio e de julho a agosto de 1971 no DOPS. A documentação repressiva existente no processo de indenização, no plano federal, consistiu na certidão nº 143 da Justiça Militar (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar). Nesse documento destaca mais informações sobre a organização da resistência da qual participava, bem como da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Participou da célula da VAR-Palmares em Tapes, em que estavam mais sete companheiros. Havia também uma célula na zona rural da cidade, onde se realizavam treinamentos de tiro em acampamentos às margens da Lagoa dos Patos. O principal objetivo da célula era articular um corredor de fuga para o Uruguai, ajudando militantes que precisariam sair do país.

No quinto mês do ano de 1970, quando já havíamos criado um aparelho em Camaquã, fui surpreendido pela prisão de alguns companheiros. Tentaram prender-me neste mesmo dia, mas consegui evadir-me até as coisas acalmarem. Passaram-se mais ou menos 48 horas, Pedro Seelig, então delegado do DOPS, e fantasiado de capitão do Exército, entrou no meu quarto com uma metralhadora a tiracolo perguntando se eu era o Rodrigo,

²²⁰ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3566-1200/98-4, assunto: Indenizações, fls. 22-23.

diante da minha negativa meu pai aproximou-se e disse: filho, se tiveres coisa fale, pois Claudio e os outros estão presos. Diante então da minha afirmativa Seelig deu-me ordem de prisão e conduziu-me a delegacia de Tapes, logo após ao DOPS de Porto Alegre, onde permaneci eu e meus companheiros incommunicáveis, recebendo maus tratos e levando choques elétricos, alguns até no pau de arara por mais ou menos 15 dias. Após 30 dias no DOPS, fomos transferidos para a Ilha do Presídio, onde já havia companheiros que tinham sido transferidos do Presídio Central. Fiquei na ilha até o começo de agosto, quando fui solto com mais alguns companheiros.²²¹

Claoni Boeira Garcia, natural de Tapes, nascido em 14 de setembro de 1948, militante da VAR-Palmares, preso de 8 de maio a 2 de outubro de 1970 no DOPS e na Ilha do Presídio. O único documento da repressão no processo foi expedido pela Justiça Militar Federal, um alvará de soltura pela 1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária. Em seu processo indenizatório foi exigida audiência de testemunhos que relatavam situações que o requerente sofrera no intuito de corroborar a violência recebida.

Da mesma forma que o preso anterior era integrante da célula da VAR-Palmares, em Tapes. Nildes Inácio de Souza, pai de Carlos Roberto, vizinho de Claoni, ao prestar depoimento na audiência solicitada pelo relator do processo, relatou que:

[...] conhece Claoni desde criança como vizinhos em Tapes. Sabia que ele era simpatizante da VAR-Palmares, e assistiu a prisão em Tapes de Claoni nos primeiros dias de maio de 1970 juntamente com o seu filho, Carlos Roberto de Souza e outros que foram levados para o DOPS onde ficaram cerca de um mês após serem transferidos para a Ilha do Presídio onde ficaram juntos até outubro do mesmo ano. Que o depoente visitando o seu filho diversas vezes na Ilha também visitava Claoni. Que tanto seu filho como Claoni queixavam-se das torturas físicas e psicológicas sofridas no DOPS, que se constituíam de queimaduras e choques elétricos nos órgãos genitais, agressões físicas diversas e mal tratamento psicológico. Que tanto o seu filho como Claoni ainda hoje sofrem de traumatismos psicológicos como sequelas dos sofrimentos das torturas impingidas, incluindo mania de perseguição e temores de serem presos. Que após a liberdade de ambos estes passaram a sofrer restrições na própria sociedade com dificuldade de emprego e convivência.²²²

²²¹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5576-1200/98-0, assunto: Indenizações, fls. 4.

²²² APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6965-1200/98-6, assunto: Indenizações, fls.15.

Dario Viana dos Reis, natural de Santo Antônio da Patrulha, nascido em 19 de abril de 1923, foi militante do PCdoB e MR-8, preso em abril de 1964, no DOPS, Presídio Central e em Juíz de Fora/MG; numa outra vez esteve preso de abril de 1970 a abril de 1974 na Ilha do Presídio. No seu processo de indenização não consta nenhum documento repressivo que tenha sido utilizado em seu requerimento indenizatório. Seus elementos probatórios giram em torno dos testemunhos de ex-companheiros e da mídia local da época de sua atividade política contra a ditadura. Talvez esteja aí o fato citado no processo do APERS sobre sua presença na Ilha até 1974, já que o presídio funcionou até 1973. Acreditamos que os “ruídos” da memória tenham gerado a imprecisão.

Sendo militar contrário ao golpe de Estado de 1964, Dario em 3 de abril foi preso junto de outros militares na cidade do Rio de Janeiro, ficando por 49 dias em regime incomunicável no navio Dona Leopoldina, na baía da Guanabara. Também esteve preso em Juíz de Fora/MG depois de participar da Guerrilha de Caparaó. Com isso, percebe-se que o tenente Dario se caracteriza como militante/preso das duas fases de resistência considerados na pesquisa. É de observar também que se configura num dos militares nacionalistas que foram para a luta armada. Em 1970, Dario participou de três ações armadas contra bancos (consideradas “expropriações” para os militantes e “assaltos” para a imprensa e repressão) na região metropolitana de Porto Alegre. A primeira foi em Cachoeirinha, depois no bairro Tristeza (Porto Alegre) e o terceiro em Viamão. Tornou-se colaborador da VAR-Palmares, tendo cedido seu sítio de Viamão para uso da organização. No *Correio do Povo* de 8 de abril de 1970 consta a notícia das confissões dos presos envolvidos na tentativa de sequestro do cônsul estadunidense Curtis Carly Cutter dias antes

[...] Todas as prisões ocorreram após a tentativa de sequestro e os detidos confessaram sua participação nos movimentos terroristas. Dario, por exemplo, foi preso em Caxias do Sul, trancado à chave num apartamento, que tinha todas as características para receber uma pessoa sequestrada. Há um elemento fortemente suspeito de ter participado na tentativa contra o cônsul e que foi quem locou o apartamento em Caxias. Dario contou ter sido levado à noite para Caxias do Sul, com os olhos vendados, a fim de que nem ele mesmo soubesse onde estava. Quem levou foi o grupo que tentou sequestrar o cônsul. O local onde estava Dario foi indicado por Paulo Roberto Telles Franck, que acompanhou a Polícia no local. Dario, apesar de possuir dois revólveres, não reagiu à prisão, considerando quem sabe, o número de policiais que invadiram o apartamento arrombando a porta. Junto com Dario foi preso outro elemento não podendo ser revelado a identidade.

Sob sua cama havia 3.000 cruzeiros novos em notas de 10. O preso afirma ter recebido do advogado Carlos Franklin Araújo.²²³

Djalma Alves de Oliveira, natural de Porto Alegre, nascido em 27 de janeiro de 1927, militante do PCB, esteve preso três vezes: de 23 de março a 30 de maio de 1965, em Pernambuco; de 6 de julho de 1970 a 19 de maio de 1972, no DOPS e Ilha do Presídio; e ainda de 10 de maio a 30 de junho de 1975 no DOPS. A documentação repressiva existente no processo trata-se da certidão 1001/97 CM da Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária) e em nível estadual ficha de identificação da Polícia Civil, subordinada a Secretaria de Segurança Pública do RS.

Teve atuação em 1963 quando participava do comando de greve dos rodoviários no Rio Grande do Sul. Após o golpe de 1964, foi preso quando militava em Pernambuco. Faz parte do conjunto de presos que tiveram participação nas duas fases de resistência, constando nesse item devido ao rol de presos que estiveram na Ilha em 1970. No entanto passara por outras prisões anteriores como se vê na descrição do relator do processo:

Em 1965, na Polícia do Exército, instruída por Dan Mitrione e assistida pela secretaria de Segurança sofreu fratura na mão, cotovelo e na bacia pélvica. Após às torturas teve as pernas imobilizadas, sendo colocado no alojamento de soldados, onde foi precariamente tratado. Estavam na época presos: Jorge Fischer Nunes e Aimoré Zoch Cavalheiro. Neste local sofreu tudo que é tipo de tortura. Estes fatos foram publicados em maio ou junho de 1965, pela ocasião desta prisão, sua esposa estava grávida sem recursos, ficou apavorada, entrou em pânico e teve problemas de parto de risco. Quatro dias depois sua esposa teve a filha, nascendo com disritmia cerebral e outros problemas. Durante suas prisões foi submetido a maus tratos e torturas de diferentes formas (agressões com socos e pontapés, “pau-de-arara”, choques elétricos na cavidade oral e no pênis, pressões psicológicas, ameaças de morte). [...] Nas prisões teve a honra de conhecer Carlos Borges, Luis Fernando Montenegro, Fábio Marengo, Diógenes Sobrosa de Souza. Na Ilha do Presídio: Carlos Alberto Telles Franck, Raul Pont, Dario Viana dos Reis, Rui Falcão, e muitos outros [...].²²⁴

Edelson Palmeira de Castro, natural de Santa Maria, nascido em 25 de maio de 1946, militante do PCB e MR-26, esteve preso por três vezes, sendo estas: de outubro de 1966 a novembro de 1967 no DOPS e na Companhia de Guarda do 6º Batalhão Especial do

²²³ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4147-1200/98-8, assunto: Indenizações, fls.60.

²²⁴ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3272-1200/98-0, assunto: Indenizações, fls.20.

Exército; de setembro a novembro de 1969 no DOPS e no Quartel do Exército, no bairro Serraria; e na última, de maio de 1970 a abril de 1971, no DOPS e na Ilha do Presídio. Militou no PCB e MR-26. Da documentação repressiva existente no processo indenizatório constava, na esfera federal, a certidão nº 4292/98 emitida pela Justiça Militar (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar). Já no plano estadual a ficha do DOPS, com fotos e digitais e os registros da Polícia Civil, subordinada a Secretaria da Justiça e Segurança.

Na primeira vez em que foi preso, durante os interrogatórios, buscavam que admitisse conhecer o ex sargento Manoel Raymundo Soares e que admitisse ser responsável por sua morte, de acordo com o relato dado à CEI/RS. Foi transferido à Ilha sob a companhia dos irmãos Franck, Bona Garcia, Miguel KGB, Jorge Fischer, Vanolli Carvalho, Félix da Rosa Neto, irmãos João e Afrânio entre outros. Acusado de ter envolvimento no sequestro do cônsul estadunidense, negou o mesmo. Sendo assim, foi o pretexto da sua prisão na Ilha.

No início de janeiro de 1971 fui levado da Ilha onde estava preso para o DOPS, e perguntaram-me que se o meu nome constasse em uma lista de presos políticos para ser trocado por um diplomata se eu aceitaria ou não, não aceitei, porque até aquela data eu não tinha nada que me comprometesse, contava mesmo ser posto em liberdade a qualquer momento, como de fato ocorreu, em abril de 1971. Por não ter aceito ser trocado pelo diplomata um delegado me disse que tinha que prestar um declaração na TV e jornais no Rio de Janeiro, disse-lhe qualquer tipo de declaração, mas ele disse que eu seria obrigado a chegar no aeroporto, eu e outros companheiros fomos levados em viaturas até o quartel, quando chegamos retiraram os companheiros e me deixaram dentro da viatura quando a temperatura exterior deveria ultrapassar os quarenta graus, imagine-se quanto chegaria dentro do camburão; mais que tortura. [...] Do camburão fui levado para um xadrez junto com outros companheiros e em seguida à presença de um oficial, que começou a convencer-nos quanto ao que deveríamos relatar aos jornalistas: que havíamos sido induzidos à subversão, por falsos amigos que não poderíamos mais sair pelo risco de sermos mortos. Não aceitei fazer tal declaração, pois nada daquilo era verdade, mais, nada tinha que ver minha negativa em sair do sequestro, com os planos mirabolantes dos militares. Indignou-se o oficial, fazendo-me ameaças, mas continuei afirmando que não faria tais declarações sob nenhuma hipótese, fatos este que ocasionaram ainda mais represálias contra mim [...].²²⁵

Ernani Conter, natural de São Jerônimo, nascido em 4 de junho de 1948, militou na VAR-Palmares estando preso por duas vezes: a primeira de maio a agosto de 1970, na Ilha do

²²⁵ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6426-1200/98-0, assunto: Indenizações, fls. 16-17.

Presídio e segunda, de julho a agosto de 1971, no DOPS. A documentação repressiva existente no processo de indenização reside na certidão nº 4517/98 emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar) e uma cópia da acusação realizada pela Procuradoria da Justiça Militar, na data de 9 de dezembro de 1970. Junto dessa acusação, há um relatório de outros militantes e organizações atuantes da época no Rio Grande do Sul. Em nível estadual consta a ficha do DOPS, com fotos e digitais e o registro da Polícia Civil sobre os inqueritos do DOPS.

Conter fazia parte da já citada célula de Tapes da VAR-Palmares. No relato encaminhado a CEI/RS comenta que entrou na organização devido ao descontentamento com os rumos políticos do país na época. Acabou conhecendo pessoas que dividiam essas questões debatendo ideologia, política e ditadura. Depois de muitos encontros e reuniões clandestinas partira para a ação sendo

[...] designado como motorista uma vez que era habilitado e tinha uma Pick Up na ocasião. Durante algumas vezes coloquei panfletos nas portas das casas para não se submeter ao sistema militar. Para isso sempre escolhíamos datas comemorativas, pretendendo tornar o ato mais forte. O grupo de Tapes era de sete elementos: Alcir, Renato, Clóvis, Claudio, Claoni, Carlos Roberto e eu. O contato com outros grupos era feito pelo líder, sendo que o Claudio era o cabeça da turma. No mês de maio de 1970 já viera a tona o nosso movimento e um dos nossos colegas foi preso e torturado, dando nomes dos outros companheiros. Às cinco horas da madrugada de um dia de maio, com uma rajada de metralhadora a porta do meu quarto foi aberta num empurrão e a figura de um militar, Pedro Seelig apareceu em minha frente, onde fiquei incomunicável, sendo interrogado, recebendo choques elétricos, pancadas e o pior, tortura psicológica. Após trinta dias fui transferido para a Ilha do Presídio, no rio Guaíba, onde encontrei outros companheiros. Minha família nunca me visitou, fui rejeitado, comecei a ser visto como a ovelha negra da família. Quando alguém se aproximava da nossa cela eu ia me encolhendo, pelo reflexo condicionado de meu cérebro pelo medo da tortura. Desenvolvi gagueira que se estendeu por mais de quinze anos. Por noventa dias fiquei preso e em agosto daquele ano soltaram-me no centro de Porto Alegre, onde sem dinheiro, busquei voltar para Tapes. Retornando, sem emprego, desencorajado até mesmo a mudar de cidade comecei a enfrentar um drama ainda maior. As pessoas me olhavam de soslaio, cruzando à noite, às vezes, alguém gritava: – Subversivo! Fato este que se estendeu por mais três anos, quando já casado, ainda acontecia, refletindo sobre minha mulher. [...]²²⁶

²²⁶ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6638-1200/98-4, assunto: Indenizações, fls. 38.

Félix Silveira da Rosa Neto, natural de Rio Grande, nascido em 10 de dezembro de 1942, foi comandante da VPR no Rio Grande do Sul, preso em diferentes períodos: de 12 de abril a agosto de 1970, no DOPS e Ilha do Presídio; de agosto de 1970 a maio de 1971 em quartéis do Exército e de maio de 1971 a 23 de novembro de 1977, no Presídio Central e na Penitenciária Estadual do Jacuí, em São Jerônimo. A documentação repressiva existente no processo indenizatório consiste na certidão emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar) e em âmbito estadual ficha do DOPS com fotos e digitais como também o registro de controle e cadastramento da Penitenciária Estadual do Jacuí.

Por ser uma peça importante na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) no estado, Félix foi muito perseguido, e com isso tentou o suicídio para impedir a entrega de companheiros. Sofreu com as torturas no DOPS, onde foi submetido:

[...] a choques elétricos na cabeça pelo tenente “Pablo”, mais tarde identificado como o capitão do Exército Paulo Malhães e pelo agente “Cabral”, que se auto identificavam como integrantes do CIE, mas atuavam, no caso, em dependências do DOPS, numa saleta alcunhada de “Fossa” no Palácio da Polícia do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Tais problemas físico-psíquicos foram acrescidos por espancamentos (pontapés na cabeça e região genital, além de socos na região abdominal) produzidos por Átila Rohrsetzer, que, embora usando farda de major do Exército Brasileiro, estava lotado na Secretaria de Segurança Pública do RS. Produziu as sevícias descritas na Ilha do Presídio, durante uma madrugada de junho de 1970, escoltado pelo Grupo de Operações Especiais (GOE) da Polícia. [...] ²²⁷

Fernando Damata Pimentel, natural de Belo Horizonte/MG, nascido em 31 de março de 1951, pertenceu a VAR-Palmares e VPR. Esteve preso de abril a agosto de 1970, no DOPS e Ilha do Presídio; de agosto de 1970 a março de 1971, no Quartel de Reconhecimento Mecânico e de março a julho de 1971, no Presídio Central. A documentação repressiva existente em seu processo indenizatório é constituída por uma cópia da acusação realizada pela Procuradoria da Justiça Militar (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar) em 13 de março de 1971. Já no plano estadual há uma ficha do DOPS com fotos e digitais.

Pimentel veio para Porto Alegre em 1969, tendo participado no ano seguinte da ação armada de sequestro do cônsul estadunidense. No episódio, o diplomata foi atingido no ombro

²²⁷ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5817-1200/98-7, assunto: Indenizações, fls. 2.

por um disparo de arma de fogo e Fernando acabou atropelado pelo veículo dirigido pelo cônsul, sofrendo ferimentos na perna direita. Acabou sendo preso dias depois quando ocorreu a invasão da casa de Félix da Rosa Neto, companheiro da VPR. Acabou sendo levado ao DOPS passando por torturas comandadas por Pedro Seelig e Nilo Havelha. Nos dias seguintes passou por interrogatórios e sessões de tortura aplicadas pelos oficiais do Centro de Informações do Exército (CIE), Paulo Malhões e Tenente Cabral. Duas semanas depois veio a ser interrogado pelo major Átila Rohrsetzer, sofrendo torturas com choques elétricos e espancamentos.²²⁸ Sua ligação com Félix, comandante da VPR no RS, verificou-se na prisão

Ao longo do mês de abril de 1970, pude testemunhar inúmeras cenas de tortura nas dependências do DOPS de Porto Alegre, vitimando praticamente todos os presos políticos que ali se encontravam. Vi o companheiro Félix Silveira Rosa Neto, na manhã do dia 13 de abril de 1970, logo após sua tentativa de suicídio, deitado numa maca e ainda ensanguentado, cercado por policiais, que pareciam ainda o estar interrogando. Revoltado com a cena, lutei com os agentes que me escoltavam – eu estava sendo conduzido de uma cela para outra – e consegui me aproximar do companheiro. O alcunhado “Capitão Malhões” permitiu nesse instante que eu trocasse algumas palavras com Félix quando este me narrou rapidamente o ocorrido e instou para que eu me acalmasse. Não tive dúvidas então que a tentativa extrema daquele companheiro havia sido motivada pelas torturas a que fora submetido no dia anterior. Durante todo o tempo em que estive nas celas do DOPS sofri (assim como todos os demais presos) ameaças e constrangimentos de toda ordem, com pressões psicológicas constantes, constituindo este período um verdadeiro pesadelo. Até o mês e agosto de 1970 alternei permanências no DOPS com períodos na Ilha do Presídio do rio Guaíba, também sob administração da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. [...] ²²⁹

Hélio Minuto, natural de Rio Grande, nascido em 12 de outubro de 1935, militou no PCdoB e MR-26. Esteve confinado por três vezes: em fins de 1968 no DOPS; de agosto a outubro de 1969, de novo no DOPS, na Polícia do Exército e no Quartel de Regimento Mecânico; por fim, de abril a agosto de 1970, passando pelo DOPS e pelas Penitenciária Estadual do Jacuí e Ilha do Presídio. Os documentos repressivos no seu processo indenizatório residem na certidão 285/98 emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar); na esfera estadual, a ficha do DOPS (com fotos e digitais) e o registro da Polícia Civil no sistema integrado da Secretaria de Justiça e Segurança.

²²⁸ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5493-1200/98-8, assunto: Indenizações, fls. 5-6.

²²⁹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5493-1200/98-8, assunto: Indenizações, fls. 6.

No processo de Minuto há poucas menções de sua estada na Ilha do Presídio além do período que por lá ficou, sendo mais verificável informações sobre a militância e prisão. Foi um da lista de 15 presos noticiada na *Folha da Tarde* de 14 de abril de 1970 que o DOPS conseguira deter envolvidos com o sequestro do cônsul estadunidense. Sofreu com a repressão, como se vê na descrição do relator do processo.

Na primeira prisão sofreu tortura psicológica e ameaças. Na segunda prisão passou meses em solitária sendo que as aberturas foram vedadas impedindo o acesso visual ao exterior. Muita pressão psicológica, ameaças, maus tratos e seguidamente o deixavam sem comer. Em abril de 1970 quando foi preso, foi levado ao DOPS por indivíduos truculentos. No corredor que dava entrada às dependências do DOPS, sofreu violento espancamento, socos, bofetadas, telefone, pontapés, acompanhados de palavras de baixo calão. Sofreu choques, teve desmaios, sua baba vinha misturada com sangue, presenciou os gritos e lamentações de companheiros vendados e deitados no chão. Ao lado da cela em que estava no Presídio Central suicidou-se o companheiro Ângelo em consequência da pressão e da tortura sofrida no DOPS. De lá saiu o companheiro Paco que teve de ser hospitalizado em consequência de perचेvejos. Quando Hélio foi solto, tomou conhecimento de que sua família havia sido despejada do apartamento por falta de pagamento. Que a esposa para poder manter as filhas havia acumulado uma grande dívida. As sequelas físicas decorrentes das sevícias e maus tratos são permanentes, problemas na coluna, pressão alta, dores de cabeça, palpitações, gastrites etc. As psicológicas às vezes parecem ter desaparecidos e voltam novamente. São elas: angústia, pesadelos, constante temor de voltar a ser preso, perda de memória, insônia etc. [...].²³⁰

Inácio da Silva Mafra, natural de Brusque/SC, nascido em 25 de setembro de 1947, militou na VAR-Palmares. Esteve recluso em três momentos: de abril a outubro de 1970, no DOPS e Ilha do Presídio; de outubro de 1970 a abril de 1971, no 2º Regimento de Reconhecimento Mecânico, e de abril a outubro de 1971, novamente na Ilha do Presídio. A documentação repressiva inserida em seu processo indenizatório consiste na certidão emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar) e mais outro da Secretaria de Inteligência da Casa Militar, subordinada a Presidência da República (ex SNI). No âmbito estadual, a ficha do DOPS (fotos e digitais) e registro da Polícia Civil.

Mafra era estudante de Filosofia em Curitiba/PR quando participou do Congresso da UNE em Ibuína, em 12 de outubro de 1968. O congresso clandestino foi impedido de

²³⁰ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1605-1200/98-4, assunto: Indenizações, fls. 33

acontecer pela repressão, e pela prisão massiva dos participantes. Em 1969 veio para Porto Alegre estudar Filosofia na UFRGS. Assim conheceu a militância, indo participar da VAR-Palmares em Caxias do Sul nos anos 1969 e 1970; depois, voltou a Porto Alegre. Na certidão da ABIN constam os seguintes registros:

[...] em 68, tomou parte na passeata montada por estudantes em Curitiba/PR, para a tomada e ocupação da Reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Em 69, estava cursando o 3º ano da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), transferido de Curitiba/PR. Em abril de 70, foi preso pelo DOPS/RS, por envolvimento em atos de terrorismo e subversão, sendo recolhido à Ilha do Presídio/RS. Em novembro do mesmo ano, encontrava-se recolhido no 2º Regimento de Reconhecimento Mecânico e, outubro de 71, foi liberado pelo DOPS/RS. Ainda em 70, foi indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado por determinação do Comandante do III Exército para apurar as atividades da organização subversiva denominada Vanguarda Armada revolucionária – Palmares (VAR-Palmares). No relatório do IPM, datado de 20 de agosto de 70, foram registrados os seguintes dados sobre Inácio Mafra: foi membro do Territorial de Caxias do Sul/RS, onde participou de reuniões de caráter subversivo; e tentou subverter a ordem e a estrutura policial-social vigente no Brasil, com a finalidade de estabelecer o socialismo no País. Está incurso nos Arts. 23, 39 e 42, todos do Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969 (Lei de Segurança Nacional – LSN). Dado a gravidade dos fatos apurados, o encarregado do IPM solicitou e foram concedidas as prisões preventivas de Mafra e outros indiciados. [...] ²³¹

Inácio é lembrado em livros de memórias de presos e militantes da época, como “O riso dos torturados” de Fischer, “Tempo de cárcere” de Martins, “Jantar dos inocentes” de Alves de Mello e “O expurgado” de Bonotto. Também há registro dele em “Guerra é guerra, dizia o torturador” de Vargas, quando este narra a punição que levou à retirada e proibição da leituras na Ilha

[...] A poda foi grande. Foi apreendido no DOPS tudo o que eles consideravam textos “subversivos”, Marx, Engels, Lênin, autores “contrabandeados para a cadeia através dos meios mais complicados e artificiosos. Havia um outro critério para a seleção das obras que ficariam presas no DOPS: livros de bons autores, encadernados de preferência. Ficaram com o meu Max Weber, novinho. *A Paideia*, de Werner Jaeger, um livro caro de mais de mil páginas, não voltou. Mas o pior veio a seguir, o castigo: Inácio Mafra um dos mais firmes militantes de esquerda, preso conosco, cujo tempo dedicava exclusivamente a ler e escrever, foi

²³¹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1572-1200/98-0, assunto: Indenizações, fls. 19.

transferido em seguida para o Regimento do Exército, na Serraria, onde ficou quase um ano isolado numa cela. – Ninguém lê e escreve numa ditadura impunemente – a não ser que seja a favor do governo, óbvio. De família pobre, ex seminarista, estudante de Filosofia, muito claro, pálido, Inácio pegou algumas roupas velhas e foi levado pelo guarda para embarcar na lancha. Quem o visse de pé, ao lado das pedras, teria a impressão de estar vendo um anjo de Ouro Preto de cabelos encaracolados – mas um anjo seguro de suas convicções. Quase enlouqueceu numa cela no quartel da Serraria. Às 7 horas tiravam a cama e só recolocavam à noite. Durante o dia, com cela completamente vazia, sem livro, sem rádio, sem nada, caminhava de um lado para outro. Ficava horas fazendo exercícios de matemática no chão, onde escrevia com palito de fósforos. Fazia isso para não enlouquecer. [...] ²³²

Índio Vargas ²³³, natural de São Sepé, nascido em 1º de janeiro de 1938, pertenceu ao PTB e ao M3G (Marx, Mao, Marighella e Guevara). Esteve preso de 8 de abril de 1970 a 6 de abril de 1971, no DOPS e na Ilha do Presídio. A documentação repressiva existente em seu processo indenizatório consiste na certidão nº 346/98 da Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar) e uma declaração do Hospital Militar de Porto Alegre sobre a confirmação de estada do requerente no local durante sua prisão na ditadura.

Em trecho de “Guerra é guerra, dizia o torturador” Índio Vargas relata sua transferência dos presos políticos à Ilha do Presídio

Certa manhã, no mês de maio de 1970, abriram as celas e mandaram que entrássemos em fila [...]. Transferência de prisão, era óbvio. Mas para onde vamos? Interroguei-me. Logo ficamos sabendo que iríamos para a Ilha do Presídio. Percebia-se uma certa apreensão marcando o rosto dos companheiros, pois as notícias que tínhamos daquela prisão transmitidas por presos comuns através das grades, eram as mais sombrias possíveis: um verdadeiro campo de concentração. [...] ²³⁴

Alguns trechos dos livros de Índio Vargas estão mencionados na dissertação dada a importância das memórias narradas sobre a repressão e resistência em sua trajetória militante, bem como de muitos outros companheiros; são fragmentos de um relato que nos possibilita imaginar historicamente situações cotidianas das experiências vividas no período. Muitas dessas lembranças remetem à Ilha do Presídio; no entanto, outras passagens são relevantes

²³² VARGAS, Índio. Guerra é guerra, dizia o torturador. – Rio de Janeiro: Codecri, 1981. p. 166-167.

²³³ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2422-1200/98-0, assunto: Indenizações.

²³⁴ Idem.p. 84.

também. Por ocasião de sua prisão e de quando esperava o interrogatório no DOPS, depois de ouvir gritos e de demorado aguardo, se deparou com agentes graduados da repressão que iniciaram a sessão de perguntas e violência descobrindo quem era o preso. Após minutos insistindo em conseguir respostas, os dois homens cansados, usaram a “maricota” para sevir Vargas, quando este resolve falar e mostrar que sabia algo para aliviar os maus tratos

[...] – Então não sabes o que é VPR? – perguntou o homem de voz chiada, em tom sarcástico. – Eu sei que é a VPR, Vanguarda Popular Revolucionária, um grupo que se desmembrou da VAR-Palmares e cujo principal dirigente é o Capitão Carlos Lamarca – respondi dando detalhes para que minha resposta se tornasse verossímil. – O moço sabe muito... – disse reticente o carioca de voz chiada, que mais tarde soube chamar-se Capitão Malhães. Houve um silêncio. Os dois homens se olharam significativamente, e o nordestino, cujo nome nunca fiquei sabendo, olhou-me como quem diz: este filho-da-puta vai falar. Senti que tinha falado demais e principalmente não deveria ter mencionado o nome de Lamarca, que não conhecia pessoalmente, mas sabia ter ficado com a VPR durante o famoso “racha”. Os dois homens se olharam de novo e pareceu-me que de seus olhos saíam chispas. Um deles falou em tom áspero e forte, com o que concordou: – Agora ele vai abrir tudo. Estremeci e disse que não sabia muito sobre a VPR, e desconhecia os nomes de seus integrantes e os locais dos aparelhos. Mandaram-me calar a boca. – Isso é uma guerra – disse o nordestino num tom reflexivo, já mais calmo. – É uma guerra, e GUERRA É GUERRA – falou Malhães, como se estivesse absorvido em reflexões sobre a sua condição de homem do DOI-CODI, que desceram para Porto Alegre logo depois da tentativa de sequestro do cônsul americano. [...] ²³⁵

Irgeu João Menegon, natural de Veranópolis, nascido em 9 de novembro de 1945, militou na VPR. Esteve detido no período de 13 de abril a 10 de junho de 1970, na Ilha do Presídio e de 10 de junho de 1970 a 12 de maio de 1971, no Quartel de Regimento Mecânico; na última vez registrada, de 12 de maio de 1971 a 10 de maio de 1972, esteve na condição de regime semiaberto no Quartel Rec Mec. O documento repressivo inserido no processo indenizatório reside na certidão nº 299/MI, emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar).

Participando da operação de sequestro do cônsul estadunidense pela VPR, disse ao jornal *Zero Hora* de 25 de abril de 1995 que “as torturas com choques elétricos o fez tentar suicídio por três vezes”. ²³⁶ Continua na mesma notícia que

²³⁵ Idem. p 64.

²³⁶ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4083-1200/98-6, assunto: Indenizações. fls. 6.

[...] De tão convicto, Menegon cedeu seu fusca ano 69 para ações da VPR. Usando o codinome Zé, ele atuou no assalto ao carro-pagador da Ultragás, em Canoas, e no malogrado sequestro do cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre, a 5 de abril de 1970. Menegon foi preso pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) 13 dias depois, com mais companheiros veperristas. [...] Na primeira [tentativa de suicídio] quis se atirar do segundo andar do prédio do DOPS. Depois, bateu com a cabeça contra um botijão de gás. E na terceira, como narra João Carlos Bona Garcia, parceiro de cela de Irgeu. – Daí a pouco, o Irgeu me olhou e disse: Bona, eu quero ir embora, amanhã é segunda-feira e eu tenho que trabalhar. Disse com tanta naturalidade que comecei a rir da situação. O Irgeu continuou sério, desceu do beliche foi para o banheiro. Pouco depois, voltou meio chorando, meio grunhindo. Quando os soluços se tornaram mais fortes, fui ver. Ele estava arrancando a artéria do braço com os dentes, dilacerando a carne, sangrava muito.²³⁷

Menegon afirmou ter passado por uma simulação de fuzilamento feita pelo major Átila Rohrsetzer que buscava saber sobre um roubo de armas da casa de um coronel. As torturas, em especial esta, o deixara perturbado, fora de controle, por anos, com sonhos ruins que o perseguiram. Relata ainda que após 15 dias no DOPS foi levado ao Presídio Central, permanecendo lá por mais de 150 dias, sendo transferido à Ilha do Presídio e ficando nela três meses.

João Batista Costa, natural de Osório, nascido em 19 de outubro de 1944, militou na VAR-Palmares em 1969 e 1970, depois na VPR em 1971. Esteve preso de 11 de abril de 1970 a 9 de outubro de 1971, no DOPS e na Ilha. Depois da prisão voltou a atuar na luta armada, sendo processado, embora não mais recluso. A documentação repressiva em seu processo indenizatório consiste na certidão da Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar), certidão da Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar, subordinada a Presidência da República (ex SNI). Na esfera estadual, consta o registro no sistema de informações da Polícia Civil, a ficha do DOPS e um prontuário de atendimento médico do Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre.

Costa era soldado da Brigada Militar e, por vezes motorista, como evidenciam registros da Subsecretaria de Inteligência afirmando que “cooperou com a VAR-Palmares adquirindo armas para a organização”, obtendo formulários e guias para aquisição de armas da delegacia de Polícia de General Câmara/RS. Também “deu fardamentos da Brigada Militar do Estado

²³⁷ Idem.

do Rio Grande do Sul para a organização, um dos quais foi utilizado na expropriação do Banco do Brasil de Viamão/RS”.²³⁸

Menciona ter sido preso na Ilha, mas nada cita do que passou lá. Em sua trajetória acabou enquadrado na Lei de SN (Decreto-Lei nº 898/69), seu IPM foi para o III Exército, como se vê a seguir

[...] Conforme relação elaborada pelo Comando do III Exército, figura como tendo sido preso no dia 11 de abril de 1970, recolhido à Ilha do Presídio no Estado do Rio Grande do Sul, por determinação do encarregado do IPM a que respondia por estar envolvido em atos de terrorismo e subversão. Em 9 de outubro de 1971, foi liberado pelo DOPS. [...] Em 71, foi citado em um trabalho elaborado pela 2ª Seção do III Exército, que relatava as atividades da VAR-Palmares no Rio Grande do Sul, nos seguintes termos: codinome “Celso” [...] juntamente com seu irmão adquiriu em Arambaré/RS doze revólveres que foram entregues a VAR-Palmares; foi expulso da Brigada Militar; e atuou na organização nos anos 1969 e 1970. Ainda em 71, integrou a relação de elementos pertencentes a organização subversiva VPR. [...] ²³⁹

João Batista Lopes, natural de Entre Ijuís, nascido em 6 de abril de 1937, pertenceu a VAR-Palmares. Esteve detido de junho a agosto de 1970 no DOPS, e de agosto de 1970 a 14 de dezembro de 1971 na Ilha do Presídio. Os documentos repressivos inseridos no processo indenizatório são: certidão nº 1472/2000, emitida pela Justiça Militar Federal, cópia de decisão do Conselho Permanente da Justiça do Exército, e no plano estadual, ficha do DOPS e os registros da Polícia Civil.

Lopes comenta em seu relato que o interesse por política começara quando acompanhou o movimento da Legalidade, não atuando, pois morava no interior, em Santo Ângelo. Em 1965 foi morar em Porto Alegre, quando começou a envolver-se na resistência. Com esse espírito de combater a ditadura se filiou a VAR-Palmares, militando nela clandestinamente: “fazia os trabalhos de base e participava das panfletagens, a ligação entre o comando regional e as bases, assistindo os que estavam na clandestinidade, com dinheiro e contatos”²⁴⁰. Foi assumindo maiores responsabilidades na organização, quando

²³⁸ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1250-1200/98-7, assunto: Indenizações fls. 26.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2840-1200/02-7, assunto: Indenizações. fls.13.

[...] começou a cair o pessoal eu fiquei uma semana isolado sem contato com ninguém, eu tinha instruções para sair do país. Estava para sair quando um dia antes fui surpreendido com o DOPS em minha casa a meia noite, fui preso, aí é que eu chamo de abuso de poder para prender um simples operário, foi mais ou menos uns 10 ou 15 policiais. Pedalaram minha casa não respeitaram minha família, nem meus filhos que eram pequenos humilhando-os. Me tiraram de dentro de casa como se fosse um animal, a base de coice e pontapés e coronhadas nas costas e na cabeça aí começou as torturas, a primeira coisa que eles fizeram foi me levarem em direção ao Guaíba, lá na beira do rio tiraram da caminhonete e começaram a me torturar e afogar no rio. Eles tinham pego comigo todas as armas que estavam comigo mais 400 dólares, queriam mais, fui levado ao DOPS, chegando lá fui ver que tinha caído quase toda a organização, bem aí a tortura começou, eles queriam que eu desse um companheiro que tinha escapado. Me levaram uma semana direto em frente ao antigo cinema Lido na avenida Borges de Medeiros para “cobrir um ponto” que era com esta pessoa que eles queriam. Não aparecendo a volta para o DOPS foi triste: pancadaria, coice, jogando para dentro do elevador como se fosse um objeto. Quando chegamos na cela começou a tortura, choque elétrico etc. Assim foram os sessenta e poucos dias que estive naquele lugar. Depois levaram-me para a Ilha, aí acalmou a tortura, de vez em quando buscavam-me para a tortura psicológica, interrogavam-me prometiam me torturar novamente a qualquer hora do dia ou da noite. [...] ²⁴¹

A militância de Lopes teve um “preço” para sua família, como consta no relato de suas filhas quando afirmam que “estávamos em casa assistindo uma partida de futebol quando os policiais invadiram com armas na mão, fomos com minha mãe nos esconder no quarto”.²⁴² Reportam assim as consequências do fato:

[...] Logo mais saíram levando nosso pai e alguns poucos objetos que tínhamos em casa. Mas esse medo e essa vergonha era apenas o começo da desgraça da nossa família, pois nosso pai foi preso e nossa mãe teve que nos criar sozinha com muita dificuldade e aos fins de semana quando íamos visitar ele ainda no DOPS encontrávamos ele com olhos roxos, a boca toda arrebentada e com hematomas no corpo todo, jogado num canto muito triste a abalado. Para nós, filhos essas eram cenas muito tristes e chocantes, chorávamos muito. Pelo que a gente lembra era carcereiro ou policiais que nos xingavam e nos humilhavam. Depois ele foi transferido para a prisão da Ilha. Ficou ainda mais difícil para irmos vê-lo, pois tínhamos de enfrentar frio e até fome, pois quem nos sustentava era ele e não estava ao nosso lado. Depois de dois anos quando ele saiu a dificuldade continuava, pois ele não conseguia emprego e quando conseguia ficava apenas um mês pois descobriam que era ex-presidiário e o despediam. [...] ²⁴³

²⁴¹ Idem.

²⁴² APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2840-1200/02-7, assunto: Indenizações. fls.18.

²⁴³ Idem.

João Carlos Bona Garcia²⁴⁴, natural de Passo Fundo, nascido em 3 de junho de 1946, militou no PC, no POC e na VPR quando ingressou em 1969. Esteve preso de 14 de abril de 1970 a 13 de janeiro de 1971 no DOPS, Presídio Central, Ilha do Presídio, 19º Regimento de Infantaria (São Leopoldo) e Galeão (Rio de Janeiro). A documentação repressiva existente no processo de indenização reside na certidão nº 3972/98 da Justiça Militar Federal, certidão da Subsecretaria Inteligência (ex SNI); e no plano estadual, ficha do DOPS e certidão da Polícia Civil, gabinete do Chefe de Polícia.

Bona Garcia participou do malogrado sequestro do cônsul estadunidense fazendo o levantamento da rotina do diplomata, como hábitos, veículos, horários e trajetos, não participando da ação porque havia machucado o braço numa luta de judô dias antes. A execução do plano de sequestro, realizada pela VPR acabou sendo

[...] a causa do extermínio das organizações de luta armada aqui no Rio Grande do Sul. Vieram do Rio dois oficiais do Exército especialistas em torturar: o Malhães e o Cabral. Os torturadores eram, em grande maioria débeis mentais, doentes, com problemas psíquicos, mas esses dois tinham convicção do que estavam fazendo, matavam friamente. Vieram para fazer interrogatórios nos moldes de Rio e São Paulo, e os resultados logo apareceram: os primeiros da VPR a serem presos foram Félix e o Fernando. Chegaram até eles por informações obtidas sob tortura. Quando se está sofrendo tortura, o melhor não é dizer nada, senão a gente se perde. Vão batendo e perguntando, batendo até derrubar, mas eles têm interesse que a gente fale, não deixam morrer. Falando alguma coisa, querem saber mais. Quem fala, começa uma história e encerra, fica dispensável. Aí eles matam mesmo. Não é fácil aguentar, eu me abstenho de julgar os outros. Depende da estrutura da pessoa, da educação quando criança, da raiva, do ódio, da ideologia etc. Há pessoas que têm uma coragem admirável, coragem de chegar à loucura. Quem teve uma vida difícil, normalmente suporta melhor a cadeia, quem teve uma condição mais tranquila e confortável sente mais. [...]²⁴⁵

Com a queda de Félix e Fernando, Bona e sua organização pensavam em tramar mais um sequestro com objetivo de resgatar os companheiros da VPR e VAR-Palmares pegos pela repressão. Posteriormente quando Bona e Ergeu buscavam uma caminhonete numa garagem, foram surpreendidos pelos agentes do DOPS e da Polícia Federal. Na prisão do DOPS, Bona

²⁴⁴ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4938-1200/98-4, assunto: Indenizações.

²⁴⁵ GARCIA, João Carlos Bona. Verás que um filho teu não foge à luta. Editora Posenato Arte & Cultura, 3ª edição: Porto Alegre, 1989. p. 41.

descreveu o lugar como “sinônimo da miséria humana”²⁴⁶. Depois, passou pelo Presídio Central, e em seguida à Ilha do Presídio.

O dia de transferência foi chuvoso, de muito vento, as águas do Guaíba agitadas, com condições de difícil navegação. O novo local de reconhecimento estava praticamente vazio. Só haviam ficado alguns presos comuns lá, para auxiliar na limpeza e na organização. O ambiente impressionava à primeira vista. “Chegando à Ilha, vimos várias linhas de metralhadoras ponto cinquenta, que ficavam em cima do paiol de munição. Disparavam quase a noite toda. Era período de enchente, havia muitos aguapés boiando e eles atiravam nos aguapés, com medo que houvesse alguém escondido nalgum deles. A primeira impressão foi a de uma masmorra medieval”, conta Bona Garcia.²⁴⁷

No tocante ao ambiente e ao cotidiano da prisão na ilha, sentia a contradição entre a situação de presos políticos, em contraste com a exuberância natural que o local possuía. Ao mesmo tempo lindo e horroroso.

[...] Nos fins de tarde íamos junto ao portão contemplar o pôr-do-sol nas águas do rio Guaíba. Incomparável espetáculo diariamente renovado e quem em nós igualmente renovava o enlevo e o fascínio, por momentos libertando nosso espírito do cativo de amargura. [...] Com o desaparecimento do sol, continuávamos emudecidos, recolhidos em meditação, apossados por sentimentos contraditórios, o encanto a natureza e a angústia. A metáfora da morte do astro de luz e avanço da treva no crepúsculo lembravam nossa condição de cativos, e fundo doía a liberdade perdida. Dentro da cela o preso se habitua com a situação, de forma a não sentir que está aprisionado, cria uma rotina que impede o enlouquecimento. Mas ali, na contemplação das últimas luzes do ocaso, tendo por fundo a amplidão crepuscular, o pesado portão de ferro atestava o amargor da realidade. E sempre o KGB [Miguel Marques] rompia o silêncio, com magoada ironia: rapaziada, logo, logo, vocês vão entrar aí na 7ª Frota Soviética para nos libertar. Uma vez um preso comum tentou fugir a nado. Foi encurralado com lanchas armadas de metralhadora. Apanhado, batiam nele com chicotes de arame, que deixavam o corpo em carne viva. A cada lambada, o preso se urinava e contorcia uivando de dor. Torturavam os presos políticos com maior brutalidade lá no DOPS e até na Ilha, mas no resto o tratamento dos guardas era diferenciado, já que os presos comuns provinham basicamente das classes mais pobres, enquanto os presos políticos vinham em grande maioria da classe dominante. Um exemplo característico: havia junto do rio uma laje de uma construção apenas iniciada, onde batíamos bola. Os guardas colocavam uma série de

²⁴⁶ Idem. p. 55.

²⁴⁷ BERGER, Christa [et al]. Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias. Porto Alegre: Libretos, 2008. p. 89.

presos comuns dentro do rio, com a água pela cintura, para irem devolvendo a bola quando caía na água. Gelada, em pleno inverno. [...] ²⁴⁸

José Clóvis Alencastro Fagundes, natural de Tapes, nascido em 22 de setembro de 1947, militou na VAR-Palmares. Esteve preso de 8 de maio de 1970 a 14 de abril de 1971. Os documentos repressivos existentes no processo indenizatório consistem na certidão circunstanciada nº 3031/MM emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar) e certidão da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN, ex SNI); no plano estadual, os registros da Polícia Civil e ficha do DOPS.

Fagundes participou do grupo “Territorial de Tapes” da VAR-Palmares, atuando na referida cidade e em Camaquã/RS distribuindo panfletos e organizando reuniões com os membros da organização. Tornou-se coordenador do Comando Regional da VAR-Palmares. Cursava a faculdade de Ciências Contábeis em Camaquã. Também ajudava no plantio e colheita de arroz da propriedade que sua família possuía, quando foi pego pelos agentes da repressão, como descreve no relatório anexado no processo

[...] Após ser jogado, juntamente com um companheiro, por policiais dentro de um veículo, o qual rodou não sabe por onde, foram levados a um local sendo interrogado, recebendo tapas, socos, pontapés, ameaças de morte, recebendo choques elétricos nos dedos, orelhas, testículos. Posterior a tais fatos foi conduzido para o DOPS. Preso, foi despido, submetido a maus tratos físicos e psíquicos novamente. [...] a cabeça foi enfiada dentro dos vasos sanitários cheios de água até quase desfalecer. Revólveres foram engatilhados na sua cabeça, na altura dos ouvidos, tudo isto com a finalidade de arrancar-lhe à força confissões de atos “ilícitos” não praticados. [...] Não sabendo precisar o tempo mantido no DOPS, pois diante da dor, perdera a noção daquele. Sem julgamento, foi transferido da cela do DOPS, para outra prisão, na qual eram mantidos os presos políticos, chamada Ilha do Presídio (Ilha das Pedras Brancas). Ela é assim conhecida até os dias atuais. Localizada em Porto Alegre, situada dentro do Lago Guaíba, local em que somente era, e é possível chegar ou sair, somente através de embarcações fluviais, caso alguém desavisado se aproximasse ou passasse por perto, exceto a polícia, eram disparadas rajadas de tiros com armas de fogo contra, a fim de garantir a segurança máxima, para que ninguém se atrevesse entrar ou sair sem a anuência dos policiais. Dez meses e vinte e sete dias permaneceu preso e sem julgamento, período contado, compreendendo-se desde a data da prisão, entre DOPS e a Ilha. [...] ²⁴⁹

²⁴⁸ GARCIA, João Carlos Bona. Verás que um filho teu não foge à luta. Editora Posenato Arte & Cultura, 3ª edição: Porto Alegre, 1989. p. 62-63.

²⁴⁹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1864-1200/02-4, assunto: Indenizações. fls.35.

José Ruaro, natural de Caxias do Sul, nascido em 18 de dezembro de 1919, militou no PCB e na VAR-Palmares. Esteve preso de 23 de abril a 19 de novembro de 1970, na Ilha do Presídio. A documentação repressiva no processo indenizatório dá-se na certidão nº 263/98 emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar), Subsecretaria de Inteligência (ex SNI) e na esfera estadual, ficha do DOPS.

Ruaro pertencia ao comando territorial de Caxias do Sul/RS da VAR-Palmares durante os anos 1969 e 1970. De acordo com os registros da Subsecretaria de Inteligência sobre sua militância menciona que fora preso para averiguação e recolhido à Ilha do Presídio, sendo a única passagem no processo que cita o local. Índio Vargas cita que ele fazia parte dos 10 presos da Ilha que tinham base no movimento operário.²⁵⁰ José envolveu-se num assalto promovido pela organização em Caxias, conforme notícia veiculada no jornal *O Pioneiro* de 2 de maio de 1970, a escolha do lugar deveria garantir uma soma maior que os assaltos realizados em Porto Alegre. Ainda na mesma notícia com a manchete “Menores entre os terroristas descobertos em Caxias do Sul” que assinala a participação de Ruaro

[...] Além de Dario e de Afrânio Costa e sua mulher, foi preso nesta cidade, José Ruaro – em cujo aviário os terroristas se reuniam, e apreendidos dois menores cujos nomes, em virtude desta condição, não podem ser revelados. Em Garibaldi foi preso o funcionário do Banco do Brasil Paulo de Tarso Carneiro que, segundo as autoridades, certamente colaborou para a confecção do croqui da agência do Banco para o assalto. [...]²⁵¹

Julio Cesar Senra Barros, natural do Rio de Janeiro/RJ, nascido em 4 de janeiro de 1947, militou na Ala Vermelha do PCdoB. Esteve preso de 9 de outubro de 1970 a 22 de dezembro de 1972, na Ilha do Presídio e Presídio Central. Os documentos repressivos existentes no processo indenizatório constam na certidão da ABIN (ex SNI) subordinada a Presidência da República, no plano federal. Na esfera estadual, há registros da Polícia Civil da Secretaria de Justiça e Segurança e ficha do DOPS e da SUSEPE.

Vindo do Rio de Janeiro, Barros, chegou ao Rio Grande do Sul em fevereiro de 1970, com destino para Santa Maria a fim de trabalhar e atuar politicamente junto à base operária do

²⁵⁰ VARGAS, Índio. Guerra é guerra, dizia o torturador. – Rio de Janeiro: Codecri, 1981. p. 150

²⁵¹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1864-1200/02-4, assunto: Indenizações. fls. 22.

partido na cidade. Após seis meses, foi deslocado para Porto Alegre, passando a atuar na célula que prestava apoio e coordenação política na captação de militantes das fábricas da região metropolitana. Numa dessas atividades foi preso, como descreve Senra

[...] Em 9 de outubro de 1970, quando fui levar material político no bairro Niterói, em Canoas, para os companheiros da base operária, fui preso e levado para o DOPS de Porto Alegre. Lá chegando, fui imediatamente encapuzado e submetido a toda sorte de violências e torturas, tendo levado choques elétricos em todo o corpo e sido submetido ao “pau de arara”, para que revelasse meus contatos e minha residência. Pude identificar o delegado Pedro Seelig, o inspetor Nilo Havelha e os policiais Marco Aurélio, Omar, Cardosinho e Botomé, posteriormente através das vozes e após 2 (dois) dias com a retirada do capuz. No mesmo local fui interrogado e torturado pelo delegado Fleury, do DOPS paulista e por um agente do CENIMAR cujo nome ignoro. Desse interrogatório surgiu o fato de eu ter sido encaminhado para São Paulo, inicialmente para a OBAN, DOI-CODI, onde seguiu-se os bárbaros interrogatórios e torturas de 16 de novembro a 1º de dezembro do mesmo ano; fui então levado para o DOPS de São Paulo, onde fui novamente interrogado e torturado pela equipe do delegado Fleury. Fui novamente transferido para Porto Alegre, e encaminhado para a Ilha das Pedras Brancas (Ilha do Presídio), de onde saí, após o julgamento e condenação para o Presídio Central de Porto Alegre, junto com os companheiros de processo. [...] ²⁵²

Lúcio Borges Barcelos, natural de Três Passos, nascido em 30 de março de 1946, militou na Fração Bolchevique Trotskista (FBT). Esteve preso de 1º de maio a 18 de junho de 1970, no DOPS e na Ilha do Presídio e de 25 de março de 1976 a 24 de março de 1977, no Presídio Central. A documentação repressiva existente no processo indenizatório consta na certidão emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar).

A presença de Barcelos na Ilha do Presídio é citada, mas pouco descreve do que passou no local. A organização a qual pertencia não adotou a luta armada como expediente para enfrentar a ditadura. No entanto, muitos companheiros utilizavam-se da tática de “inserção nas massas” fazendo trabalhos de conscientização e panfletagem, motivo que o levou ao cárcere. No processo está anexado o parecer psiquiátrico de um médico que o acompanhou desde a década de 80, remetendo aos distúrbios que as prisões sofridas provocaram

²⁵² APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1809-1200/02-7, assunto: Indenizações. fls. 14-15.

[...] Apesar do grande esforço que fazia para recuperar a sua dignidade, sua família, e todas as perdas que sofrera durante o tempo em que estivera preso o perseguido, a sua vida era cheia de medos e pânico, sentimentos persecutórios, revoltas e culpas que não o abandonavam em nenhum momento, a ponto de ter que recorrer, às vezes, a tranquilizantes ou até ao álcool para poder conciliar o sono. Mesmo assim, os pesadelos constantes em que revivia cenas das prisões sofridas, tornavam seu sono agitado, cheio de sobressaltos, temendo ser acordado a qualquer momento para nova sessão de torturas. Este quadro se repetiu anos a fio. Nunca pode esquecer que havia ocorrido nas prisões. Desde a sua chegada, desde o primeiro momento em que foi comandado a se despir e imediatamente, encapuzado. A partir dali começou a perder a noção de tempo, nunca sabendo se era dia ou noite, pois que seu sono interrompido a qualquer momento para nova sessão de interrogatórios acompanhados de bofetadas, empurrões, quedas e pontapé e, se isso não bastasse, a choques elétricos nas orelhas, mãos, pés, escroto e pênis. Foi esta barbárie que desarticulou a estrutura psicológica de uma pessoa que vinha trabalhando para exercer dignamente a sua profissão de médico e aspirava uma vida melhor para si e para seus semelhantes. [...] ²⁵³

Luiz Carlos Pinto, natural de São Luiz Gonzaga, nascido em 19 de outubro de 1944, militou na VPR. Esteve preso de maio a agosto de 1970, no DOPS e na Ilha do Presídio. O documento repressivo existente no processo indenizatório consta na certidão emitida pela Subsecretaria de Inteligência (ex SNI), subordinada a Casa Militar da Presidência da República.

Luiz foi preso sob acusação de ter feito receptação de munições na região de Santo Ângelo, sendo indiciado e investigado por isso. A presença dele na Ilha é mencionada nas declarações de companheiros de prisão na época. A declaração de Irgeu anexada ao processo expõe o contato que tiveram:

[...] Declaro para os devidos fins eu conheci Luiz Carlos Pinto, em 1970 nas dependências do DOPS na Av. Ipiranga em Porto Alegre quando o mesmo veio transferido do interior do estado, para Porto Alegre. Tive oportunidade de assistir sessões de torturas em que Luiz Carlos foi submetido, com choques elétricos, no aparelho chamado “Maricota”. Depois de sermos transferidos para o Presídio Central, onde permanecemos 15 dias, com condições sub-humanas. Posteriormente fomos transferidos para a Ilha da Pólvora [do Presídio]. ²⁵⁴

²⁵³ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3222-1200/98-1, assunto: Indenizações. fls. 9.

²⁵⁴ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6768-1200/98-8, assunto: Indenizações. fls. 8.

Índio Vargas também fez declaração, anexada ao processo sobre o companheiro Luiz, dizendo que no ano de 1970 “quando me encontrava preso no DOPS, assisti sessões de torturas e sevícias físicas e psicológicas sobre o membro da VPR, o qual posteriormente foi transferido para a Ilha do Presídio”.²⁵⁵

Luiz Ernesto Reis Quaresma, natural de Cruz Alta, nascido em 6 de agosto de 1948, militou na VAR-Palmares. Esteve preso de 24 de abril e 6 de julho de 1970, no DOPS e na Ilha do Presídio. A documentação repressiva existente no processo indenizatório reside na certidão circunstanciada nº 1523/01 e a denúncia da Procuradoria da Justiça Militar de 17 de agosto de 1971. No plano estadual, há ficha do DOPS e os registros da Polícia Civil, (Secretaria Estadual de Segurança Pública).

Desde 1968, Quaresma participava ativamente do movimento estudantil na cidade de Caxias do Sul, sendo diversas vezes interpelados pelos agentes do DOPS que buscavam informações sobre as atividades do movimento na cidade. Já na VAR-Palmares participou do congresso da organização como representante do interior, pois tinha contatos com o comando regional. Em abril de 1970, quando estava de férias escolares e do emprego de escriturário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul foi preso, na pensão onde morava, por agentes do DOPS e do Exército. Levado à delegacia da cidade, onde também estava preso Airton Frigieri. No dia seguinte ambos foram transferidos para o DOPS de Porto Alegre. Nas dependências do DOPS relata que:

[...] ficamos todos [éramos aproximadamente vinte pessoas], durante cinco dias, mais ou menos, com capuzes, na seguinte rotina: não víamos quem estava do nosso lado; não podíamos sentar ou ajoelhar, pois recebíamos socos e pontapés; a tortura psicológica era extremamente cruel pois de vez em quando ouvíamos gritos de alguém do grupo sem saber o que estava acontecendo; estavam junto homens e mulheres; havia uma sala para sessões de choques elétricos e sessões de pancadaria; de vez em quando recebíamos um soco sem saber quem estava desferindo ou o porquê; gritos dos agentes do DOPS que morreríamos no fim do dia; a noite passávamos escrevendo e reescrevendo sobre nossas vidas, o que éramos, o que fazíamos, e o que representávamos na VAR-Palmares ou outras organizações, das quais nem sabíamos da existência. Acredito que escrevi estes textos mais de quarenta vezes, porém era melhor do que apanhar. [...] ²⁵⁶

²⁵⁵ Idem. fls. 7.

²⁵⁶ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2593-1200/02-0, assunto: Indenizações. fls. 6-7.

Nesta situação passaram-se dias; Quaresma menciona ter perdido a noção de quanto tempo ficou ali. Estavam muito abalados, ele e os companheiros que estavam juntos, os citados Airton e José Ruaro. Posteriormente foram colocados em carros fechados da polícia e levados até

um porto do rio Guaíba sendo transportados em lanchas até a Ilha do Presídio onde fomos deixados. Selecionaram aproximadamente metade da Ilha para os presos comuns já condenados e a outra metade para o que eles convencionaram chamar de presos políticos. As condições do presídio na ilha eram totalmente insalubres. A umidade era incrível e as condições de higiene eram quase que totalmente nulas. Muitos de nós tivemos problemas graves de insuficiência respiratória, entre outros problemas como sarna e mal alimentação. Da Ilha ao DOPS da Av. Ipiranga fui levado aproximadamente cinco vezes. Eu atravessava na lancha totalmente inseguro, para uma sessão de pancadaria e para reescrever minha história ou para responder sobre quais presos vinculavam-se com a VAR-Palmares e depois retornava a Ilha. [...] ²⁵⁷

Noé Campos Carvalho, natural de Tapes, nascido em 8 de julho de 1928, militou na VAR-Palmares. Esteve confinado de 7 de julho a 16 de novembro de 1970, no DOPS e na Ilha do Presídio, e de 9 a 22 de agosto de 1972, novamente nos mesmos lugares. A documentação repressiva existente no processo indenizatório consiste na certidão nº 431/98 emitida pela Justiça Federal Militar (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar)

Carvalho começara sua militância participando de um dos “grupos dos onze”, onde passava noites discutindo sobre política e como fazer intervenções na realidade para buscar uma sociedade mais justa. Em 1967, quando receberam a notícia da queda do Che na Bolívia, organizaram núcleos armados. Noé ficara responsável pelo comando do grupo. Logo em seguida, o grupo de Tapes “caiu nas mãos” da repressão, já que entre Tapes, Camaquã e Barra do Ribeiro havia atuação dos militantes com certa frequência, especialmente nas atividades de panfletagem. Mesmo com a queda dos companheiros

[...] Continuamos trabalhando com panfletagem. Os panfletos (O Chiripá) eram montados em matrizes de alçapão do assoalho em minha casa, à noite, depois eram levados para Tapes onde Cláudio fazia as cópias para mim. Mas com a queda do grupo de Tapes, eu fiquei mais isolado, passando a ter assistência de um grupo de Porto Alegre, por intermédio de Paco [Francisco Martinez], Reis e Atanásio. Em julho de 1970 todo o grupo caiu. Foi quando

²⁵⁷ Idem. fls. 7.

invadiram minha casa na madrugada e me levaram preso, ficando até o mês de setembro sendo vítima e torturas inexplicáveis, horrendas. No dia 11 de setembro fui remetido para a Ilha do Presídio, onde permaneci até 16 de novembro, quando fui libertado, mas com o compromisso de me apresentar uma vez por mês no fórum de Tapes. [...] ²⁵⁸

Paulo de Tarso Carneiro, natural de Alegrete, nascido em 13 de maio de 1942, militou na VAR-Palmares. Esteve detido de 6 de abril de 1970 a 7 de abril de 1971, no DOPS, na Penitenciária Estadual do Jacuí e na Ilha do Presídio. Os documentos repressivos encontrados no processo indenizatório são uma certidão (nº 3648/98-MI) emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar) e do âmbito estadual, uma ficha do DOPS e os registros da Polícia Civil.

Paulo de Tarso, segundo relato do parecer psiquiátrico contido no processo, viveu numa família que sempre teve contato com política; seu pai era getulista, envolvendo-se em greves. Cresceu nesse ambiente familiar. Em 1958 fez campanha a favor de Brizola na eleição estadual e, em 1961 participou da “Campanha da Legalidade”. Continuou participando de atividades políticas, aumentando a atuação depois do golpe de 64. Em 1968 ingressou no Banco do Brasil, lotado na agência de Garibaldi e passou a estudar Filosofia em Caxias do Sul. Participou do movimento estudantil e do Congresso da UNE de São Paulo, e ao retornar, ingressa na VAR-Palmares. Como narra sua prisão foi:

[...] efetuada pela Polícia Federal, delegado Sílvio, apelido Mineiro. Eram acompanhados por soldados da Brigada Militar [mais de 10] policiais do DOPS [Nilo Havelha, Inspetor Cardoso e outros] e policiais civis de Caxias do Sul e Garibaldi. Havia, certamente, mais de 30 homens portando armas pesadas como metralhadoras e fuzis. O processo de tortura iniciou em Caxias do Sul com tapas e pontapés e culminou em Porto Alegre, à noite com simulação de enforcamento, borrachadas “pirelli”, cacetadas e culminou, na madrugada, com “pau de arara”. O processo continuou nos dias seguintes, com poucas suspensões, por cerca de 30 dias. Quando da prisão de companheiros da direção da VAR-Palmares, em julho seguinte, novamente fui submetido a torturas. Após algum tempo no DOPS, fomos conduzidos à Penitenciária, colocados em celas individuais isolados. No dia 13 de maio de 1970 fui, juntamente com os demais, conduzido para a Ilha do Presídio. O fato de que a cadeia estava numa ilha gerava muita umidade e provocou, em mim e em outros, surgimento de doenças respiratórias como bronquite asmática. [...] ²⁵⁹

²⁵⁸ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6242-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 20.

²⁵⁹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6698-1200/98-5, assunto: Indenizações. fls. 18.

Paulo de Tarso durante sua estada na Ilha do Presídio acabou assumindo, dentro do coletivo, a função de ser responsável pela biblioteca, destacado no livro de Berger onde testemunha que:

A leitura no presídio da Ilha foi um ponto alto durante toda a estadia dos presos políticos. A biblioteca foi montada a partir de diversos provedores. Além das famílias que passavam alguns exemplares clandestinos durante as visitas, cada calorosa ida ao DOPS para novas sessões de tortura resultava em novos livros recuperados. Uma sala do departamento era usada para guardar livros recolhidos pela polícia na invasão das residências. “Cada vez que íamos ao DOPS, nos deixavam nessa sala para não sermos vistos pela imprensa. Então, aproveitávamos, porque não éramos revisitados, para pegar quantos livros coubessem embaixo da roupa”, disse Paulo. Assim conseguiram livros de Marx, de Mao Tse Tung, de Lênin. Os exemplares eram escondidos por Paulo de Tarso, que cuidava da biblioteca, em um lugar mais reservado. “Tínhamos mais de trezentos livros: pedagógicos, infantis, muita coisa boa, aqueles mais perigosos tinham um lugar especial”, disse o bibliotecário. Poucas pessoas sabiam onde estavam os livros considerados “de risco”, uma delas era Paulo Artur, um dos presos que, segundo o advogado, até hoje não se sabe se já era um “dedo duro” ou se virou um deles depois. “Ele foi ao DOPS e contou à polícia sobre os livros. O Exército veio e pediu a um policial, dos que cuidavam de nós na Ilha, que verificasse a existência desses livros. O policial, nosso amigo, subiu lá e disse que não tinha nada”, lembra Paulo.²⁶⁰

Paulo Roberto Telles Franck, natural de Pelotas, nascido em 29 de janeiro de 1949, militava na VAR-Palmares. Esteve preso por diferentes vezes: de abril a julho de 1964; em abril de 1965, no 9º Regimento de Infantaria de Pelotas, as duas ainda como militar. Na última, de 5 de abril de 1970 a 13 de janeiro de 1971. A documentação existente no processo indenizatório consiste na certidão emitida pelo Superior Tribunal de Justiça e um relatório expedido pelo Ministério do Exército, III Exército com a qualificação de “confidencial”. Na esfera estadual verificou-se ficha DOPS, no registro da Polícia Civil e documento sobre o banimento emitido pela Secretaria de Segurança Pública.

Teve participação nas duas fases de resistência descritas na dissertação, no entanto, a segunda é a que aparece maior quantidade de detalhes como descrito no seu relato. Envolvido

²⁶⁰ BERGER, Christa [et al]. Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias. Porto Alegre: Libretos, 2008. p. 101.

na luta armada foi preso na manhã do dia 5 de abril de 1970 em Porto Alegre. Remetido ao DOPS e sofrendo torturas de vários tipos quando

[...] fui levado para uma estrada de chão batido, ao lado de um rio ou barragem, onde me torturaram por longas horas, era noite, fui torturado sob as luzes do que me parecia um jipe. Com as mãos amarradas às costas, sem roupas, em um torpor que não poderia dizer que fosse de plena consciência, fui massacrado a bofetadas e pontapés, amarravam uma corda aos meus testículos, punham o pé sobre o meu estômago e tiravam pela corda. Com a corda ainda amarrada aos meus testículos jogavam-me n'água e tiravam pela corda, resultou em rompimento dos tendões do testículo esquerdo, segundo os médicos holandeses: atrofiamento. Não satisfeitos, reuniram-se em torno do meu corpo e puseram-se a urinar sobre mim, lembrei naquele momento do assassinato do sargento Manoel Raymundo Soares, com as mãos amarradas às costas, tinha certeza que ia morrer. [...] ²⁶¹

Paulo Roberto continua em seu relato que durante 12 dias foi torturado de várias formas no DOPS, algumas vezes sozinho e outras em grupo, junto de outros presos. Narra que numa noite junto de outros “passamos por aquilo que os torturadores chamavam de festa de São Bartolomeu, onde ficavam sentados no chão e algemados uns aos outros, um dos companheiros sentado em nossas mãos, éramos submetidos a choques elétricos”.²⁶² Acabou saindo do DOPS depois de muitas sevícias

[...] consideradas as mais terríveis, soma de tudo que a crueldade humana é capaz de fazer. Porém queria deixar registrado que considero tortura todo o período em que estive preso, tanto no DOPS, quanto em outros lugares em que estive preso; tais como a Penitenciária, Ilha do Presídio, quartel do Regimento de Cavalaria Mecanizado na Serraria; apenas em alguns destes lugares foram as torturas mais intensas no terreno psicológico. Não há como medir tortura! Vi pessoas completamente enlouquecidas com apenas tortura psicológica; profundamente traumatizadas diante do que não acreditavam ser o ser humano capaz de fazer com outro semelhante. [...] ²⁶³

Renato Felipe Pereira Rocha, natural de Santo Antônio da Patrulha, nascido em 14 de junho de 1951, militava na VAR-Palmares. Esteve confinado de 14 de maio a 7 de julho de 1970. Os documentos repressivos encontrados no processo indenizatório residem na certidão

²⁶¹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2197-1200/98-2, assunto: Indenizações. fls.3

²⁶² Idem.

²⁶³ Idem. fls. 4-5.

nº 1889/98 emitida Justiça Militar Federal e relatório da Subsecretaria de Inteligência (ex SNI). No plano estadual, a ficha do DOPS e o registro no sistema de informações da Polícia Civil.

Rocha fez parte do Grupo de Tapes, junto com Claoni Boeira, Carlos Roberto de Souza, Ernane Conter e Cláudio Garcia formando a territorial da organização na região da Costa Doce, região compreendida por cidades margeadas pela Lagoa dos Patos. Utilizava o codinome “Juliano”. Em 1970 foi morar em Camaquã para estudar, locando uma casa com um amigo. Nessa moradia, estavam em certa noite quando foram surpreendidos com batidas fortes na porta em hora adiantada, por volta de duas horas da madrugada. Cita em seu relato, que era mês de maio, véspera do dia das mães. Abriu a porta para atender e foi preso violentamente, sendo transportado algemado e encapuzado até um lugar ermo. Ali sofrera torturas com choques elétricos e ameaças de tiro e tentativas de afogamento. Ainda menciona que

[...] Os atos de tortura que sofri parecia uma eternidade, após fomos levados para a Delegacia de Polícia de Tapes, identificados nos transferiram, junto aos demais companheiros, para o DOPS localizado no Palácio da Polícia em Porto Alegre. Ao chegarmos fomos divididos em dois grupos, em celas distintas, onde fomos mantidos por aproximadamente 12 dias sem nenhuma comunicação externa, sofrendo todo tipo de torturas psicológicas e físicas tais como: ameaças à vida, humilhações, choques elétricos, terrorismo com promessas de torturas ainda não experimentadas. Estes procedimentos eram feitos normalmente de madrugada, quando alguns de nós eram retirados das celas, e levados para outro andar. Quem ficava na cela esperando e sua vez só se ouvia os gritos e pedidos desesperados de clemência nunca se tendo certeza se aqueles que vinham sofrendo a tortura eram ou não nossos companheiros, torturas estas praticadas tanto por policiais civis como por militares sempre buscando nomes de supostos companheiros que pertenceriam a “organização”. Após o período do DOPS e sem nenhuma explicação plausível, com a pecha de terroristas, fomos transferidos para a Ilha do Presídio, no rio Guaíba, lá sofremos humilhações e a falta de necessidades básicas para um ser humano. Mais uma vez, sem nenhuma explicação, no dia 7 de julho de 1970 fomos retirados da ilha e libertados conforme constam nos inquéritos militares instaurados à época conforme fiz prova.²⁶⁴

Sylvio Nogueira Pinto Júnior, natural de Porto Alegre, nascido em 10 de maio de 1953, militava na Fração Bolchevique Trotskista (FBT). Esteve preso de 1º de maio a 18 de

²⁶⁴ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6980-1200/98-6, assunto: Indenizações. fls. 14.

junho de 1970, no DOPS e na Ilha do Presídio. A documentação repressiva vista no processo indenizatório trata-se da certidão nº 3019/98-MI emitida pela Justiça Militar Federal e em âmbito estadual, os registros da Polícia Civil de inquéritos enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

De acordo com as informações de seu processo²⁶⁵, em 1960 entrou para a Faculdade de Economia, a partir de então se envolveu em movimentos políticos estudantis e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Depois do golpe de 1964 participou de forma mais intensa nas atividades da política estudantil. Devido a esse envolvimento político perdeu o emprego de funcionário público, sendo preso em 1970. Levado ao DOPS, o colocaram num cubículo, alegando ser um local de passagem, por lá vendo passar diversos companheiros pegos pela repressão. Foi submetido a diversos interrogatórios cruéis e ao mesmo tempo ouvia gritos de outros companheiros nas torturas que sofriam. Após algum tempo foi transferido para a Ilha do Presídio em condições bem precárias, sem conforto algum. Numa passagem do livro de Vargas podemos verificar que Sylvio aproveitou a visita da companheira ao autor para enviar um recado a uma companheira perseguida pela repressão

[...] À tarde, realmente a promessa se cumpria. Levaram-me ao gabinete do diretor do DOPS, onde estavam minha mulher, o delegado Pedro Seelig e Malhães, capitão ou major do Exército, nunca fiquei sabendo ao certo. [...] Achou-me muito magro e pálido. Seelig e Malhães permaneceram sentados, atentos a tudo que falamos. A visita durou meia hora, ao fim da qual nos abraçamos, nos beijamos e ainda pude dar um recado cochichando no ouvido. Sylvio Nogueira Pinto, quando soube que naquela tarde eu falaria com minha mulher, deu-me o número de um telefone para avisar uma estudante de sobrenome Knijnik, cujo primeiro nome não me lembro, que estava sendo procurada pela polícia. Eu havia memorizado o número, que estava sendo procurada pela polícia. Eu havia memorizado o número do telefone e o nome da moça. Durante o abraço demorado foi possível cumprir a tarefa e evitar a prisão da estudante. É claro que Seelig e Malhães perceberam que cochichávamos, mas isso era natural. [...]²⁶⁶

Valdir Izidoro Silveira, natural de Itajaí/SC, nascido em 18 de setembro de 1943, militou na VAR-Palmares. Esteve detido de 12 de junho a setembro de 1970, no DOPS e de setembro de 1970 a fevereiro de 1971, na Ilha do Presídio. Os documentos repressivos existentes no processo indenizatório são: certidão emitida pelo Superior Tribunal Militar, no

²⁶⁵ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6777-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 24-25.

²⁶⁶ VARGAS, Índio. Guerra é guerra, dizia o torturador. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. p. 91.

relatório da Subsecretaria de Inteligência (ex SNI) da 5ª Auditoria da 5ª circunscrição judiciária militar, na certidão nº 737/97 emitida pela Justiça Militar Federal; na esfera estadual encontrou-se a ficha do DOPS/RS e documento do Complexo médico-regional, da Secretaria da Justiça e Cidadania/PR no Departamento Penitenciário.

No Rio Grande do Sul, Silveira atuara com o grupo de militantes que tentou sequestrar o cônsul estadunidense, sendo preso pelo DOPS. Fotos de seu rosto eram veiculadas nos jornais *Zero Hora* de 14 de abril de 1970 com a manchete “Polícia diz quem ajudou Edmur a liderar grupos terroristas”.²⁶⁷ De acordo com os registros da Subsecretaria de Inteligência (ex SNI) foi levado para a Ilha do Presídio em novembro de 1970²⁶⁸. Como o próprio comenta no testemunho dado no livro de Berger

Fiquei na ilha do Presídio por praticamente sete meses. Obviamente, toda pessoa quando é presa, sempre tem em mente fugir. Até os animais, se estão presos, tentam dar um jeito de fugir. E nós tínhamos um grupo que estava planejando uma fuga da ilha, que nunca foi executada. De modo geral, a convivência era marcada por algumas divergências de postura política, pois muitos presos não conheciam, eram de organizações diferentes, alguns a favor da luta armada, outros não. Procuramos manter a ordem no sentido de vencer aquela adversidade. Formamos um coletivo, que é um processo de administração dentro das prisões que foi criado pelos comunistas. Tudo que chegava dentro da prisão pertencia ao coletivo, ninguém era dono de nada individualmente. Tudo o que as visitas traziam era compartilhado pelos companheiros. Apenas os trotskistas (uns quatro) é que não participavam. Esses se negaram. Conversavam com a gente, mas eram arredios a esse processo do coletivo. Em determinado momento, chegamos a montar uma biblioteca numa cela que ficou vazia, onde estudávamos, dávamos aulas, conversávamos para ter um processo de discussão permanente e para o tempo passar mais rapidamente. Além disso, tínhamos certa liberdade, pois as grades das celas ficavam abertas e só o portão central era fechado. Então, podíamos circular no corredor. Lembro que o mau cheiro da Borregard entrava pelos buracos no teto e passava bem no corredor, dando ânsia de vômito na gente.²⁶⁹

Vanoli Carvalho, natural de Uruguaiana, nascido em 22 de julho de 1922, militou no MR-26. Esteve preso de 4 de abril a 20 de junho de 1970, no DOPS, Presídio Central e Ilha do Presídio. A documentação repressiva inserida no processo indenizatório consistiu na

²⁶⁷ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6022-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 26

²⁶⁸ Idem. fls. 16.

²⁶⁹ BERGER, Christa [et al]. *Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias*. Porto Alegre: Libretos, 2008. p. 61.

certidão nº 1440/98 emitida pela Justiça Militar Federal, e no plano estadual, na ficha do DOPS e no registro da Polícia Civil.

Carvalho teve envolvimento com a tentativa de sequestro do cônsul estadunidense, por sua organização ter trabalhado nos preparativos e retaguarda da operação malograda. Assim como apareceu no processo de Valdir Izidoro, a notícia da *Zero Hora* do dia 14 de abril de 1970 também estampava a imagem de Vanoli relatando sobre as diligências do caso como “detidos para averiguações, as seguintes pessoas: Vanoli Carvalho, pertencente às organizações denominadas Movimento 26 de julho e 26 de Março”.²⁷⁰ Foi preso em sua residência por policiais do DOPS, sendo levado e submetido a vários interrogatórios com sessões

[...] costumeiras de torturas [agressões, choques elétricos, “pau-de-arara”, “telefone”, ameaças de morte]. Esteve detido por noventa dias, aproximadamente, inicialmente nas dependências do Palácio da Polícia, depois do Presídio Central, e finalmente, na Ilha do Presídio. Refere que neste último local começou a perceber diminuição de sua acuidade auditiva, bilateralmente, atribuindo a causa às inúmeras agressões que sofreu sob a forma que era chamada de “telefone” [tapas de violentos e concomitantes nos dois ouvidos]. [...]²⁷¹

Vito Antonio Letizia, natural de Rolante, nascido em 19 de dezembro de 1937, militou na FBT da QI. Encontrara-se detido de 1º de maio de 1970 a 19 de dezembro de 1972, no DOPS, Ilha do Presídio e 19º Regimento de Infantaria – São Leopoldo. Os documentos repressivos existentes no processo indenizatório consistem na certidão circunstanciada nº 4211/98, e em nível estadual, registro da Polícia Civil e da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE).

Quando de sua prisão, Letizia foi interrogado pelo major Átila Rohrsetzer e outros agentes da Polícia Civil, sob torturas, durando algumas horas, com aplicação de choques elétricos nas mãos e nos pés, descreve em seu relato no processo. Seguiu afirmando que ficou preso no DOPS por mais uma semana sendo submetido às sevícias. Depois foi levado à Ilha do Presídio, junto de vinte presos políticos, onde permaneceu por volta de trinta dias. No dia que regressara foi mencionado numa passagem do livro de Vargas. Quando estava indo

²⁷⁰ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3848-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls. 12

²⁷¹ Idem. fls. 14.

[...] ao banheiro e, ao passar pelo xadrez do DOPS, ouvi uma voz me chamando pelo nome: era Fernando Pimentel. Cheguei na janela gradeada e vi que lá estavam o Fernando, Vito Letizia, Félix Silveira Rosa, Paulo Roberto Franck, Cláudio Boeira Garcia e Irgeu Menegon. Todos foram meus companheiros de cadeia e supunha que estivessem na Ilha. Perguntei o que estavam fazendo ali. Responderam-me que não sabiam, pois tinham chegado da Ilha naquela noite. Estava procurando saber o que ocorrera, quando Fernando Pimentel chamou minha atenção: – Aí vem a orquídea. Era Nilo Havelha que se aproximava, exibindo sua agressividade até o caminhar. [...]²⁷²

A militância de Vito consistia na célula da Fração Bolchevique Trotskista da Quarta Internacional (FBT) existente entre estudantes de medicina da UFRGS. O grupo tornara-se notícia mostrada pelo *Correio do Povo* do dia 3 de maio de 1970 com a manchete “Foi desbaratada pela segurança Fração Bolchevique-Trotskista”. No texto da mesma consta a existência da organização em vários estados como Pernambuco, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Em terras gaúchas os panfletos

[...] e manifestos eram confeccionados no Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da UFRGS. [...] Foram detidas como participantes até a presente data, as seguintes pessoas: Wili Alberto Branks Dal Zot, Alexandre Schneider da Silva, Lúcio Borges Barcelos, Luiz Antônio dos Santos Aranovitz, Vito Antônio Letizia e Nara Helena Naumann Machado. Farto material de caráter subversivo estrangeiro e nacional foi apreendido nas residências e “aparelhos” frequentados pelas pessoas detidas. Grande quantidade de panfletos, denominados “Voz Proletária” e seus suplementos, inclusive um Manifesto que seria distribuído no dia 1º de maio corrente, foram mimeografados no diretório acadêmico [...]²⁷³

Continuando a exposição, estarão sob análise os 19 presos de 1971, configurando-se na segunda maior quantidade de prisioneiros políticos na Ilha, representando 26% do total. Cada caso de modo breve inicia-se doravante.

Antônio Carlos de Araújo Chagas, natural de Porto Alegre, nascido em 9 de novembro de 1950, militou na VPR. Encontrara-se detido de 15 de novembro de 1970 a 12 de dezembro de 1972, passando pelo DOPS, 6º Regimento de Cavalaria – Alegrete, Ilha do

²⁷² VARGAS, Índio. Guerra é guerra, dizia o torturador. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. p. 127-128.

²⁷³ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6345-1200/98-3, assunto: Indenizações. fls. 34.

Presídio e Presídio Central – Porto Alegre. A documentação repressiva existente consiste na certidão nº 252/97 emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar) e documento da Subsecretaria de Inteligência (ex SNI) sobre fatos e situações nos registros de seu arquivo. Em nível estadual consta a ficha do DOPS e os registros da Polícia Civil.

Chagas foi preso em novembro de 1970 no bairro Petrópolis, Porto Alegre, ao cobrir um “ponto” a espera de um companheiro do interior. Os agentes do DOPS o pegaram e imediatamente o levaram para interrogatório sob comando do delegado Pedro Seelig e o inspetor Nilo Havelha. Foi colocado no “pau-de-arara” e depois aplicaram choques elétricos e chicotadas “Pirelli”, como relata em seu testemunho no processo.²⁷⁴ Depois de alguns meses preso nas celas normais do DOPS foi retirado para ser levado à “fossa”, com objetivo de interrogá-lo sobre um “japonês do MRT”.²⁷⁵ Permaneceu por mais de dois anos preso durante a ditadura, em dependências do DOPS, Ilha do Presídio e Presídio Central. Da ilha mencionou que estivera preso duas vezes no local sem informar detalhes dessas prisões.

Atuou na operação de tentativa de sequestro do cônsul estadunidense, recolhendo dados sobre o cônsul holandês em São Paulo, que acabou não sendo consumada a ação. Participou de “expropriações” sendo condenado pela Lei de Segurança Nacional como aparece no jornal *Correio do Povo* de 7 de junho de 1972, com título “Justiça Militar condena assaltantes a banco”

Três subversivos, acusados a bancos e estabelecimentos comerciais, foram condenados ontem pelo Conselho Permanente da Justiça da 1ª Auditoria da 3ª CJM [...]. Todos foram incurso no artigo 28 do Decreto Lei 898/69 – LSN – e tiveram seus direitos políticos suspensos por 10 anos, fundamentados no artigo 74 da mesma lei. [...] condenou os réus Antônio Pinheiro Sales a 15 anos de reclusão; Luiz Carlos Demeto, a 14 anos de reclusão e Antônio de Araújo Chagas, à pena de 12 anos [...]. Os réus, que tiveram seus direitos políticos suspensos por 10 anos, foram acusados de tentativa de assalto ao Banco do Brasil, em Gramado; à Caixa Econômica Federal, no Menino Deus; à SAMRIG e de tentativa de incêndio na sede campestre do Círculo Militar de Porto Alegre. Foram acusados, ainda de participarem da organização subversiva VPR, da tentativa de sequestro do cônsul dos EUA em Porto Alegre, assalto à Companhia de Cigarros Flórida ano Brasul de Petrópolis e à casa de armas Benjamin Constant.²⁷⁶

²⁷⁴ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6966-1200/98-9, assunto: Indenizações. fls. 5-6.

²⁷⁵ Idem. fls. 7.

²⁷⁶ Idem. fls. 26.

Antônio Constâncio de Souza, natural de Santa Maria, nascido em 28 de maio de 1926, militou na VAR–Palmares e VPR. Esteve confinado em três períodos: de 27 de janeiro a 30 de novembro de 1972, no DOPS, 6º Regimento de Infantaria – Alegrete e Ilha do Presídio, onde cita ter estado por 15 meses; de 17 de outubro de 1975 a 31 de dezembro de 1973 no DOPS; de 31 de dezembro de 1973 a 31 de julho de 1975 no Presídio Central – Porto Alegre. Os documentos repressivos encontrados no processo indenizatório residem no Ofício da Justiça Militar Federal (1ª Auditoria 3ª circunscrição judiciária militar), na esfera estadual na ficha do DOPS e da SUSEPE, bem como da Unidade de Assistência Social.

Souza na primeira vez que foi preso por agentes do DOPS, em 1969, ficou recluso durante 30 dias. Os responsáveis pela prisão tinham sido o major Átila Rohrsetzer, Pedro Seelig e Nilo Havelha, agentes que o fizeram sofrer constantes interrogatórios e torturas. Depois desse período conseguiu fugir, ficando seis meses na clandestinidade até ser preso novamente, passando por sevícias as quais descreve

[...] Fui levado para o DOPS, encapuzado, sob violência e diretamente para o pau-de-arara. Lá estavam os torturadores Pedro Seelig e Nilo Havelha, dois outros conhecidos como “Chispa” e “Mão-de-Ferro”, e outros ainda que não sabia os nomes. Fui espancado com barras de ferro, o chamado “telefone” (tapas violentos nos dois ouvidos ao mesmo tempo), choques elétricos por todo o corpo enquanto estava pendurado no pau-de-arara. As torturas duraram mais ou menos dois meses. Durante esse período fiquei totalmente incomunicável. Estava muito machucado e não recebi qualquer tratamento médico. Fui levado, então para Alegrete e fiquei preso no 6º Regimento durante outros 5 meses continuando incomunicável. Raramente saía para tomar sol, a alimentação era péssima e não recebi nenhum tratamento médico. O corpo doía, a coluna doía devido ao pau-de-arara, o nervo ciático incomodava. Trazido para Audiência em Porto Alegre, fui recolhido à Ilha do Presídio, onde fiquei até 30 de novembro de 1972, quando saí em liberdade condicional.²⁷⁷

Antonio Pinheiro Salles, natural de Jordânia/MG, nascido em 29 de setembro de 1937, militou no Partido Operário Comunista (POC) e Movimento Comunista Revolucionário (MCR). Esteve detido por longo tempo, de 12 de dezembro de 1970 a 29 de setembro de 1979, entre Rio Grande do Sul – DOPS, 6º Regimento de Cavalaria/Alegrete, Ilha do Presídio, Penitenciária Estadual do Jacuí e Presídio Central – e São Paulo – Presídio Tiradentes e do Hipódromo. A documentação repressiva inserida no processo indenizatório

²⁷⁷ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4849-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls. 5.

trata-se da cópia do mandado de prisão expedido pela Justiça Militar (1ª Auditoria da 2ª circunscrição judiciária militar), certidão emitida pela Justiça Militar Federal (2ª Auditoria da 2ª circunscrição judiciária militar) e outra cópia de mandado de prisão encaminhado pela Justiça Militar (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar).

Salles narra no relato de seu processo que fora sequestrado e preso no bairro Menino Deus, junto de Luiz Carlos Dameto. A partir daí começa seu longo percurso por prisões gaúchas e paulistas até ser solto, contemplado pela Anistia em 1979. Era escritor, com isso produzira poesias nos locais repressivos por onde esteve. A denúncia de sua prisão mobilizara Carlos Drummond de Andrade numa das crônicas que o autor escreveu e só publicada no *Jornal do Brasil* de 20 de maio de 1985. Diz Drummond

[...] Tive a ocasião de sentir a importância dessa visita dos sábados no espírito de um preso (Antônio Pinheiro Salles) que há mais de oito anos aguarda a volta de um clima de justiça para todos, vagamente prometido e sempre adiado. A mulher ia vê-lo aos sábados, depois submeter-se a rigorosa inspeção policial. Ele não pensava noutra coisa, a visita. Sábado caminhava de mãos dadas com ela no pátio vigiado por fuzis, do alto das muralhas. Vigiado que fosse, era um passeio a dois, na pequena área que se dilatava o amor. Valia por todas limitações e vexações da semana. Esse direito mínimo lhe era respeitado. Mas um dia desses, incidente banal com um sargento comandante da guarda teve como consequência a supressão de sábado. O preso teria gritado com ele. Castigo: recolhimento à cela por três dias, e fim das visitas. O apelo para que a punição fosse adiada até que se recorresse à Auditoria Militar não mereceu atendimento. Aí está um homem sem sábado – sem o sábado que não afeta a segurança nacional, não põe em perigo as instituições e as promessas de abertura, não compromete ninguém. [...] ²⁷⁸

De sua prisão na Ilha não deixou muitos dados em seu processo, no entanto, relatou informações detalhadas sobre a repressão e seus agentes no livro “Confesso que peguei em armas” no qual escreveu – fotocópias de páginas dele estão no processo – reportando sua militância durante a ditadura. Numa das passagens cita com pormenores os “operários da violência” que Martha Huggins definira ao conceituar os perpetradores de sevícias em nome do Estado ditatorial. Na descrição comenta que listou nomes dos homens que o torturaram sem os analisar psicologicamente, mas sim como “peças de uma engrenagem” da repressão de Porto Alegre

²⁷⁸ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6072-1200/98-6, assunto: Indenizações. fls. 9.

[...] 1 – “Major”, “Doutor”: Delegado de Polícia *Pedro Carlos Seelig*, o homem que participava diretamente das sessões de tortura e comandava os demais torturadores. 2 – “Silvestre”: Inspetor *Nilo Havelha*, um dos mais violentos torturadores que pude conhecer. À simples aproximação dos seus passos característicos fazia com que determinada companheira pusesse sangue pela vagina. 3 – “Inspetor *Joaquim*”, o homem que não se cansava de vangloriar da precisão dos seus punhos. Às vezes olhava para um de nós, escolhia alguém que achava estar com “cara de bravo” e espancava com a “precisão” dos seus punhos. 4 – “Mão de Onça”, “Mão de Ferro”: *Tacy Oliveira*, homem de confiança do Seelig. 5 – “Maneco”, “Inspetor Eduardo”: *Paulo Artur*, antigo integrante de uma organização de esquerda (possivelmente como infiltração). Servia em outros órgãos repressivos também. 6 – Inspetor *Luís Carlos Nunes*, trabalhava no cartório e na sala de torturas. 7 – Investigador *Pires*, semelhante ao Nilo quanto ao uso da violência. 8 – “Tonho”, “Catarina”, “Goulart”, rapaz sorridente que sempre descobria uma tortura “nova”. 9 – Major *Átila Rohrsetzer*, ex-chefe da 2ª seção do Exército, do Centro de Informações do Exército (CIE). Usava soqueira de aço para bater. 10 – Delegado de Polícia *Walter Souza Pinto*, não batia, ficava na sala de torturas fazendo perguntas enquanto o preso estava sendo torturado por outros. 11 – Delegado de Polícia *Firminio (Lopes Cardoso ou Peres Rodrigues*, não estou certo), homem “educado” quando a gente estava sem capuz. 12 – Delegado de Polícia *Walter*, trabalhava no cartório e na sala de torturas. 13 – *Machado* participava de atividades burocráticas e, como os demais, também das torturas. 14 – Inspetora *Walquíria*, mulher que “acompanhava” as presas durante as torturas e revistava as visitantes. 15 – Major *Malhões*, autoritário até com seus colegas de tortura. 16 – “Fradinho”. 17 – “Boco Moco”: Inspetor *Felipe*. 18 – “Padre”. 19 – “Salgadinho”. 20 – Delegado de Polícia *Marco Aurélio Reis*, um dos velhos nomes conhecidos na prática da tortura. 21 – “Tio Ênio”: *Ênio Nalich Coelho*. 22 – Inspetor *Omar Gilberto Guedes Fernandes*. 23 – *Ivo Sebastião Fischer*. 24 – “Chispa”: Investigador *César*. 25 – “Cardosinho”: Investigador *Cardoso*. 26 – “Chapéu”. 27 – *Mello*. 28 – “Comissário Galã”: *Enerino Daixer*, segundo o que se comentava, era um dos responsáveis diretos pelo assassinato do sargento Manoel Raymundo Soares. Dizia-se que ele costumava levar presos para uma das praias do rio Guaíba: abria uma vala rasa e ali deitava a vítima, cobrindo seu corpo com areia; e então passava com o jipe sucessivas vezes por cima. O preso ficava com o corpo moído por dentro, nunca mais podendo se recuperar. [...] ²⁷⁹

César Augusto Tejera de Ré, natural de Alegrete, nascido em 13 de outubro de 1946, militou na VPR. Esteve detido de 18 de janeiro a abril de 1971 no DOPS; de abril a setembro de 1971 no 6º Regimento de Cavalaria – Alegrete; de setembro de 1971 a 10 de abril de 1972 na Ilha do Presídio. Os documentos repressivos vistos no processo indenizatório consistem na certidão emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária

²⁷⁹ Idem. fls. 21.

militar) e o relatório dos fatos e situações registradas nos arquivos da Subsecretaria de Inteligência (ex SNI); e no âmbito estadual a ficha do DOPS.

Conforme documento da Justiça Militar, César Augusto entrara na VAR-Palmares em meados de 1969, a convite do primo Luiz Eurico Tejera Lisboa. Em janeiro de 1970, passou a militar na VPR. Fez contatos em Santa Maria para montar na cidade uma base de apoio e um setor de imprensa para a organização. Em outra ocasião, auxiliou um companheiro a fugir do cerco da polícia, trazendo-o para Porto Alegre. No mesmo documento ainda foi apontado como um dos idealizadores do esquema de expropriação do mimeógrafo do Colégio Júlio de Castilhos.²⁸⁰

Na certidão da Subsecretaria de Inteligência (ex-SNI) está registrado que foi preso pelos agentes do DOPS, por ter envolvimento com as atividades da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Nessa época era industriário e trabalhava na Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel). Também consta em registro de fevereiro de 1971, originário da DCI/SSP/RS, mencionado como tendo pertencido ao “Setor da sabotagem” da VPR, onde usava o codinome “Dirceu”. Na sequência da certidão consta que

[...] De um trabalho elaborado pela 2ª sessão do III Exército, também em 1971, versando sobre a atuação da VPR no Rio Grande do Sul, extrai-se o seguinte sobre César: codinome “Dirceu”, integrante do “Setor do Interior” da organização, agitador desde os idos de 67, teve larga ação no meio estudantil, ingressou na VAR-Palmares e, com o “racha”, entrou na VPR. Em junho de 1971, foi indiciado em inquérito policial instaurado pelo DOPS para apurar as atividades militantes da VPR e “Movimento Comunista Revolucionário”, no Rio Grande do Sul [...] Em fevereiro de 1972, encontrava-se recolhido na Ilha do Presídio, aguardando julgamento. [...]²⁸¹

Delfino José Pereira Lobo, natural de Uruguaiana, nascido em 21 de junho de 1914, militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Encontrara-se confinado de 1963 a 1965 no Quartel de Santa Maria e de 1971 a 1972 no DOPS e Ilha do Presídio. A documentação repressiva existente no processo indenizatório reside na certidão nº 316/97 expedida pela Justiça Militar Federal e no plano estadual, registros da Polícia Civil.

²⁸⁰ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5819-1200/98-2, assunto: Indenizações. fls. 16.

²⁸¹ Idem. fls. 26-27.

Sua militância perpassou as duas fases repressivas destacadas na dissertação, evidenciando que sua participação política de resistência vinha desde a década de 1950 como mobilizador dos pescadores, havendo registros no DOPS dessa época. De sua prisão na Ilha do Presídio há somente o período que lá esteve e nada mais. Por sua indenização ter sido encaminhada pelo filho Luiz Carlos Lobo em virtude de ser falecido no período de solicitação, o processo não apresenta relato do preso como em outros. Isso dificultou avançar em mais informações sobre a militância do Delfino. As consequências de suas prisões políticas residem numa dor crônica da mão esquerda, dor no ânus, insônia, perda de emprego e o fato de ter virado um homem rude com a família, além de ter sofrido perdas financeiras.²⁸²

Edemar Meimes, natural de Sobradinho/RS, nascido em 26 de março de 1947, militou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Esteve preso de 14 de dezembro a fevereiro de 1971 no DOPS; de fevereiro a outubro de 1971 no Quartel da Companhia de Rádio São Gabriel; de outubro de 1971 a 10 de novembro de 1972 na Ilha Presídio; de 10 de novembro de 1972 a 7 de fevereiro de 1973 no Presídio Central. Os documentos repressivos consistem na certidão nº 2046/98 emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar) e em nível estadual, registros da Polícia Civil e da SUSEPE.

Em documento da Justiça Militar é mostrado que Meimes ingressou na VPR em abril de 1970. Que além de participar de ações de “desapropriação” de carros e de placas participou de outras como “assalto” (expropriação) ao Banco do Brasil de Gramado e do banco Itaú-América em Porto Alegre. Em dezembro de 1970 foi preso sendo levado para o DOPS, permanecendo lá por quatro meses, onde recebeu

[...] socos, chutes, choques elétricos por todo o corpo sendo também colocado no “pau-de-arara”. As sessões de torturas aconteciam a qualquer hora, principalmente pela noite; permanecia sem roupa e encapuzado; a espera pela hora da tortura era agonizante; às vezes avisavam para não comer nada no jantar – já sabiam que era o dia de serem torturados – entretanto, muitas vezes não eram chamados, a espera já se constituindo numa tortura psíquica intensa. Em abril de 1971, foi retirado do DOPS e levado a um quartel de São Gabriel. No caminho, promoveram sessões de fuzilamento falso. Nessa unidade militar permaneceu numa solitária por 5 meses, tendo como companhia apenas um colchão e dois cobertores; no período nunca recebeu visitas e não podia sair ao pátio receber sol. Após foi transferido para a Ilha do Presídio [...]²⁸³

²⁸² APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1851-1200/98-8, assunto: Indenizações. fls. 21.

²⁸³ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4350-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 20.

Eloy Martins, natural de Laguna/SC, nascido em 1º de dezembro de 1911, militou no PCB. Esteve detido por três vezes: de 30 de junho de 1971 a 17 de abril de 1972 entre prisões de São Paulo e Porto Alegre; de 1º de maio de 1972 a janeiro de 1973 na Ilha do Presídio; de janeiro a novembro de 1973 no Presídio Central – Porto Alegre. A documentação repressiva inserida no processo indenizatório tratou-se da certidão emitida pela Justiça Militar (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar) e uma intimação da Polícia Federal, na esfera estadual, registros na SUSEPE e no Instituto Geral de Perícias.

Martins em suas prisões passou por locais em São Paulo e Rio Grande do Sul principalmente pelas atividades sindicais (líder metalúrgico), pertencer ao Partido Comunista Brasileiro, responsável pela agitação e propaganda do partido em terras gaúchas. Mesmo comprovando que sua militância acontecia no RS e não em SP, permaneceu preso em São Paulo, revelando a articulação entre os aparatos repressivos dos estados, depois da centralização das “comunidades de informações e de segurança”. Esteve preso na Operação Bandeirante (OBAN), passou pelo Presídio Tiradentes, DEOPS/SP, e depois acabou sendo transferido à Ilha do Presídio em Porto Alegre²⁸⁴. Local que lembra em seu livro de memórias

[...] Havia no local apenas dois prédios; num estava instalada a carceragem e no outro ficavam as celas. A ilha, como tal, era apazível, pequena, cheia de rochas, alguns arvoredos com sombras maravilhosas para uma sesta nos dias de verão. Dela avistava-se uma parte de Porto Alegre e outra da cidade de Guaíba. Todos dias apreciava uma variedade de tipos de embarcações, inclusive navios de barra-afora, que pelo canal do rio passavam de norte a sul e vice-versa, sendo que outros de menor calado tomavam outras direções. Se não fosse estarmos presos sob a vigilância rigorosa de uma escolta da Brigada Militar e da Polícia do Grupo de Operações Especiais (GOE), dentro das condições impostas pelo regime carcerário, e se a Borregard não expelisse quase que diariamente pelas suas chaminés, seu pestilento mau hálito, talvez nosso sofrimento ali fosse menor. [...] ²⁸⁵

No mesmo livro descreve que os presos políticos ao receberem visitas aos domingos solicitavam as famílias trazerem alimentos que eram colocados numa cela transformada em cozinha. A alimentação era controlada pelo coletivo que se formou na prisão. As regras e as

²⁸⁴ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3498-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 6.

²⁸⁵ MARTINS, Eloy. Tempo de Cárcere: memórias. Porto Alegre: Editora Movimento, 1981. p. 164.

formas estabelecidas pelos presos no funcionamento de dois coletivos tornaram-se aspecto importante no que concerne a sociabilidade estabelecida no local. Eloy mostra suas impressões de quando chegara na Ilha

[...] Na cela transformada em cozinha existiam prateleiras, onde eram guardados os alimentos levados pelos familiares. Nós, os recém-chegados, notamos haver algo estranho, os comestíveis estavam separados, pertenciam a dois grupos. Ignorávamos ainda porque da divisão, quando fomos convidados por um dos grupos para uma conversa, na qual nos foi informado o seguinte: havia aqui um coletivo funcionando com o objetivo de atender as necessidades que surgiam e a limpeza do recinto ocupado por nós. Nomeava-se uma comissão de três companheiros, pelo prazo de um mês. Ela escalava aqueles que deveriam fazer a limpeza e cuidar da cozinha cada dia; realizavam um balanço das necessidades do pessoal e tratava de outras questões. Estávamos procurando uma forma para realizarmos estudos em conjunto. Desentendimentos posteriores dividiram-nos, cuja divisão permanece até hoje. Estivemos mais uma vez com esse mesmo grupo, enquanto outro se esquivava do contato mais estreito conosco. Diante dessa situação, não compreendida por quem recentemente havia chegado, ficamos como uma terceira facção sem sermos, tão somente porque não podíamos tomar posição a favor deste ou daquele grupo, antes de ouvirmos todos os companheiros, mesmo porque tínhamos ponto de vista firmado de batalharmos por um coletivo unificado contra a divisão. Nossa pretensão, no entanto, não foi efetivada. [...] ²⁸⁶

Martins destaca também na obra a relação dos presos políticos e presos comuns, onde alguns desses eram enquadrados na LSN. Evidentemente a elasticidade da punição que os preceitos de segurança nacional possuíam, atingiam esses presos considerados “marginais”. Nem todos estavam enquadrados nela como assinala o autor

[...] éramos quarenta e oito, mais vinte presos comuns, destes últimos, os que não estavam enquadrados na LSN viviam numa cela grande, independente de nós, mas como se encontravam no mesmo presídio tinham contato conosco, porém nos respeitavam. Quase todos eram marginais por profissão, produto desta sociedade que coloca no caminho da delinquência uma multidão de criaturas. Apesar de tudo e antes de tudo eram seres humanos, mesmo sendo tratados como seres irracionais. Entre eles havia elementos interessantes, e nós presos políticos tratávamos todos, com a devida precaução, como pessoas e não como bichos. [...] ²⁸⁷

²⁸⁶ Idem. p. 166.

²⁸⁷ Idem. p. 165.

Flávio Gil Reis, natural de Porto Alegre, nascido em 19 de setembro de 1951, militou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Esteve preso em diferentes locais: de 10 de dezembro a abril de 1971, no DOPS; de 2 de abril a maio de 1971, no 18º Regimento de Infantaria – Porto Alegre; de 20 de maio a agosto de 1971, no 6º Regimento de Cavalaria – Alegrete; agosto de 1971 a fevereiro de 1972, na Ilha do Presídio e de 10 de novembro de 1972 a fevereiro de 1973, no Presídio Central. Os documentos repressivos existentes no processo indenizatório consistem na certidão circunstanciada nº 4217/98 emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar), registro de fatos e situações contidas no relatório da Subsecretaria de Inteligência (ex SNI) e, em nível estadual, registros da SUSEPE e da Polícia Civil em inquéritos abertos pelo DOPS.

Reis foi preso em casa sendo conduzido ao DOPS. Por lá passou pelos interrogatórios e torturas com objetivo de confessar participação em assaltos a bancos, atividades de resistência e para que delatasse companheiros. Conforme seu relato no processo, as torturas consistiram no pau-de-arara, caldo (afogamento), “Maricota” (choques elétricos), “pirelli” (palmatória) e “telefone” (tapas nos ouvidos simultaneamente). Estas práticas foram diárias por algumas semanas. Acabou sendo deslocado para o 18º RI de Porto Alegre, lugar no qual ficou quarenta dias numa solitária, período que esteve detido junto de Carlos Alberto Tejera de Ré, o “Minhoca”.²⁸⁸ Este registrou o momento em que fora preso na companhia de Gil

[...] Dentro da caminhonete na qual me jogaram, estavam, além de policiais, dois companheiros: um deles, algemado às costas, com os olhos vendados e sem camisa, era queimado no peito em brasa de cigarro do policial postado ao seu lado. A caminhonete fedia à carne queimada, era meu companheiro e amigo desde os tempos do Colégio Júlio de Castilhos, Flávio Gil Reis, o Flavinho, que eu tinha contatado e colocado em uma instância da organização, que chamávamos de simpatizantes. Este companheiro foi muito importante porque, no período em que fez serviço militar, por ser culturalmente bem preparado, se distinguia do resto da tropa. [...] Na caminhonete, fui atirado no banco da frente. O que foi erro da própria polícia. Era motorista, eu e mais um policial. Atrás, dois policiais e Flavinho. Na “cachorreira” o outro companheiro e mais dois policiais. [...]²⁸⁹

²⁸⁸ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6696-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls.9.

²⁸⁹ TEJERA DE RÉ, Carlos Alberto. “Você sabe bem o que está fazendo, filho?” In: PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia M; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. – 3ª ed. – Porto Alegre: ALRGS, 2014. (v.2. Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”). p. 176-177.

Depois foi transferido para a Ilha do Presídio, onde teve contato com outros presos que ficaram registrados em livros de Índio Vargas e Jorge Fischer. Neste último podemos observar o relato de quando Reis chegou no local

[...] Um dia veio a notícia: Flavinho estava preso no DOPS há dias e, amanhã, seria transportado para a Ilha. Sempre que um novo companheiro chegava ao presídio formávamos uma comissão de recepção. O recém-chegado era recebido no pranchão de desembarque pelos elementos da comissão, que lhe explicavam as particularidades da Ilha, o tipo de distanciado relacionamento que se havia estabelecido com a repressão – representada, ali, por Cantuária [...] No outro dia, de manhã cedo, postamos todos no pátio diante do cadeião, de onde se tinha uma vista abrangente sobre o Guaíba. De repente alguém avistou um ponto negro no horizonte e gritou: – Lá vem a Arca de Noé. Era como chamávamos a sacolejante lancha da polícia que em precárias condições, transportava prisioneiros para a ilha. [...] Flavinho não era mais que um garoto de dezenove anos, de baixa estatura, olhar vivo e percuciente. Tão logo desembarcou, foi saudado pela comissão: – Bem-vindo em terra firme, companheiro. E Flavinho, olhando ora para nós, ora para os policiais que o cercavam: – Quando se põe o pé na terra “deles”, nunca se pode dizer que se está pisando em terra firme!²⁹⁰

Francisco Martinez Torres, natural de Sevilha/Espanha, nascido em 24 de março de 1949, militava na VAR-Palmares. Esteve detido em abril de 1970, no DOPS, Presídio Central e Ilha do Presídio; em janeiro de 1971 no Quartel de Reconhecimento Mecânico da Serraria e de janeiro de 1971 a 1973, na Ilha do Presídio. A documentação repressiva inserida no processo indenizatório reside na certidão nº 434/98 expedida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar, e no plano estadual, ficha do DOPS.

Conhecido pelo codinome “Paco”, Torres foi um dos indiciados pelo DOPS sob a acusação dos “assaltos” (expropriações) ocorridos na Caixa Econômica Federal (José do Patrocínio); Sulbanco (Petrópolis); carro do Banco do Brasil com dinheiro da Ultragás; na agência do União de Bancos em Cahoeirinha; e no Banco do Brasil (Viamão). Conforme as notícias da época contida em seu processo – *Folha da Tarde* de 13 de maio de 1970 – o dinheiro obtido foi distribuído às organizações VAR-Palmares, VPR e M3G.²⁹¹ Todas essas “expropriações” foram comandadas por Edmur Péricles Camargo.

²⁹⁰ NUNES, Jorge Fischer. Op. Cit. p. 107

²⁹¹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6618-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls.13-14.

Sendo perseguido pela repressão por essas participações, foi preso por ocasião da tentativa de sequestro do cônsul estadunidense em Porto Alegre, em abril de 1970. Sofreu sevícias e maus tratos, passando por diferentes órgãos repressivos da capital gaúcha, sendo marcante a estada no Quartel do Regimento de Cavalaria Mecânico da Serraria, como testemunha Índio Vargas no livro sobre a Ilha de Christa Berger

[...] Paco foi transferido para o quartel da Serraria. Outro a ser castigado. Essa remoção inexplicável deixou atônito o coletivo – ninguém sabia o que estava ocorrendo, era um mistério. Paco, a pessoa que melhor se relacionava com os companheiros, com os presos comuns, e com os guardas da ilha, tinha um temperamento oposto ao que cria problemas: solucionava-os. Por que sua transferência para um quartel? O que teria feito? Ninguém sabia. Foi levado para o quartel, trancafiado numa cela durante muitos meses e enlouqueceu. Elvaristo e eu o vimos nesse estado um dia no dia DOPS, onde fomos levados para prestarmos depoimento na Auditoria Militar. Paco estava a nossa frente, no DOPS, olhando-nos com olhar vago, não nos reconheceu. Depois que Paco se afastou e foi para uma sala da frente brincar com uma bolinha de gude, perguntei ao Delegado Pedro Seelig o que havia com Paco e tive a resposta: – Levaram o rapaz para o quartel da Serraria e agora mandaram nesse estado para cá. Vão querer largar o ‘pepino’ para cima de mim. Creio que em fevereiro ou março de 1971 – sei que era uma tarde de verão. Paco chegou à ilha de volta do quartel. Nós os recebemos com muito afeto, mas ele não reagiu normalmente. Era um homem apático, quase abúlico, reflexo lento, olhar sem expressão. Não era nem sombra daquele que deixou a ilha, bom de bola na hora do sol. [...] ²⁹²

Isko Germer, natural de Indial/Santa Catarina, nascido em 2 de fevereiro de 1932, 2º tenente expurgado da Brigada Militar, militava na VPR. Esteve confinado por três momentos: de 10 de agosto a 3 de setembro de 1970, no 19º Regimento de Infantaria – São Leopoldo; de 21 de janeiro de 1971 a 10 de novembro de 1972, na Ilha do Presídio e de 11 de novembro de 1972 a 16 de março de 1973, no Presídio Central. Os documentos repressivos disponíveis no processo indenizatório são: certidão nº 3881/98 emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar), documento com registros de fatos e situações contidos no arquivo da Subsecretaria de Inteligência (ex SNI). Em nível estadual, ficha do DOPS e uma solicitação de reincorporação de Isko a Brigada Militar, contemplado pela Lei de Anistia nº 6683/79.

²⁹² BERGER, Christa [et al]. Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias. Porto Alegre: Libretos, 2008. p. 109.

Germer foi oponente da ditadura desde o Golpe de 1964, defensor das ideias brizolistas e integrante da Brigada Militar. Era segundo tenente quando foi expulso da corporação por questões políticas depois da implementação do Ato Institucional nº 1. Seu nome é citado nos livros de memórias de ex-presos políticos como de Índio Vargas (Guerra é guerra, dizia o torturador), Jorge Fischer (O riso dos torturados) e Maíldes Alves de Mello (O jantar dos inocentes) com momentos de sua militância. Em notícia do jornal *Folha da Tarde* de 21 de janeiro de 1971 com manchete “É o DOPS caçando os ‘pontas-de-lança’ da subversão” mencionando que:

[...] Isko foi preso por diversas vezes, mas conseguiu escapar da Justiça Militar. Em certa ocasião, quando estava recolhido à Ilha do Presídio, o terrorista planejou, juntamente com outros presos, uma fuga em massa. As autoridades informaram que Isko Germer tem sido um profissional da subversão e um mercenário do contrabando de armas, tendo ido a Cuba, com vários asilados brasileiros fazer um curso de aperfeiçoamento de sabotagens e guerrilhas. [...] participou da VAR-Palmares. Ingressou posteriormente na VPR, onde se encontra militando. É o encarregado das seguintes missões: 1) instalação de “aparelhos”, em locais adequados, que servissem de prisão, mais tarde, para autoridades sequestradas; 2) planificação e execução de autoridades nacionais e estrangeiras, com posterior eliminação e desaparecimento do cadáver; 3) encarregado na fabricação de bombas, minas granadas e material incendiário para as operações de sabotagem. Isko Germer, como chefe do setor de sabotagem liderou nesta capital o atentado ao Círculo Militar e tomou parte ativa nos assaltos ao Banco Itaú América (agência Hospital Nossa Senhora da Conceição), e à Caixa Econômica Federal (agência José de Alencar, Menino Deus) [...] ²⁹³

As filhas Stella Maris Germer Moraes e Iara Maria Germer escreveram depoimento sobre o pai, como documento do processo. Contaram que desde o apoio que dera a Brizola na resistência ao Golpe de 64 sofrera com perseguições políticas. Lembram quando crianças, depois de meses a procura da mãe pelo pai, preso, descobriram que se encontrava no quartel de São Leopoldo. Foram visitá-lo e quando Isko as viu começou berrar na grade e elas, crianças, foram correndo ao encontro dele, quando, foram advertidas para voltarem com as armas dos policiais apontadas. Passou por outros órgãos repressivos como destacado anteriormente, no entanto as filhas revelam detalhes de sua prisão na Ilha

²⁹³ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6618-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls. 32-33.

[...] Em sua trajetória como perseguido político, amargou, ainda, a prisão na Ilha do Presídio, onde íamos vê-lo os domingos. A visitação era feita da seguinte maneira: inicialmente, éramos submetidas a uma revista minuciosa, que incluía o manuseio de nossos corpos, por policiais femininas, dentro do Posto do Corpo de Bombeiros localizado na Vila Assunção. Ali após a liberação, entrávamos no barco que nos conduzia até a Ilha, onde nosso pai, acompanhado de outros companheiros, aguardava, com ansiedade, os familiares. Lá passávamos a normalidade. Dentre os companheiros que passaram para a Ilha, nos lembramos de Jorge Sobrosa, do Meirelles, do Joca, dos irmãos De Ré, Atanásio, Paco, Airton Burmann, Raul Pont, Fischer, Beto Chagas, e tantos outros que não é possível nominar. Depois da ilha veio para o Presídio Central [...]²⁹⁴

Jorge Sobrosa de Souza, natural de Santa Maria, nascido em 24 de agosto de 1941, militava na VPR. Esteve recolhido de 12 de dezembro de 1970 a 7 de fevereiro de 1973, passando pelo DOPS/RS, OBAN, DOPS/SP, Ilha do Presídio e Presídio Central. A documentação repressiva existente no processo de indenização reside na certidão nº 570/98 emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar), em nível estadual certidão expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, registros da SUSEPE e da Polícia Civil.

De acordo com seu relato, Jorge foi preso pelo DOPS gaúcho quando se encontrava num “aparelho” da organização, isolado sem manter contatos com outros companheiros. Por diversas vezes foi ameaçado de morte, além de ser torturado, muito em função de ter irmão militante na VPR. Ele e os irmãos foram enviados a São Paulo, sendo entregues à Operação Bandeirantes (OBAN), onde foram conduzidos para celas solitárias chamadas de “cofre forte”. Lá descobriu que o órgão era comandado pelo major Carlos Brilhante Ustra. Depois foi levado para DEOPS paulista, enquanto o irmão permanecia na OBAN. Nessas condições narra que

[...] fiquei e uma cela com outros dez companheiros. Após quarenta dias de prisão passei a ser violentamente torturado, durante vários dias, por policiais comandados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Por diversas vezes ouvi o delegado paulista conversando ao telefone com o delegado Pedro Seelig, do DOPS de Porto Alegre, ocasião que trocavam informações sobre a necessidade de continuarem me torturando. Em fins de 1971 fui conduzido de volta a Porto Alegre, tendo passado pelo DOPS e logo a seguir levado

²⁹⁴ Idem. fls. 12-13.

para a Ilha do Presídio, no Guaíba, local onde encontravam outros presos políticos. [...] ²⁹⁵

José Angeli Sobrinho, natural de Erechim, nascido em 20 de dezembro de 1937, militou no POC e MCR. Encontrou-se preso de 26 de janeiro a fevereiro de 1971 no DOPS; de fevereiro a outubro de 1971 no 6º Regimento de Cavalaria de Alegrete; de outubro de 1971 a 11 de novembro de 1972 na Ilha do Presídio; e de 11 de novembro de 1972 a 7 de fevereiro de 1973 no Presídio Central. Os documentos repressivos inseridos no processo indenizatório consistem na certidão nº 2047/98 emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar); registro da Procuradoria da Justiça Militar e em âmbito estadual, a ficha do DOPS.

Sobrinho foi preso pelos agentes do DOPS ao cobrir um “ponto” na rua Presidente Roosevelt em Porto Alegre. Sendo levado para interrogatórios e sessões de torturas que lembra ter sofrido ao som, ligado bem alto, tocando músicas de Roberto Carlos. Encontrou ali vários companheiros “amontoados como gado indo pro matadouro”.²⁹⁶ Depois de um tempo de sevícias, com o olho esquerdo apresentando problemas derivados da violência que estava submetido, foi transferido para Alegrete, junto de outros companheiros. Diz em seu relato que era mais “leve” que o DOPS, mesmo que ainda uma prisão “dura”. Com a chegada do inverno teve problemas com crises respiratórias (asma) que o impedia de dormir. Não sabendo se por isso ou não, foi transferido para a Ilha do Presídio, local descrito abaixo

[...] Na ilha, salvo alguns presos comuns e as duas guardas (polícia civil e militar) tínhamos o prédio todo para nós. Isso nos aliviou parcialmente de uma das maiores angústias de um preso: a necessidade de isolar-se por algum tempo. Ali encontramos muitos outros companheiros, alguns velhos conhecidos, outros que sabíamos militantes de outras organizações, mas sem conhecê-los pessoalmente. Com a nossa chegada completou um total de cinquenta e seis presos políticos na ilha na época em que foram todos ali concentrados vindos de outras prisões do estado. Obedecendo as normas impostas pela segurança tínhamos bastante liberdade na ilha já que as possibilidades de fuga eram nulas. Assim mesmo sofríamos “batidas” a procura de coisas proibidas. Em uma dessas batidas me levaram o texto quase completo de um romance que escrevia a duras penas num caderno escolar. Foi uma perda muito sentida já que aquele texto era uma espécie de lugar secreto onde eu me refugiava. Às vezes súbitos alvoroços por parte da

²⁹⁵ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4566-1200/98-1, assunto: Indenizações. fls. 14.

²⁹⁶ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4349-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls. 5.

guarda resultavam em invasões de nossas celas. Ficávamos horas contra a parede do salão principal enquanto os policiais procuravam não se sabia o quê. Uma ocasião alguma coisa excepcional aconteceu. O tenente Dario Viana e eu fomos retirados da ilha e levados para um hospital militar onde passamos quarenta dias sem saber exatamente o motivo dessa transferência. Uma das irmãs dos Geisel (Ernesto e Orlando) estava internada lá e certo dia fomos visitados por Ernesto Geisel que nos olhou longamente e fez algumas perguntas para Dario. Eu só fui premiado com um olhar depreciativo. A um general (futuro ditador) não ficava bem falar com um civil e ainda por cima terrorista. Sem qualquer aviso fomos levados de volta para a Ilha causando uma grande agitação entre os companheiros que desconheciam nosso destino e já pensavam o pior. Na ilha conseguimos visitas, trabalhos manuais e leituras. Criamos grupos de estudos e conseguimos avanços como organizar nossa própria cozinha, enviar e receber cartas (embora passassem pela censura) e ter roupas e agasalhos melhores. Agora, no ar úmido da ilha, tinha constantes acessos de asma e dores de cabeça cada vez mais fortes. Conseguia alguns remédios por intermédio de parentes dos companheiros presos. Foi organizado um serviço de vendas dos artesanatos que fazíamos pelas famílias dos presos, que nos permitia enviar algum dinheiro para nossas famílias. Com a alimentação, banhos de sol e tranquilidade da ilha conseguimos nos recuperar bastante fisicamente. [...] ²⁹⁷

José Clayton da Silva Vanini, natural de Porto Alegre, nascido em 17 de junho de 1948, militou na VPR. Esteve detido de 13 de dezembro de 1970 a 3 de janeiro de 1971 no DOPS; de fevereiro a outubro de 1971 no 9º RCB de São Gabriel; e de outubro de 1971 a 10 de novembro de 1972 na Ilha do Presídio. A documentação repressiva contida no processo de indenização trata-se da certidão nº 3608/98 emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar), registros da Procuradoria da Justiça Militar, e no plano estadual, ficha do DOPS e registros da Polícia Civil.

Vanini atuava no movimento estudantil antes de ingressar na luta armada. No fim de 1970 foi preso pelo DOPS, sendo levado para interrogatórios e sessões de torturas, sendo vendado, recebendo tapas e pontapés. Conforme relata, mais tarde foi conduzido a uma peça (“fossa”) por diversas vezes, sendo interrogado sob tortura física e psicológica. Conta ainda que

[...] foi submetido a sessões de choques elétricos, ao pau-de-arara, agressões morais, socos e tapas. Sofreu a angustiante espera da próxima hora ou dia que seria chamado para novos interrogatórios, ouvia gritos de companheiros sob tortura, constituindo-se numa situação de extrema ansiedade. Após um mês e meio no DOPS foi conduzido a um quartel do exército no interior do

²⁹⁷ Idem. fls. 7-8.

Estado, em São Gabriel. Lá, ficou isolado em torno de dois a três meses. Depois, foi reconduzido a Porto Alegre, indo para a Ilha do Presídio onde permaneceu por 16 meses. [...] ²⁹⁸

Luiz Carlos Dametto, natural de Carlos Barbosa, nascido em 14 de fevereiro de 1944, militou na VAR-Palmares e VPR. Encontrou-se recolhido de 12 de dezembro de 1970 a 5 de março de 1971 no DOPS; de 5 de março a setembro de 1971 no Quartel de Alegrete; de setembro de 1971 a 6 de junho de 1972 na Ilha do Presídio; de 6 de junho de 1972 a 2 de março de 1973 no Presídio Central. Os documentos repressivos existentes no processo indenizatório residem na certidão nº 430/98 expedida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar), na sentença da Justiça Militar sobre a apelação 35467-RS, e em nível estadual, certidão do Tribunal Regional Eleitoral e registros da SUSEPE.

Dametto iniciou sua participação na luta armada pela VAR-Palmares, ingressando posteriormente na VPR, a convite de Felix Rosa. Atuou em ações como no “assalto” (expropriação) ao carro do Banco Brasul em março de 1970 em Canoas; na tentativa de sequestro do cônsul estadunidense em 4 de abril de 1970 em Porto Alegre; no “assalto” da Caixa Econômica Federal do bairro Menino Deus em 10 de junho de 1970; na tentativa de “assalto” do Banco do Brasil de Gramado em 26 de junho de 1970; “assalto” a Companhia de cigarros Flórida em 13 de agosto de 1970; no “assalto” da SAMRIG em 8 de setembro de 1970; na tentativa de incêndio na sede náutica do Círculo Militar em 1º de dezembro de 1970 e no “assalto” ao Banco Itaú América na agência do hospital Nossa Senhora Conceição em 10 de dezembro de 1970. ²⁹⁹

Foi preso pelos agentes do DOPS por onde passou por torturas que lhe deixaram marcas, pois mesmo saindo de lá e percorrendo por outros locais repressivos carregava esse medo de retornar como se vê abaixo quando se refere ao período que esteve na Ilha

[...] a ameaça era sempre o DOPS, não deixando ninguém tranquilo. Infelizmente, para mim esta ameaça se confirmou no dia que atracou na ilha o barco utilizado pela polícia e fui levado ao DOPS, ficando por lá uns 4 ou 5 dias, sendo submetido novamente a todas as torturas sofridas nos primeiros dias de prisão, como o “pau-de-arara” e choques elétricos. O motivo do novo

²⁹⁸ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4862-1200/98-5, assunto: Indenizações. fls. 6-7.

²⁹⁹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5547-1200/98-8, assunto: Indenizações. fls. 19.

interrogatório é que queriam saber dos companheiros que estavam em liberdade [...] ³⁰⁰

Miguel Viustou Golobiescki Maslak, natural de Guaíba, nascido em 1º de novembro de 1943, pertenceu ao PCB, VAR-Palmares e VPR. Esteve detido de 27 de janeiro a 30 de abril de 1971 no DOPS; de 30 de abril a 22 de agosto de 1971 no 7º Regimento de Cavalaria em Alegrete; e de 22 de agosto de 1971 a 28 de janeiro de 1972 na Ilha do Presídio. A documentação repressiva inserida no processo de indenização trata-se da sentença da Justiça Militar dada na época, da certidão nº 563/98 expedida pela Justiça Militar Federal, e na esfera estadual, atestado e ficha do DOPS.

Maslak conforme relata, desde cedo, iniciou sua participação na política estudantil, participando de passeatas, assembleias e distribuição de panfletos. Foi assim que ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) quando ainda estudava na faculdade. Depois de formado seguiu nas atividades políticas, se envolveu em atividades clandestinas de resistência. Tornou-se, nessa época, funcionário da Secretaria de Agricultura e aprovação no exame para professor na Faculdade de Agronomia. Mas junto disso veio a prisão que complicou sua vida profissional. Sendo preso por agentes do DOPS descreve o momento quando lá chegou

[...] recebeu socos e pontapés. Nos dias subsequentes foi torturado com choques elétricos e colocado no pau-de-arara por diversas vezes, em sessões alternadas. Recebeu choques elétricos em várias partes de seu corpo, como mãos, orelhas, dedos dos pés, pênis e boca (com introdução de bombril molhado, os fios implantados nele). Por diversas noites foi privado de dormir. Permaneceu no DOPS de janeiro até a páscoa, quando foi transferido para Alegrete; lá ficou até agosto. Posteriormente, vindo de Alegrete, foi conduzido à Ilha do Presídio, em Porto Alegre. Ao todo, ficou preso por um ano e um dia. Mais tarde, foi julgado e absolvido por insuficiência de provas. Perdeu seu emprego na Faculdade de Agronomia da UFRGS, não conseguindo recuperá-lo; de igual forma perdeu seu emprego na Secretaria da Agricultura. [...] ³⁰¹

Nelson Danilevicz, natural de Porto Alegre, nascido em 28 de outubro de 1943, militou no POC. Esteve confinado de 8 de agosto a 8 de setembro de 1971 no DOPS; de 8 de setembro a 20 de novembro de 1972 na Ilha do Presídio. Os documentos repressivos contidos

³⁰⁰ Idem. fls. 5.

³⁰¹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4227-1200/98-2, assunto: Indenizações. fls. 22-23.

no processo indenizatório residem no mandado de prisão expedido pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar) e em nível estadual, registros da Polícia Civil.

Danilevcz em seu relato descreve como foi preso, quando participava de uma reunião da coordenação geral do POC na casa de um companheiro. Os agentes do DOPS quando a descobriram estavam despreparados para realizar a prisão, pelo fato de ter sido de surpresa, já que buscavam uma jornalista da editora “Abril”. Quando chegou ao DOPS sofreu maus-tratos e sevícias no “pau-de-arara”, choque elétrico em diversos pontos do corpo, “Maricota” – nome dado ao magneto ligado com fios na vítima (choque de corrente contínua: nas pernas, lobo da orelha, genitais e outros) –, espancamento generalizado e socos no abdômen. Os momentos da prisão e chegada ao local repressivo, Nelson narra

[...] Entrei num Jeep e fui algemado no cano que sustenta a lona. Sabendo que pessoas desapareciam e ou eram mortas. Sabendo que estava entrando num mundo onde os direitos humanos não existiam e já estava experimentando isso. Algemado, me senti impotente e a mercê das “bestas”. Senti medo enquanto o carro andava. Era como uma viagem para um abismo em que o tempo não iria mais existir. [...] Estacionaram no pátio do Palácio da Polícia. Fomos conduzidos por suas entranhas até as dependências do DOPS. Atrás de nós fechava-se um mundo de direito relativo e um mundo de direito nenhum, sequer a própria vida. Um capuz preto selava o início e um pesadelo. Na sombra do capuz, de olhos fechados ou abertos, era como estar num pesadelo e acordar dentro de outro pior. Eu não tinha o menor controle sobre os pensamentos nem sobre a razão. Fui posto sentado num banco de madeira, talvez por uma hora alienado de tudo, sentindo apenas uma forte dor no abdômen. [...] ³⁰²

Sobre sua prisão na Ilha do Presídio nada afirmou além do período que esteve por lá, fato ocorrido juntamente de outros companheiros do POC. A organização depois da “queda” foi noticiada na *Folha da Tarde* de 28 de setembro de 1971 com a manchete “Segurança anuncia que POC chegou ao fim”. O texto da notícia revelava a estrutura da organização que a repressão possuía

[...] Em Porto Alegre, foram localizados três “aparelhos” e apreendida grande quantidade de material doutrinário, mimeógrafos, armamentos, documentos e arquivos. Nos “aparelhos” era impresso o panfleto

³⁰² APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3895-1200/98-1, assunto: Indenizações. fls. 8.

“Resistência Operária”, distribuído pela organização junto aos operários e as Universidades. O POC estava estruturado no Rio Grande do Sul com um comando regional e com os seguintes setores: operário, estudantil e interno (imprensa). Contava ainda com o apoio logístico de elementos vinculados à imprensa, particularmente da Editora “Abril” de Porto Alegre. [...] ³⁰³

Raul Jorge Anglada Pont, natural de Uruguaiana, nascido em 14 de maio de 1944, militou no POC. Esteve preso de 25 de agosto a 15 de setembro de 1971 na OBAN/SP; de setembro a dezembro de 1971 na Ilha do Presídio; de janeiro a dezembro de 1972 no Presídio Tiradentes e Ilha do Presídio. A documentação repressiva inserida no processo de indenização consiste na certidão circunstanciada nº 4539/98 emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar), e em âmbito estadual, registros da Secretaria de Segurança Pública e do DOPS. ³⁰⁴

Pont teve participação no POC a partir de junho de 1969, em panfletagens, comícios e passeatas por ocasião da visita do Rockefeller ao Brasil. No segundo semestre de 1968, participou do congresso de Ibiúna/SP. Em 1969, fez parte do comitê universitário do POC. Em fins de 1970, passa a atuar em São Paulo. Nesta mesma época na conferência regional do POC foi indicado para integrar a direção regional do partido, ficando responsável do setor estudantil. ³⁰⁵ Em artigo escrito em memória aos cinquenta anos do POC, refletiu sobre os desafios que se colocavam à resistência da ditadura na época

[...] Os anos 1970 e 71 foram duríssimos e as opções de apenas sobreviver sem militância e sem exposição públicas ou sair para o exílio eram quase imperativas. Apesar do POC ter reafirmado em seu programa de fundação a validade de uma estratégia de guerrilha, sem abandonar o papel dos trabalhadores e dos grandes centros urbanos na via insurrecional, não havia uma concepção de predominância, de oportunidade imediata dessa tese na conjuntura que vivíamos. Esta era de sobrevivência, formação de quadros, acumulação política. [...] O debate sobre nos prepararmos e realizarmos ações armadas, portanto, ficou restrito a direção partidária e a direção estadual de São Paulo. Antes da discussão percorrer o conjunto do Partido, ainda no primeiro semestre de 1970, a cisão na direção levou a ruptura no Partido. [...] O POC foi mantido a partir das seções de SP e RS, mas a

³⁰³ Idem. fls. 25.

³⁰⁴ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6771-1200/98-0, assunto: Indenizações.

³⁰⁵ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3394-1200/98-8, assunto: Indenizações. fls. 84-85.

divisão enfraquecia ambos e tornava mais difícil a sobrevivência da organização. [...] ³⁰⁶

O enfraquecimento provocado pela divisão da organização foi um dos motivos do POC ter sido dissolvido e muitos de seus membros que militavam no Rio Grande do Sul “caírem” presos. Nos diferentes locais repressivos por onde passou, Pont comenta que a Ilha do Presídio apresentava um convívio mais flexível comparados aos outros presídios por onde passou, destacando a

[...] rotina dos presos políticos na Ilha, durante o dia a celas ficavam abertas. Somente o portão central é que permanecia fechado. Então, os militantes ficavam com todo o espaço do corredor, para caminhar e se reunir – o que gerava costumeiros e acalorados debates. Havia uma sala grande que não era utilizada, onde os presos. Além disso, aquele era o espaço onde depositavam o material para a produção de artesanatos como trançados de plástico para bolsas e sacolas. O propósito desta atividade era auxiliar as famílias de presos que passavam para vender na cidade. Neste mesmo espaço, também, foi organizada uma biblioteca. Os livros eram levados pelos visitantes, que trocavam as capas para evitar que fossem barrados. A guarda olhava a capa, mas não olhava o conteúdo. E lá dentro o livro tinha conteúdo considerado subversivo, dizia ele. [...] ³⁰⁷

Sílvio Einloft Pereira, natural de Porto Alegre, nascido em 17 de janeiro de 1949, militava no POC. Esteve detido de 5 de agosto a 10 de setembro de 1971 no DOPS; de 10 de setembro a 10 de dezembro na Ilha do Presídio. Os documentos repressivos existentes no processo indenizatório tratam-se da certidão nº 124/91 MI emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar), relatório da Procuradoria da JMF, e no âmbito estadual, registros da Polícia Civil e do DOPS.

De acordo com o documento repressivo que versa sobre a POC, menciona que Pereira ingressou no PCB em meados de 1967. Em 1969 entrou no POC, sendo designado para atuar no setor de imprensa, recebendo paralelamente formação política. Ainda no documento destaca que em outubro de 1970 foi colocado na direção regional do partido. ³⁰⁸ De sua estada

³⁰⁶ PONT, Raul (org). 1968-2018: 50 anos do POC. Porto Alegre: Renascença, 2018. p. 78-79.

³⁰⁷ BERGER, Christa [et al]. Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias. Porto Alegre: Libretos, 2008. p. 80.

³⁰⁸ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3394-1200/98-8, assunto: Indenizações. fls. 45.

na Ilha do Presídio, por meio das fontes analisadas não há nenhuma informação além do período que esteve por lá, dois meses.

Wladimir Netto Ungaretti, natural de Santos Dumont/MG, nascido em 3 de outubro de 1948, militou no PCB-DI/RS e no POC. Esteve confinado de junho de 1971 a novembro de 1972 entre o DOPS/RS, DOI-CODI, OBAN, DEOPS/SP, Presídio Tiradentes e Ilha do Presídio. A documentação repressiva contida no processo de indenização reside na certidão nº 1490/MI expedida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar), relatório da Procuradoria da Justiça Militar, e na esfera estadual, registros da Polícia Civil.

Em 1967, Ungaretti participava do movimento estudantil do Colégio Júlio de Castilhos. Em 1969 milita no POC fazendo parte da coordenação regional operária, a qual depois da tentativa de sequestro do cônsul estadunidense passa a ser denominada direção regional do POC. Por ser uma das lideranças da organização no estado vai para São Paulo participar do encontro nacional do partido. Acaba se tornando membro da direção nacional, viajando todo mês para a capital paulista em razão das reuniões. Com a “queda” de muitos companheiros se transfere para a cidade com a esposa. Sua esposa consegue sair do país, o que não ocorre com ele quando está de passagem por Porto Alegre em direção ao Chile preso por agentes do DOPS. Dessa situação narra em seu relato

[...] A equipe do DOPS era comandada pelo delegado Nilo Havelha. O processo de interrogatório foi chefiado pelo delegado Pedro Seelig. Estive durante todo o tempo com o rosto encapuzado. Dos interrogatórios também tomavam parte oficiais do Exército, fato que percebi mais adiante. No terceiro ou quarto dia de prisão, durante a madrugada, fui levado para o Aeroporto Salgado Filho, por uma equipe do DOPS e por integrantes da OBAN (Operação Bandeirantes). Num ponto afastado do prédio central do aeroporto, fomos embarcados num avião de serviço de táxi aéreo. A seguir, desembarcados, ocasião em que fui espancado juntamente com o operário paulista e Fábio Oscar Santos. Devido as agressões, alguns dentes da minha arcada superior foram afetados. Logo após, nos levaram para trás do estádio Beira Rio, o qual na época estava em construção. O operário foi levado para o rio Guaíba, alguns disparos de armas foram feitos e, em seguida, trouxeram as roupas dele, dizendo que o próximo seria eu. Imediatamente, fui levado até o rio, fiquei com água na cintura, alguns disparos foram feitos, e arrancaram algumas roupas que eu usava. Fui levado para outro ponto e colocado num veículo onde já se encontrava o operário paulista. Na OBAN, comandada pelo major Carlos Brilhante Ustra, fui interrogado como todo dirigente nacional de uma organização, durante alguns dias e noites. Cerca de algum tempo depois fui mandado para o DEOPS/SP. E, depois enviado para o Presídio Tiradentes, onde permaneci mais algum tempo. Por último, retornei ao DOPS de Porto Alegre, de onde fui enviado para a Ilha do

Presídio no Guaíba. Na Ilha, tive alguns ataques convulsivos, resultantes do agravamento de uma disritmia cerebral, a qual começou a se manifestar pouco antes da prisão. Essa situação piorou devido aos choques elétricos aos quais fui submetido. [...] ³⁰⁹

Mantendo a exposição dos presos políticos que estiveram na Ilha, analisaremos os 8 de 1972, representando 11% do total, sendo o terceiro ano com maior quantidade, e por outro lado, o último com volume de prisioneiros, evidenciado na redução ocorrida comparada com a quantidade dos anos anteriores. Vejamos os casos a partir de agora.

Airton Antônio Castagna, natural de Ijuí, nascido em 16 de janeiro de 1952, militou na VPR e no POC. Encontrou-se detido de dezembro de 1970 a fevereiro de 1972 no DOPS, 6º Batalhão do Exército e Ilha do Presídio; e de setembro a dezembro de 1972 no DOPS. Os documentos repressivos existente no processo de indenização tratam-se da certidão nº 1770/98-MI emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar) e em âmbito estadual, registros do DOPS.

Em seu relato Castagna afirma que ingressou no POC, mantendo a militância estudantil. Com o crescimento do aparato repressivo e as consequentes dificuldades para manifestações democráticas (passeatas, comícios, reuniões e outras) a opção da luta armada surgiu como alternativa. Segue dizendo que ao longo de 1969, juntamente de um grupo de militantes do POC, iniciaram contatos com a VPR, através de Fernando Pimentel. Por volta de setembro do mesmo ano e após longas negociações o grupo saiu do POC e entrou na VPR. Faziam parte desse grupo: ele, Carlos Borges, Reinhold, Antônio Chagas, Bona Garcia e outros. Airton menciona que convidou Isko Germer para ingressar na VPR, realizando com este, algumas operações como o “assalto” (expropriação) do Banco do Brasil em Gramado e na retaguarda do sequestro do cônsul estadunidense. Por volta de setembro de 1970 desligou-se da VPR preparando a saída para o Chile foi preso em Palmeira das Missões. Haviam descoberto seu paradeiro por Antônio Carlos de Araújo que informou mediante torturas. Foi preso por agentes do DOPS sendo levado encapuzado sob espancamentos, chegando lá foi “recebido” por Pedro Seelig e Cardoso dizendo que

[...] em nenhum momento me foi perguntado qual era meu “nome de guerra”, assim começaram a chamar-me de “Bruno” que era meu “nome de

³⁰⁹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3582-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 34-35.

guerra”, em nenhum momento me foi perguntado se eu havia participado da ação de expropriação contra a Caixa Federal do Menino Deus, mas diziam “quando disparastes, foi com o ‘Jeco’ (apelido interno da VPR para um revólver antigo Smith Wesson, 38, cano longo) ou foi com a Luger?”. Ao longo das torturas que incorporavam o “pau-de-arara”, as palmatórias, os choques elétricos tanto da “Maricota” quanto direto das tomadas, os afogamentos – “molhado” que era realizado em um balde contendo água, urina e excrementos e o “seco” utilizando um saco plástico. [...] Passado algum tempo fui transferido para o Quartel do 6º Batalhão de Engenharia e Combate em São Gabriel. Cerca de três meses depois, quando Reinhold Klement entregou-se para o Exército entregando os demais companheiros que permaneciam em liberdade, fui reconduzido ao DOPS, onde junto de outros companheiros assistimos pela televisão, a manifestação pública de a “arrependimento” do Reinhold. Terminada a “apresentação” fomos convidados a seguir o exemplo, como não aceitamos, fui submetido a novas “sessões de interrogatório” com vistas a apurar fatos que Reinhold havia denunciado. Terminada essa fase, fui remetido para a Ilha do Presídio, no rio Guaíba, onde permaneci até passar responder o processo em liberdade. Na ilha convivi com diversos companheiros entre eles, João Batista e Afrânio Costa (irmão), Carlos Alberto Teles Franck, tenente Dario Pereira, Calino Pacheco Filho, Rui Falcão, Inácio (seminarista de Santa Catarina), Jorge Fischer, “Minhoca”, Flávio Gil Reis, Raul Pont e Wladimir Ungaretti. [...] ³¹⁰

Antônio Osmar Carvalho de Assis, natural de Canoas, nascido em 5 de outubro de 1946, militava na VAR-Palmares. Esteve preso de 10 de junho de 1970 a 20 de dezembro de 1971 no DOPS e Ilha do Presídio; e de 8 a 12 de julho de 1972 no DOPS. A documentação repressiva inserida no processo indenizatório consiste na certidão nº 251 emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar) e em nível estadual, ficha e registros do DOPS.

No processo de Assis não há maiores informações sobre sua prisão na Ilha do que o período que esteve por lá. No entanto, sua resistência à ditadura foi destacada no jornal *Correio do Povo* do dia 31 de julho de 1970 com a manchete “Terroristas tinham 200 mil cruzeiros roubados do cofre de Ademar e 10 automóveis”, na qual é mostrada que o DOPS havia “estourado” mais um “aparelho”. Neste se encontravam altas somas de dinheiro, tendo sido trazido para Porto Alegre do Rio de Janeiro e São Paulo pelos militantes, pois alegavam que no centro do país, a repressão estava forte. Na capital gaúcha, acreditavam, o dinheiro estaria mais seguro. Na mesma notícia há uma lista dos objetos apreendidos e pessoas detidas na operação

³¹⁰ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3759-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 23-24.

[...] Mais de 10 automóveis de diferentes marcas, quase todos de fabricação recente, estavam em poder do grupo terrorista. Os carros estavam sendo paulatinamente emplacados nesta capital e no interior do Estado, em nome dos envolvidos e de seus “testas-de-ferro”. Por outro lado, uma moderna oficina gráfica, com bastante recurso técnico, servia para a publicação dos panfletos, livretos de instrumentos de guerrilha e outros meios de divulgação das atividades subversivas. Material fotográfico, armas, munições e instrumental médico de urgência também estavam entre o material apreendido. Os detidos são dezesseis, mas cinco nomes permanecem na obscuridade. Os conhecidos, até o momento, são: Jorge Eduardo S. Durão, Athanásio Orth, Cláudio Meneguzzi (aluno do 4º ano de Filosofia da UFRGS), Vera Lígia Huebra Netto, Antônio Assis, Afonso Alvarenga e sua esposa Mara, João Batista Lopes, Celito Souza, Noé Campos de Carvalho e Derço Pedro Constante. Todos estão sendo minuciosamente interrogados e deverão ter sua prisão preventiva decretada pela Justiça Militar nos próximos dias. [...] ³¹¹

Antônio Ramos Gomes, natural de Caçapava, nascido em 24 de abril de 1947, militou na Ação Popular (AP). Esteve detido de 11 de abril a 28 de maio de 1972 no DOPS; de 29 de maio a 29 de junho de 1972 no DOI-CODI (OBAN) em São Paulo; de 30 de junho a 21 de julho de 1972 no DOPS e Ilha do Presídio. Os documentos repressivos existentes no processo de indenização consistem na certidão nº 613/98 expedida pela Justiça Militar Federal, certidão emitida pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar (ex-SNI), e no plano estadual não há registros.

De acordo com os registros do documento da Subsecretaria de Inteligência (ex-SNI) pode-ver a trajetória militante de Gomes, onde diz que em 1967, entrou na Ação Popular, usando a partir daí codinomes. No Congresso da UNE em Ibiúna/SP, realizado em 1968, estava junto dos participantes que foram presos, sendo desarticulado o movimento estudantil. Em 1969, mudou-se com sua mulher para São Caetano/SP, iniciando um trabalho operário. No mês de agosto do mesmo ano foi para Porto Alegre, junto com Nilce Azevedo Cardoso para realizar trabalho operário, passando a residir num “aparelho” localizado no bairro Niterói, em Canoas/RS, sendo responsável pela região. O trabalho deveria ser articulado com os militantes do movimento estudantil. Em fins de 1969 retorna a São Paulo quando a organização decide que vá para Curitiba/PR, ocorrendo em maio de 1970. Desta cidade,

³¹¹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2594-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 8.

retorna para Porto Alegre permanecendo durante o ano de 1971 para formar um comando especial.³¹²

Foi preso em abril de 1972 ao chegar no apartamento da esposa Nilce (presa um dia antes) na rua Venâncio Aires, Porto Alegre sendo algemado e conduzido ao DOPS. Em seu relato descreve que na antessala de torturas pode ouvir os gritos dos torturadores tentando arrancar confissões da companheira. Depois disso

[...] Fui conduzido a sala de torturas pelo delegado Pedro Seelig e o inspetor Nilo Havelha, sendo imediatamente despido, pendurado no pau-de-arara e torturado com choques elétricos nos testículos (embebidos com pedaço de pano molhado para aumentar a área de choques). Fui torturado até desmaiar. Passei uma semana sendo levado diariamente a uma sessão de torturas como esta. [...] Como sabia que Nilce estava presa e que depois fora levada em estado de coma para um hospital, me ameaçavam com o mesmo destino e que iríamos ser dados como “desaparecidos”. Na quarta semana de prisão voltei a sofrer espancamentos e choques elétricos já que a presença de um interrogador do CENIMAR confirmou que eu era dirigente regional da AP, fora líder estudantil na Faculdade de Ciências Sociais da USP em São Paulo, nos anos de 1967 e 1968. Fui transferido junto com Nilce e Fidelis para o DOI-CODI de São Paulo em 20 de maio de 1972 ficando até 29 de junho de 1972. No retorno do DOI-CODI fui conduzido à Ilha do Presídio sendo liberado em 21 de fevereiro, para aguardar o andamento do processo em liberdade. [...]³¹³

Carlos Franklin Paixão Araújo, natural de São Francisco de Paula, nascido em 18 de fevereiro de 1938, militou na VAR-Palmares. Esteve recolhido de julho de 1970 a julho de 1972 na OBAN, Presídio Tiradentes e DOPS; e de agosto de 1972 a junho de 1974 no DOPS e Ilha do Presídio. A documentação repressiva existente no processo de indenização reside na certidão circunstanciada nº 3830/98 emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar), registro de sentença expedida pela JMF (1ª Auditoria da 1ª circunscrição judiciária), e na esfera estadual registros do DOPS, SUSEPE e Polícia Civil.

Os dados contidos no processo de Araújo não são proveitosos em detalhes, ocorrendo como em alguns, a existência tão somente do período de prisão na Ilha³¹⁴. No entanto nos livros de memórias de presos como o “O Riso dos torturados” Jorge Fischer Nunes há

³¹² APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5177-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls. 25.

³¹³ Idem. fls. 19.

³¹⁴ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6880-1200/98-8, assunto: Indenizações.

passagens que ilustram a presença dele no local repressivo. E conforme se verá não foi uma presença qualquer

[...] A vinda de Carlos Araújo iria modificar bastante nossos hábitos e costumes. A colmeia de presos fervilhava devido às notícias trazidas pelos familiares. Segundo ele, o Carlos Araújo, preso em São Paulo, seria, dentro de poucos dias, transportado para o Rio Grande do Sul. O fato pareceu-se revestir de tanta importância política que até mesmo um jovem militante do POC se desligou do partido, no que foi secundado por alguns poucos elementos de outras organizações. Eles estão debandando para juntar-se ao Araújo. Respondi que não entendia. [...] Eu não conhecia o episódio, e Ritter teve de contar-me sobre o roubo do cofre do governador de São Paulo Adhemar de Barros realizado pela VPR [...] Araújo e um grupo de seguidores pretextaram uma “divergência ideológica” com a VPR. Iriam abandonar as fileiras e partir para uma nova organização, “mais consentânea com os ideais”. Na qualidade de tesoureiro da VPR, Araújo exigiu que metade do dinheiro de Adhemar lhe fosse entregue. Alguns protestaram, pois ele não havia participado da expropriação, nem fisicamente nem como planejador. Além disso, o dinheiro fora expropriado pela VPR. Era natural, portanto, que continuasse dentro da organização. Foi quando Araújo respondeu: – Os companheiros estão enganados. O dinheiro foi expropriado para alimentar a revolução, independente de siglas. E a VPR não é a única organização revolucionária no Brasil a lutar contra a ditadura. Somos também revolucionários, pretendemos continuar a luta e reivindicamos, portanto, a nossa parte: cinquenta por cento. Para evitar maiores dissensões internas, Lamarca concordou. – Entende agora? – perguntou Ritter, ao finalizar a narrativa. Eles estão divergindo das suas organizações para ficar com Araújo, porque tem a razão. E a razão dele está na guaiaca – concluiu, batendo no bolso [...] ³¹⁵

As divergências não ficaram só nesse aspecto, quando Araújo chegou na Ilha outros pontos foram motivos de divisão no coletivo que se estabeleceu antes de sua vinda. Nas palavras de Fischer observamos quais

[...] Finalmente quando Araújo chegou, sendo saudado efusivamente pelos elementos que haviam “desbundado” do POC e da VAR-Palmares. Logo começaram as dissensões: o grupo de Araújo argumentava inicialmente que estudar textos políticos era uma forma de afrontar a repressão e, como presos, não estaríamos em condições de afrontá-la. Imediatamente um grupo do POC e elementos de outras organizações, lideradas por Raul Pont, Careca e Duílio, retrucou que havíamos sido presos por militância política, que essa era uma das qualidades que nos diferenciavam dos presos comuns e que não podíamos abrir mão dela. A discussão durou dias. Finalmente Araújo concordou em que se organizassem grupos de estudo – mas em separado.

³¹⁵ NUNES, Jorge Fischer. Op. Cit. p. 148-149.

Disse ainda: – Nós estamos interessados em estudar Althusser. Mas em círculo fechado. Gostaríamos que elementos de outras organizações não participassem dos nossos estudos, assim como, de nossa parte, não participaremos de estudos que fogem do nosso interesse. O segundo ponto que Araújo pôs em discussão foi a questão do coletivo. Dizia ele que os companheiros estão tentando reproduzir aqui um sistema cristão de igualitarismo. [...] Aqui nós recebemos dos familiares, galinhas, perus, saladas, repolhos, batatas. Creio que essa alimentação deve ser socializada – mas socializada segundo os hábitos de cada um. Eu estou acostumado a comer galinhas, e me sentiria mal se tivesse de comer repolhos. Para outros, isto não faz diferença. É isto, portanto, o que proponho: que socializemos os repolhos. Esta atitude representou o fim do grande coletivo. Dele retiraram-se inicialmente, Raul Pont, o Careca, eu, João Batista, Afrânio e KGB. [...] Formavam-se, assim, dois coletivos: o de Araújo e o outro. Araújo havia conseguido, em poucos dias e com poucas palavras, aquilo que a repressão tentara sem resultados satisfatórios: dividir os presos políticos. Na mesma noite em que se retirou do coletivo, Ritter aproveitou para dar o discurso: – A luta de classes ocorre a todo instante e em todos lugares, independente de nossa vontade. Ocorre até mesmo entre companheiros que se dizem socialistas. Mas nunca pensei que fosse viver tanto a assistir a tanta desintegração, a ponto de ouvir semelhante proposta: a socialização do repolho. Espero que o companheiro [Araújo] não ofereça também sua calhordice para socializar. [...] ³¹⁶

Diógenes Sobrosa de Souza, natural de Santa Maria, nascido em 24 de outubro de 1943, militou na VPR. Esteve preso de 12 de dezembro de 1970 a 26 de outubro de 1979 no DOPS, OBAN, Polícia do Exército (PE/SP), DOPS/RS e Ilha do Presídio, Presídio Tiradentes, Casa de Detenção e Presídio político Barro Branco. Os documentos repressivos contidos no processo indenizatório tratam-se da certidão 3545/98 emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar), sentença expedida pela JMF (2ª Auditoria da 2ª circunscrição judiciária militar), e em nível estadual, registros do DOPS.

Diógenes foi preso por agentes do DOPS em sua residência na rua Lima e Silva, em Porto Alegre. A equipe do delegado Pedro Seelig e do inspetor Nilo Havelha o conduziram ao Palácio da Polícia. Lá passou por sessões de interrogatórios e torturas para dizer quem iria chegar no apartamento. Em dezembro de 1971 foi levado junto do irmão, Jorge Sobrosa de Souza para São Paulo por solicitação da OBAN. Chegando lá queriam saber informações de Carlos Lamarca já que os agentes da repressão tinham conhecimento que Diógenes esteve com ele no Vale do Ribeira, região utilizada como campo de treinamento pela VPR. Alternou entre prisões no RS e SP, sendo trazido de avião pelo major Ustra, chefe do DOI-CODI

³¹⁶ Idem. p. 149-150.

paulista nessa oportunidade. Ao entregar o preso ao delegado Pedro Seelig, Ustra disse “cachorro comedor de ovelha só matando”, pois havia acusação dele ter executado um companheiro numa perseguição das forças repressivas na região de treinamento referida. Em 26 de dezembro regressou a São Paulo onde permaneceu até 10 de março de 1972 quando novamente foi trazido para o DOPS de Porto Alegre, período ao qual acompanhou a centenas de prisões de outras organizações políticas entre as

[...] quais a Ação Popular. Ouvia gritos de tortura dos presos políticos e dos presos comuns que eram torturados na Delegacia de Roubos, que ficava no andar de baixo. Todos que permaneceram presos foram transferidos à Ilha do Presídio, no rio Guaíba, para onde também acabei sendo levado tempos depois, ali permanecendo somente três dias, retornando ao DOPS, onde permaneci até 12 de janeiro de 1973. Nesse período de quedas da Ação Popular, convivi com Nilce Azevedo Cardoso e suas torturas diárias, éramos os únicos que permanecíamos quando da transferência dos presos para a Ilha do Presídio. [...] ³¹⁷

Jorge Fischer Nunes, natural de Porto Alegre, nascido em 15 de novembro de 1935, militou no M3G. Esteve detido de 1965 a 1973 em vários locais: Polícia do Exército, Penitenciária Estadual (Partenon), DOPS, Ilha do Presídio, Grupo de Obuses (Cachoeira do Sul), 6º Batalhão de Engenharia, Penitenciária Estadual do Jacuí e Presídio Central. A documentação repressiva existente no processo de indenização consiste, em âmbito estadual, na ficha e registros do DOPS.

Fischer combateu a ditadura iniciando a luta armada junto de Edmur Péricles Camargo, conhecido como o “Gauchão”, braço-direito de Marighella. A partir da tática da luta armada, cuja opção se dava para abrir novas frentes de luta contra a ditadura, já que no Rio e São Paulo a situação estava difícil, descentralizando o foco das forças repressivas com a necessidade de enviar apoio às novas regiões. Desse modo, a luta armada em Porto Alegre foi ativada no intuito de dispersar a repressão e desafogar o eixo Rio-São Paulo da perseguição desta. Além de combatente, também era escritor e chargista. Deixou um livro como registro da época que se configura numa fonte histórica excelente, muito usada na dissertação como é perceptível. Depois das “expropriações” (assaltos), quatro ao todo, Fischer participou como suporte do sequestro do cônsul estadunidense, o desfecho da tentativa malograda o tornou um

³¹⁷ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4324-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls. 4-5.

perseguido do DOPS. Acabou sendo preso e levado ao Palácio da Polícia por onde passou por torturas. Depois de um tempo foi para a Ilha do Presídio como narra abaixo

[...] No centro do rio Guaíba localiza-se a Ilha das Pedras. Houve ali um farol que, com o tempo, tornou-se inútil. Demoliram-no. Foi, depois, transformado em depósito de presos. Quando delegacias especializadas como a de furtos ou de assaltos, por exemplo, queriam torturar algum delinquente sem que os importunasse um advogado portador de *habeas corpus*, levavam para lá o prisioneiro. Foi quando o DOPS e o III Exército a transformaram em presídio político que ela se viu promovida à categoria de “Ilha do Terror”. O que, de resto, é um contrassenso. O terror existia ali antes de chegarmos, e disso ficamos sabendo pelas narrativas dos “presos comuns” (que era como os guardas chamavam condenados pela justiça comum; aliás, muitos nem eram condenados. Eram presos arbitrariamente e, à revelia da lei, “depositados” na ilha). Segundo esses relatos, as cenas de espancamento faziam parte do cotidiano, até o instante em que chegamos. De onde se pode deduzir que a nossa vinda serviu para “desaterrorizar” a ilha. [...] ³¹⁸

As anedotas contidas no livro citado são testemunhos que transmitem impressões do cotidiano e convivência entre os presos, agentes prisionais, soldados da Brigada Militar – Fischer trabalhou em delegacia policial antes de estar na resistência – policiais civis e membros do Exército. Por outro lado, apresenta informações cotidianas sobre os presos e suas posições político-ideológicas, quando diz

[...] Fomos, aos poucos, nos adaptando à Ilha e adaptando-a às nossas necessidades. Éramos um grupo de mais ou menos quarenta prisioneiros – médicos, pedreiros, advogados, calceteiros, jornalistas, serventes de obras, funcionários burocráticos, enfermeiros, estudantes. Enfim, um grupo eclético – em quase todos os sentidos. Havia ali militantes do POC, do PCB, PCdoB, da VAR-Palmares, da ALN, do M3G, da Ala Vermelha, de facções que defendiam a luta armada e outras que condenavam como um desvio aventureirista. Aos poucos fazíamos nossas conquistas. Habitávamos o “cadeião” – uma construção retangular cheia de celas e banheiros. No teto, os ninhos de metralhadoras da Brigada Militar. Diante da porta, o brigadiano armado de metralhadora portátil. Defronte ao “cadeião”, outra construção de concreto: o alojamento dos guardas e dos brigadianos. Havíamos conseguido transformar uma das celas em cozinha. A comida era feita na cozinha existente no alojamento dos guardas, e preparada por “presos comuns”. Ainda estávamos incomunicáveis, mas amigos e familiares enviaram, pela lancha da Polícia Civil, uma tal quantidade de mantimentos que era preciso administrar. A conquista da “nossa” cozinha foi a primeira. Ela complementar a alimentação que nos era servida. A segunda conquista foi

³¹⁸ NUNES, Jorge Fischer. Op. Cit. p. 84.

fazer com que, durante a noite, deixassem abertas as portas das celas, ficando fechado apenas o pesado portão de ferro gradeado que ligava o “cadeião” ao pátio. A terceira conquista foi transformar uma cela vazia em biblioteca, com livros que os familiares enviavam. Improvisamos estantes, encapamos e catalogamos livros, pintamos um cartaz: “Biblioteca do Povo”. Fui nomeado bibliotecário. Aos poucos, as paredes da “biblioteca” ficaram atestadas de livros, de tal modo que já não se via o concreto, oculto pelas lombadas multicoloridas. [...] ³¹⁹

José Fidelis Augusto Sarno, natural de Poções/BA, nascido em 4 de maio de 1943, pertenceu a AP. Encontrou-se recluso de 14 de abril a 28 de maio de 1972 no DOPS; de 29 de fevereiro a 29 de junho de 1972 no DOI-CODI em São Paulo; e de 30 de junho a 21 de julho de 1972 na Ilha do Presídio. O documento repressivo inserido no processo indenizatório reside na certidão emitida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar).

Sarno foi preso em Porto Alegre pelos agentes do DOPS passando por torturas junto de outros companheiros da Ação Popular, sendo transferido para São Paulo, retornando para o DOPS novamente. Da mesma forma que aconteceu com Antônio Ramos Gomes, também da AP. Da volta do DOPS foi enviado a Ilha do Presídio onde narra como era o lugar numa carta manuscrita do DOPS, com informações interessantes acerca do cotidiano e das memórias do lugar

[...] É uma ilha pequena que fica no meio do rio Guaíba, próxima de Porto Alegre, quase toda de pedra, tem uma aparência gozada, parecem pedras que foram colocadas ali pelo homem, são pedras enormes superpostas. Existem dois prédios: um da administração, onde fica o alojamento dos policiais, rádio, cozinha; e outro dos presos, que era o antigo paiol. [...] Fica a porta da frente fechada e ficamos com liberdade de movimento interno; durante 4 horas por dia a porta é aberta para tomarmos sol no pátio em frente, podemos pescar, tomar banho de rio e jogar bola. Na parte interna é muito abafado e escuro. Cada cela tem um tijolo de vidro no teto e um buraco na pedra de 10 cm para entrar ar, só pensava em você com a alergia (muito sujo), ia se dar mal, lá tem 3 asmáticos que sofrem muito, principalmente agora no inverno. Em cada cela tem 2 beliches (4 pessoas), umas prateleiras que servem de armário, uma mesa tosca e bancos que os próprios presos fazem. Lá trabalhamos com couro, madeira, fios de maneira geral (sacolas, cintos e canetas). Não somos obrigados a horários rígidos: acordamos entre 7h e 9h, tomamos café e nos dedicamos a atividade que quisermos – ler, artesanato, jogos. Ao meio dia vem o almoço, na tarde ficamos à vontade; às 18h

³¹⁹ NUNES, Jorge Fischer. Op. Cit.p. 86-87.

acendem as luzes (gerador próprio) que fica até às 22h; jantamos e ficamos à vontade, às 22h uns vão dormir, outros ficam lendo com lampião, vela ou “aladin”. Nesse tempo que estive lá li muito pouco, achava escuro (me dá dor de cabeça), passava o tempo fazendo trabalhos (canetas e estava aprendendo a trabalhar com couro). Organizamos o trabalho de limpeza entre nós, no dia que saí de lá (anteontem) era o meu dia de trabalho. [...] ³²⁰

Pitágoras José Boursheidt, natural de Santiago, nascido em 13 de setembro de 1941, militou na Ala Vermelha do PCdoB. Esteve detido de 12 de outubro a 29 de outubro de 1970 no DOPS; de 29 de maio a 19 de dezembro de 1972 na Ilha do Presídio e Presídio Central; e de 26 de junho a 27 de julho de 1975 no Presídio Central da Bahia. A documentação repressiva existente no processo de indenização consiste na certidão expedida pela Justiça Militar Federal (1ª Auditoria da 3ª circunscrição judiciária militar), atestado da JMF (6ª CJM) e no âmbito estadual, registros da SUSEPE.

Pitágoras relata que foi preso pela equipe do delegado Pedro Seelig do DOPS, ficando por meses nessa condição. Tal fato provocou sua demissão da Petrobrás. Em novembro de 1970 conseguiu trabalho na obra da Celulose Borregard (hoje grupo empresarial chileno CMPC) na cidade de Guaíba, sendo demitido por aparecer em notícias de jornais da época como “terrorista”. Em 1972 depois de ter passado pelo DOPS, foi levado à Ilha do Presídio sendo desta vez preso onde morava

[...] Minha casa foi invadida e revistada pela equipe de Seelig e familiares ameaçados. Fui transportado, algemado, no porão de uma lancha, sem salva-vidas, para a Ilha do Presídio (então presídio político do RS). Fui confinado em celas onde improvisávamos calhas para coletar esgoto sanitário que escorria de teto, “chovendo” por toda a cela. Não havia agasalhos no Presídio para enfrentar o inverno rigoroso de 1972. A alimentação era imunda (este é o termo). Os sanitários eram infectos. Inúmeras vezes, os presos políticos eram retirados (arrancados) de suas celas a título de “revista geral”, passando a noite em pé, a mercê da guarda carcerária. [...]. Numa prisão especial (de presos políticos), apesar da privação da liberdade e da evidente insegurança do afastamento dos seus, o convívio dava-se entre companheiros, havia camaradagem, solidariedade, o “coletivo” de coisas materiais, numa certa medida, havia alguma segurança, especialmente física (assaltos e estupros, por exemplo). [...] ³²¹

³²⁰ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5180-1200/98-3, assunto: Indenizações. fls. 17-19.

³²¹ APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2549-1200/98-1, assunto: Indenizações. fls. 44-45.

O esforço de mostrar as impressões dos 65 presos políticos da segunda fase de análise da dissertação teve como objetivo, verificar como cada itinerário prisional se estabeleceu e de que modo a Ilha do Presídio fez parte desses fluxos de repressão e resistência. Em muitos presos foram obtidas informações sobre o espaço prisional da Ilha e seu funcionamento, em outros conseguiu-se extrair as dinâmicas da resistência e de suas organizações como também a repressão desferida em detalhes sobre muitos deles. Defendemos a ideia de que nessa fase, na Ilha foi amenizada a violência no espaço prisional, no entanto, confirma-se por outro lado a existência da tortura, realizada no DOPS, testemunhos e relatos que compõe um cenário de terrorismo de Estado, já que Ilha e DOPS tiveram participações “umbilicais” no funcionamento da estrutura repressiva no período.

A tortura foi muito utilizada pela ditadura no RS. Teve presença em todo o período, embora seja importante considerar que, na Ilha do Presídio, ocorreram, em sua maioria, as psicológicas (ameaças, conflitos emocionais e morais, isolamento e depressão) e formas de tortura física (tonel com água para afogamentos, alimentação estragada e agressões que presos sofriam dos soldados penitenciários). Analisando os casos, na Ilha do Presídio a tortura fazia parte do convívio, não somente ali, mas também pela relação com o DOPS. Pode-se afirmar que a tortura e sua ameaça, faziam parte do cotidiano dos presos. Durante os anos 1964-1967 foram verificadas torturas físicas, em virtude de caracterizar-se como um centro clandestino de detenção. Depois do caso “mãos amarradas” não se soube mais de notícias de torturas no local. Com isso, se verifica de 1970-1973 a não ocorrência de torturas físicas na Ilha, não significando que os presos estivessem livres delas.

Nessa linha, não é correto preconizar que a Ilha foi um local ausente de torturas e suas ameaças, considerando suas formas, psicológica e/ou física regularmente eram utilizadas. Quando se pensa em relativa proteção, atribui-se só sobre a violência física o estatuto de tortura. Isso não descarta a responsabilidade dos agentes e do sistema que estão operando, ao não se materializar a violência sobre os corpos. Fica evidente que a engrenagem da tortura sistêmica teve atuação na Ilha, nos agentes, instituições e órgãos pertencentes a rede da estrutura repressiva atuante no local. Conforme Martha Huggins³²² a tortura sistêmica é exercida por um conjunto de atores dentro de um sistema de atrocidades, neste caso, composto dos perpetradores diretos que existiram na Ilha, e àqueles do DOPS; faziam parte

³²² HUGGINS, Martha K. Tortura: Cadê a criminologia? In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. 1ª ed. Brasília, DF: UnB, 2015. p 433-441.

também da engrenagem, os agentes facilitadores (governos, oficiais, promotores de justiça, juízes, advogados, médicos, psicólogos, soldados, tabeliões, policiais e militares) e por último, os observadores (aqueles que apoiaram tais atrocidades para livrar-se dos indesejáveis, criminosos, terroristas ou comunistas) sendo caracterizados como agentes facilitadores.

A utilização da Ilha como esconderijo repressivo de presos políticos esteve relacionada com a prática de sequestro, prisão ilegal, tortura e tentativa de desaparecimento, exemplificado no “caso das mãos amarradas”. Isso demonstra prática do sistema repressivo como um todo (onde a tortura teve papel significativo) evidenciando que, a engrenagem burocrática fez do caso um exemplo de crime político dificultando a apuração do mesmo depois nos processos investigatórios. A segunda fase da Ilha serviu de prisão para integrantes da luta armada que atuavam no RS. No período, o local não teve tortura física, no entanto, a tortura se fazia presente na vida dos presos. Em muitos relatos contam que, quando a lancha chegava havia suspense, ou “frio na barriga”, pois na maioria das vezes, os presos sabiam que alguém poderia ser o escolhido da vez, levado às sessões de interrogatórios e torturas no DOPS. Desta maneira, a engrenagem do sistema repressivo no modelo torturador, de maior racionalidade técnica no uso da violência como instrumento ao combate a “guerra revolucionária” foi compatível com o que ocorria na esfera federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A mão que toca um violão
Se for preciso faz a guerra
Mata o mundo, fere a terra
A voz que canta uma canção
Se for preciso canta um hino
Louva à morte*

*Viola em noite enluarada
No sertão é como espada
Esperança de vingança
O mesmo pé que dança um samba
Se preciso vai à luta
Capoeira*

*Quem tem de noite a companheira
Sabe que a paz é passageira
Prá defendê-la se levanta
E grita: Eu vou!
Mão, violão, canção e espada
E viola enluarada
Pelo campo e cidade
Porta bandeira, capoeira
Desfilando vão cantando
Liberdade. Liberdade*

*Quem tem de noite a companheira
Sabe que a paz é passageira
Pra defendê-la se levanta
E grita: Eu vou!
Porta bandeira, capoeira
Desfilando vão cantando
Liberdade
Liberdade, liberdade, liberdade*

Viola Enluarada, Marcos Valle e Milton Nascimento, 1968.³²³

³²³ “Sempre que alguém partia, o grupo reunia-se na murada do pátio superior e ficava a cantar ‘Viola Enluarada’, numa saudação ao companheiro, até a lancha sumir no horizonte.” NUNES, Jorge Fischer. O riso dos torturados: anedotário da guerrilha urbana. – Porto Alegre: Proletra, 1982. p. 106.

Na pesquisa, ao desenvolver uma crítica externa às fontes (aspectos simbólicos, materiais e políticos de sua produção), observou-se que, primeiro, a atual democracia deu um reconhecimento incompleto às práticas ditatoriais passadas, não aprofundando a questão. Em segundo lugar, onerou as vítimas na busca de provas sobre os danos sofridos pela violência do Estado, isentando o mesmo de manifestar-se oficialmente. A produção dessa fonte e o reconhecimento limitado delas, impôs um paradoxo. Coube à vítima provar a culpa do Estado para o próprio Estado, responsável pelas atrocidades.

No *corpus* dos processos de documentos fixos trabalhamos com o formulário padrão de requerimento; a identificação e o cadastro de pessoa física; as narrativas das prisões sucedidas escritas pelo próprio requerente ou familiar; os documentos protocolados dirigidos a CEI/RS; e a suma da decisão definida pelo relator designado pela Comissão a sentenciar o pedido. Com relação aos documentos variáveis, foi possível listar os depoimentos dos policiais; de outros ativistas; de pessoas que moraram juntas; recortes de jornais; trechos de citações em livros; Documentos do DOPS; documentos do Exército; documentos da Agência de Inteligência do Brasil; cartas de prisioneiros; e pareceres psiquiátricos, entre outros. Relatos em forma de cartas, livros e testemunhos, foram fontes inestimáveis de entendimento das experiências vividas na prisão, nos ajudando na análise do isolamento repressivo e do desejo de comunicação, além de contribuir para o diálogo entre documentos como forma de romper o desconhecimento de que a ilha abrigou um presídio político na ditadura de SN durante nove anos.

Na perspectiva teórica considerou-se a memória como fonte à pesquisa histórica. Desse modo, a figura de presos políticos nos processos de indenização é constituída pelo reconhecimento de suas perdas durante a ditadura, por um estado democrático de direito que se encontra no campo das reparações, embora não assuma incisivamente a responsabilidade de seus crimes. As estruturas estatais foram impregnadas pela ideologia de segurança nacional, da qual a produção de documentos repressivos se realizava para ocultar suas instalações. Com isso, foram considerados os objetivos políticos da produção da fonte e para o uso do conhecimento histórico.

A Ilha como aparato prisional teve papel importante como instituição no combate aos primeiros movimentos de resistência que desafiam a recente ditadura. A repressão funcionou com base em uma legislação herdada da Constituição de 1946. Com a introdução do Ato

Institucional nº 5, tudo mudaria. Ao mesmo tempo, as administrações públicas fizeram transformações no sistema penitenciário desde 1950. A ilha do Presídio foi uma delas.

A primeira fase do uso da Ilha como espaço de contenção para presos políticos na ditadura foi caracterizada por uma organização improvisada que, em certa medida, não foi relatada como um plano sistemático de uso das instalações. Durante este primeiro período, de 1964 a 1967, foi possível verificar a existência de oito detidos por meio dos processos de indenização. A partir dos processos, foi construída a descrição da trajetória militante dos presos que passaram pela ilha, detalhando os aspectos que trataram da resistência individual e da repressão institucional em cada um deles, indicando dados sobre o contexto social e político da ditadura de SN. Também analisamos os aspectos que aparecem no processo, destacando os documentos de paternidade dos órgãos policiais e todas as alegações do autor, neste caso, o militante que solicitou indenização pelos danos sofridos durante a ditadura no Rio Grande do Sul.

O caso paradigmático do preso político Manoel Soares - na pesquisa é abordado como o segundo prisioneiro de 1966 e último da primeira fase - é chave porque adquire importância fundamental em nossa hipótese de trabalho. Os fatos pelos quais Manoel Raymundo Soares passou no caso “mãos amarradas”, ação de TDE nos ajudou a entender as mudanças na dinâmica prisional da ilha na fase posterior. Com a divulgação do crime, a violência praticada pelos órgãos repressivos saíram da invisibilidade, tendo consequência no funcionamento da Ilha e do conjunto da estrutura repressiva articulada com o local.

Desde o seu final trágico, começou uma guerra de versões nas investigações do DOPS contra a investigação do promotor encarregado do caso, Paulo Cláudio Tovo. Nas conclusões, o promotor refutou a versão oficial do DOPS e denunciou o testemunho de um dos guardas do dia, que estava de licença médica quando foi dar o relato. No RS, a imprensa local transmitiu esses eventos porque, mesmo sob a ditadura, gozava de relativa liberdade de expressão e podia alcançar, parcialmente, a "opinião pública" acerca das questões políticas. A brutalidade do caso “mãos amarradas” deu visibilidade a face repressiva da ditadura de SN no Estado, mostrando requinte de violência e crueldade por parte da polícia e dos militares.

O impacto imediato foi a suspensão de seu uso enquanto presídio político. Detenções ilegais, tortura e repressão colocam os DOPS à vista de todas as acusações. A descoberta do caso provocou reclamações na imprensa e do legislativo estadual, contribuindo

significativamente para o fechamento da prisão na ilha. Somada a questão local gerada pelo caso, houve mudanças também, motivadas pela situação nacional, como a ascensão ao poder da linha-dura, exemplificada na figura do general Costa e Silva. Os impactos promovidos pelas mudanças nacionais atingiram o RS, especialmente na redefinição do papel da polícia, agora subordinada às Forças Armadas, no combate aos movimentos contrários à ditadura, organizações dedicadas a luta armada. Entre 1968 e 1969, a Ilha não teve presos políticos. Entretanto, esteve presente na reorganização das estratégias da estrutura repressiva gaúcha combinada com a brasileira. Com a intensificação da dialética entre repressão e resistência e o crescimento de organizações armadas, especialmente após a AI-5, a ilha foi recolocada no mapa da repressão.

Com o novo ciclo repressivo a partir de 1968, e com o crescimento da luta armada no país, o conflito entre essas organizações e as forças repressivas travaram-se em sua maioria nas grandes cidades. As que apresentaram maior incidência dessas ações (expropriações bancárias e sequestros de diplomatas estrangeiros) foram as capitais da região Sudeste, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Assim, a resposta repressiva veio imediata ao crescimento da luta armada. A abertura de uma nova frente de ações da luta armada fez com que se iniciasse a formação de grupos armados no RS. Ao realizar ações com poucos militantes mas que, gradativamente, foram ganhando apoiadores e adeptos, ocorreram “expropriações” em Porto Alegre e cidades da região metropolitana (Viamão e Cachoeirinha). Posteriormente, foi realizada a tentativa de sequestro do cônsul estadunidense, em abril de 1970, que acabou mal-sucedida em seus objetivos. A partir disso, agentes da repressão do centro do país vieram para Porto Alegre e instruíram agentes da repressão gaúcha, começando uma “caçada” aos grupos envolvidos na luta armada. As vanguardas militarizadas da resistência à ditadura não conseguiram manter conexão com as massas. Não alcançaram a mudança da “classe em si” para a “classe para si”. O isolamento das organizações armadas, prejudicou a tática de romper com a censura e desarticulação dos movimentos de massa, restringidos depois do AI-5. É nesse contexto que a Ilha do Presídio retoma seu uso de cárcere político, sendo desta vez moderado no tratamento aos presos, já que havia conhecimento da população sobre o lugar devido a projeção do caso “mãos amarradas”. Em 1970, a Ilha teve o maior número de presos encontrados nos processos. No transcorrer dos anos de 1971 e 1972, a luta armada foi sendo desmantelada no RS. Com a queda da euforia do milagre econômico, a política de distensão, nos espaços urbanos, ganhava força no âmbito nacional. A

combinação de interesses nacionais com os locais resultou no encerramento das atividades de prisão política na Ilha em 1973.

Através da análise das fontes, os presos políticos da segunda fase (luta armada) não foram torturados no local, mas sim no DOPS, e em alguns outros órgãos repressivos por onde passavam. O contexto repressivo estadual teve sintonia com o nacional, ou seja, de aumento de violência no combate a luta armada. No entanto, *especificamente na Ilha*, foi evitado o uso da violência física. Acreditamos que os impactos alcançados pelo caso “mãos amarradas” fez a repressão gaúcha tomar mais cuidados no RS, *e em especial na Ilha*, da violência bruta e invisível de seus porões. Dessa forma, a tortura física na Ilha ocorreu na proporção inversa ao contexto nacional quanto ao uso de técnicas científicas de tortura. No período que tais métodos repressivos tornavam-se mais utilizados no Brasil e RS, na Ilha eram evitados, em contrapartida, quando ainda eram incipientes, mas crescentes ao passar do tempo (1964-1967), no RS e Brasil, na Ilha se praticou a violência sem método, mas em caráter clandestino. Este seria mais usado com a mudança provocada no aparato repressivo nacional com a instauração do sistema DOI-CODIs (que não existiu no estado durante o tempo que a Ilha foi presídio político). No RS, se praticou repressão clandestina desde 1964 e na Ilha do golpe até 1967, precisamente.

Na pesquisa acreditamos ter colaborado com o conhecimento histórico local-regional de forma mais detalhada, revelando particularidades que a historiografia tradicional (do centro do país) não consegue observar. A contribuição desse estudo é compreender a realidade social e política, a partir das redes e conexões que a Ilha apresentou no sistema repressivo gaúcho e brasileiro. Com esse tema quisemos manter viva a memória dos presos (pessoas de imensa coragem em busca de uma sociedade mais justa e menos desigual). A dignidade desses indivíduos, certamente servirá de referência para não sucumbirmos aos tempos revisionistas e negacionistas que assolam ambientes sociais, políticos e acadêmicos. Nossa preocupação de objetividade, tanto na perspectiva quantitativa (possibilidade de mapear as fases de funcionamento da Ilha) como qualitativamente (ênfase na história subjetiva dos presos políticos frente às dificuldades que o terrorismo de Estado lhes destinou) foi a pretensão de pesquisa. Por fim, entendemos que a produção do conhecimento histórico, em muitos casos atualmente, tem flertado mais com a forma do que com o “conteúdo”, e nosso esforço reside em evitar a demasia da forma. Ademais, buscamos entender a dialética entre repressão e resistência como uma variante da violência do Estado sobre setores da sociedade, com motivos e interesses de classe, sendo fundamental para não cair na sedução dos relativismos,

perigosos em suas incertezas. Desse modo, tentamos ao analisar as fontes disponíveis no APERS, dar visibilidade a luta dos militantes e das práticas de violência do aparato repressivo no RS no sentido de “escovar a história a contrapelo” impedindo que períodos sombrios sejam esquecidos e que a busca por justiça social, em qualquer época, continue sendo tarefa imprescindível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Marcos. Fernando de Noronha: uma ilha de defesa e a defesa da ilha. *Revista da Cultura*, ano XII, nº 21, p. 34-48
- ALMEIDA, Anderson da Silva. Todo o leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à Anistia. Niterói: UFF, 2010. (Dissertação de mestrado)
- ALMEIDA, Marli de. “Excessos de patriotismo”: terrorismo de Estado e os grupos dos onze companheiros no Rio Grande do Sul – 1964/1965. Passo Fundo, 2018. (Tese de doutorado)
- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru, SP: Edusc, 2005.
- ANDERSON, Perry. A política externa norteamericana e seus teóricos. Tradução Georges Kormikiaris. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.
- ANTONACI, Giovanna de Abreu. Os presos comunistas nos cárceres da Ilha Grande (1930-1945). Niterói, UFF: 2014. (Dissertação de mestrado)
- AYERBE, Luis Fernando. Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: o estado gaúcho como um espaço-chave no mapa da mobilidade da repressão e resistência. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). CONE SUL em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013.
- BANDEIRA, Moniz. Brizola e o Trabalhismo. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- BANDEIRA, Moniz. O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.
- BARETTA, Jocyane Ricelly. Arqueologia e construção de memórias materiais da Ditadura militar em Porto Alegre/RS (1964/1985). – Campinas, SP: [s.n.], 2015.
- BARETTA, Jocyane Ricelly. A importância da materialidade dos centros clandestinos de detenção e Tortura para contar histórias da Ditadura no Brasil. *Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS (Aedos)*, Porto Alegre, dez. 2017.
- BAUER, Caroline. Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Porto Alegre: 2006. Dissertação de Mestrado em História/UFRGS
- BERGER, Christa [et al]. Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias. Porto Alegre: Libretos, 2008.

BETTO, Frei. Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella. 14ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BRASIL: Nunca Mais / Arquidiocese de São Paulo: prefácio Dom Paulo Evaristo Arns. 41ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. Habeas corpus: que se apresente o corpo. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BODEA, Miguel. Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. – Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: Brasil Republicano. vol. 4: o tempo da ditadura.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CABRERA, Carlos Artur Gallo. A política na balança e o caso mãos amarradas: um estudo de caso sobre política e justiça no Brasil pós-ditadura civil-militar (1964-85). – Porto Alegre: UFRGS, 2010.

CANTO, Fernando Pimentel; SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. Literatura e memória: a fortaleza de São José de Macapá no contexto da ditadura militar em Macapá. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 49, n. 2, jul/out., 2018, p. 299-341.

CARVALHO, Luiz Maklouf. O coronel rompe o silêncio. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

CATELA, Ludmila da Silva & JELIN, Elizabeth (orgs). Los archivos de La represión: documentos, memória y verdad. – Madri: Siglo XXI de España Editores, 2002.

CATELA, Ludmita da Silva. Do segredo à verdade... processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e Argentina. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, volume II. – São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. p 444-471.

CAPITANI, Avelino. A Rebelião dos marinheiros. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

CERBARO, Sulena. A tentativa frustrada de seqüestro do cônsul norte-americano e seus desdobramentos no Rio Grande do Sul no período da ditadura civil-militar. – Pelotas, RS: UFPEL, 2017.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70. – Rio de Janeiro: UFF, 2007.

CÔRTEZ, Joana. Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, Pernambuco (1973-1979). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

CIÊNCIAS & LETRAS. n. 28. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2000.

COMBLIN, Joseph. A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina. Tradução: A. Veiga Fialho. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CONTREIRAS, Hélio. AI-5: a opressão no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2010.

COSTA, José da Costa. Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura. São Paulo: Boitempo, 2007.

CORTÊS, Joana. Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, Pernambuco (1973 – 1979). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DOSSIÊ DITADURA: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). 2ª ed. São Paulo: IEVE, 2009.

D'ORNELLAS, Jacques. (deputado) Tortura e morte do sargento Manoel Raimundo Soares. Discurso pronunciado em 28/05/1984. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1984.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora USP, 2013.

FARIA, Cátia. Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura militar. Niterói, UFF: 2005. (Dissertação de mestrado)

FERNANDES, Ananda Simões. A coordenação repressiva entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). CONE SUL em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013.

FERNANDES, Florestan. O que é revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. – (O Brasil Republicano; v.3)

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. – (O Brasil Republicano; v.4)

FREDERICO, Celso. A imprensa de esquerda e o movimento operário: 1964-1984. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FICO, Carlos. Como eles agiam. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Lucas. Olho por olho: os livros secretos da ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FILHO, Daniel Aarão Reis. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

FRIEDRICH, Lidiane Elizabete. Saindo dos trilhos: os ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970). Pelotas: UFPel, 2013. (Dissertação de mestrado)

GALLO, Carlos Arthur. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça: um estudo sobre o trabalho da Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

GALLO, Carlos Arthur. A política na balança e o caso das mãos amarradas: um estudo de caso sobre política e justiça no Brasil pós Ditadura civil militar (1964-1985). Porto Alegre: 2010. Monografia de conclusão em Bacharelado em Ciências Sociais/UFRGS.

GARCIA, João Carlos Bona. Verás que um filho teu não foge à luta. – 3ª ed. – Porto Alegre: Ed. Posenato Arte & Cultura, 1989.

GASPARI, Elio. A ditadura acabada. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GASPARI, Elio. A ditadura derrotada. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. A ditadura encurralada. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GODOY, Marcelo. A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime. São Paulo: Alameda, 2014.

GONÇALVES, Danyelle Nelin. O preço do passado: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

GUERRA, Claudio. Memórias de uma guerra suja. Rio de Janeiro: Top Books, 2012.

GUIMARAENS, Rafael. O sargento, o marechal e o faquir. Porto Alegre: Libretos, 2016.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar. (Dissertação de Mestrado – História) Universidade Federal de Juiz de Fora. 2006.

HOBBSAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. – 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWN, Eric. Sobre a História. Tradução de Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUGGINS, Martha K. Tortura: Cadê a criminologia? In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. 1ª ed. Brasília, DF: UnB, 2015. p 433-441.

HUGGINS, Martha. Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. – São Paulo: Cortez, 1998.

HUGGINS, Martha; FANTOUROS, Mika Haritos-; ZIMBARDO, Philip G. Operários da violência: policiais torturadores e assassinatos reconstroem as atrocidades brasileiras. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

HISTÓRIA & LUTA DE CLASSES. – n. 17 – Marechal Cândido Rondon, PR: Líder, 2014.

IANNI, Octavio. O Colapso do populismo no Brasil. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: 1988.

ISABELLE, A. Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul (1833-1834). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. v. 61. 2006.

JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memória. – Madri: Siglo XXI de España Editores, 2001.

JUNIOR, José Geraldo Sousa (et AL). O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. 1ª ed. – Brasília, DF: UnB, 2015.

KONRAD, Diorge Alceno & LAMEIRA, Rafael Fantiniel. Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964) In: Revista Anos 90 do PPG História, v.18, jul. 2011.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. Ditadura Civil-Militar e Historiografia: Repressão e Resistência no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra (org). CONE SUL em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História recente. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013

KUHN, Dione. Brizola: da legalidade ao exílio. – Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. Pau de arara: a violência militar no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

LABAKI, Amir. 1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista. – São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

LABICA, Georges. Democracia e Revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LINDEMANN, Cristiane. Biblioteca para o sargento das mãos amarradas. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias. Porto Alegre: Libretos, 2008.

LINERA, Álvaro Garcia. O que é uma revolução? Da revolução de 1917 à revolução de nossos tempos. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LÖWY, Michael (Org.) O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

LUCE, Mathias Seibel. Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica. – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen. Por mais terras que eu percorra... In: O Direito na História / Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Coordenadoria de Documentação. – N. 1, (mar./out. 2008) – Porto Alegre: TRF 4ª Região, 2008.

MARIGHELLA, Carlos. Carta ao Comitê Executivo do PCB. In: LÖWY, Michael (Org.) O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. – 3ª ed. – Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, Eloy. Tempo de Cárcere: memórias. – Porto Alegre: Editora Movimento, 1981.

MELO, Demian Bezerra de. A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELLO, Maildes Alves de. Jantar dos inocentes: a saga dos expurgados gaúchos. – 2ª ed. – Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2008.

MENEGAT, Rualdo. Atlas Ambiental de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

MENEGAT, Rualdo; CARRARO, Clovis Carlos; PRESTES, Antônio João Dias. 2014. In: Andrade, Leonardo Capeleto de; et. Al. Lago Guaíba: uma análise histórico-cultural da poluição hídrica em Porto Alegre, RS, Brasil. Revista de Engenharia Sanitária e Ambiental. v. 24 n.2 / mar/abr 2009/229-237.

MORAES, Dênis de. A esquerda e golpe de 64. – 3ª ed – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MORAES, João Quartim de. A natureza de classe do Estado brasileiro. In: PINHEIRO, Milton [et al]. O que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAIS, Taís. Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

MÜLLER, Maurício. Ilha das Pedras Brancas – paisagem revisitada. 2014 (TCC de Arquitetura/UFRGS)

NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues do. Geopolítica do Atlântico: o caso do arquipélago de Fernando de Noronha-Brasil. IN: XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: ANPUH, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Proj. História, São Paulo, (10). dez. 1993.

NUNES, Jorge Fischer. O riso dos torturados: anedotário da guerrilha urbana. – Porto Alegre: Proletra, 1982.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969). – 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

PADRÓS, Enrique (Org.). CONE SUL em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente. – Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013.

PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia M; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. – 3ª ed. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014. (v.1. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964)

PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia M; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. – 3ª ed. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014. (v.2. Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”)

PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia M; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. – 3ª ed. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014. (v.3. Conexão Repressiva e Operação Condor)

PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia M; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. – 3ª ed. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014. (v.4. O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização)

PADRÓS, Enrique & HOLZMANN, Lorena. 1968: contestação e utopia. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra (org.) CONE SUL em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História recente. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas ditaduras de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org). As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. Terror de Estado e Doutrina de Segurança Nacional: os "anos de chumbo" no Brasil e na América Latina. In: Ciências & Letras, n. 28 (jul/dez.2000), Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2000.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Praças em pé de guerra: o movimento dos subalternos militares no Brasil (1961-1964). São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PEREIRA, Anthony W. Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Tradução de Patrícia Queiroz Carvalho Zimbres. – São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. Fernando de Noronha: uma ilha-presídio nos trópicos (1833-1894). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. Introdução ao estudo da História: temas e textos. – Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

PINHEIRO, Milton. (Org.). Ditadura: o que resta da transição. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio à edição brasileira In: HUGGINS, Martha. Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

PONT, Raul (org). 1968-2018: 50 anos do POC. – Porto Alegre: Renascença, 2018.

PROGRAMA LUGARES DE MEMÓRIA. Navio Raul Soares. – São Paulo: Memorial da Resistência, 2014.

QUADRAT, Samantha Viz. La violencia política en el Brasil dictatorial: Cadenas de comando y formas de actuación. In Procesos repressivos y actitudes sociales. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

QUEIROZ, Fábio José C. de. 1964: o dezoito brumário da burguesia brasileira. – São Paulo: Sundermann, 2015.

REZENDE, Claudinei C. Suicídio Revolucionário: a Luta Armada e herança da quimérica revolução em etapas. – Marília, SP: 2010.

RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos: Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça. Relatório Final. – Porto Alegre: Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Edição Especial: Relatório Azul – 50 anos do golpe no Brasil – Ditadura Nunca Mais. – Porto Alegre: Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos: Memorial do Parlamento. O caso das Mãos Amarradas: relatório da CPI que

apurou a morte do sargento Manoel Raymundo Soares. – Porto Alegre: Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul, 2011.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil. Porto Alegre: CORAG, 2014.

RODEGHERO, Carla Simone. Não calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. – Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

RODRIGUES, Flávio Luís. Marinheiros contra a ditadura brasileira – AMFNB, prisão, guerrilha – Nacionalismo e revolução? – São Paulo: USP, 2017.

ROLIM, César Daniel de Assis. Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras: 1961-1964. – Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ROSA, Susel Oliveira da. Estado de exceção e vida nua: violência policial em Porto Alegre entre os anos 1960 e 1990. – Campinas, SP: [s.n.], 2007.

ROUQUIÉ, Alain. O Estado Militar na América Latina. Tradução: Leda Rita Cintra Ferraz. – São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

RUIZ, Castor M.M. Bartolomé; VIOLA, Solon Eduardo Annes (org.) Testemunhas de uma barbárie: uma perspectiva da injustiça a partir das vítimas do estado de exceção, Brasil 1964 – 1988. – São Leopoldo: Csa Leiria, 2016. p.523.

RUIZ, Castor. A testemunha e a memória. O paradoxo do indizível da tortura e o testemunho do desaparecido. Revista de Ciências Sociais Unisinos 48(2):70-83, maio/agosto 2012.

RUSCHEL, Davi Arenhart. Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2011. (Dissertação de mestrado)

SALES, Jean Rodrigues. A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e influência da Revolução Cubana. – São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Orgs.). Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil, volume I. – São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Orgs.). Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil, volume II. – São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

SERBIN, Kenneth P. Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Carla Luciana. Sequestros e terrorismo de Estado no Brasil: casos de resistência revolucionária. (Izquierdas), 49, outubro 2019. p. 1646-1669.

SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marco Antônio Both da (Orgs.). Ditaduras e democracias: estudos sobre o poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014). – Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Tradução Mario Salviano Silva. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964. Tradução: Ismênia Tunes Dantas. – Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

SKIDMORE, Thomas. Uma história do Brasil. Tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo. O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. 1ª ed. – Brasília, DF: UnB, 2015.

SPALDING, W. O Guaíba, a Lagoa dos Patos e a Barra do Rio Grande. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 11, 1961.

STEPAN, Alfred. Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Tradução Ítalo Tronca. – Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1975.

SZATKOVISKI, Elenice. Os grupos dos onze: política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS (1947-1968). Universidade de Passo Fundo, 2003.

TAVARES, Flávio. 1964: o golpe. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

TAVARES, Flávio. Memórias do esquecimento. – São Paulo: Globo, 1999.

TEJERA DE RÉ, Carlos Alberto. “Você sabe bem o que está fazendo, filho?” In: PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia M; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. 3ª ed. Porto Alegre: ALRGS, 2014. (v.2. Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”).

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. – São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Edson Luís de Almeida. Brasil e África do Sul: os paradoxos da democracia: memória política em democracias com herança autoritária. – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

TELES, Janaína de Almeida. Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e Repressão. Paralelos e distinções entre Brasil e Argentina. In: Taller (Segunda época). Revista de Sociedade, Cultura y Política em América Latina. Vol. 3, Nº 4, 2014.

TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo Goulart e o Golpe de 64. – 3ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1983.

TORELLY, Marcelo. Justiça de Transição: origens e conceito. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. 1ª ed. Brasília, DF: UnB, 2015

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. – 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO: Coordenadoria de documentação. O Direito na História: o caso das mãos amarradas. – N.1 – Porto Alegre: TRF 4ª Região, 2008.

VARGAS, Índio. Guerra é guerra, dizia o torturador: depoimento. – Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

VARGAS, Índio. A Guerrilheira. – Porto Alegre, RS: AGE, 2005.

VARGAS, Liziê. A Ilha do Presídio em cena: o espetáculo Viúvas – performance sobre a ausência. – Porto Alegre: UFRGS, 2016.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. – 3ª ed. – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

VILLALOBOS, Marco Antônio. A Guerrilha do riso: Carlos Nobre x ditadura militar brasileira. – Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MARTINS, José Miguel; RIBEIRO, Luiz Dario; GRÖHMANN, Luiz Gustavo. Revoluções e regimes marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional. Porto Alegre: Leitura XXI/NERINT/UFRGS, 2013.

FONTES

Acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. In: O Direito na História / Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Coordenadoria de Documentação. – N. 1, (mar./out. 2008). Porto Alegre: TRF 4ª Região, 2008.

Alcatraz: cinco pontos-chave. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120611_alcatraz_vale_esse_ip. Acesso em: 31/10/2019.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1112-1200/98-7 assunto: Indenizações, fls. 16-17.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1250-1200/98-7, assunto: Indenizações fls. 26.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1572-1200/98-0, assunto: Indenizações, fls. 19.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1809-1200/02-7, assunto: Indenizações. fls. 14-15.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1833-1200/02-6, assunto: Indenizações, 17/02/2002.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1851-1200/98-8, assunto: Indenizações. fls. 21.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1864-1200/02-4, assunto: Indenizações. fls.35.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 1864-1200/02-4, assunto: Indenizações. fls. 22.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2197-1200/98-2, assunto: Indenizações. fls.3

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2345-1200/98-4, assunto: Indenizações, de 31/03/1998.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2345-1200/98-4, assunto: Indenizações, fls. 10-11.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2345-1200/98-4, assunto: Indenizações, fl. 14.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2345-1200/98-4, assunto: Indenizações, fls. 16-17.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2422-1200/98-0, assunto: Indenizações.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2549-1200/98-1, assunto: Indenizações. fls. 44-45.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2593-1200/02-0, assunto: Indenizações. fls. 6-7.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2594-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 8.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2639-1200/02-3, assunto: Indenizações, de 23/09/2002.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2639-1200/02-3, assunto: Indenizações, fl. 32.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2639-1200/02-3, assunto: Indenizações, fl. 33.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2639-1200/02-3, assunto: Indenizações, fl. 40.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2639-1200/02-3, assunto: Indenizações, fl. 42.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2840-1200/02-7, assunto: Indenizações. fls.13

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2840-1200/02-7, assunto: Indenizações. fls.18.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3222-1200/98-1, assunto: Indenizações. fls. 9.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3272-1200/98-0, assunto: Indenizações, fls.20.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3394-1200/98-8, assunto: Indenizações. fls. 84-85.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3394-1200/98-8, assunto: Indenizações. fls. 45.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3498-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 6.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3566-1200/98-4, assunto: Indenizações, fls. 20-21.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3566-1200/98-4, assunto: Indenizações, fls. 22-23.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3582-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 34-35.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3759-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 23-24.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3848-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls. 12

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 3895-1200/98-1, assunto: Indenizações. fls. 8.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4083-1200/98-6, assunto: Indenizações. fls. 6.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4095-1200/98-3, assunto: Indenizações, de 03/06/1998.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4095-1200/98-3, assunto: Indenizações, fl. 16.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4095-1200/98-3, assunto: Indenizações, fl. 22.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4095-1200/98-3, assunto: Indenizações, fls. 89-90.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4147-1200/98-8, assunto: Indenizações, fls.60.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4227-1200/98-2, assunto: Indenizações. fls. 22-23.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4324-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls. 4-5.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4349-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls. 5.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4350-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 20.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4407-1200/98-5, assunto: Indenizações, fls.65.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4407-1200/98-5, assunto: Indenizações, fls.7.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4566-1200/98-1, assunto: Indenizações. fls. 14.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4849-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls. 5.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4862-1200/98-5, assunto: Indenizações. fls. 6-7.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 4938-1200/98-4, assunto: Indenizações.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5177-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls. 25.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5180-1200/98-3, assunto: Indenizações. fls. 17-19.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5480-1200/98-8, assunto: Indenizações, fls.32.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5493-1200/98-8, assunto: Indenizações, fls. 5-6.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5493-1200/98-8, assunto: Indenizações, fls. 6.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5534-1200/98-8, assunto: Indenizações, de 21/07/1998.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5534-1200/98-8, assunto: Indenizações, fl. 23.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5534-1200/98-8, assunto: Indenizações, fl. 40.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5534-1200/98-8, assunto: Indenizações, fl. 10.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5534-1200/98-8, assunto: Indenizações.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5536-1200/98-3, assunto: Indenizações, fls. 12-13.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5547-1200/98-8, assunto: Indenizações. fls. 19.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5576-1200/98-0, assunto: Indenizações, fls. 4.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5817-1200/98-7, assunto: Indenizações, fls. 2.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5819-1200/98-2, assunto: Indenizações. fls. 16.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 58631200/98-5, assunto: Indenizações, fls. 33-34.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6022-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 26

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6053-1200/98-5, assunto: Indenizações, fls. 27.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6072-1200/98-6, assunto: Indenizações. fls. 14-15.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6072-1200/98-6, assunto: Indenizações. fls. 9.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6167-1200/98-6, assunto: Indenizações, de 12/08/1998.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6167-1200/98-6, assunto: Indenizações, fls. 28-29.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6167-1200/98-6, assunto: Indenizações, fl. 45.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6167-1200/98-6, assunto: Indenizações, fl. 54.

APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6167-1200/98-6, assunto: Indenizações, fl.41.

- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6167-1200/98-6, assunto: Indenizações, fls. 62-63.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6167-1200/98-6, assunto: Indenizações, fl. 70.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6242-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 20.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6345-1200/98-3, assunto: Indenizações. fls. 34.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6426-1200/98-0, assunto: Indenizações, fls. 16-17.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6432-1200/98-1, assunto: Indenizações, fls. 5.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6432-1200/98-1, assunto: Indenizações, fls. 7.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6618-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls.13-14.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6618-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls. 32-33.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6638-1200/98-4, assunto: Indenizações, fls. 38.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6696-1200/98-0, assunto: Indenizações. fls. 9.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6698-1200/98-5, assunto: Indenizações. fls. 18.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6768-1200/98-8, assunto: Indenizações. fls. 8.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6771-1200/98-0, assunto: Indenizações.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6777-1200/98-7, assunto: Indenizações. fls. 24-25.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6848-1200/98-2, assunto: Indenizações, de 28/08/1998.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6848-1200/98-2, assunto: Indenizações, fl. 75.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6848-1200/98-2, assunto: Indenizações, fl. 86.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6848-1200/98-2, assunto: Indenizações, fls. 4-5.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6879-1200/98-0, assunto: Indenizações, de 28/08/1998.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6879-1200/98-0, assunto: Indenizações, fl. 10.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6879-1200/98-0, assunto: Indenizações, fl. 22.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6879-1200/98-0, assunto: Indenizações, fl. 19.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6879-1200/98-0, assunto: Indenizações, fls. 5-6.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6880-1200/98-8, assunto: Indenizações.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6965-1200/98-6, assunto: Indenizações, fls.15.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6966-1200/98-9, assunto: Indenizações. fls. 5-6.
- APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 6980-1200/98-6, assunto: Indenizações. fls. 14.
- arquivopublicors.worldopress.com. Acesso em: 18/5/2018.
- Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Diretoria Legislativa. Projeto de resolução nº 16-67. Deputado Airton Barnasque, de 30/06/1967.
- Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Relatório Final CPI caso “mãos amarradas”. Deputado Rosa Flores, de 19/07/1967.

Ata Especial de entrega, pela Comissão de Reaparelhamento Penitenciário no dia 28/01/1959.

Disponível em: arquivopublicos.worldopress.com; Acesso em: 18/5/2018.

MARIANO, Nilson. As prisões da ditadura. *Jornal Zero Hora*, dia 14/12/2014, p. 12.

Portaria do IPHAE nº 96/2014.

Relatório Tovo. In: O Direito na História / Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Coordenadoria de Documentação. – N. 1, (mar./out. 2008). Porto Alegre: TRF 4ª Região, 2008.

Terceiro exército sabia das torturas do Sargento. *Jornal Última Hora*, de 12/09/1966.

ANEXOS

Desfile do presidente Castelo Branco na Rua dos Andradas, 22 maio 1964. Arquivo do Palácio Piratini, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa/Setor de Fotografia.



Figura 6: Castelo Branco em POA. Do livro “Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul”. PADRÓS, Enrique.



Manifestação popular durante o golpe, 1964. Autor desconhecido, Acervo do Museu Joaquim Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman.

Figura 7: Protestos em POA. Do livro “Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul”. PADRÓS, Enrique.



Enterro de Manuel Raimundo Soares, 2 de setembro de 1966. Fotógrafo Assis/Martins [assim informado pelo CDI].
Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora

Figura 8: Enterro de Manoel Raymundo. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.



Figura 9: Enterro Manoel Soares Do livro “O Sargento, o Marechal e o Faquir”. GUIMARAENS, Rafael.

passarem os companheiros mais dispostos a nós termos
para enfrentar os traidores fascistas.

Este governo não é eterno, ele muda e com
ele mudam os honras, então se fará justiça, se
punirá com dignidade aos carrascos de hoje, aos que tem
coragem com as armas na mão e se tornam covardes
quando se defrontam com elas.

O crime que fizemos, exército e Polícia, de
V. Alegre, foi um dos piores entre tantos que ocorreram
hoje neste país.

Estas coisas não desanimam ninguém, pelo
contrário, dão mais força e razão para se lutar, a
a morte pouco importa, interessa-nos é a vitória e
tardi ou cedo será conseguida.

Não pensar por aqui, estou muito chateado
com o ocorrido, envio um abraço a todo o pessoal aí,
por isso não escrever para o Tica, tenho bastante matéria
para ele; Um abraço especial ao amigo Gerônimo,
e família.

Beijos a ti e mãe
Fulgencio.

Figura 10: Carta redigida por Manoel. Do livro "O Sargento, o Marechal e o Faquir". GUIMARAENS, Rafael.



Figura 11: Fotografia 3x4 de Manoel Soares. Do livro "O Sargento, o Marechal e o Faquir". GUIMARAENS, Rafael.



Manifestações estudantis no Dia Nacional de Lutas, próximo ao campus central da UFRGS, nas avenidas João Pessoa e Osvaldo Aranha, no dia 23 de agosto de 1977. Fotógrafo Antônio Vargas.

Figura 12: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.



Manifestações estudantis no Dia Nacional de Lutas, próximo ao campus central da UFRGS, nas avenidas João Pessoa e Osvaldo Aranha, no dia 23 de agosto de 1977. Fotógrafo Ricardo Chaves.

Figura 13: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.



Manifestação durante a greve dos trabalhadores da construção civil em Porto Alegre, agosto de 1979.
Fotógrafo Antônio Vargas.

Figura 14: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.



Figura 15: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.



Repressão aos trabalhadores da construção civil em greve. Centro de Porto Alegre, 14 de agosto de 1979. Fotógrafo Eduardo Tavares.

Figura 16: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.

Cartazes de guerrilheiros procurados pela repressão.
Arquivo da Luta contra a Ditadura, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

DCI/SSP/RS 197

AÇÃO ANTI - SUBVERSIVA

SITUAÇÃO DE MILITANTES

NÚMERO DE ORDEM	NOME DO ORGANIZADOR	NÚMERO DE DELEGADOS	SITUAÇÃO												
			DELEGADOS	MEMBROS	ALIAS	OUTROS	PROCURADOS	INFORMANTES	OUTROS	PROCURADOS	INFORMANTES	OUTROS			
1	F.C.C.G.	70	15	20	25	20	15	10	5	1	1	1	1	1	1
2	F.O.D.	20	10	15	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
3	V.P.R.	10	5	8	8	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
4	A.V.	16	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
5	H.C.R.	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
6	V.A.S.	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
7	F.A.S.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
8	Sem sigla	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
9															
10															
TOTAL		153	103	13	77	113	11	35	9	2	40	5	3	65	

Documento sobre a estrutura das organizações vinculadas à luta armada.
Arquivo da Luta contra a Ditadura, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Figura 17: Procurados e ficha das organizações de luta armada. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.

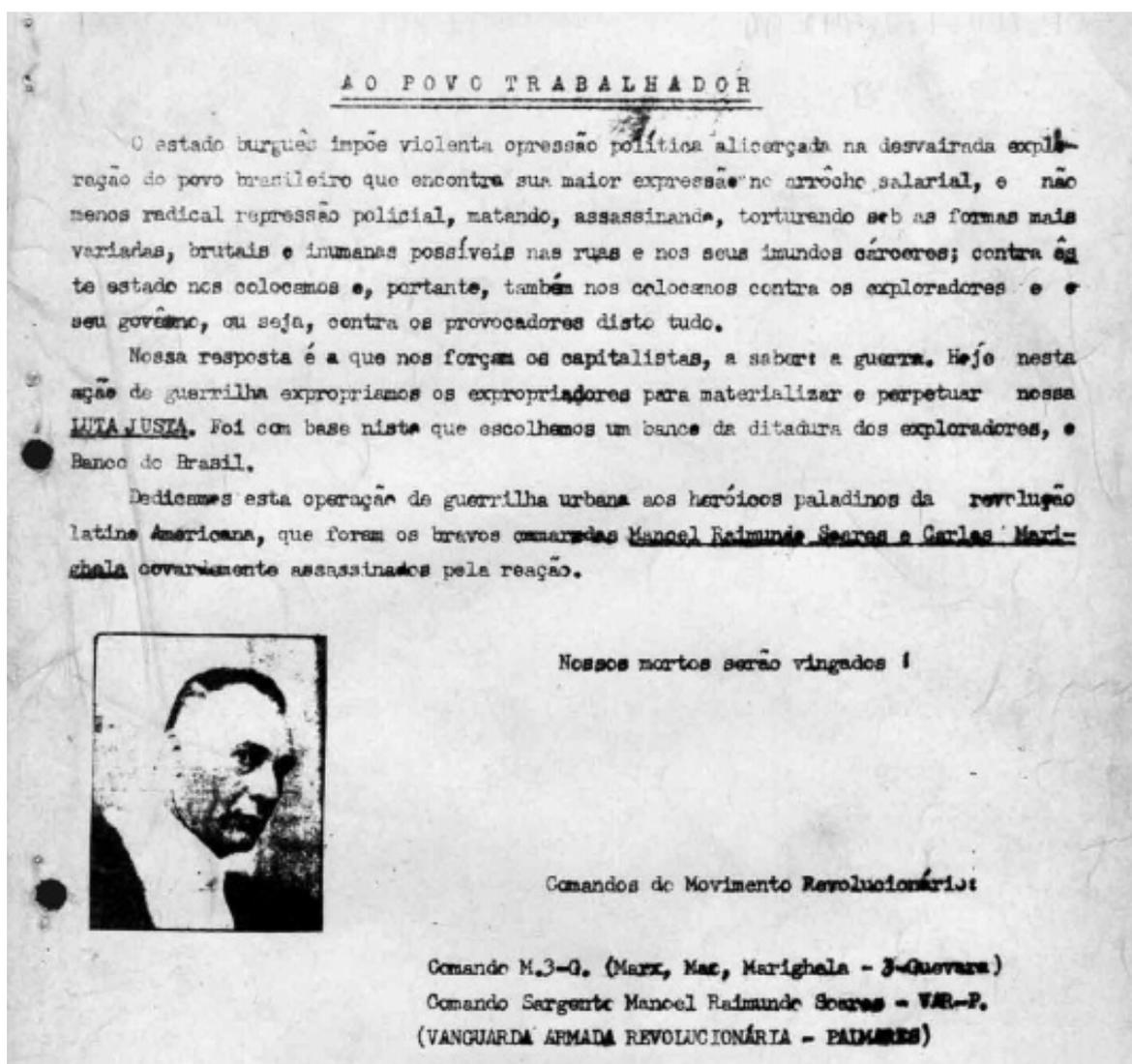


Figura 18: Panfleto do comando do movimento revolucionário. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.



Cônsul estadunidense Curtis Carly Cutter e sua família em entrevista coletiva após tentativa de sequestro, Porto Alegre, 3 de junho de 1970. O braço do cônsul estava imobilizado devido ao tiro que sofreu no evento. Fotógrafo Shiguero Nagassawa.

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora

Figura 19: Cônsul Curtis Carly Cutter. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.



Manifestações estudantis no Dia Nacional de Lutas, próximo ao campus central da UFRGS, nas avenidas João Pessoa e Osvaldo Aranha, no dia 23 de agosto de 1977. Fotógrafo Olívio Lamas.

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora

Figura 20: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.



Manifestação estudantil em março de 1967 no centro de Porto Alegre. Estudantes são espancados pela polícia até mesmo dentro da Catedral. Fotógrafo Assis Hoffmann.

Figura 21: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.



Apresentação do material apreendido pelo DOPS, Porto Alegre, 17 de abril de 1970. Fotógrafo Galeno e Armênio [assim informado pelo CDI].
Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora

87

Figura 22: Material apreendido pelo DOPS. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.



Figura 23: Vista aérea da Ilha do Presídio. www.almanaquenilomoraes.blogspot.com. Acesso em: 17/12/2019.

CARLOS ALBERTO TEJERA DE RÉ Vulgo: **DANILO - JUCA**

Idade 19 anos: Nasc. em 16/2/1951 Caract. morfolog. — Cabelos lis. Fronte ret.

Natural de Jaguari Sobrancelhas ret. Palpebras cob.

Profissão Estudante Est. civil solt. Nariz dorso ret. base horiz.

Pal Aldomar Lara de Ré Boca med. labios med.

Mãe Carmem Tejera de Ré Mento ret. Orelha dir. med.

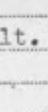
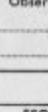
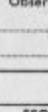
Residência Protásio Alves N.º 818 Lobulo dir. livre (cab. cast. méd.)

R. M. 9325 Car. cromat.: — tez br. olhos verdes

Pront. I. I. Barba rasp. bigódes rasp.

Data 14/12/70 Motivo DOPS (VPR)



Os quatro dedos tomados simultaneamente	Observações	Os quatro dedos tomados simultaneamente
MÃO ESQUERDA		MÃO DIREITA
POLEGARES		
ESQUERDO	DIREITO	
		
		
		
		
		Cód. 78-30 Mod. 1970

Ficha de Carlos Alberto Tejera de Ré no DOPS/RS.
Acervo pessoal.

Figura 24: Ficha. Do livro “Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul”. PADRÓS, Enrique.



Agência bancária após expropriação praticada
por guerrilheiros em 1969.
Fotógrafo Valdomiro Soares.

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora

Figura 25: Banco expropriado. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.



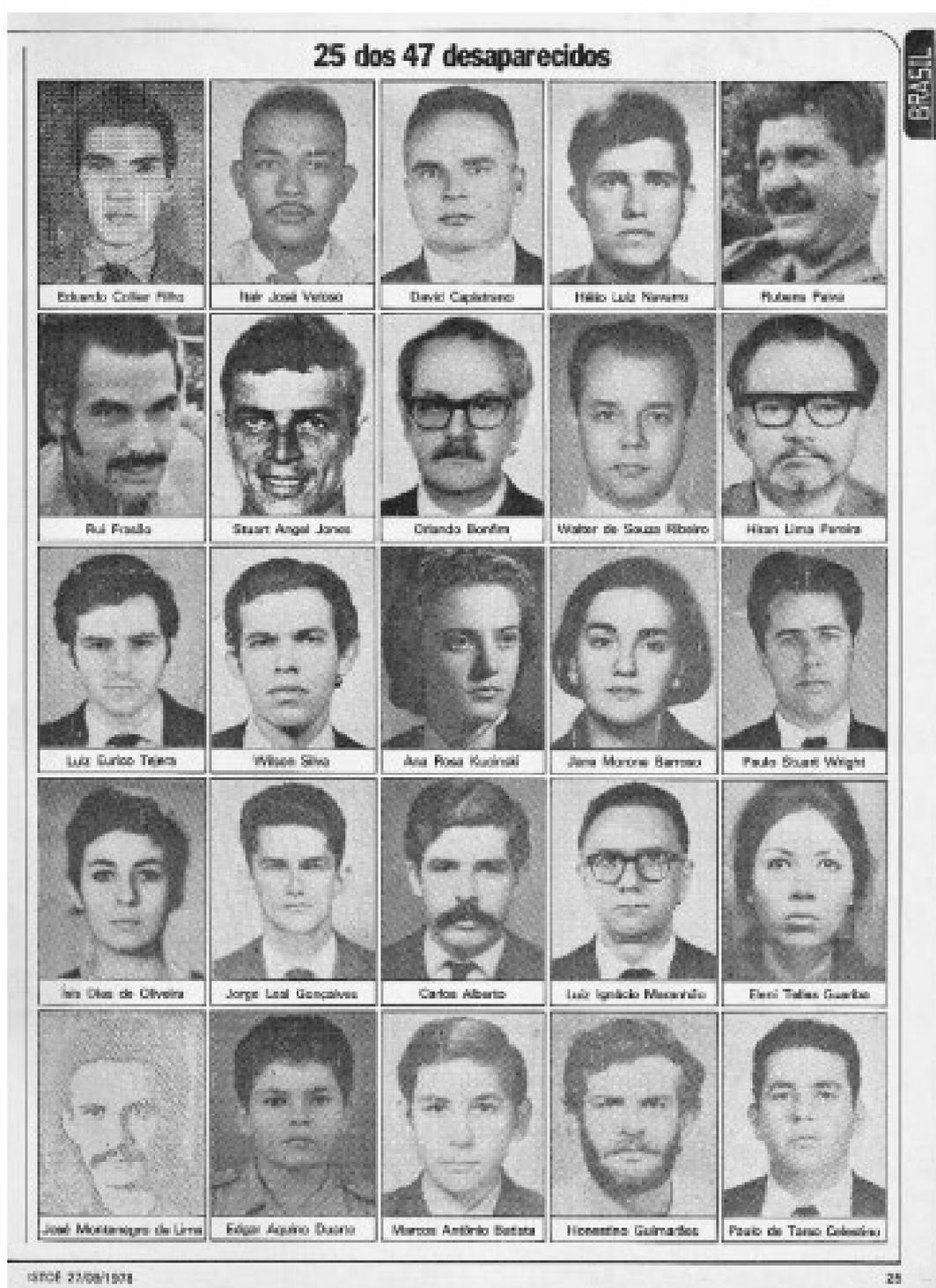
Ignez Serpa (Martinha) no Palácio da Polícia - DOPS na época -, em Porto Alegre, sendo apresentada à imprensa nacional e internacional como elemento terrorista altamente perigoso.

Figura 26: “Martinha”. Do livro “Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul”. PADRÓS, Enrique.



Edmur Pérciles Camargo

Figura 27: 3x4 Edmur. Do livro “Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul”. PADRÓS, Enrique.



25 dos 47 desaparecidos. *IstoÉ*, São Paulo, 27 set. 1978, p. 25. Acervo pessoal de Suzana Lisbôa.

Figura 28: Desaparecidos. Do livro "Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul". PADRÓS, Enrique.



Manifestação estudantil no centro de Porto Alegre durante a greve dos estudantes da UFRGS, 16 de setembro de 1966. Fotógrafo Assis/Soares/Martin/Victor [assim informado pelo CDI]. Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Manifestação contrária à greve promovida pelos estudantes ligados ao DEE. Porto Alegre, 16 de setembro de 1966. Fotógrafo Assis/Soares/Martin/Victor [assim informado pelo CDI]. Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora

Figura 29: Protestos em Porto Alegre. Do livro “Não calo, grito”. RODEGUERO, Carla.



Figura 30: Fotografia de jornal. APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5180-1200/98-3, assunto: Indenizações

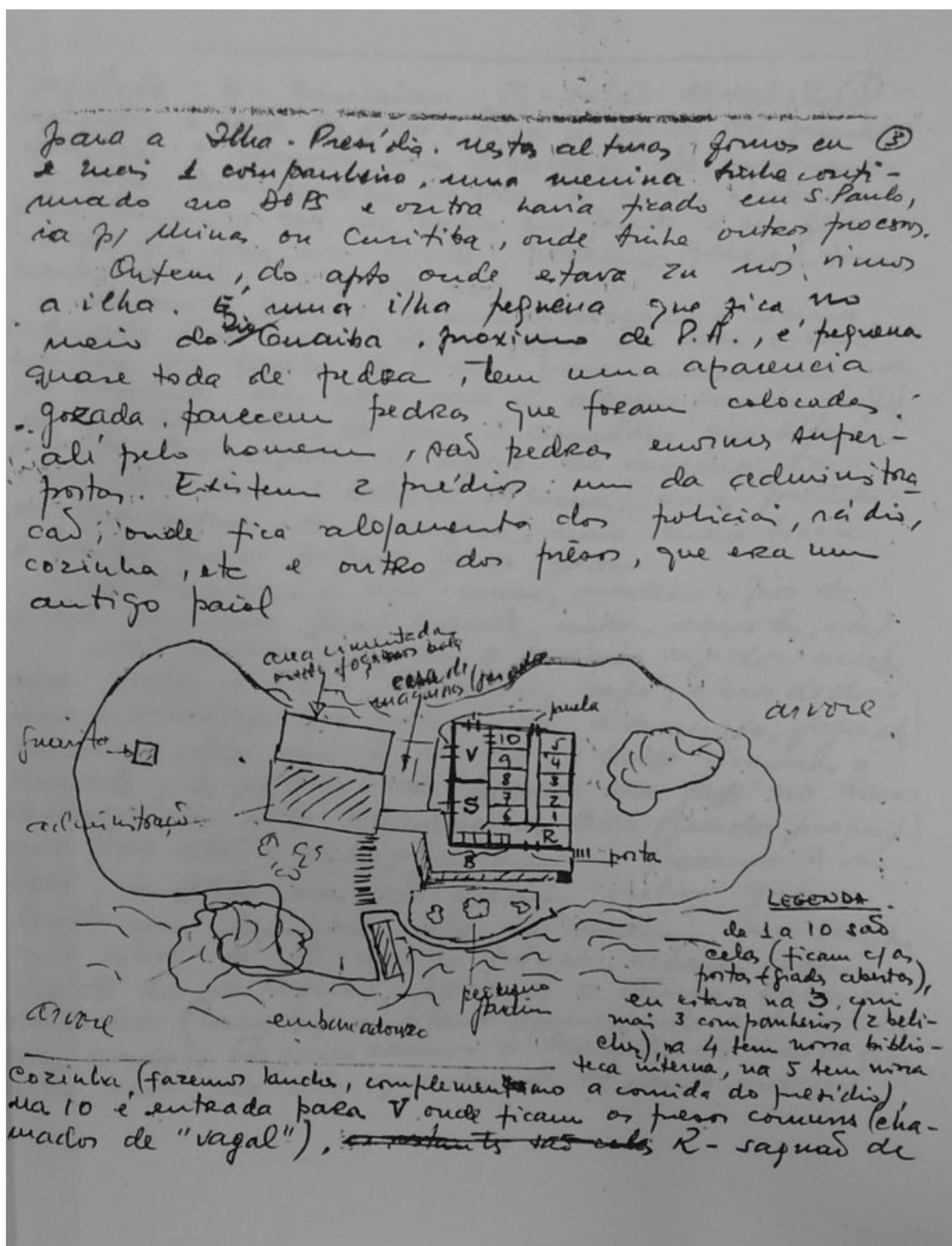


Figura 31: Croqui José Fidelis Augusto Sarno. APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5180-1200/98-3, assunto: Indenizações.

FLS 2345 15 434
 Vila das Pedras Brancas,
 (Jka-Querdio), Porto Alegre,
 10 de Junho de 1966
 Nunka Querida Belinha:
 Ainda estou vivo. A saúde que
 teria chegado ao meu corpo, par-
 tici, deixando a normalidade que
 você tão bem conhece: Fígado,
 intestinos e estômago. Espero de
 todo o coração que você tenha
 recebido as cartas anteriores.
 Esta é a de número nove.
 Tenso que a estas horas você
 esteja chorando. Não quero isso. A
 jovem senhora, valente das respostas
 desconcertantes, deve agora, substituir
 a moça ingenua e humilde com
 quem tive a felicidade de casar.
 Nunca pensei que o amor que
 tenho pelo "meu reboque" pudesse
 chegar aos limites de uma neces-
 sidade. Nestes últimos dias tenho
 sido torturado pela realidade
 de estar impedido de ver o rosto
 da mulher que amo. Eu trocava
 se possível fosse, a comida de
 oito dias, por oito minutos junto
 ao meu amor, ainda que fosse
 só para ver.
 Tenho uma fé inabalável
 de que, os adversários não consegui-
 rão destruir nosso amor. Sei hoje,
 que você tinha razão, em muitas
 de nossas discussões sobre nosso
 tipo de vida. Você ganhou.

Figura 32: Carta Manoel. APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2345-1200/98-4, assunto: Indenizações, de 31/03/1998.

Espero que, no dia em que
 me ver, não diga: "caramba em
 que me encontro, uma pessoa pelo
 menos me esperava lá fora, que
 o mundo inteiro me veja as
 costas, mas um rosto e um sa-
 lvo amigo - ou tenha o de minha
 querida e idolatrada Belinha
 - então procurado cumprir o
 meu dever (apesar de preso) e tenho
 tanto quanto possível correspon-
 dido a confiança com que me
 pensaram. Não apódo na
 prisão, que o homem é demora-
 damente ingrato para compreen-
 der os sentimentos no pres.
 Tudo passado. A política,
 a cadeia, os amigos, só uma
 coisa irá durar até a morte:
 O amor que tenho por esta
 mulherzinha que é hoje, a
 única razão de querer viver,
 deste presidário.
 Não tem que isto acontecesse
 se precisava afeiçoar-me a
 um outro tipo de necessidade
 só agora avalio, o que é estar
 junto da mulher amada.
 Com a tranquilidade da
 certeza de que apesar de tudo
 ainda meigo o teu amor,
 remeto um caminho de beijos
 sem o estar dos dias mais felizes
 de nossa vida. Beijos
 Manoel

FLS 2345 16 434

Figura 33: Carta Manoel APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 2345-1200/98-4, assunto: Indenizações, de 31/03/1998.



Figura 34: Presos do sequestro frustrado do Cônsul estadunidense. APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5493-1200/98-8, assunto: Indenizações.



Figura 35: Presos do sequestro frustrado do Cônsul estadunidense. APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5493-1200/98-8, assunto: Indenizações.



Figura 36: Reportagem sobre relatório sigiloso acerca do conhecimento do governo estadunidense sobre a repressão na ditadura brasileira. Revista Isto É, 19 de agosto de 1987. In: APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5493-1200/98-8, assunto: Indenizações.

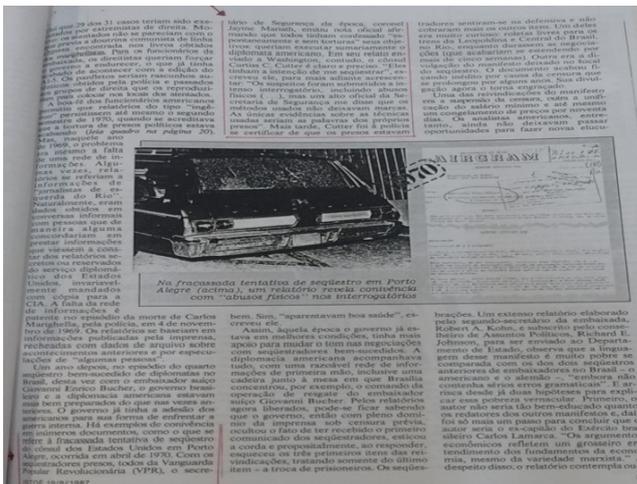


Figura 37: Reportagem sobre relatório sigiloso acerca do conhecimento do governo estadunidense sobre a repressão na ditadura brasileira. Revista Isto É, 19 de agosto de 1987. In: APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5493-1200/98-8, assunto: Indenizações.



Figura 38: Notícia sobre a tentativa de sequestro do cônsul estadunidense. Jornal Correo do Povo, 14 de abril de 1970. In: APERS, Fundo: CEI/RS, processo: 5493-1200/98-8, assunto: Indenizações.



Figura 39: Fotografia atual da Ilha com as ruínas do Presídio. Guarita sul. Lucas Pedruzzi



Figura 40: Fotografia atual da Ilha com as ruínas do Presídio. Janela pavilhão. Lucas Pedruzzi



Figura 41: Fotografia atual da Ilha com as ruínas do Presídio. Guarita sul. Lucas Pedruzzi



Figura 42: Fotografia atual da Ilha com as ruínas do Presídio. Arcos prédio central. Lucas Pedruzzi



Figura 43: Fotografia atual da Ilha com as ruínas do Presídio. Arcos platô leste. Lucas Pedruzzi

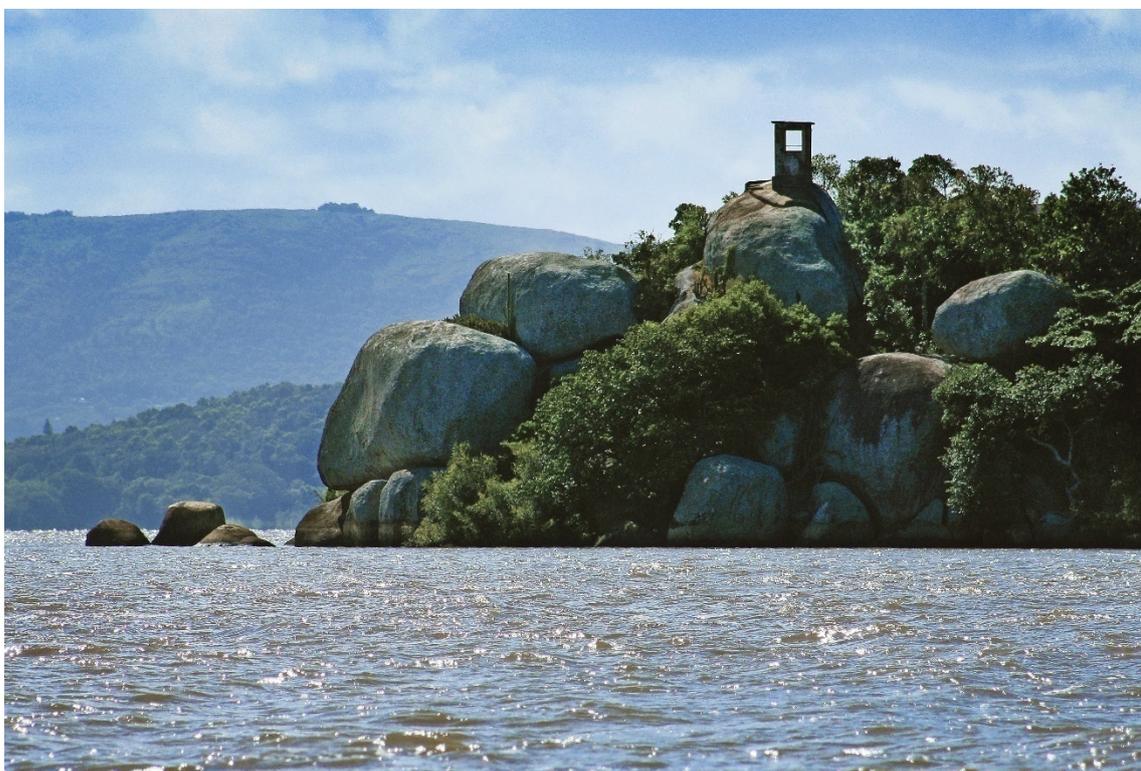


Figura 44: Fotografia atual da Ilha com as ruínas do Presídio. Lado norte e morros de Porto Alegre. Lucas Pedruzzi

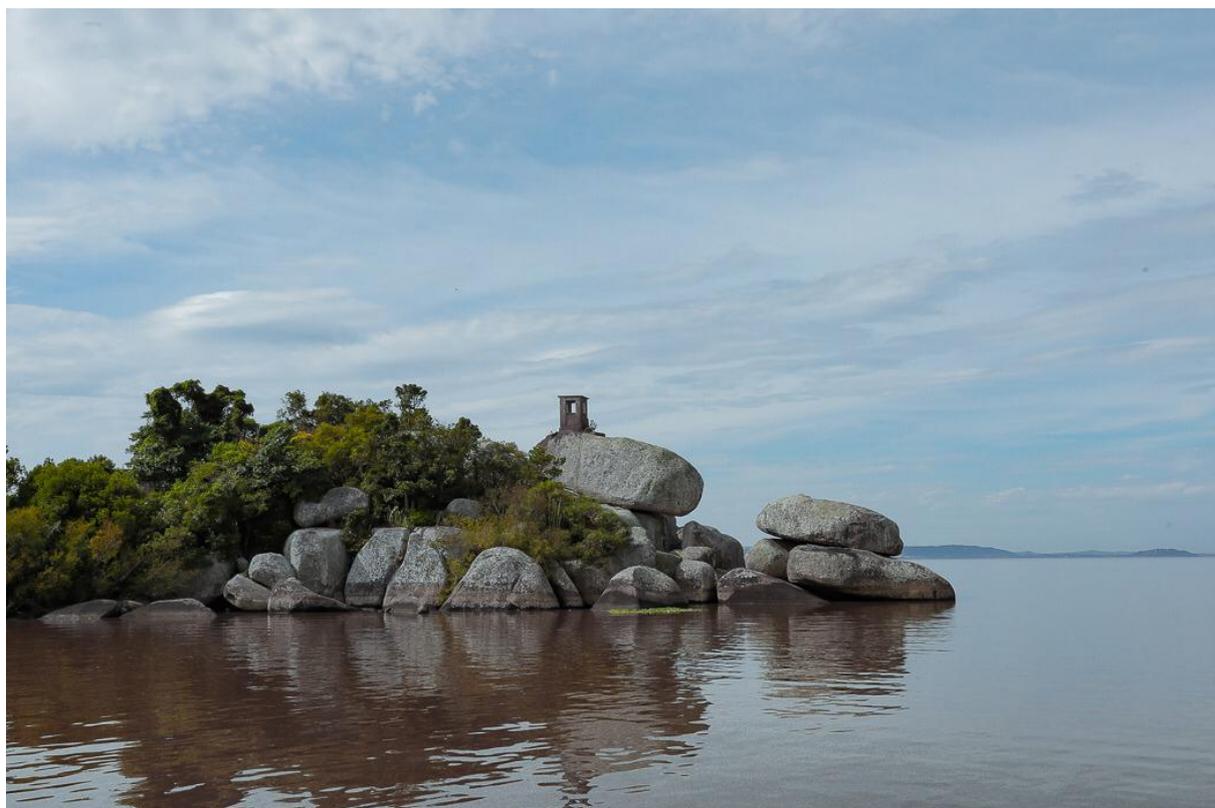


Figura 45: Fotografia atual da Ilha com as ruínas do Presídio. Daniela Villar

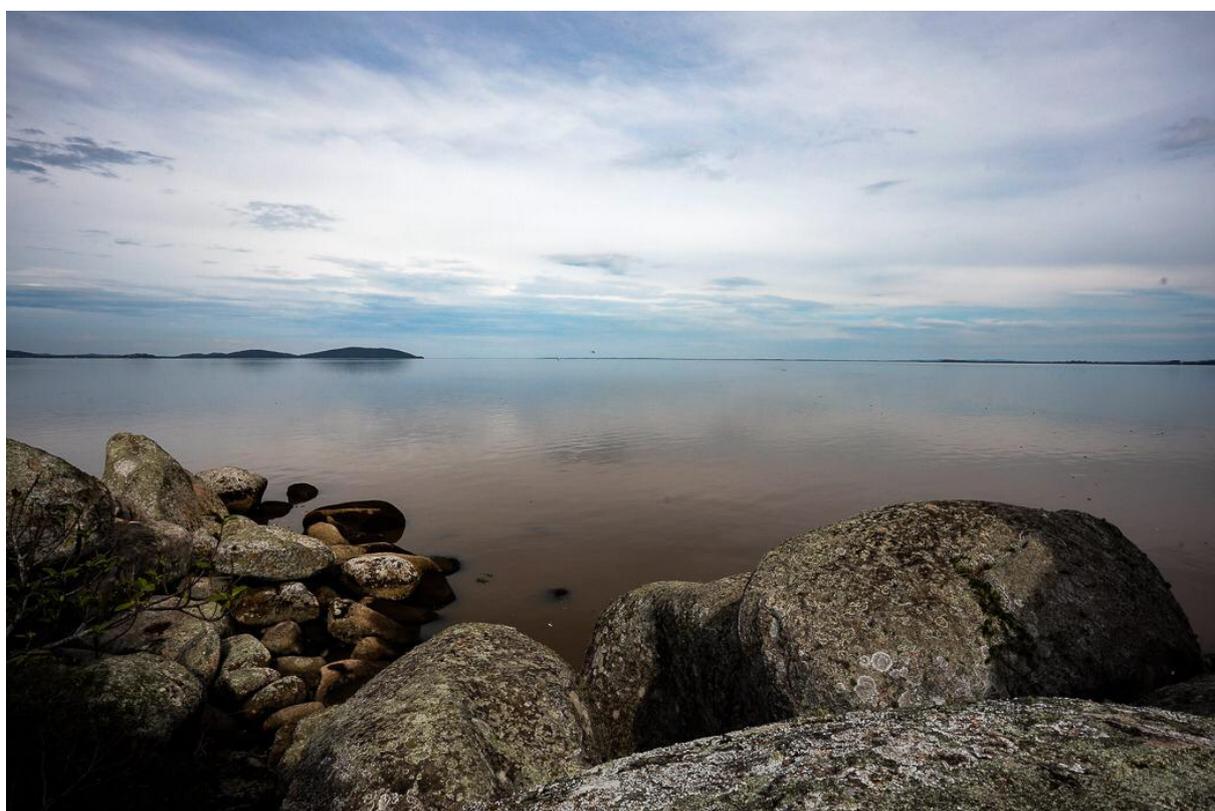


Figura 46: Fotografia atual da Ilha com vista para a Lagoa dos Patos. Daniela Villar